

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

DE 1936 ATÉ 2022:
A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO AO LONGO
DAS LEGISLATURAS MUNICIPAIS



Câmara Municipal de
**VENDA NOVA
DO IMIGRANTE**
Estado do Espírito Santo

Em uma reunião entre os vereadores na segunda quinzena de maio de 2021, o presidente da Câmara Márcio Antônio Lopes e o então diretor Marco Grillo propuseram a elaboração de um livro para registrar todos os mandatos políticos do legislativo de Venda Nova do Imigrante com uma incursão resumida no executivo local.

Já era sabido que seria inevitável recuar na história e trazer personagens da vida pública quando Venda Nova era apenas um vilarejo e pertencia a Castelo e depois, na condição de distrito, a Conceição do Castelo. O sonho era registrar todos os mandatos das pessoas que se dedicaram aos interesses coletivos pela via política, principalmente para resgatar experiências vividas há mais de 80 anos.

Uma conta preliminar somava mais de 100 mandatos e os edis reconheceram que, para cada fase da história e para cada legislatura, seria interessante agregar informações relevantes e contextualizadas.

Do período da proposta ao do estudo de viabilidade legal para elaboração do projeto passaram-se alguns meses até se concluir os trâmites burocráticos necessários. O início dos trabalhos deu-se com a contratação da jornalista Lilia Gonçalves, que levou seis meses para entregar o texto preliminar. Depois dos ajustes, outras demandas da Câmara levaram a Mesa Diretora a adiar o tão sonhado lançamento, que estava previsto para o dia 10 de maio de 2022 e, após superadas todas as etapas, a Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante entrega, no mês novembro de 2022, a presente publicação à comunidade local na certeza de estar contribuindo com a história do lugar.

M^a Auxiliadora (Lilia) Gonçalves

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

DE 1936 ATÉ 2022:
A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO AO LONGO
DAS LEGISLATURAS MUNICIPAIS

1^a edição

Venda Nova do Imigrante (ES)
2022



Todos os direitos do livro são reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida em qualquer meio sem autorização por escrito da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante.

Copyright 2022
CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE
Av. Evandi Américo Comarela, nº 385 - 4º andar
Venda Nova do Imigrante – ES - CEP: 29375-000
(28) 3546-1149
camaravni@camaravni.es.gov.br
www.camaravni.es.gov.br

Presidente:
Márcio Antônio Lopes

Vice-presidente:
Amilton José Marques Pacheco (Licenciado)
Ivanildo de Almeida Silva

1ª Secretária:
Aldi Maria Caliman

2º Secretário:
Walace Rodrigues de Souza

Demais vereadores:
Erivelto Uliana, Francisco Carlos Foletto, Luiz Ricardo Bozzi Pimenta de Souza,
Marco Antônio Torres Nascimento e Gilberto Bravin Zanoli (Licenciado)
e Marco Antonio Grillo (suplente)

Gonçalves, Maria Auxiliadora

Venda Nova do Imigrante - De 1936 até 2022: a história do Município ao longo das legislaturas municipais/Maria Auxiliadora Gonçalves, Venda Nova do Imigrante, ES; 2022, 1ª ed.

484 p.; il.

FOTOS

As fotos sem menção de autoria provêm dos acervos da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante e do Jornal Folha da Terra, bem como da cessão de arquivos familiares.
Fotos capa e panorâmicas atuais: Flávio Vanini.

CAPA / DIAGRAMAÇÃO
Paulo Porto (Pepê)

EDITORAÇÃO
Folha da Terra das Montanhas

IMPRESSÃO
Gráfica JEP / 500 cópias

An aerial photograph of a town nestled in a valley. The town is densely packed with buildings, mostly multi-story apartment blocks. A large green field, possibly a sports field, is visible in the center of the town. The surrounding landscape is lush and green, with rolling hills and mountains in the background. The sky is overcast with grey clouds. The text 'VENDA DO IMIG' is overlaid in the top right corner in a white, serif font.

VENDA DO IMIG

2022:

NOVA FRANCA



PALAVRA DO

Uma reverência ao passado e uma grande aposta no futuro. Com o lançamento do livro “Venda Nova do Imigrante - De 1936 até 2022: a História do Município ao Longo das Legislaturas Municipais”, a 9ª Legislatura da Câmara de Venda Nova do Imigrante presenteia a comunidade, homenageando todos os entes públicos que protagonizaram ou ajudaram a escrever a história do nosso lugar.

É uma honra estar à frente da gestão dessa Casa de Leis neste momento, em especial neste biênio, quando estamos deixando a marca de um trabalho comprometido com o município. Somos sabedores do nosso papel e queremos extrapolar o que nos é delegado oficialmente fazer. Acreditamos que podemos sempre dar um passo adiante e assumir postura ou encampar projetos que fazem diferença hoje e vão refletir de forma positiva no futuro.

Registrar a história é fazer justiça aos que lutaram para construir uma Venda Nova do Imigrante tão pujante. São quase 90 anos que os filhos do lugar começaram a buscar uma posição na vida pública que possibilitasse dar visibilidade à nossa comunidade e, conseqüentemente, às suas reivindicações. Venda Nova começou a ter voz, oficialmente falando, com o mandato do saudoso Antônio Roberto Feitoza. De lá para cá, mais de 100 mandatos construíram, pedra sobre pedra, nossa trajetória.

O presente livro é resultado de um aprofundado trabalho de pesquisa, de entrevistas e de organização das informações para que os nossos munícipes possam entender a linha evolutiva do município. Ao longo da leitura, pode-se perceber os sonhos, as lutas e as conquistas e bem sabemos que há muito o que fazer e que os caminhos são árduos e exigem dedicação.

PRESIDENTE

Dedico este livro a todas as famílias que lutaram e lutam para fazer de Venda Nova do Imigrante um município digno para seus filhos viverem. Também dedico a todas as pessoas que deixaram de lado seus interesses pessoais para se dedicar à vida pública, em especial, a ligada à política partidária. A política é o instrumento das lutas coletivas e agradeço às famílias que apoiaram seus pais, mães, filhos, filhas ou irmãos e irmãs que decidiram colocar seus nomes à disposição da disputa de um mandato.

Venda Nova do Imigrante pode ter orgulho dos seus filhos. Que o passado dos que se dedicaram ao bem comum inspire as novas gerações a abraçar a causa pública. Assim, novos e lindos capítulos serão escritos.

Márcio Antônio Lopes
Presidente da Câmara de
Venda Nova do Imigrante





PREFACIO

A primeira pergunta que provavelmente alguém faz quando é lançado um livro sobre nossa história de Venda Nova é “sobre o que mais devemos contar sobre o nosso passado”? E a próxima, talvez, “por que mais uma publicação”?

Ao acompanhar um pouco de toda movimentação para a produção da presente publicação, respondo ao primeiro questionamento, fazendo uma observação: até a presente data não houve uma publicação que construísse a linha do tempo, organizando de forma cronológica os principais acontecimentos do nosso lugar. A ótica escolhida foi a partir das ações e das movimentações dos agentes públicos que tiveram mandatos.

Há de se compreender porque traz o foco no Legislativo, cujo os atores (os vereadores) sempre foram parceiros do Executivo, atuando como ponte entre os anseios da comunidade e os da administração municipal.

Venda Nova sempre se portou como protagonista de sua história. É das famílias, da comunidade, que saem os representantes de um território, sejam estes personagens que se elegeram ou que se ocuparam em atuar pelo bem coletivo sem mandato. Vejo nossa história bem-sucedida de progresso muito atrelada a esse perfil. Basta observar o quanto foi feito e conquistado no lugar muito antes de se ter uma administração municipal.

Nosso povo é nosso maior patrimônio e os capítulos que se seguem mostram muito isso. Compreender nosso passado é o passaporte, assim como um estímulo para lutarmos com mais afinco. Acredito que seja esta uma das propostas desta publicação. Não se trata de mais uma: outras, com certeza, virão e serão necessárias.



João Paulo Schettino Mineti
Prefeito Municipal de
Venda Nova do Imigrante/ES



DEDICATÓRIA

Este livro é dedicado a todos os homens e mulheres que se devotaram à vida pública e aos seus familiares, suporte fundamental para o desempenho dos entes políticos. Em especial dedicamos aos que já se foram e não estão presentes fisicamente para ver seus nomes marcados na história de Venda Nova do Imigrante através desta publicação.



AGRADECIMENTO

Aos funcionários da Câmara, à funcionária aposentada Lúcia Zorzal, à Katiucha Orrico (que avaliou a contextualização histórica), aos jornalistas Leandro Fidelis (pela correção ortográfica) e Valdinei Guimarães (que gentilmente nos cedeu informações de sua pesquisa), à Elaine Cristina Zandonade (que auxiliou nas pesquisas nos arquivos do Jornal Folha da Terra e em outras fontes, além de checar dados junto aos entrevistados), aos entrevistados e às famílias, que buscaram fotos e documentos, nos abrindo as portas de suas casas para nos receber.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Palavra do Presidente | 2 |
| Prefácio (pelo Prefeito) | 5 |
| Dedicatória | 7 |
| Agradecimento | 9 |
| Apresentação | 12 |
| Introdução: Uma breve história de Venda Nova..... | 15 |
| Quando pertencia a Castelo..... | 19 |
| Quanto pertencia a Conceição do Castelo..... | 49 |
| Emancipação Política..... | 97 |
| 1ª Legislatura..... | 119 |
| 2ª Legislatura..... | 167 |
| 3ª Legislatura..... | 199 |
| 4ª Legislatura..... | 235 |
| 5ª Legislatura..... | 275 |
| 6ª Legislatura..... | 317 |
| 7ª Legislatura..... | 357 |
| 8ª Legislatura..... | 387 |
| 9ª Legislatura..... | 419 |
| Funcionários pioneiros e atuais..... | 454 |
| Políticos locais c/ projeção além do Município..... | 464 |
| Significado das siglas..... | 480 |



Flávio Vanini

APRESENTAÇÃO

PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONTEÚDO

Quando foi apresentada pela Câmara de Vereadores a proposta de elaborar um livro que retratasse as ações parlamentares ao longo da história de Venda Nova do Imigrante, sabia que estava de frente de um grande desafio. O prazo era relativamente curto diante do notório número de fontes a serem consultadas, entrevistas, checagem de dados... Sem contar com os processos burocráticos a serem vencidos até que se efetivasse a contratação do serviço.

No entanto, resgatar e documentar um pouco da história de Venda Nova do Imigrante através da memória dos próprios parlamentares e de seus familiares revelou-se uma oportunidade única. O conteúdo construído ao longo de toda a publicação se valeu de informações disponibilizadas em livros dentre eles o do saudoso Máximo Zandonadi, o livreto dos 10 Anos de Emancipação escrito por Marco Grillo e Ruth Paste, dos sites oficiais, dos arquivos e de pesquisas feitas anteriormente pelos funcionários da Câmara, do Jornal Folha da Terra e das publicações especiais históricas da Revista da Polenta.

As características das informações estiveram entre os fatores que influenciaram o estilo da escrita, como poderá observar o leitor ao longo das narrativas. As memórias afetivas e informativas dos familiares deram um tom poético em alguns textos, que trazem detalhes do modo de vida dos antepassados, bem como algumas informações técnicas, que deixaram a escrita mais prática, de modo a aproveitar ao máximo o espaço para enriquecer o conteúdo.

Nessa viagem de quase 90 anos de história em cerca de 450 páginas, nem o tempo e nem o espaço físico da publicação permitiram aprofundar alguns assuntos. Transitamos em temas importantes, como a emancipação do município, a elaboração do PDM, a construção da barragem de Alto Bananeiras e a conquista de uma unidade do Ifes em Venda Nova. Tanto estes como outros têm conteúdo para novas abordagens e, para facilitar possíveis novas pesquisas, deixamos indicativos importantes, como datas e fontes de informação.

Da terceira até a sexta legislatura, as edições do Jornal Folha da Terra (publicado de agosto de 1991 até setembro de 2020) foram as fontes mais importantes e consistentes para a elaboração do conteúdo, principalmente no período em que o periódico publicou a coluna Voz da Tribuna. A coluna trazia os comentários dos assuntos mais importantes debatidos pelos vereadores, contextualizava os fatos e, em muitos casos, informava como determinados projetos, propostas ou atitudes reverberavam dentro e fora da Câmara.

Quando a memória dos ex-vereadores era insuficiente para construir o material, recorremos às informações contidas no arquivo dos projetos de lei e das indicações, com a ajuda dos funcionários da Câmara. Lançar mão das atas das sessões para construir todo o conteúdo exigiria, pelo menos, uns quatro anos de trabalho, o que tornaria a publicação inviável no prazo disponível.

Ao longo do trabalho, nos deparamos com um rico conteúdo em documentos, materiais de campanha, cartas e rascunhos de discursos guardados por familiares de vereadores já falecidos. Pela vida ativa e participativa, a história de muitos deles merece um livro, assim como a experiência de muitos políticos vivos, cuja história e legado ainda estão em construção.

Muitos dados foram colhidos presencialmente (no nosso escritório, em modo home office, ou na casa dos entrevistados) e várias entrevistas foram feitas em chamadas de vídeo, por motivos de segurança no período mais agravado da crise sanitária provocada pela pandemia no novo coronavírus. Para algumas pessoas, a sua participação política ficou num passado distante e, para outras, os fatos ainda estão bem vívidos. Também percebemos a alegria de familiares que se sentiram homenageados pela passagem na história de seus entes queridos ser registrada.

Cada informação, de modo peculiar, deixa pistas sobre cada época vivida e as necessidades, as aflições e as conquistas de diferentes períodos. É notória a predominância masculina no cenário da política e da pouca evolução (em termos numéricos) da participação da mulher na vida pública. Com um olhar crítico, o leitor vai perceber esta nuance e outras que vêm nas entrelinhas e nas conexões entre as informações.

A opção por construir a narrativa em forma de linha do tempo é uma proposta quase didática de como compreender o processo de desenvolvimento de Venda Nova e como muitos fatos estão ligados aos momentos históricos do Brasil. A leitura provavelmente irá despertar memórias adormecidas e muitos fatos merecerão ser acrescidos a uma possível atualização. Além de reunir e organizar estas informações de forma linear, a proposta é de que a presente publicação suscite novas iniciativas para garantir que a memória seja preservada e sirva de base e estímulo para o enfrentamento de novos desafios, novas lutas e novas vitórias.

**M^a Auxiliadora (Lilia) Gonçalves,
Jornalista e autora**

Às 10h15´ chegamos ao sítio chamado Grumari, e apeando-nos e nos deram café. É uma pequena fazenda, tira o nome de um pico ou pão de açúcar de pedra, que fica perto e à vista. Pelas 10h 50´ passamos o Ri-beirão Viçosa, que tornamos a passar ao meio-dia. Antes parei (um) pouco para beber água na Bicuíba em certa casa onde havia 4 ou 5 meninos louros que pareciam Alemães, e soube que ali morava um genro do tal Alemão Protestante Jacob Werne, que me falou no Afonsinho: pouco depois passamos as Bananeiras, onde está uma casa de sobrado, na qual o mesmo Alemão mora por permissão do dono, que mora longe. Pelas 12h15´ chegamos a Venda Nova, casa nova fechada, e descemos à direita o caminho que leva ao Cachoeiro e às 12h45´ começamos a subir a Serra chamada do Engano, que devia ser o pior pedaço de estrada, e que mais me figurava como quase intransitável. Até aqui passamos por muitos matos frondosos e de vigorosa e belíssima vegetação, onde abundam altíssimas e corpulentas árvores de lei e de estimada construção...

... A Serra do Engano, por uma extensa ladeira em grandes ziguezagues, e às vezes íngreme, por entre frondoso mato de corpulenta e fertilíssima vegetação. Quando for tempo das águas, e depois de muitos dias de chuva esta estrada deve ser deveras de trânsito difícilimo e talvez quase impraticável; Mas agora que o tempo estava consertado e o sol fora brilhar em azulado e limpo céu, e que as precedentes chuvas não foram aturadas, bem se podia passar sem especial incômodo...

...Enfim das 12h45´ até 1h20´, isto é por pouco mais de meia hora subimos sem cessar por entre esplendíssimo mato virgem, e altíssimos cedros, perobas, jequitibás etc., e chegamos ao alto. Que beleza! que vasto horizonte! E que lindo céu azulado! Depois de tanto caminhar por mato, sempre com a vista apertada entre frondosas árvores, e à sombra, que encanto dilatar a vista por tão amplo espaço, iluminado pelo sol em todo o seu esplendor! Dali se avistam vários montes e serras, mas o que chama a atenção é a serra do Forno Grande que mais se levanta e aproxima do céu.

D. Pedro Maria de Lacerda

Diários das Visitas Pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo (Trecho referente ao dia 7 de setembro de 1886)

** Relato do bispo que passou pela região em 1886, cinco anos antes da chegada do primeiro imigrante italiano, Amadeu Venturim, em Venda Nova.*

INTRODUÇÃO

UMA BREVE HISTÓRIA DE VENDA NOVA



Venda Nova do Imigrante, como conhecemos hoje, começou a se delinear quando o primeiro imigrante italiano chegou ao lugar. Amadeo Venturin, que chegou no Porto de Benevente, no dia 6 de maio de 1880, descobriu essas terras pelas informações do estafeta (carteiro da época) que fazia o percurso. Depois de negociações e duas viagens, no ano de 1891 ele deixou o Córrego da Maravilha (Alfredo Chaves) e se instalou definitivamente com sua família na Fazenda São Domingos, nas proximidades da Estação Viçosa, onde hoje é a Sede do distrito de São João de Viçosa.

O núcleo de Venda Nova era formado pelo encontro das fazendas Providência, Tapera, Lavrinhas e Bananeiras. E entre a Bananeiras e a São Domingos, tinha também a Fazenda Bicuiba. No ano seguinte, Ângelo Altoé foi o próximo imigrante a se instalar no lugar que se tornara a Sede de Venda Nova. Ele foi para a então Fazenda Providência e as demais fazendas foram vendidas para outras famílias: Lavrinhas (Falqueto, Caliman e Zandonade), Tapera (Lorenção e Sossai) e Bananeiras (Falqueto). Aos poucos, outros imigrantes foram chegando, a maioria para trabalhar como colonos.

Ângelo Altoé foi o dono do primeiro trator (em 1928) e do primeiro automóvel, um fubica Ford- (1930). Foi uma grande revolução, não maior do que a causada pela chegada do primeiro aparelho de rádio (não foi encontrado registro da data), que funcionava a energia elétrica produzida por um gerador movido a água, em sua propriedade. O rádio atraía toda vizinhança, que ia à sua casa saber das novidades do Brasil e da guerra na Itália. Ali, ele recebia visitas dos ilustres Fioravante Caliman, Francisco Lourenço Falchetto, o “Barba Quequi”, e Antônio Roberto Feitosa, dentre os outros curiosos em saber o que dizia Plínio Salgado no início da década de 1930.

Os ouvintes se aglomeravam na sala e debaixo do assoalho, fazendo um silêncio total para escutar o líder do Integralismo. O meio de comunicação rendeu fã a Plínio Salgado e aos ideais de Mussolini e o resultado foi a inscrição de muitos vendanovenses ao movimento integralista, despontando lideranças como Barba Quequi e Antônio Roberto Feitosa.

Mil novecentos e trinta e dois foi marcado pelo início do retorno dos estudantes das ordens religiosas, pois só era possível estudar até a quarta série em Venda Nova. Isso fez com que muitos filhos locais deixassem a casa paterna ainda criança, como no caso de padre Cleto, que saiu de casa aos nove anos de idade.

Desse primeiro grupo que retornou sem se tornar religioso, estava Egídio Zandonade. Em 1996, em entrevista concedida ao Jornal Folha da Terra, ele falou de sua frustração diante da conclusão da direção do Colégio Marista (de Mendes, Rio de Janeiro), de que esta não seria sua vocação. Ele e os demais egressos do ensino religioso- como Ermínio Falqueto, Fortunato Zandonadi, Pascoal Caliman, Caetano Zandonadi, Domingos Caliman e Máximo Zandonadi e também outros jovens do lugar, fizeram a primeira apresentação teatral de Venda Nova em 1937.

Em 1943, padre Cleto Caliman retorna ordenado e reza sua primeira missa no lugar, no dia 25 de dezembro. Era o primeiro padre de Venda Nova, que abriu caminho para 27 sacerdotes e pelo menos 100 religiosas. Na época, Venda Nova tinha uma população de pouco mais de 1.000 habitantes. Sob o estímulo do religioso, em 1945 foi criada a “Scuola Cantorum Santa Cecília”, da qual Egídio participou e chegou a dirigir missas.

De condição de um vilarejo isolado, que perdurou até meados da década de 1940- quando foi aberto o restante da estrada que o ligava a Castelo-, Venda Nova evoluiu com relativa rapidez. Antes, enfrentara o surto de febre amarela (na década de 1920) e a grande crise no café, provocada pela queda na Bolsa de Valores de Nova York e que abalou o setor no Brasil inteiro, em 1929.

Este artigo é uma espécie de prefácio para uma Venda Nova e que esta publicação apresentará a partir de 1936, os principais fatos e ações que marcaram os mandatos dos políticos eleitos pela comunidade, em especial os legisladores.

E por que a cultura do imigrante italiano prevaleceu e faz de hoje o principal (mas não único) elemento de identidade do lugar? A pergunta serve de gancho para explicar a razão de o primeiro parágrafo afirmar que a chegada do imigrante pioneiro abriu um processo peculiar de desenvolvimento do lugar, pois as famílias imigrantes predominaram praticamente sozinhas durante muitos anos.

Não havia mais portugueses nas fazendas e a maioria dos negros libertos da condição de escravos foi embora. Poucos continuaram a morar em Venda Nova. Há registros da continuidade deles na Fazenda São Domingos (São João), em Santo Antônio do Oriente e de algumas famílias que foram morar em Vargem Grande. O livro “Histórias e Memórias... A Trajetória do Povo Negro em Venda Nova do Imigrante” (lançado em 2010 como resultado de um projeto coordenado pela professora de história e filosofia Celina Januário, com a professora de redação Eliane Lorenzoni) traz uma luz sobre um tema até então pouco dito e divulgado no município.

Dos índios, só restaram algumas pistas, como o nome da fazenda Tapera, onde algumas pedras em forma de machadinhas foram encontradas na propriedade de Máximo Lorenção. Também ficaram herança na culinária.

Venda Nova foi construindo suas riquezas nas primeiras décadas com a exploração de madeira e plantios de café (e às vezes, feijão), época em que o comércio era feito pelos tropeiros. Muitas outras culturas foram mantidas para consumo interno, como o milho, a produção de hortaliças e a criação de animais. As tropas faziam o intercâmbio com Castelo (trazendo artigos para a venda no comércio da família Perim, por exemplo), que era a localidade mais próxima servida por linha de trem. Com a abertura da estrada e a chegada dos primeiros automóveis, as tropas passaram a cuidar do transporte da madeira das matas da região até a vila. O comércio de cedro vingou entre 1938 a 1951, representando a última fase das tropas.

Tanto o movimento integralista quanto a representatividade no comércio e também a expressão das lideranças dos filhos que estudaram em colégios religiosos, formaram o perfil dos primeiros políticos. Pelas mãos deles, sempre apoiados pela comunidade, passaram as principais decisões que conduziram Venda Nova do Imigrante ao município pujante, como é hoje. No entanto, vale ressaltar que o desempenho desses entes políticos refletia o perfil de moradores proativos, organizados, unidos e protagonistas das principais conquistas do lugar.

Fora desse contexto político-partidário, destaca-se a figura de padre Cleto Caliman que, embora não tenha participado do processo eleitoral como candidato, nunca se inibiu em deixar claro seus posicionamentos. Ele circulou no meio dos políticos do Brasil, do Estado e de Venda Nova, captando apoios e projetos e onde exerceu forte influência. O mérito do seu legado ultrapassa qualquer julgamento e deixa clara a sua importância histórica no desenvolvimento de Venda Nova do Imigrante.



LEGISLATURA 1929 A 1963

QUANDO VENDA NOVA
PERTENCIA AO MUNICÍPIO DE
CASTELO

LEGISLATURA 1929 A 1963

QUANDO VENDA NOVA PERTENCIA AO
MUNICÍPIO DE CASTELO

1936 a 1937 - Antônio Roberto Feitosa

1947 a 1950 - Angelo Perim

1951 a 1954 - Deolindo Perim

1955 a 1958 - Antenor Honório Pizzol * vice-presidente 1955/56

1955 a 1958 - Antônio Roberto Feitosa

1959 a 1962 - Olímpio Perim *Presidente em 1962 e prefeito por seis meses

1959 a 1962 - Ruy de Paiva

1963 a 1966 - Américo Comarela

1963 a 1966 - Anécio Paste

1965 a 1966 - Ruy de Paiva



Abertura da estrada de Venda Nova para Povoação (Castelo) liderada pelo movimento integralista. Antes, a estrada só possibilitava o acesso dos tropeiros. A oposição apelidou de 'Estrada dos Periquitos', ironizando a camisa verde, uniforme do Integralismo.



DO PRIMEIRO VEREADOR AO DESMEMBRAMENTO DE CONCEIÇÃO, QUANDO VENDA NOVA FOI ALÇADO À CONDIÇÃO DE DISTRITO

A participação de Venda Nova com representatividade no cenário político começou com a eleição do farmacêutico Antônio Roberto Feitosa para vereador da Câmara de Castelo. Ele foi eleito pela Ação Integralista Brasileira- AIB*, movimento criado por Plínio Salgado, no qual os colonos italianos e seus descendentes mergulharam com grande espírito de luta na aventura, e que se tornou partido em 1936.

A forte presença dos italianos no Espírito Santo facilitou a disseminação da doutrina integralista, na qual seus dirigentes e militantes foram recrutados, sobretudo, entre profissionais mais representativos das classes médias urbanas. Em 1937, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo quando começou a repressão aos integralistas, dissolvendo o AIB no ano seguinte. Com o Decreto de Lei Nº 383, baixado em 18 de abril de 1938, Getúlio investiu contra as comunidades italianas, onde a repressão era exercida com violência, com reflexos na sua cultura e no seu modo de vida.

**A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma organização política criada em 1932 por Plínio Salgado e o primeiro partido de massas do Brasil. Inicialmente, apoiou o governo Vargas. Contudo, com o estabelecimento do Estado Novo (1937), promoveu o Levante Integralista, ocorrido em 11 de maio de 1938, para derrubar o governo. Com ideias anticomunistas e antiliberais, o Integralismo é considerado um movimento fascista do Brasil.*

Com a dissolução do Integralismo, Antônio Roberto e Ângelo Perim formaram o Partido da Representação Popular- PRP**, que surgiu em 1945, sob o controle de um grande orador religioso, o padre Ponciano dos Santos, que se elegeu três vezes deputado federal. Tendo o PRP como única opção para sua militância, a comunidade italiana capixaba acabou confinada, na sua atuação política, a um projeto político modesto.

A Era Vargas, devido ao programa nacionalizante do governo e também ao estado de guerra com a Itália, foi marcada por situações que lançaram um manto de repressão à língua e à cultura italianizada da região. Neste período, também mudavam as ênfases produtivas, a indústria e o comércio assumiam a dianteira e os que tinham ficado no campo sofreram as consequências do declínio do setor agrícola. Pouco do progresso chegava até as 'colônias' do interior, em especial do Espírito Santo. Cabe ressaltar que todo o Estado do Espírito Santo sofreu de abandono desde o período de colônia exploratória do ouro, passando pela escravidão e, depois, com a chegada dos imigrantes. Na verdade, Venda Nova não era um caso isolado e, sim, o Estado que só servia de caminho entre Minas Gerais até o Porto de Vitória, via Rota Imperial São Pedro de Alcântara concluída em 1916 e que funcionou até 1926.

Não havia estrada ainda que ligasse diretamente ou completamente o vilarejo de Venda Nova à sede do município de Castelo que era servido por uma estação de trem com viagem diária, de ida e de volta, no trecho Cachoeiro - Castelo em pouco mais de duas horas. A linha foi extinta oficialmente em dezembro de 1963. De Venda Nova até Povoação, tudo foi aberto no enxadão e Antônio Roberto Feitosa, mesmo sem mandato de vereador na época, estava entre os que lideravam voluntários para abrir a estrada aos sábados.

Durante o período em que Venda Nova pertencia ao município de Castelo, a comunidade costumava se unir em torno de um nome para conseguir eleger pelo menos um representante na Câmara. Foi assim de 1936 até 1954***. A partir do mandato iniciado em 1955, durante três legislaturas, passou-se a ter dois vereadores, chegando a três no final da última.

Américo Comarela e Anécio Paste estiveram entre os vereadores que tiveram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução que concedia permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo-Ales para o desmembramento do município de Castelo. Pelo Projeto Nº 118/63, de 28 de junho de 1963, da Ales, foi aprovado o Decreto, e a Lei Nº 1909, de 6 de dezembro de 1963, criou o município. O governo estadual nomeou interventor e a primeira bancada legislativa só foi empossada em 1967, bem como o primeiro prefeito eleito, Antenor Honório Pizzol. Os vendanovenses também integraram o movimento para criar o distrito de Venda Nova, que se oficializou através do Projeto de Resolução Nº 668, na data de 25 de agosto de 1963.

Mesmo antes de estar na condição de distrito, Venda Nova se revelava como uma comunidade cheia de atitude e organizada. O movimento para a criação do Hospital Padre Máximo e a implantação do Instituto Salesiano Pedro Palácios (hoje Escola Estadual de 1º e 2º Graus Fioravante Caliman) é exemplo desse vanguardismo, que teve como principal protagonista a figura de padre Cleto Caliman. Cheio de ideias e dono de uma poderosa rede de relacionamentos, ele confiava na resposta e no empenho da comunidade em abraçar e assumir os projetos que propunha.

Era o ano de 1944 quando foi feito o primeiro levantamento topográfico para a abertura da BR-262. As máquinas e os homens para trabalhar a abertura só chegaram em 1951, quando na Tapera foi instalado o primeiro acampamento dos operários. Venda Nova logo começou a sentir os efeitos da chegada de pessoas com outros costumes na vila.

O movimento para construir o Hospital Padre Máximo nasceu da percepção de padre Cleto Caliman e de Máximo Zandonadi, diante das dificuldades das longas viagens enfrentadas pelos moradores para se tratar da xistossomose. A doença veio com os trabalhadores contratados para iniciar as obras de abertura da rodovia, que contaminaram os mananciais e, logo, a população local. Os primeiros casos foram tratados num hospital que o serviço de combate à malária instalou precariamente no município de Itarana.

Em 1959, a área para construção do hospital foi negociada e, no dia 26 de janeiro de 1960, foi feita Assembleia Geral Ordinária da Fundação do Hospital Padre Máximo Taboanca, tendo à frente padre Cleto Caliman. A comunidade participou ativamente da sua construção e a coordenação da obra ficou a cargo do mestre de obras Elizeu Gomes, que já estava envolvido na construção do Instituto Salesiano Pedro Palácios. A obra do hospital foi praticamente tocada em paralelo com a da escola.

No dia 25 de julho de 1962, foi a bênção e o lançamento da pedra fundamental do Colégio Salesiano. Em março daquele ano, quando o bispo desistiu de construir um seminário em Venda Nova, padre Cleto aproveitou a oportunidade para viabilizar a construção da escola e providenciou a terraplanagem da área e a estocagem do material de construção. A obra começou em novembro daquele ano e foi concluída em março de 1968.

Fontes de apoio: livros “‘Castello’ - Origem, Emancipação e Desenvolvimento 1702-2004”, de José Eugênio Vieira; “Venda Nova do Imigrante – 100 anos de colonização Italiana no Sul do Espírito Santo”, de Máximo Zandonadi; site camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual, *Jornal Folha da Terra e Revista Folha da Polenta.*
Com a colaboração da professora de história, Katiucha Orrico.



29 de julho de 1936 – Visita de Dom Luiz Scortegagna, bispo diocesano, à capela de Venda Nova. Ele está entre o frei Antônio Martinez, Manoel Gonçalves e padre Leandro Del'Homme e os líderes da comunidade: Antônio Roberto Feitosa (vereador integralista - com sua esposa Brígida Elizabeta Bernabé Feitosa e os filhos Joel e Haydê), Pedro Cola, José Altoé e Francisco Falqueto.

***Analisa-se se o Partido de Representação Popular (PRP) de fato inaugurou um pensamento político distinto ou se, pelo contrário, sua criação apenas ressignificou a antiga Ação Integralista Brasileira (AIB), adaptando-a em face da nova conjuntura política imposta pela redemocratização (1945-1964). Para tanto, ancora-se em trabalhos referenciais sobre o assunto, no estudo da ideologia forjada por Plínio Salgado antes e depois da Segunda Guerra Mundial e em posicionamentos políticos adotados pelos dois movimentos, apontando similaridades e diferenças. Nesse sentido, assinala que a AIB exerceu significativo protagonismo político no Brasil durante a década de 1930, propondo um antissistemismo de tendências centrífugas, com caráter fascista, simultaneamente anticapitalista e anticomunista. O PRP, em contrapartida, foi um agente secundário no cenário do pós-guerra. O partido afasta de seu ideário as concepções antissistêmicas do Integralismo, acata a disputa eleitoral democrática e passa a enfatizar elementos como o espiritualismo e a "democracia cristã". Essa mutação fragiliza a ideia, levantada por Calil (2001), de que o PRP seria apenas uma nova roupagem para encobrir o Integralismo. Fonte: bibliotecadigital.tse.jus.br*

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



ANTONIO ROBERTO FEITOSA



Eleito em dois mandatos como vereador da Câmara de Castelo, Antônio Roberto Feitosa foi político num período muito tumultuado em Venda Nova, dados o movimento integralista e os reflexos da participação da Itália contra o Brasil na 2ª Grande Guerra Mundial. Ele inaugurou a época em que Venda Nova passou a ter pelo menos um representante na Câmara de Castelo, município ao qual a vila (que mais adiante seria incorporada a Conceição do Castelo, na condição de município emancipado) fazia parte.

Antônio Roberto usava o burro chamado Brasil como meio de transporte para se locomover de Venda Nova para Castelo, numa viagem de seis horas, tanto a de ida quanto a de volta. Ele fazia o trajeto uma vez por mês e, às vezes, de dois em dois meses, devido à grande dificuldade gerada pelas más condições das estradas (onde existia). Já no segundo mandato, a estrada até Castelo já estava completamente aberta, num trabalho feito pelo movimento integralista (obra que começou na década de 1930 e terminou por volta de 1945), possibilitando viagens de automóvel.

Mesmo com a facilidade da abertura da estrada, Antônio Roberto nunca teve um carro e o burro baio foi o meio de locomoção principal que teve na vida, do início de sua atuação profissional até se aposentar. Somente ele montava o burro, que estranhava qualquer outra pessoa. O animal foi comprado novo do Exército e foi trazido de trem do Rio de Janeiro até Castelo, de onde veio montado para Venda Nova. Seu filho Joel, fala que o pai teve de reserva uma mula chamada Sereia, que usava para passear de vez em quando.

Idealista, se envolveu nos movimentos políticos, se tornando um membro expressivo do movimento integralista. O fato de ter o diagnóstico bom e a própria força da profissão, o fizeram líder, chegando a ser vereador em Castelo. Em 1936, ele foi vereador pela Ação Integralista Brasileira e, na década de 1950, voltou à vereança pelo Partido Representação Popular- PRP, pois o movimento integralista não existia mais.

De acordo com a filha Haydê Feitosa Perim, quando eclodiu o Integralismo, seu pai se envolveu no movimento e foi um dos que organizou os moradores para construir a estrada para ligar Venda Nova a Castelo. O núcleo de Venda Nova era ligado a José Cola, comerciante de Castelo. Os chefes locais eram, além do farmacêutico Antônio Roberto Feitosa (na sede), o comerciante Pedro Cola (em Pindobas), Francisco Falchetto e Fioravante Caliman (em Lavrinhas).

De Venda Nova até Povoação, tudo foi aberto no enxadão, pois nem havia trator no lugar na época. Haydê se recorda de seu pai estar entre os que lideravam grupos de homens para ir abrir a estrada aos sábados. “Cada um ia com uma enxada e ele, devido aos conhecimentos de agrimensura, organizava a turma para fazer as curvas de nível”. Na época, Povoação marcava o começo da estrada e era um lugar movimentado entre Venda Nova e Castelo, pois funcionava como o principal ponto de parada para o pernoite dos tropeiros.

Haydê se recorda que, por ser um grande entusiasta do Integralismo, seu pai foi até ameaçado de morte. “Um tal de Senhor Antônio o procurou certa vez e o aconselhou a pegar a família e fazer uma viagem, pois tinham pedido a ele para matar meu pai. Meu pai vivia andando para todo lado com o seu burro e não queria mudar os seus costumes. Como não estava disposto a sair da vila, o senhor pediu para ele pelo menos se esconder por uns dias”.

Haydê, numa entrevista em 2011, relatou que seu pai muitas vezes saía de casa por volta das 4 horas da madrugada e, dependendo da região visitada, só voltava no final do dia. “Quando ia ao Forno Grande, em Castelo, ficava o dia inteiro”. De hábitos simples, ele só almoçava na casa de uma família visitada quando não tinha como retornar. “Ele sentava no chão, em qualquer lugar da casa, e fazia a refeição. Ele tinha um empregado que deixava o animal pronto, pois nunca se sabia o momento que meu pai precisava sair”.

Muitas lembranças são de sua filha, Carmem Feitosa Altoé, 84 anos, que morou em Cachoeiro de Itapemirim de 1951 a 1956 para estudar o colegial, e que teve maturidade melhor para acompanhar o segundo mandato do pai como vereador. “Sempre que ia a Castelo, meu pai ligava para nós, na escola, para saber como a gente estava. Eu ficava muito feliz em ouvir a voz do meu pai, pois raramente eu visitava minha família em Venda Nova”.

O perfil de um homem terno e preocupado com as pessoas explicava a escolha da profissão de farmacêutico. Sua visão de saúde pública o fazia buscar sempre o melhor para a comunidade e o fez lutar contra as endemias que assolavam a região. “Tudo o que aparecia no Ministério da Saúde, ele reivindicava para Venda Nova: vacinas, remédios gratuitos... Muitas vezes a população de Venda Nova era imunizada antes de outras comunidades. Meu pai também fez uma campanha de combate à esquistossomose, dentre outras ações em benefício da saúde coletiva”.

Quando conseguia doses para campanha de vacinação, Antônio Roberto se encarregava de vacinar a população sem cobrar pelo serviço. “Ele gastava o álcool dele para os procedimentos e esterilizava as vacinas com álcool e fogo, pois as seringas e agulhas não eram descartáveis. Para aguilizar, ele esterilizava dez enquanto usava as outras dez.

Dona Carmem diz que seu pai fazia 'projetinhos' e levava até o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, que era a sede do governo federal antigamente. “Ele tinha muitos conhecidos lá e isso abria portas. Em um desses casos, ele conseguiu muitas tampas de fossa séptica para serem doadas. Nosso quintal ficava cheio delas e as peças iam sendo entregues à medida que as famílias chegavam com seus animais com cangalha para buscá-las. As primeiras vieram do Rio de Janeiro e depois de Castelo, que colocou a fabriquinha da Prefeitura para produzir as tampas a serem doadas”.

Para que a população pudesse construir a fossa séptica em si, o político viajou para São Mateus, no Norte do Estado, que estava na vanguarda da tecnologia, e conseguiu o projeto pronto, que serviu de passo a passo. “Era uma planta que indicava profundidade, largura, quantidade de tijolos e outros detalhes para que as famílias conseguissem construí-las e, assim, proteger as águas subterrâneas da contaminação”.

Esse movimento do vereador e farmacêutico se deu impulsionado pelo surgimento da esquistossomose em Venda Nova trazida pelos operários que chegaram para trabalhar na abertura da rodovia federal, a BR-31, atual BR-262. No dia 9 de fevereiro de 1953, chegaram as primeiras máquinas (da Construtora Assunção) para iniciar as obras da rodovia, mas dois anos antes, já chegaram os primeiros operários, que montaram acampamento na sede de Venda Nova. Em 1952, outro acampamento foi erguido na Tapera.

“Vieram os 'garimpeiros' de fora e trouxeram a esquistossomose, pois lá no Nordeste, a infestação era alta e aqui ninguém nem sabia da existência da doença, muito menos como agir para solucionar o problema. Quando percebeu qual era a causa da doença da maioria dos moradores, meu pai ensinou a população como se prevenir”, lembra Carmem.

O farmacêutico enxergou que a solução seria a construção de fossas sépticas e que ainda seria importante buscar uma solução de impacto coletivo. Diante do desafio, Antônio Roberto pleiteou e conseguiu verba federal para aquela que seria a primeira obra de saneamento de Venda Nova.

“Isso aqui era um fim de mundo, quase não tinha estrada e as que existiam funcionavam seis meses no ano. Quando era época de chuva, só se venciam os trechos a pé. De carro, gastava-se de três a quatro horas até Castelo. E as obras de saneamento, além de distribuírem água, drenavam as áreas mais alagadas, onde a água ficava represada e era fonte de doenças, como a febre amarela em Venda Nova, na década de 1920”, recorda-se Carmem.

Na década de 1960, ele também liderou a implantação de sistema de captação, encaçamento, tratamento e distribuição de água potável para a vila. Na época, em razão dos conflitos gerados pelo Integralismo- que já havia terminado, mas deixado seus resquícios-, conta Luiz Feitosa Perim (seu neto), houve uma disputa política, com ameaça de que a obra de saneamento fosse desfeita. Como o ato tinha dia e local para acontecer, Roberto Feitosa se posicionou perto do depósito dos tubos (mais precisamente onde fica o Posto de Gasolina Primavera, na avenida Domingos Perim, Centro) e desafiou seus opositores. Sabe-se de uma grande movimentação de “deixa disso” na vila, mas ao final a obra foi implantada, também com grandes benefícios para Venda Nova.

Além da disseminação de doenças, as mesmas obras da BR trouxeram outros transtornos, como o assoreamento do Rio Viçosa na extensão da Tapera até São João de Viçosa. Desta vez, Antônio Roberto conseguiu do Estado do Espírito Santo a concessão de uma draga que fez uma viagem de três meses para chegar a Venda Nova. “A estrada era muito estreita e, à medida que ia subindo, era alargada com enxadão para a máquina poder passar”.

“Quando chegou aqui, foi uma libertação, pois abriu muitos córregos. Da Tapera até São João estava tudo comprometido e o trabalho durou anos, pois era muito lento. Vieram junto apenas um operador de máquina e um ajudante para dar conta de tudo”.

HISTÓRICO

Antônio Roberto era filho do nordestino de ancestralidade portuguesa João Roberto Feitosa, que veio da região de Mata Grande, Alagoas, para o Espírito Santo, trabalhar na construção de uma ferrovia e que depois se instalou em Afonso Cláudio em razão da disponibilidade de terras para serem ocupadas. O patriarca foi morar mais precisamente na comunidade do Arrependido, onde se casou com Guilhermina Gomes de Oliveira- que era filha de um português com uma negra e neta de Sabino Coimbra de Oliveira que, vindo de Minas Gerais, foi fundador de Afonso Cláudio- e com quem teve quatro filhos, sendo Antônio Roberto o mais velho.

Antônio Roberto nasceu em Afonso Cláudio, em 7 de agosto de 1900. Na juventude, foi para o Exército em Vila Velha e depois para o Rio de Janeiro, onde trabalhou com enfermagem. Leandro seu filho estima que o retorno do pai do Exército tenha ocorrido em torno de 1927, pois passou por toda essa experiência até se estabelecer na Fazenda do Centro. Por influência dos médicos da família Lima, ele escolheu o lugar, onde fundou sua farmácia e conseguiu o provisionamento de farmacêutico. Lá, ele conheceu e namorou Brígida Elizabeta Bernabé.

No dia 9 de fevereiro de 1929 casou-se com Brígida, e o casal teve três filhos morando ainda naquela comunidade (Haydê, José e Joel). Dos sete filhos que chegaram à idade adulta, três são mulheres (Haydê, Carmem e Isabel+) e quatro são homens (Joel Roberto, José Anchieta+, Máximo Roberto+ e Leandro Roberto). Dois morreram ainda crianças (José, que nasceu após Haydê e morreu na Fazenda do Centro, por ter contraído crupe, aos três anos de idade. Posteriormente, em Venda Nova, faleceu Roberto- que nasceu após o Máximo- com 1,5 ano, de meningite, ambos com doenças contagiosas), o que o abalou muito.

Em 1935, Antônio Roberto, por incentivo e indicação de padre Máximo Tabuena (agostiniano), mudou-se com sua família para Venda Nova, onde foi muito bem recebido pela comunidade, que sofria com a falta de atendimento médico. A família conta que o casal recebeu 'graciosamente' de Ângelo Altoó uma gleba de terra com uma casa construída, onde montou uma farmácia. E não se desvinculou das raízes criadas no Rio de Janeiro. Sempre que necessário, levava seus pacientes aos médicos de lá. Haydê, sua filha mais velha, tinha de cinco para seis anos de idade na época da mudança. Já o filho Joel tinha um ano de idade e afirma (conforme histórias que escutou dos pais) que veio sentado na cabeceira, em cima de um travesseiro, no lombo de um burro.

Quando chegou em Venda Nova, Antônio Roberto montou a primeira farmácia do lugar, trazendo sua experiência do estabelecimento que mantinha na Fazenda do Centro. Leandro Feitosa, o filho mais novo, diz que o estabelecimento virou um fulcro para onde convergiam os pacientes que vinham, em grande parte, de regiões distantes. “Eles precisavam passar por locais de difícil acesso para chegar em Venda Nova e muitas vezes, devidos à essas dificuldades, abrigava alguns desses doentes dentro da própria casa, um costume desde a época da Fazenda do Centro”.

Leandro conta que, mesmo sendo uma pessoa forte e resiliente com esses pacientes, sua mãe Brígida atribuiu a esse hábito do esposo o fator de risco de contaminação da família pelo contato direto com os enfermos, principalmente as crianças. Para ele, esse contato, provavelmente, foi o fato de adoecimento dos dois filhos que faleceram, que antes se encontravam fortes e muito saudáveis.

Além de estar ligado à saúde pública, Antônio Roberto Feitosa era um curioso em mineralogia. Ele se correspondia com um professor da Universidade de São Paulo, para quem mandava todos os laudos e amostras das suas descobertas de minério. Na década de 1950, ele descobriu e explorou uma mina de manganês no 'Sítio de Bárbara', em Pindobas, e descobriu (na década de 1940) urânio na Serra do Boi, em Afonso Cláudio, ainda inexplorada.

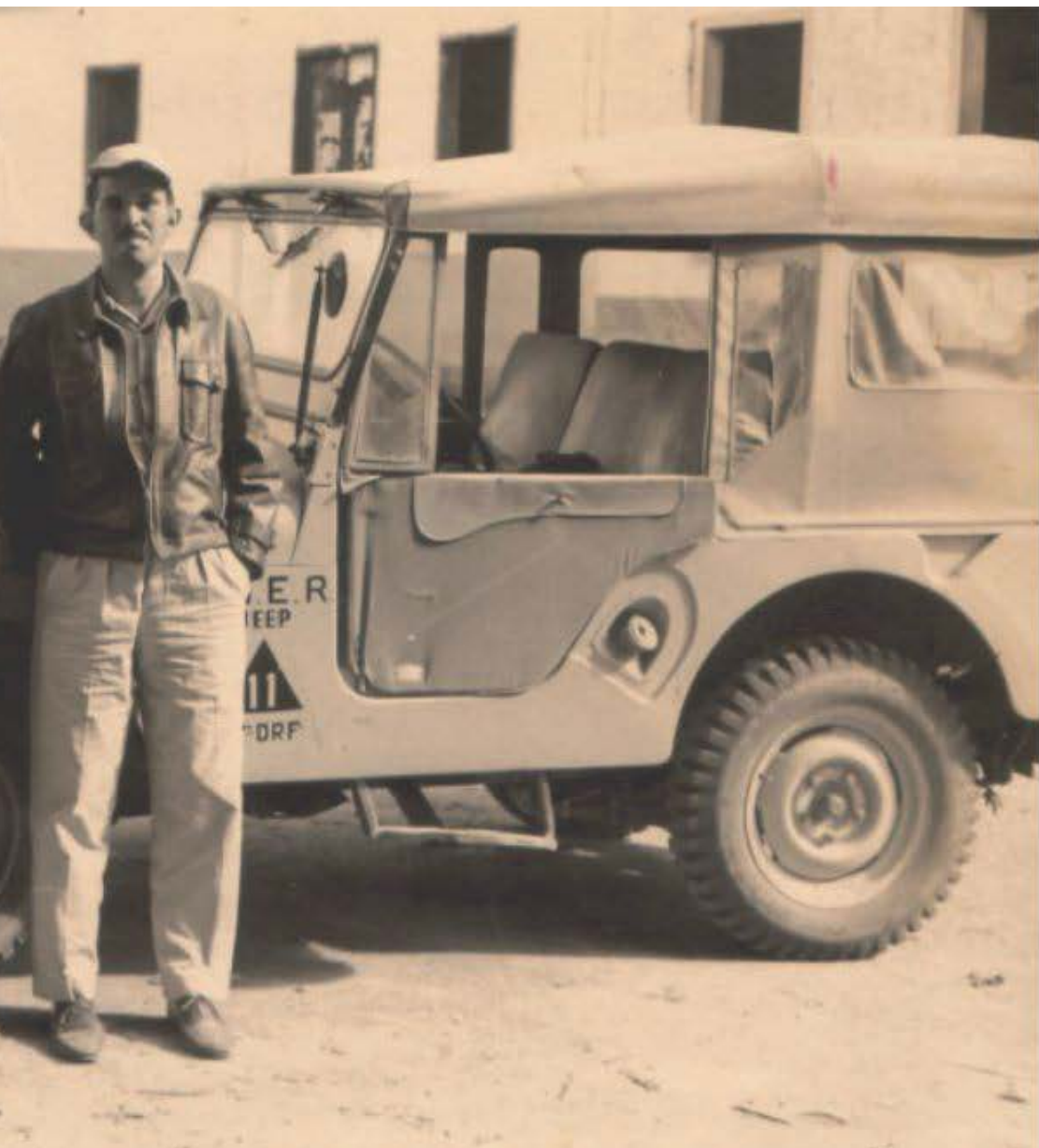
Progressista, ele lutava contra doenças tropicais que molestavam a população. Além de farmacêutico, Antônio Roberto passou a ser auxiliar da parteira Elena Caliman. Anos depois, por ter ganhado muito peso, ele transferiu o ofício para Brígida, que fez mais de mil partos.

Leandro se lembra de relatos familiares que dão conta de que seu pai, ao chegar em Venda Nova, percebeu que na região eram frequentes acidentes com picadas de cobra. Em paralelo, observou erros em membros da comunidade na forma de administrar o soro antiofídico às vítimas. Apesar de já haver iniciativas locais quanto ao suporte a este tipo de acidente, Antônio Roberto se empenhou e se destacou na região com o envio de cobras para o Instituto Butantan, em São Paulo, que produz diversos tipos de soro. Em troca, ele recebia soros que eram aplicados de forma correta nos necessitados, num serviço voluntário com o único interesse em bem servir à comunidade.

Sua casa sempre foi frequentada por personalidades, como Arquilau Vicacqua, que era padrinho de sua filha Carmem e porta-voz de Venda Nova no Estado. Antônio Roberto Feitosa tinha o temperamento forte, não era o tipo 'que mandava recado', graças a isso se tornou também polêmico e não agradou a todos, mas deixou na história de Venda Nova a sua marca.



SEM 1958- Antônio Roberto Feitosa entre os primeiros engenheiros do DNER, Ivan Medeiros e Jirson Franklin Novaes, e o motorista. Ele conhecia bem a topografia da região e passava informações para os engenheiros da BR-31, atual BR-262. Ao fundo, a Escola Domingos Perim, a casa onde moravam os empregados da família Perim e a primeira casa de madeira feita na serraria dos Perim. Na sequência, o açougue da mesma família e a casa geminada (na primeira parte morava Ricardo Perim e depois se tornou a primeira pensão do lugar) e o Bar e Padaria Nova, de Olímpio Perim.



*Antônio Roberto Feitosa
com o filho Leandro, o
mais novo.*





*Antônio Roberto Feitosa
farmacêutico*

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



ANGELO PERIM



O comerciante Angelo Perim, mais conhecido como “Seu Angelim”, era filho de Elizabetta Minetti e Domenico* Perim e foi o segundo vereador filho de Venda Nova. Ele exerceu o mandato no município de Castelo de 1947 a 1950.

Angelo Perim, nascido no dia 30 de outubro de 1906 (oficialmente em Alfredo Chaves, pois Castelo pertencia a este município), se casou com Anna Luiza Cola Perim, mais conhecida por “Dona Anita”, parteira da região. Depois de casado e alistado, foi chamado para lutar na Revolução de 1930 e ficou fora durante muitos anos.

As memórias são de sua neta Celene Perim, pois seu único filho, Sósthene Perim, também já é falecido. Ela se lembra de sua avó contar que estava grávida quando Angelim foi servir ao Exército e que ele não viu seu filho nascer. “A revolução durou 15 anos, mas não sei quanto tempo foi esse afastamento de meu avô. Quando ele voltou, meu pai já tinha nascido”.

Seu Angelim mudou-se com sua família para Castelo, onde se estabeleceu como comerciante, dono da Casa Perim, que se situava na rua Ministro Araripe, a principal da cidade.

Em 1963, ele mudou-se novamente, desta vez foi com a família para Vitória, após comprarem o Hotel Paris, na rua General Osório, no Centro da capital. Angelo continuou se dedicando aos negócios e deixou de vez sua atuação na política na região onde nasceu. Ele faleceu no dia 26 de abril de 1973, em Vitória. De acordo com sua neta, “todos os dias ele caminhava pela cidade até a avenida Jerônimo Monteiro e encontrava conhecidos. Nesse dia, ele chegou no hotel e passou mal”.

**** Na certidão de nascimento de Angelo Perim, o nome do pai consta como Domenico Perim. Em outros documentos, já “abrasileirado”, aparece Domingos Perim.***



*Angelo Perim com a esposa
Anna Luiza Cola Perim.*

Orabisco assignado, Vigario encomen-
dado, da freguesia de S. Pedro e Conci-
lho de Itapary Estado e Sepado
do Espirito Santo = Brazil =

Angelo

Certifico que nos quatorze dias
do mez de Novembro, de mil nove centos e
seis, na Capella de S. Pedro, no feli-
al a Parochia, proxima mencionada
baptisei solemnemente o parvulo An-
gelo nascido, nos trinta dias do mez de
Outubro do corrente anno, filho legiti-
mo de Pedro Emerico e Henriette Eli-
sabetta, neto paterno de Angelo e Juli-
ana Amia; ana terço de Giovanni
e Praxii Grestina, e materno de Fran-
co Lambone e Benedetta Galiano.
E para constar mandei lavrar este
termo e assignar no dia de Parochia.
Capella de S. Pedro, 14 de Novembro de 1906



F. Manuel Jimon
de F. José Nig^o

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



DEOLINDO PERIM



Nascido no dia 4 de abril de 1919, Deolindo Perim (sétimo filho de Elizabetta Minetti e Domingos Perim), foi o terceiro homem público de Venda Nova a conquistar uma vaga eletiva. Foi vereador de 1951 a 1954, período de sua ascensão como comerciante de café em Venda Nova. Na época, já casado com Dalvina Pagoto, com quem teve 13 filhos.

De acordo com o filho Dalton Perim, seu pai foi vereador numa época em que Venda Nova tinha capacidade de discutir com antecedência e se unir em torno de um candidato. “Era uma espécie de plebiscito no pátio da igreja, logo depois da missa do domingo. A comunidade, que era predominantemente rural na época, escolhia um nome para representá-la na Câmara de Castelo”.

Deolindo trabalhava pelas pautas da época: boas estradas e contratação de professoras para lecionar na única escola existente (hoje a Escola Domingos Perim). Eram tempos de poucos recursos e de uma prosperidade lenta, pois a estrada que ligava o lugar à sede de Castelo tinha sido aberta há poucos anos pelo movimento integralista e começavam as primeiras movimentações para abrir a BR-262.

Acostumado a trabalhar com o pai (dono da Casa Perim) desde os 13 anos de idade, se tornou um hábil comerciante. Na primeira divisão dos bens da família, Deolindo ficou com a serraria, atividade que exerceu até 1972. Em 1974, retomou o comércio, só que desta vez voltado para compra e venda de café, inclusive para exportação, que logo se tornou atividade principal.

Com a grande instabilidade do setor e com a necessidade de renda para que os filhos pudessem estudar, em 1966 Deolindo abriu uma mercearia em Vila Velha, na Grande Vitória. O comércio foi evoluindo, sendo administrado em paralelo aos negócios do café, que se tornou a rede de Supermercados Perim.

Está entre o seu grande legado na vida pública a disponibilidade em desempenhar a função de juiz de paz durante 25 anos, ajudando nos conflitos das famílias da região. De acordo com os seus filhos, ele sempre era procurado quando as famílias não davam conta de resolver questões como partilha de bens, herança e outros problemas comuns.

Deolindo, que faleceu no dia 11 de janeiro de 1990, ocupou somente uma vez um cargo na política e deixou também um legado em forma de negócios e de interesse na vida comunitária. Dois de seus filhos se projetaram na política: Desidério, o mais velho, foi vereador de 1971 a 1972 e, seu filho Dalton, prefeito por dois mandatos em Venda Nova (2009/2012 e 2013/2016).



*O casal Deolindo Perim e Dalvina Pagoto entre os filhos:
Leonel (adotivo), Desidério, Deosdete, Dilcea, Deorgenes,
Dalberto, Djalma, Dailton, Décio, Dalton, Deoclécio,
Deolindo Júnior, Diones e Denise*



Casamento de Dalvina e Deolindo Perim.

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



ANTENOR HONÓRIO PIZZOL



Em 1954, Antenor Honório Pizzol, mais conhecido como Honório, foi eleito vereador para a Câmara de Castelo. Ele assumiu em 1955, quando foi eleito presidente da Mesa Diretora da Câmara no biênio 1955/1956. Seu mandato foi até 1958.

Filho de Atílio Pizzol e Giovanina Pin Pizzol, Honório nasceu em 10 de março de 1923, em Barcelos, comunidade de Domingos Martins. Veio para Venda Nova com os pais em 1932 e, em outubro de 1950, casou-se com Adelina Spadeto Pizzol, com quem teve sete filhos.

Jogar futebol numa época em que o time da comunidade de São João de Viçosa era forte nas competições regionais, o tornou uma pessoa muito conhecida. Isso somado ao fato de trabalhar no comércio, que naquela época era um dos únicos da região que vendia secos e molhados, e hoje em dia, um armarinho- com artigos tradicionais, como panelas, tecidos e outras utilidades-, que seu pai abriu em 1940 e que resiste até hoje.

Durante a semana, ele ficava atrás do balcão do armarinho, atividade que gostava muito e que lhe possibilitava conversar com muitas pessoas, principalmente quando o assunto eram os problemas do lugar. Já aos finais de semana, ele ia jogar, quando tinha chance de conviver com famílias inteiras que acompanhavam o futebol.

Em 1952, Mário Pizzol se empenhou em convencer o sobrinho Honório a se candidatar a vereador. Ele, que era farmacêutico e vereador em Castelo, não podia tentar reeleição, pois naquela época não era permitida. Honório, que inicialmente resistia à proposta, acabou cedendo à insistência do tio e se candidatou pelo PSD, mesmo também sendo convidado pelo partido rival, a UDN.

Já candidato, ele começou a campanha, sem muita pretensão de ganhar. E o resultado foi uma grande surpresa, ao ser eleito com 346 votos, sendo o terceiro vereador mais votado naquele pleito. A Câmara promovia duas sessões por mês e, para se deslocar para Castelo, ele utilizava seu próprio veículo, um Jeep, numa viagem que durava quase um dia inteiro.

Como vereador de Castelo, ele não recorda muita coisa. O que ele diz é que apoiou vários projetos, inclusive a ajuda na construção da igreja de Castelo. Indicou várias obras como a abertura da estrada de Alto Vargem Grande até São João e Pindobas, em Venda Nova.

Após o término do mandato como vereador, ele deixou temporariamente a política e continuou se dedicando ao comércio.

*Honório mais moço. Na foto acima com o
amigo não identificado e abaixo, com
Nico Comarela, amigo da família e
irmão de Américo.*





*Honório com
o amigo não
identificado e abaixo,
com Nico Comarela,
amigo da família e
irmão de Américo.*





*Honório com os filhos Lourdes, Thereza,
Célia, Vera, Eloísa e Atilio.
Está faltando o Herval, já falecido..*



Antenor Honório Pizzol, recebeu a honraria Comenda Pe. Cleto Caliman, homenagem da Câmara Municipal em 2013.

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



OLÍMPIO PERIM



De 1959 a 1963, Olímpio foi vereador em Castelo, município ao qual Venda Nova pertencia na época. Em 1962, ele foi eleito presidente da Câmara Municipal e, no mesmo ano, assumiu o cargo de prefeito interino, devido à licença concedida ao titular do cargo e ao seu vice-prefeito. Ele ficou na Prefeitura por 60 dias.

Nascido no dia 2 de janeiro de 1922, o filho de Elizabetta Minetti e Domingos Perim foi um homem de expressão na vida pública como comerciante e construtor. Como um homem de negócios e de visão, ele também investiu na área de construção. Coordenava os trabalhos, orientando e administrando todos os passos da obra. Ele ergueu a canônica Igreja Matriz, hotéis e edifícios comerciais e residenciais em Venda Nova e Vila Velha e implantou diversos loteamentos na cidade.

Seus méritos foram reconhecidos em vida ao ser homenageado pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, que concedeu a ele a Comenda do Imigrante Padre Cleto Caliman, por sua contribuição para o desenvolvimento do município e sua atuação na política. A homenagem foi durante a Sessão Solene de 26 anos de emancipação política do município, realizada no dia 10 de maio de 2014.

Na ocasião, muito emocionado, Olímpio falou que era muita satisfação estar ali naquele momento. “Nunca pensei que ele (o momento) fosse acontecer. Quero agradecer a todos que fizeram esse trabalho em torno da minha vida e a todas as pessoas que vieram aqui me homenagear”.

Olímpio Perim, um dos dez filhos (Angelo casado com Anita Cola, Ricardo/ com Pierina Altoé, Ana/ com Joaquim Puppín, Otávio/ com Florentina Lorenzoni, Elvira/ com Pedro Altoé, Josefina/ com Errico Lorenzoni, Deolindo /com Dalvina Pagoto, Vicente/ com Leonor Lorenzon e Maria de Lurdes, falecida ainda jovem) de Domingos Perim (falecido em 1944), herdou junto com alguns irmãos o comércio, um dos negócios do patriarca da família, que deixou farmácia, padaria, um pequeno posto de gasolina (com apenas uma bomba) e outros empreendimentos.

Além de manter a Casa Perim (empresa de comércio fundada em 1912), Olímpio também fez experiências pioneiras com plantios de trigo, milho, batata, tomate e fumo. Ele foi o fundador do Rio Branco Futebol Clube, cujo estádio tem o seu nome. Olímpio Perim era um homem de aproveitar todas as oportunidades comerciais e, por isso, comercializava o maior número de itens possíveis em sua loja. Ele contava que comprava de acordo com a necessidade das pessoas e que perdia uma chance comercial.

Quando tinha 13 anos, os pais mandaram Olímpio para estudar no Colégio Salesiano de Jaciguá, mas passados dois anos, ele retornou para casa. Depois, foi fazer o segundo grau em Castelo, ficando primeiro na casa do tio Nicolau Perim e depois com Ângelo, seu irmão mais velho, que estava tomando conta do comércio lá. Ele foi mandado para lá pelo pai por causa do problema em sua perna, um pouco atrofiada devido à paralisia que teve na infância.

O andar ligeiramente mancando nunca foi dificuldade para Olímpio, que conheceu a culta e elegante Haydê Feitosa e se casou e com ela no ano de 1947. Tiveram sete filhos (Domingos Roberto, Antônio Marcos, Carlos Alberto, Luiz Carlos, José Ângelo, Olímpio Júnior e Miriam+).

Olímpio Perim faleceu no dia 3 de maio de 2018. Uma carta que a família recebera da Inspeção São João Bosco, dos salesianos de Vitória, descreveu bem a sua personalidade, reforçada por relatos de religiosos. “Ainda jovem, Olímpio foi um dos primeiros estudantes do Seminário Salesiano do Ginásio Anchieta, de Jaciguá. Dotado de uma personalidade ímpar e bastante astuto, deixou precocemente os estudos religiosos, mas nunca perdeu o vínculo com os salesianos. Com seu jeito fraternal, acompanhou alguns salesianos em suas formações por meio de diálogos, incentivos e orações”.

Dom Décio Zandonadi lembrou: “Lembremos também do tempo em que ele arrecadava alimentos na região, juntamente com o presidente dos cooperadores salesianos de Venda Nova do Imigrante, como Máximo Zandonadi e Olímpio Perim, que faziam o trajeto em sua caminhonete com o objetivo de doar aos internos do seminário de Jaciguá aqueles alimentos, inclusive eu era garoto, e fui algumas vezes entregar as mercadorias juntamente com Olímpio”.

“Olímpio era colaborador salesiano e que muito ajudou a obra, inclusive na construção da Igreja Matriz de Venda Nova. Na época, ele era o tesoureiro da igreja. Durante a construção da igreja, período em que na época faltava dinheiro para pagar as despesas, ele retirava da empresa Perim e pagava. Quando a igreja tivesse o dinheiro, devolvia a ele sem nada de juros. O que ele fez pela igreja, Deus que tudo sabe e vê, irá compensá-lo, com certeza”, disse padre Braz Carnielli.

Dentre os empreendimentos que deixou, está o loteamento da Fazenda Providência, o loteamento Olímpio Perim, que fica no quilômetro um da rodovia Pedro Cola e faz parte dos projetos de expansão que agregam ao desenvolvimento de Venda Nova.





Olímpio Perim com a esposa Haydê e os filhos Antônio Marcos, Carlos Alberto, Mirian, Olímpio Júnior, Domingos Roberto, José Ângelo e Luiz Carlos.



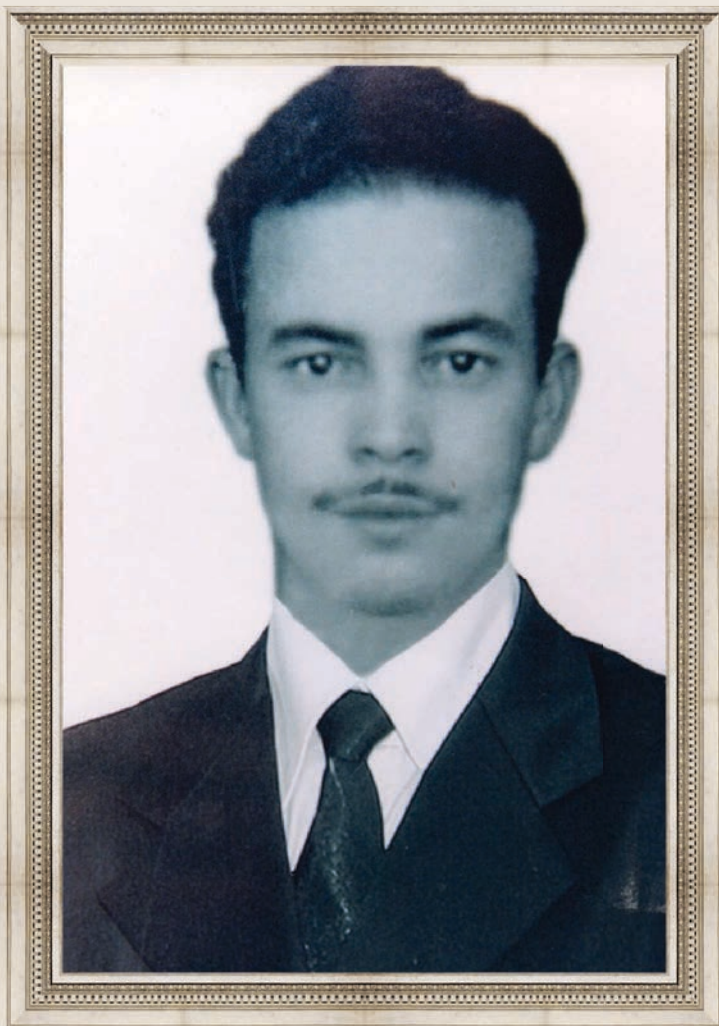




LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



RUY DE PAIVA



Ruy de Paiva, natural de Castelo, se fixou na comunidade de Santo Antônio do Oriente, onde instalou uma farmácia. Anos depois, foi para a comunidade de São Roque, Venda Nova, para onde transferiu sua farmácia, que era vizinho da família Avanci.

Quando se mudou para a comunidade de São Roque, ele e a esposa já chegaram com suas quatro crianças: três meninos e uma menina. “Ele era um bom farmacêutico, atencioso e parteiro também”. Quem traz essas informações é o casal Maria de Lourdes Sossai Fiorese, 82 anos, e Arcângelo Fiorese, 85. “Muitas crianças lá nasceram nas mãos dele”.

Ele também foi presidente da Comissão da Igreja da comunidade e, pelo seu papel relevante, foi eleito vereador. “Ruy de Paiva era quase um médico, pois só tinha ele para socorrer as famílias. Era ele ou ir para Venda Nova, Conceição do Castelo ou Castelo”.

Sempre disposto, Ruy de Paiva atendia aos chamados a qualquer hora do dia. “Teve o caso da minha comadre grávida de gêmeos, que ganhou um bebê sozinha em casa, mas não conseguiu ganhar o segundo. Fui a pé buscar o Ruy (ele ainda não era vizinho da minha família, que morava na Cotia na época) e ele retornou a pé comigo, pois era noite. A segunda criança nasceu pelas mãos dele”.

Geralmente, Ruy visitava os pacientes a cavalo, quando o trajeto era feito ao dia. Ele era um bom cristão e a comunidade era muito grata a ele.

Quando Ruy de Paiva se candidatou, nem Arcângelo e nem Maria de Lourdes votaram nele, pois ele era jovem demais e ela, porque as mulheres não tinham direito de votar ainda. “A primeira vez que votei foi em Desidério Perim, que foi vereador em Conceição do Castelo. Ruy não foi candidato nesta vez”.

Ruy de Paiva tinha duas propriedades em São Roque e vendeu uma delas para a família Fiorese, quando se tornou vizinha do farmacêutico.

Ruy de Paiva foi padrinho de quase todas as crianças que nasceram na comunidade na época. Ele recebia bem as pessoas.

Quando os filhos do farmacêutico cresceram, sua esposa mudou-se com eles para que pudessem estudar. Anos mais tarde, ele fechou a farmácia. De acordo com Arcângelo, ele teria falecido no Rio de Janeiro, já de idade e sem memória.

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



AMÉRICO COMARELA



Tropeiro desde os seis anos de idade, Américo Comarela nasceu em Ara-guaia, Alfredo Chaves. Veio para Venda Nova com os tios e morou durante anos no 'Pé da Serra', em Lavrinhas. Casou-se com Ana Malia Lorenzoni em 1941 e com ela teve 12 filhos.

As experiências no tropeirismo sempre fizeram parte das conversas de Américo com os filhos e, depois, com a neta Scarlet, para quem ele relatava a forma como ele agia como responsável pela comida da tropa, carregando ingredientes e as panelas, dentre outras experiências. “Ele contava que cozinhava broto de bambu e levava as roscas secas feitas pela mãe dele, a vovó Maria Perim. Na viagem de ida, quando achava um cacho de banana verde, costumava fazer um buraco para enterrar as frutas, que estariam maduras para alimentar a tropa na volta”, recorda-se a filha Marta.

Por onde passava, Américo fazia amizade. Com essa facilidade de dialogar, manteve suas amizades mesmo nas épocas mais efervescentes da política. A filha Wanda se recorda que “ele sempre falava da importância da política e que não era para existir inimigos. Seus melhores amigos, como Angelim Pagotto e Deolindo Perim-compadres dele-, estavam do outro lado da disputa”, disse se referindo à época em que Conceição do Castelo era município emancipado e Venda Nova era distrito.

Américo foi vereador quando Venda Nova pertencia ao município de Castelo e participou do momento político em que Conceição do Castelo se emancipou (1964). Ele e Anécio Paste eram os vereadores vendanovenses cujos nomes estão entre o que tiveram a iniciativa de iniciar o processo de emancipação. Há registros de que, no dia 5 de julho de 1963, era aprovado o Projeto de Resolução que concedia a necessária permissão à Assembleia Legislativa do Espírito Santo para o desmembramento do município. A Lei Nº 1909, de 6 de dezembro, criou o município de Conceição.

Novamente, por iniciativa de Américo, de Anécio e de outros vereadores, Venda Nova se tornou distrito. O Projeto de Resolução Nº 668/63, aprovado no dia 25 de agosto de 1963, estabeleceu que o limite do distrito de Venda Nova iniciava nos limites de Afonso Cláudio, no divisor de águas do Córrego Bananeiras e Rio Castelo; prosseguindo pelo divisor de águas do Córrego Camargo e Rio Castelo; prosseguindo pelo divisor de águas do Rio Castelo e Rio Viçosa até a barra do Córrego Canção, depois pelo divisor de águas do Córrego Canção e Córrego Taquarussu, até a barra do Córrego São Gurgel; prosseguindo pelo divisor de águas dos córregos São Gurgel e Barro Branco até atingir os limites do município de Castelo.

Esta era a última legislatura em que Venda Nova estava vinculada a Castelo. Não foram encontrados documentos indicando se Américo terminou ou não seu mandato, pois de 1964 até o final de 1966, Conceição do Castelo (município ao qual passara a pertencer como distrito) contava com administração própria, através de um interventor. Ele continuou ativo na política, como será mostrado no capítulo que trata da vida política das personalidades vendanovenses no município de Conceição do Castelo.



Otávio Perim e Américo Comarela.

LEGISLATURA CASTELO
1929 / 1966



ANÉCIO PASTE



O oitavo filho dos agricultores familiares e descendente do italiano Ângelo Paste e da ítala-egípciana Elvira Tosatto- família pioneira em São João de Viçosa-, Anécio Paste, cresceu com o nome de Genésio*. Ele nasceu no dia 28 de agosto de 1928 naquela comunidade e ali viveu sua infância até precisar sair para estudar.

Anécio estudou o ensino fundamental em seminários salesianos em São Paulo com complemento em Jaciguá, hoje Vargem Alta.

Na juventude, atuou na comunidade católica de origem como ativista cultural, fazendo produção teatral, principalmente nas festividades anuais do padroeiro. Esportista, Anécio obteve títulos regionais pelo São João Futebol Clube, considerado um dos times mais fortes da região. Foi animador de forró por todo o Sul, do então município de Castelo, quando participava como exímio contador de piadas, além de jogos diversos.

Capacitou-se como dentista prático e casou-se com Teonila Balbina Ventorim, em 1957, e recebeu de herança uma pequena propriedade. Como recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 1960, Anécio conheceu a realidade social por onde pesquisou.

Tudo isso o habilitou a entrar para a política partidária, elegendo-se vereador por Castelo de 1963 a 1966. Já no primeiro ano de mandato, lutou pela emancipação de Conceição do Castelo juntamente com os correligionários locais, além de participar da criação do distrito de Venda Nova.

Conseguiu recursos para a construção da extinta Escola Singular Anécio Paste, na entrada da fazenda do sogro, Francisco Ventorim. A unidade funcionou por vários anos, alfabetizando muitos alunos. Foi exímio comerciante, buscando, em Castelo e depois em São Paulo, novidades em automóveis, eletroeletrônicos, vestuário, joias e perfumes, ampliando seu modo de ver e viver no mundo. Militou na arquitetura, construindo a primeira casa com banheiro na área interna da edificação do local. Como fotógrafo, também eternizou vários momentos e personagens da vida comunitária da época, em registros de imagens em preto e branco.

Anécio articulava as visitas de autoridades eclesiais, sempre colocando-se como hospedeiro e transportando ida e vinda, por ser, por algum tempo, único proprietário de automóvel. Sempre era requisitado para transporte, principalmente em muitos casos de internamentos em cidades vizinhas ou até de outro Estado.

Candidatou-se a prefeito de Conceição do Castelo no final de 1966 pela oposição e perdeu, ao mesmo tempo em que se mudou pra Castelo com a família, mulher e, naquele momento, com quatro filhos em idade escolar. No entanto, participava ativamente de todos os eventos culturais e políticos no lugar onde nasceu.

Por onde passava, a política partidária era sempre uma motivação, influenciando todas as pessoas com um carisma característico e respeitando os adversários.

Em 1974 mudou-se para Vitória e, no ano seguinte, levou a família com os filhos em idade universitária. E lá viveu até o seu falecimento no dia 25 de maio de 2018.

**O pai foi registrá-lo com o nome de Genésio e assim ele foi chamado, mesmo quando foi para a escola e descobriu que em sua certidão de nascimento constava Anécio. Ele só passou a usar o nome oficial (Anécio) ao assumir postos públicos, como o de vereador e, mais tarde, como diretor do Ciretran, em Cariacica.*



Como recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 1960, Anécio conheceu a realidade social por onde pesquisou.



Esportista, Anécio obteve títulos regionais pelo São João Futebol Clube, considerado um dos times mais fortes da região.



LEGISLATURA 1967 A 1988

QUANDO VENDA NOVA
PERTENCIA AO MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO





LEGISLATURA

1967 A 1988

QUANDO VENDA NOVA PERTENCIA AO
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

1967 a 1970 - Antenor Honório Pizzol * prefeito

1967 a 1970 - Braz Mazzoco

1967 a 1970 - Desidério Domingos Perim

1967 a 1970 - Egídio Zandonadi *1967/68 presidente

1971 a 1972 - Américo Comarela *vice-prefeito

1971 a 1972 - Benjamim Falchetto

1971 a 1972 - Desidério Domingos Perim *presidente

1971 a 1972 - Marcelino Mazzoco

1973 a 1976 - Antenor Honório Pizzol *prefeito

1973 a 1976 - Ângelo Arlindo Pagoto

1973 a 1976 - Benjamim Falchetto

1977 a 1981 - Benjamim Falchetto *prefeito

1977 a 1982 - Américo Comarela

1977 a 1982 - Ângelo Arlindo Pagoto

1977 a 1982 - Sérgio Rosa Marques

1983 a 1988 - Nicolau Falchetto *prefeito

1983 a 1988 - Aldi Maria Caliman *1985/86 presidente

1983 a 1988 - Ângelo Arlindo Pagoto

1983 a 1988 - Braz Delpupo *1983/84 e 1987/88 presidente

1983 a 1988 - Jorge Andreão

1986 a 1988 - Américo Comarela (suplente)



VENDA NOVA E O SEU PODER DE MOBILIZAÇÃO ENQUANTO NÃO SE EMANCIPAVA

Conceição do Castelo estava alçada oficialmente à condição de município e, Venda Nova, de distrito. Devido ao Brasil estar sob o regime militar, as eleições diretas para prefeito e para vereador do novo município só aconteceram em 1966, quando do distrito de Venda Nova saíram o prefeito e três dos sete vereadores da Câmara Municipal. Das quatro gestões, três prefeitos eleitos eram de Venda Nova, sendo que na última legislatura (antes do desmembramento), o distrito fez maioria na Câmara.

Venda Nova, mesmo na condição de distrito, continuava se revelando um lugar pujante. Muita coisa acontecia na cidade, com a participação ou à revelia dos poderes municipais, devido à grande capacidade de mobilização dos moradores, que não se deixavam abater pelas dificuldades e embarcavam nos projetos de padre Cleto Caliman, um religioso que se revelou um verdadeiro estadista.

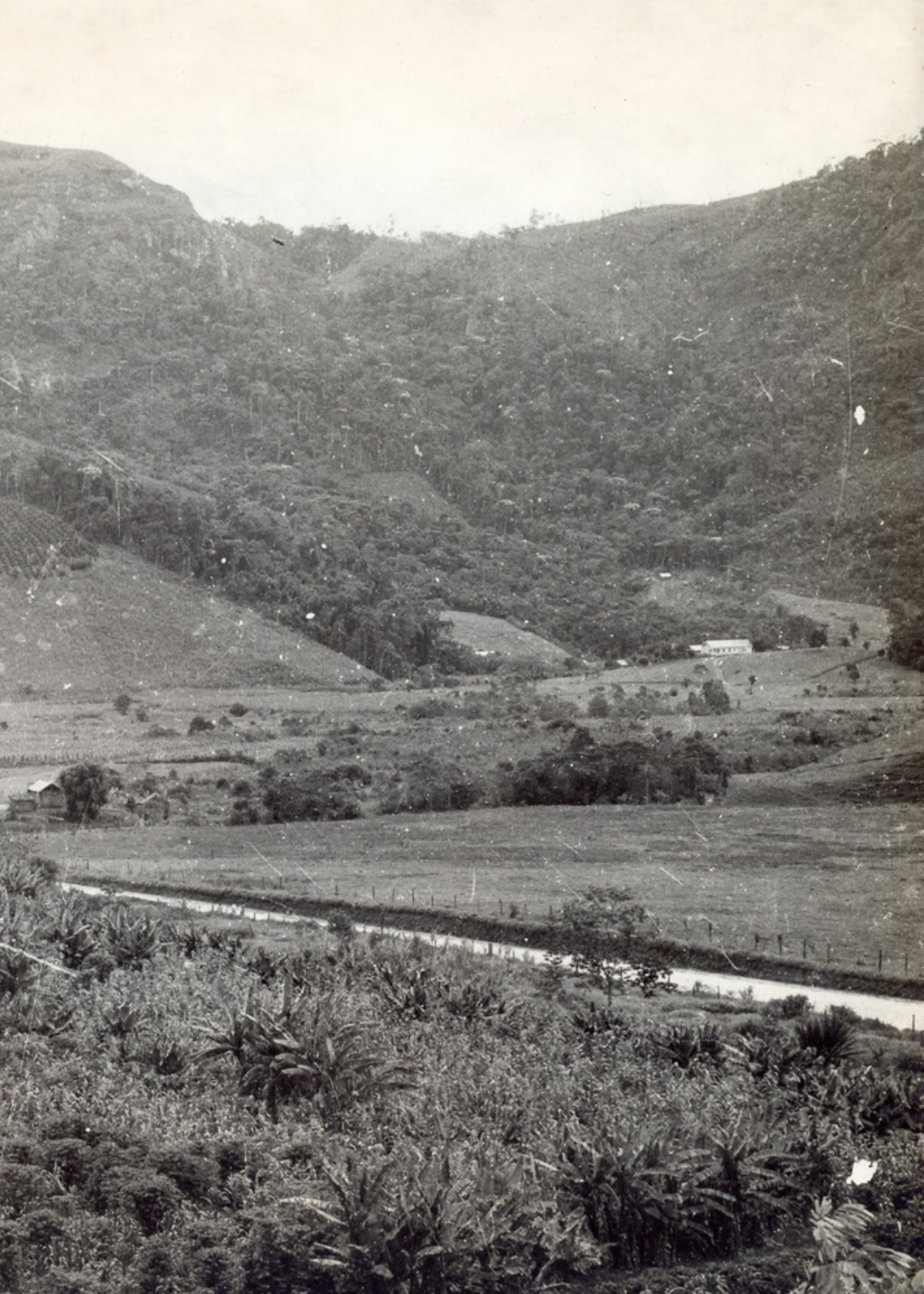
No dia 8 de janeiro de 1967, foi inaugurada a agência dos Correios e Telégrafos de Venda Nova, que há dez anos contava apenas com um posto subordinado a Conceição do Castelo. O pedido tramitava nos órgãos competentes, mas só naquele ano começou a andar, quando padre Cleto solicitou que fosse destinada uma verba e ele mesmo doou um terreno para este fim.

A obra do Colégio Salesiano (que começou em 1962) foi parcialmente concluída em março de 1968, ano em que foram matriculados 52 alunos no curso de admissão. Desses, 51 se formaram na turma de 1971. De acordo com o mestre de obras Elizeu Gomes, em entrevista concedida em 2008, no total foram quase duas décadas para concluir o projeto por completo.

Registros fotográficos dão conta que, em 1968, as obras do Hospital Padre Máximo entram em fase de acabamento. No entanto, não foram encontrados registros do dia de sua inauguração. A data da foto entra em contradição com a informação do construtor Elizeu Gomes, que disse que, em 1972, a obra do Colégio Salesiano foi paralisada e ele (com um grupo de pedreiros) foi encarregado de erguer o primeiro pavilhão do hospital.

O registro mais antigo sobre o funcionamento do hospital é da contratação do contador Venâncio Gonçalves de Figueiredo, datado de 1º de janeiro de 1973, 15 anos depois de registrada a ata da criação da Associação Social Filantrópica Padre Máximo, no dia 14 de janeiro de 1959.





Venda Nova progredia também nos projetos privados, como a construção, em 1968, da primeira granja de caráter comercial na propriedade de Máximo Zandonadi. Em 1969, a empresa municipal Csmel passou a fazer o abastecimento de energia elétrica, que antes apenas contava com pequenas usinas familiares para servir as casas.

Em 1969, foi promovido o 1º Baile dos Universitários. A proposta do evento seria uma forma de os filhos de Venda Nova, que estudavam fora, se encontrarem nas férias de julho. Com o frio intenso do pico do inverno, os estudantes montaram uma fogueira que tornou símbolo, como o lema “Manter Acesa a Chama”. Mais do que se divertirem, os estudantes passaram a colocar seus conhecimentos acadêmicos a serviço da comunidade, criando mais adiante a Associação Pró-Melhoramento de Venda Nova- Amena, que por sua vez fez surgir a Casa da Cultura.



Abertura da BR-262 - Chegada do progresso e início da ruptura com as tradições camponesas trazidas pelos imigrantes italianos. Mais tarde, a Festa da Polenta e o agroturismo estimulam o resgate e a valorização dessa cultura.



LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



PREFEITO

CONCEIÇÃO DO CASTELO
1967 A 1970



ANTENOR HONÓRIO PIZZOL
PREFEITO

Atualmente, com 99 anos e já debilitado pela sua idade, sua família ajuda a lembrar dos fatos que marcaram a vida de Antenor Honório Pizzol. Para facilitar, suas filhas se reuniram para rascunhar várias passagens de sua vida pública e depois leram para que ele confirmasse ou não. Um material produzido pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante em entrevista com Honório, em 2013, por ocasião da Câmara Municipal homenageá-lo com a Comenda do Imigrante Padre Cleto Caliman, também foi importante no resgate de suas memórias.

Em 1964, Conceição do Castelo se emancipou, anexando Venda Nova ao seu território. Em 1966, depois de ser governada por dois anos por prefeitos interventores, chegava o momento em que a população do município poderia eleger, pela primeira vez, o prefeito e os vereadores. Houve muita dificuldade para a escolha dos candidatos, pois os moradores de Conceição não aceitavam candidatos de Venda Nova, e vice-versa. Honório foi o nome de conciliação.

Sua postura durante as campanhas, por exemplo, era de dar atenção e de visitar todas as famílias de Conceição do Castelo e Venda Nova, mesmo que algumas destas fossem de adversários políticos. Numa ocasião, uma família pediu para ele falar os Dez Mandamentos da Lei de Deus, pois o patriarca e todos os familiares só votariam no candidato que soubesse. Como Honório falou todos, teve todos os votos daquela família, pois o adversário já tinha passado por lá e não teve sucesso em sua tentativa.

Honório manteve o hábito de visitar as famílias e a única propaganda impressa naquela época eram os famosos 'santinhos', que eram pagos por ele mesmo. Sua família se recorda que em sua última campanha, os comícios de todos os candidatos eram feitos no mesmo palanque e no mesmo dia. Um candidato fazia o comício primeiro e depois o outro, sem confusão.

A eleição foi no dia 15 de novembro de 1966 e, dos 2.598 votos apurados, Honório foi eleito com 1.460. Em 1º de janeiro de 1967, o juiz eleitoral José Grande Ribeiro estabeleceu o município de Conceição do Castelo, dando posse à Câmara Municipal, que empossou Antenor Honório Pizzol como o primeiro prefeito eleito pelo voto popular do município de Conceição do Castelo, tendo Alvim Cornélio Lopes como vice-prefeito.

Na qualidade de distrito de Conceição do Castelo, Venda Nova, que se destacava pela sua organização e liderança, conseguiu se unir em torno de um único nome e, com o vice de Conceição do Castelo, conseguiu emplacar o primeiro prefeito eleito. Honório foi eleito e reeleito na esteira da sua popularidade consolidada pelo primeiro mandato como prefeito e pela trajetória que começou como vereador em Castelo.

No primeiro mandato, ele ia diariamente à sede de Conceição do Castelo no próprio carro (um Jeep e, mais tarde, uma Rural). Já no segundo, a Prefeitura adquiriu um Fusca, que era usado para resolver todos os problemas do lugar, inclusive as viagens para a capital em busca de recursos no Governo do Estado e uma para Brasília/DF.

Depois de assumir, apareceram os primeiros desafios. A Prefeitura não tinha prédio próprio, funcionava no térreo (porão) de um sobrado, localizado na rua Souza Pinto e uma das conquistas do seu primeiro mandato foi adquirir o terreno e construir a sede. Para trabalhar, Honório adaptou o local, que foi emprestado e onde havia apenas uma mesa com quatro cadeiras, também emprestadas, e uma máquina de escrever. Como a Prefeitura também não possuía veículo, Honório tinha que usar seu próprio carro quando precisava se deslocar dentro e fora do município a trabalho.

Quando assumiu, a Prefeitura tinha seis mil cruzeiros em caixa, quantia que foi suficiente para quitar a folha de pagamento. Segundo sua família, Honório chegou a colocar dinheiro próprio na Prefeitura. O município recém-criado quase não tinha estrutura. Também equipou a Prefeitura e adquiriu máquinas pesadas, que foram usadas para abertura de inúmeras estradas no município todo (Conceição e Venda Nova).

As escolas funcionavam em paióis, igrejas e até em casas de moradores, de forma muito precária. Pouco mais de um mês depois de instalado o município, um temporal causou grandes prejuízos em Venda Nova. A escola- que nasceu em abril de 1921 como Escola Mista São Pedro de Venda Nova e passou por mais quatro denominações até se tornar Escola Domingos Perim- foi totalmente destruída. O imóvel, em frente onde hoje é o Perim Café, foi comprado em 1948 de Domingos Perim por um grupo de 14 sócios, que o cedeu para o funcionamento da escola, conforme informa o contrato celebrado que consta nos arquivos da instituição. A casa antiga, que era sede da escola, foi substituída por duas salas construídas com recursos do Estado em 1952 e foi essa edificação a destruída pelo temporal.

Em busca de uma solução, Honório, acompanhado de alguns professores, foi a Vitória conversar com o secretário de Estado da Educação, que foi solícito. Logo, foi enviado um engenheiro para ver se seria possível que a escola continuasse no mesmo prédio, mas a situação não permitia: Venda Nova precisava de uma escola nova. Como era necessário um novo terreno, Domingos Perim fez uma troca e a estrutura foi erguida onde está localizada a quadra de esportes da agora Escola Domingos Perim, localizada na rua La Ville, no Centro de Venda Nova do Imigrante. O novo prédio foi inaugurado no dia 8 de março de 1969.

Honório foi ainda responsável por trazer a energia para Venda Nova e Conceição do Castelo, durante o primeiro mandato. Primeiro foi instalado um grande transformador em Conceição do Castelo e depois, um segundo, no distrito, mediante o atendimento do governador Christiano Dias Lopes ao pedido do prefeito. Na ocasião, as lideranças das comunidades se reuniram com Honório, que providenciou um pedido de doação de um poste para cada família. O então governador doou o transformador e o povo colaborou com a doação de vários postes. A Prefeitura ajudou com a fiação, o restante do material e a mão de obra especializada, possibilitando esse benefício, que na sua opinião, depois das escolas foi a conquista mais importante nesse mandato.





*Chegada do ministro Mário Andreazza
para inspecionar a construção da BR-262.*

Também nesse mandato, Honório pediu ao governador para resolver o problema de abastecimento de água tratada em Venda Nova, onde as famílias contavam apenas com água de nascentes, desviadas dos mananciais ou extraídas de poços.

Ainda no primeiro mandato, as obras do Hospital Padre Máximo, em Venda Nova, chegavam à fase final, quando a Prefeitura doou todas as esquadrias. “Padre Cleto era um grande parceiro e estabeleceu uma boa comunicação com Honório, que sempre buscava uma forma de apoiar as iniciativas do religioso”, recorda Célia, uma das filhas de Honório. Esta obra histórica teve sua raiz fincada quando Honório ainda nem era prefeito: no dia 14 de janeiro de 1959, lideranças de Venda Nova motivadas pelo padre Cleto Caliman reuniram-se em Assembleia Geral para constituírem uma sociedade civil filantrópica e de caráter beneficente para criar o Hospital Padre Máximo.

O Colégio Salesiano, outra benfeitoria trazida pelo esforço de padre Cleto, teve o apoio de Honório, que providenciou para que a Prefeitura fizesse toda terraplanagem do terreno e doasse as 200 carteiras. Para conquistar benefícios para Venda Nova, o religioso levava para Brasília projetos e pedidos assinados por ele e pelo prefeito, visando conseguir verbas para concretizar as obras idealizadas por padre Cleto.

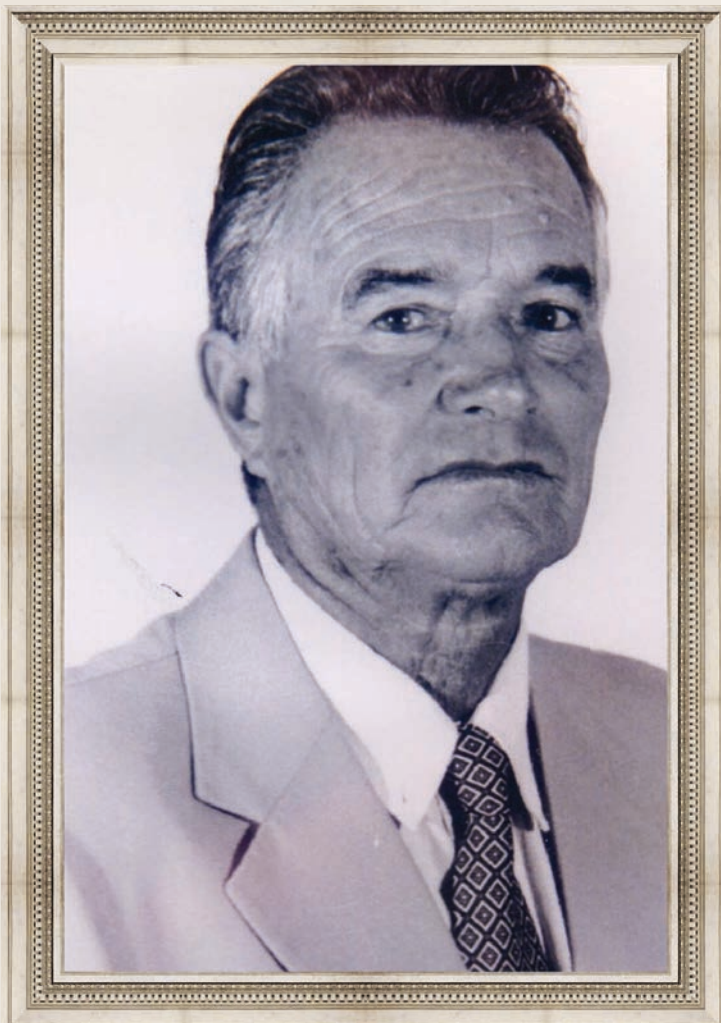
Ao fim do primeiro mandato de Honório, em 1970, o município tinha mais de 60 salas de aula e mais de 260 quilômetros de estrada. Em Venda Nova, a primeira escola construída foi a de Pindobas. A parte pedagógica do município era coordenada pela Aldy Soares Merçon Vargas, responsável pela rede municipal. Na rede estadual, a responsável era Denilza Paste.



LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



BRAZ MAZZOCO



Braz Mazzoco foi o primeiro ve-reador oriundo de Vargem Grande representando Venda Nova. Ele, como os demais companheiros de sua época, não era remunerado e, na maioria das vezes, fazia a cavalo o percurso de casa até Conceição de Castelo. Uma espécie de trilha que passava pelo Cancão (hoje Fazenda do Incaper), por Fazenda Mangalarga (do falecido Alvino Cornélio), chegando até a estrada de Santa Luzia, bem próximo à sede do município.

Filho de Ângelo Mazzoco Júnior e Josefina Carnielli, Braz Mazzoco nasceu em 9 de abril de 1929 e quem traz suas memórias para registro é Paulo Mazzoco, um dos seus dez filhos e autor do livro “Família Mazzoco – Uma Fração da Saga de um Povo”, de 1998. Braz Mazzoco estudava no Colégio Salesiano de Boa Esperança, mais conhecido como colégio de Jaciguá, hoje município de Vargem Alta, e lá só ficou sabendo que sua mãe tinha falecido 30 dias depois ao receber uma carta.

Braz contou aos filhos que foram três anos de luto na família, pois em 1940, faleceu sua avó Maria Schiavenin, em 1941, seu avô Ângelo Francesco Mazzoco, e, em 14 de fevereiro de 1942, sua mãe Josefina, três horas após o nascimento da filha, também Josefina. Naquela época, o luto era respeitado o ano inteiro, usando roupas pretas.

A morte prematura da mãe, com apenas 42 anos de idade, trouxe Braz Mazzoco de vez para casa e ali permaneceu mesmo depois do casamento com Derli de Azevedo, trabalhando na lavoura, fazendo fretes e com uma pequena venda, no sítio em Vargem Grande. Ali ele ficou até a sua morte.

Em Jaciguá, em sistema de internato da Congregação dos Salesianos, estudou até o quarto ano. Ele teve como companheiros Clementino Caliman, Agostinho Caliman, José Altoé e Antônio Venturim (“Antônio Jassete”), dentre outros. Em frente ao colégio de Jaciguá, passava a linha de trem e tinha a Estação Virgínia. O trem era um dos poucos meios de transporte até Cachoeiro de Itapemirim.

Braz Mazzoco já era casado quando foi eleito vereador e já tinha nove filhos. Depois teve mais um, Carlos Fernando Mazzoco, que nasceu em 1972. Ele e a esposa Derli sempre acolhiam as professoras que iam lecionar em Vargem Grande, o patroleiro, os viajantes, entre outras pessoas que necessitavam. O grupo escolar trouxe uma nova realidade e seus filhos não precisaram mais sair de Vargem Grande tão novos para estudar. Só o fizeram da ocasião do ginásial em diante.

Paulo Mazzoco sabe pelas histórias que ouviu, que seu pai, Braz Mazzoco, foi um homem dedicado aos compromissos com a vida pública, sempre preocupado com as estradas, as escolas e a comunidade. Ele era muito ligado ao então prefeito Honório Pizzol, que ele avaliava como justo, e acompanhava a abertura de diversas estradas, dentre elas a de Bela Aurora à rodovia Pedro Cola, a de Pindobas à Fazenda Bissoli, a de Vargem Grande ao Cancão. Todas feitas com a máquina da Prefeitura de Conceição, tendo ficado a cargo de Mazzoco a locação e a marcação do trajeto. Em quatro anos de vereador, ele participou ativamente dos afazeres do bem coletivo, instalando centenas de bueiros em diversas comunidades do município.

Além de agricultor, Braz Mazzoco também era comerciante e motorista de caminhão. Ele possuía um caminhão Ford (conhecido com “Forzinho”) e depois teve um caminhão GMC para fretes. Algumas vezes, ia participar das sessões com o veículo. Quando ia de caminhão, precisava passar por Santa Luzia ou por Venda Nova, aumentando o trajeto. Quando passava pela picada (onde só era possível vencer a pé ou a cavalo), o percurso durava cerca de uma hora. Apaixonado por transporte, mais tarde Braz teve outros veículos de transporte interestadual, com os quais fazia frete de granito.

Em 1967, o Brasil só permitia dois partidos e Braz foi eleito pela Arena. Ele contava que o MDB era o partido dos “corta goela”, um termo que teria nascido em Vargem Grande, com uma história relacionada a um determinado candidato do MDB que teria dito que se perdesse eleição ele cortaria sua “goela”. O sogro de Braz, José Azevedo, ao chegar em casa, bem antes de sair o resultado da apuração, teria brincado com seu outro genro do MDB, dizendo: “hum hein, você soube? Honório Pizzol já ganhou”. O resultado foi o mesmo anunciado por José Azevedo e o apelido foi incorporado, principalmente pelos que apoiavam a Arena. Paulo diz conhecer essa versão da história, que cresceu ouvindo, no entanto, carece de fundamentos.

Dinâmico, Braz gostava de cuidar das estradas, acolher o patroleiro, de proteger o meio ambiente e de investir na educação dos filhos. Presença marcante na comunidade, foi “fabriceiro” da igreja (responsável pelos registros financeiros da capela). Dono de uma letra impecável, escrevia toda movimentação financeira da igreja e de sua vida negocial. Registrava as viagens, os serviços de mudança, a adubação, as colheitas, o quanto devia ao colono, dentre outras anotações em seus diversos cadernos. Ele sempre carregava uma caneta e uma caderneta no bolso.

Braz Mazzoco faleceu em 5 janeiro de 2021, três meses antes de completar 92 anos, em consequência da Covid-19. Uma semana antes do Natal de 2020, com enxadão e pá, ele estava desobstruindo um bueiro público na frente de sua casa, quando relatou os primeiros sintomas. Ele tinha acabado de comprar um automóvel novo, e seu vigor físico e mental permitia fazer pequenos fretes e mudanças. “Sua vida foi marcada pela doação para a comunidade, para a família e para o trabalho. Um homem de muitos filhos e centenas de amigos os quais tinham grande estima por ele, pois sempre honrou seus compromissos”, descreve seu filho Paulo.



Braz Mazzoco e sua esposa Derli de Azevedo.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



DESIDÉRIO DOMINGOS PERIM



Nascido no dia 31 de maio de 1943, na então comunidade de Venda Nova, o filho mais velho de Deolindo Perim e Dalvina Pagotto Perim, Desidério Domingos Perim entrou para a política ainda muito jovem. Foi eleito vereador para o pleito de 1967 a 1970 e reeleito para o mandato-tampão de 1971 a 1972, quando foi presidente da Câmara de Conceição do Castelo.

De acordo com seu filho mais novo, Vinícius, ele disputou uma primeira vez no pleito anterior e não conseguiu se eleger. Desidério se casou em fevereiro de 1971 com Cilésia Lorenção, quando já era vereador. Das memórias dos bate-papos entre família, ele sabe que sua mãe chegou a acompanhá-lo em algumas sessões, quando ainda namoravam.

Cilésia disse que tinha orgulho da facilidade de como Desidério se expressava em público. “Ele tinha o dom da palavra e era muito comprometido com suas funções. Tanto que, quando eu ganhei meu filho primogênito, o Renato, em Vitória, ele nem foi me buscar devido aos seus compromissos como presidente da Câmara. Ele fazia tudo sem ganhar nada, pois não havia remuneração para os vereadores naquela época”.

Desidério estudou de 1ª a 4ª série na Escola Domingos Perim e depois foi para o colégio interno de Jaciguá (Vargem Alta) e mais adiante para o de Manhumirim, Minas Gerais. Ele estudou em técnico em contabilidade em Vitória e, quando concluiu o curso, retornou para Venda Nova para ajudar o pai na missão de cuidar dos irmãos mais novos. Ele também passou a ser responsável pelas propriedades e, como o pai era um comerciante proeminente no lugar- dono de serraria e padaria e muitas frentes de comércio, Desidério se tornou um tipo faz tudo.

Os irmãos saíram para estudar e, para ajudar nos custos, eles vendiam lá em Vila Velha a produção da própria e das famílias rurais de Venda Nova. De acordo com Vinícius, está aí a origem do supermercado, que ficou mais forte comercialmente com o passar dos anos. Quando começou no supermercado em Vitória, Desidério era responsável pelas compras na região.

Depois que se aposentou, Desidério se dedicava à marcenaria e também fazia algumas atividades no viveiro na Tapera e no comércio dos filhos. Muito comunicativo, gostava de conversar, era frequentador assíduo da hidroginástica e também se dedicava ao trabalho comunitário. Como voluntário da Associação Festa da Polenta- Afepol, lidava com marcenaria e na montagem da estrutura do evento.

Desidério faleceu em um hospital em Vitória, no dia 29 de março de 2021, em função das complicações da Covid-19. Ele foi sepultado no Cemitério Padre Emílio sob forte comoção familiar e da comunidade.



Desidério Perim entre Anchieta e Máximo Feitosa, Romualdo Falqueto, Celso Altoó, Eudes Ângelo Perim e Elvécio Altoó. Eram jovens reunidos em meados da década de 1960 na canônica da Igreja Matriz.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



EGÍDIO ZANDONADI



Como o vereador mais votado no pleito de 1966, Egídio Zandonadi teve na sua história política o marco de ser o primeiro filho de Venda Nova presidente da Câmara de Conceição do Castelo. Na sessão de posse do prefeito e dos vereadores, Egídio foi quem passou a faixa a Honório Pizzol, devido à ausência do interventor, e foi reconhecido como o presidente da Mesa Diretora para o primeiro biênio.

As lembranças são do seu primogênito, Evaldo Zandonade (78 anos), que, dono de uma boa memória, tem muito claro, fatos desde sua mais tenra infância. Na época da vereança de Egídio, Evaldo já era casado e por isso só foi motorista do pai em raras ocasiões. Seu irmão Ladislau levava o pai com mais frequência para participar das sessões em Conceição do Castelo, dirigindo a caminhonete da família. Mesmo sendo de partido contrário, Egídio, às vezes, ia junto ou dava carona para Desidério Perim, também vereador na mesma legislatura. Quando a estrada estava muito ruim devido às chuvas, alugava o Jeep de Júlio Brás Bissoli para cumprir seus compromissos.

O agricultor, nascido no dia 29 de julho de 1915, era casado com Irma Lorenzon, com quem teve 12 filhos. Era muito conhecido pelas suas inúmeras habilidades que colocava a serviço da comunidade, o que explica sua votação expressiva sem ao menos ter feito campanha. Quando menino, mais especificamente aos 11 anos de idade, Egídio saiu de Venda Nova para estudar em Mendes, Rio de Janeiro. Sua próxima experiência fora da sua terra foi no Exército, onde ficou durante 15 meses e chegou a ser cabo, mas decidiu retornar para ajudar os pais, que precisavam dele.

Em 21 de dezembro de 1940, ele se casou e, além de assumir a família, se manteve ativo na vida em comunidade, atuando como voluntário em várias frentes. Nessa época, Venda Nova não contava com laboratório de análises clínicas e, para ajudar as demais famílias, ele distribuía potes de coleta e marcava um dia de recolhimento de todos os materiais para, então, levar para o laboratório de Itarana. Egídio buscava o resultado e também trazia as receitas com as respectivas medicações. Nessa área de saúde, também atuava aplicando injeções na veia em casos de picadas de cobra. Evaldo acredita que os conhecimentos do pai eram originários de sua experiência no Exército e também na vida, ao se colocar sempre à disposição para ajudar as outras pessoas. Dono de uma caligrafia invejável, como classifica o filho, ele se prestou a ser secretário da primeira cooperativa de Venda Nova, escrevia cartas para as outras pessoas e ajudava a escrever as partituras da cantoria (um coral informal formado por pessoas de sua época) e, quando o Coral Santa Cecília foi fundado, participou como primeiro maestro.

Providenciar os registros civis dos nascimentos era outro serviço que Egídio prestava na comunidade. Ele recolhia anotações (nomes, filiações, datas de nascimentos, dentre outros dados), marcava um dia e as levava para o cartório de Conceição do Castelo para o tabelião Benoni Luiz Machado. Depois, trazia as certidões prontas e as entregava para as famílias. Ele fez isso durante oito anos até que Venda Nova passou a contar com um cartório.

Egídio era um homem muito procurado pelas famílias para ajudar a decidir as partilhas, também ajudava a calcular a metragem cúbica das madeiras a serem comercializadas e se fez presente nas principais obras de Venda Nova, como a igreja, o hospital, escolas e outras. Ele doava madeira nobres, conforme pode ser verificado em seus registros pessoais.

Além de ajudar a contar a história de uma época, vários papéis escritos revelam um homem participativo e preocupado com a organização pessoal e com a função de vereador. Alguns escritos eram ensaios do que falaria de mais importante nas sessões da Câmara e revelam momentos políticos de uma época. Os discursos previamente escritos seriam para dar mais segurança para tratar dos assuntos mais polêmicos na sessão.

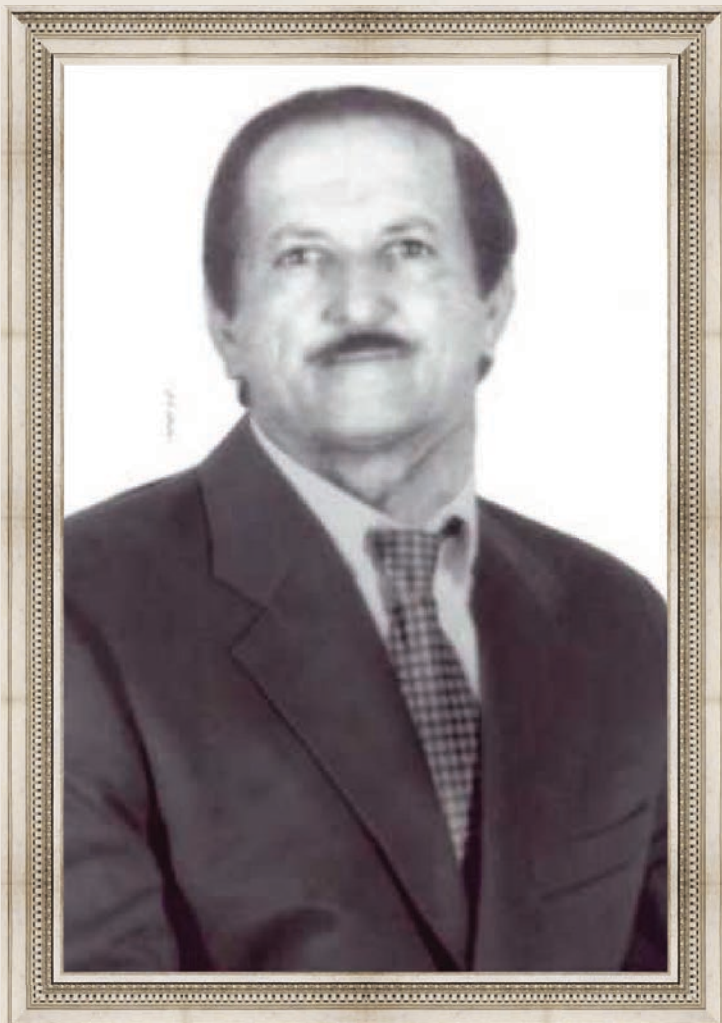
Como homem público, Egídio traz no histórico a atuação para viabilizar os Correios (que fez um pedido ao então deputado Dirceu Cardoso) e ser o autor do Projeto de Lei que autorizava uma Delegacia de Polícia Civil para Venda Nova. “Meu pai viabilizava a construção de pontes e limpeza de estradas que, para sua realização, dependia de mutirões. Ele envolvia seus próprios filhos para trabalhar e materializar essas obras”.



LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



AMÉRICO COMARELA



Américo Comarela voltou ao cenário político e se elegeu vice-prefeito em Conceição do Castelo (1971/72), tendo como prefeito Edson Pizzol. Retornou para a vereança em mais duas oportunidades (1977/82 e 1986/88, como suplente), culminando com outra transição: a emancipação de Venda Nova, então, do Imigrante. No dia em que foi publicada a emancipação de Venda Nova no Diário Oficial do Estado (10 de maio de 1988), a festa foi em frente ao seu restaurante- bem no início da Avenida Domingos Perim. O som foi instalado em cima da marquise do imóvel para o povo comemorar na rua. Antigamente, ali funcionava seu armazém, o ponto comercial que começou a funcionar na década de 1950 e se tornou o mais próximo da rodovia, inaugurada em 1970.

Durante sua dedicação à vida pública, em uma ocasião, Américo foi a Brasília/DF de Fusca juntamente com Benjamim Falchetto e com Honório Pizzol. O Fusca, conforme relato das filhas de Honório, foi comprado em seu segundo mandato como prefeito e servia para todas as funções municipais. A informação leva a crer que Américo nem tinha mandato quando se propôs a fazer a cansativa empreitada.

“Meu pai via o futuro e gostava do progresso. Falava que imaginava a avenida central da cidade (a Domingos Perim) toda asfaltada, cheia de investimentos de pessoas ligadas ao progresso, gerando empregos e oportunidades. Os olhos dele brilhavam quando falava da importância da política, que as pessoas não devem se negar a participar”, recorda-se Wanda, sua filha mais nova.

“Escolhe um candidato e vota, pois a política sempre vai existir. Política é importante e tudo surge através dela”, diz Marta, uma de suas filhas. Ela disse que ele gostava de escrever e fez muitos registros e a chamava para ajudar. Assim como todos candidatos da época, Américo Comarela fazia campanha passando de casa em casa. Quando chegava em casa, ele sabia dizer quantas famílias e quantos votos teria, pois percebia quem era 'Pica Pau' (Arena 1) ou 'Corta Goela' (Arena 2).

As duas filhas se recordam da rotina da casa na época de campanha, quando elas (que tinham letra bonita) preenchiam as cédulas, seguindo a amostra preparada por Américo, que depois as levava como modelo para os eleitores. “Não existia verba para campanha e os gastos eram pagos do próprio bolso. Algumas despesas eram divididas, como 'uma vaquinha' para custear a gasolina para o carro de som alugado. Às vezes, algum deputado conseguia algumas bolsas de estudo ou um outro benefício para agradar o candidato a vereador que o apoiava na campanha. Eleitos, os vereadores não tinham salário e só contavam mesmo era com a gratidão das pessoas”, recorda-se Wanda.

Wanda, a filha mais nova, ainda muito menina acompanhava o pai nas visitas em suas últimas campanhas. “Ele não gostava de chegar sozinho nas casas em respeito às mulheres, que geralmente estavam sem os esposos em casa. O único dia que não fui aconteceu de eu ser atropelada”. Wanda tem em suas lembranças as frequentes visitas de personalidades da vida pública à sua casa (como Camilo Cola e Ademar de Vargas), quando era designada a servir café numa bandeja de prata e nas 'médias', como dizia seu pai. Tímida, um dia derrubou café em Benjamim Falchetto, que era prefeito na época, mas contou com a compreensão do simpático visitante.

Américo faleceu no dia 7 de setembro de 1996, com 79 anos, vítima de complicações de uma febre tifoide. Internado num hospital de Cachoeiro de Itapemirim, ele fazia planos: “Tatá, quando voltar, vou contar uma história nova”, disse para a neta Scarlet, então com quatro anos. O banco da varanda era o lugar dessas experiências. Quando sentiu que chegava a hora de partir, pediu para a filha caçula: “Não se separe de sua mama e nem de sua irmã Marta”. Wanda, que teve mais uma filha, a Gabrielli, e manteve o lar com o marido, filhas, irmã e a mãe, recorda-se dessas palavras e do cumprimento dessa promessa: “Sempre fomos uma família só”.

As recordações de um pai carinhoso povoam as memórias de Wanda e de Marta. “Meu pai deixava bilhetinhos escritos nos guardanapos na mesa de café da manhã quase todos os dias. Gostava de mesa posta, com todos os alimentos servidos nas travessas e que todos estivessem juntos na hora da refeição. Religioso e esposo dedicado, sempre fazia o terço para a sua 'namorada'. No último ano de vida, ele pediu a Marta para providenciar um terço para minha mãe, pois fez a quaresma dedicada a ela e queria lhe dar algo que simbolizasse esse gesto. Marta fez um cartão com um terço de pedrinhas e escreveu com ele uma dedicatória assinada por ele e por todos os filhos, genros e netos. O desafio de minha mãe foi continuar a querer viver depois de tantos desafios e perdas”.

No banco de madeira, na sala de jantar ou no sofá da sala, Américo deixou boas recordações, principalmente para as duas filhas que continuam morando na casa. Para elas, ele foi um exemplo de homem de vida pública que nunca deixou a família em segundo plano. Outra característica incomum, o incentivo e a crença da importância da participação das mulheres na vida pública. Só deixou a política quando convenceu o genro, Celso Zandonade, a ser candidato a vereador. O genro venceu, participou da primeira legislatura de Venda Nova e prosseguiu durante anos na vida pública.

Américo teve participação ativa na emancipação política de Venda Nova, participando de momentos decisivos quando, na condição de suplente, assumiu a vaga deixada por Edson Altoé em razão do seu falecimento. Ele foi o fiel da balança na hora que precisou aprovar o decreto que revogava uma lei que tinha reduzido o território do então distrito de Venda Nova. Detalhes desse episódio estão no capítulo sobre a emancipação de Venda Nova.

ARENA 1

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|-------------------------|-----------|---------------------------|-----------|----------------------------|-----------|-----------------------------|-----------|----------------------|-----------|-------------------------|-----------|-------------------------|-----------|-----------------------------|----------|--------------------------|-----------|------------------------------|-----------|------------------------|-----------|
| <p style="text-align: center;">PARA PREFEITO</p> <div style="text-align: center;">  EDSON PIZZOL </div> | <p style="text-align: center;">PARA DEPUTADO ESTADUAL</p> <p style="text-align: center;">MARIO PIZZOL</p> <p style="text-align: center;">Nº 1147</p> | <p style="text-align: center;">PARA VEREADORES</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr><td><i>Marcelino Mazôco</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2303</td></tr> <tr><td><i>Agostinho Venturim</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2304</td></tr> <tr><td><i>Flodenilo Balardino</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2305</td></tr> <tr><td><i>Joaquim Pinto, Filho</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2308</td></tr> <tr><td><i>Daniel Pessim</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2310</td></tr> <tr><td><i>Lacy Gomes Davel</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2311</td></tr> <tr><td><i>Angelo Belizário</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2313</td></tr> <tr><td><i>João Vicente Barbosa</i></td><td style="text-align: right;">— N 2314</td></tr> <tr><td><i>Benjamin Falqueto</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2315</td></tr> <tr><td><i>Josias Vieira de Melo</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2316</td></tr> <tr><td><i>Jovelino Jareta</i></td><td style="text-align: right;">— Nº 2318</td></tr> </table> | <i>Marcelino Mazôco</i> | — Nº 2303 | <i>Agostinho Venturim</i> | — Nº 2304 | <i>Flodenilo Balardino</i> | — Nº 2305 | <i>Joaquim Pinto, Filho</i> | — Nº 2308 | <i>Daniel Pessim</i> | — Nº 2310 | <i>Lacy Gomes Davel</i> | — Nº 2311 | <i>Angelo Belizário</i> | — Nº 2313 | <i>João Vicente Barbosa</i> | — N 2314 | <i>Benjamin Falqueto</i> | — Nº 2315 | <i>Josias Vieira de Melo</i> | — Nº 2316 | <i>Jovelino Jareta</i> | — Nº 2318 |
| <i>Marcelino Mazôco</i> | — Nº 2303 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Agostinho Venturim</i> | — Nº 2304 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Flodenilo Balardino</i> | — Nº 2305 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Joaquim Pinto, Filho</i> | — Nº 2308 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Daniel Pessim</i> | — Nº 2310 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Lacy Gomes Davel</i> | — Nº 2311 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Angelo Belizário</i> | — Nº 2313 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>João Vicente Barbosa</i> | — N 2314 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Benjamin Falqueto</i> | — Nº 2315 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Josias Vieira de Melo</i> | — Nº 2316 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Jovelino Jareta</i> | — Nº 2318 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p style="text-align: center;">PARA VICE - PREFEITO</p> <div style="text-align: center;">  AMÉRICO COMARELA </div> | <p style="text-align: center;">PARA DEPUTADO FEDERAL</p> <p style="text-align: center;">FROTA Nº 104</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | <p style="text-align: center;">PARA SENADORES</p> <p style="text-align: center;">JOÃO CALMON E EURICO REZENDE</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

VOTE EM QUEM SEMPRE TRABALHOU PELO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

Material de campanha do pleito de 1970.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



BENJAMIM FALCHETTO



Benjamim Falchetto nasceu no dia 31 de março de 1927. Na sua infância, a comunidade de Bananeiras já contava com uma escolinha, onde ele estudou por dois anos, aprendendo a ler e a escrever. Quando ele tinha 11 anos, seus pais o enviaram para o Colégio Salesiano de Jaciguá com objetivo dele se tornar padre. Ele ficou entre os alunos que se sobressaíram e passaram a frequentar o terceiro ano.

Dois anos depois, foi para a cidade de Lavrinhas, em São Paulo, e lá fez todo o ginásio, assim como padre Leandro Caliman e Geraldo Altoé. Benjamim teve oportunidade de estudar grego, latim, teologia, dentre tantas outras disciplinas. Dentro da preparação para se tornar padre, Benjamim ia fazer os primeiros votos como noviciado quando os superiores chegaram à conclusão de que ele não tinha vocação, o aconselhando a retornar para seu lar e a se casar.

Benjamim se casou com Edília Sossai no dia 3 de novembro de 1949, com quem teve 16 filhos (um falecido após três dias de nascido – uma menina). Ele se dedicou à agricultura e se diferenciava pelo hábito de fazer muita leitura. Dinâmico, se integrou ao Coral Santa Cecília (fundado em 1945), escreveu e atuou em peças de teatro, fez parte de movimentos em prol do meio ambiente, chegando a ser presidente da Associação de Desenvolvimento do Meio Ambiente, a extinta Adma.

A política entrou em sua vida como consequência natural de seu envolvimento nos movimentos de Venda Nova e também pela sua boa oratória. Ele passou pela experiência de ser candidato quando Venda Nova pertencia a Castelo, mas na ocasião Olímpio Perim conquistou a vaga. Na ocasião, ele chegou a atuar como suplente, quando Mário Pizzol (de Conceição do Castelo) tirou uma licença. “Na época eram poucos candidatos. As direções dos partidos (Arena e MDB) escolhiam um ou dois candidatos, fazendo com que quase não tivesse campanha”.

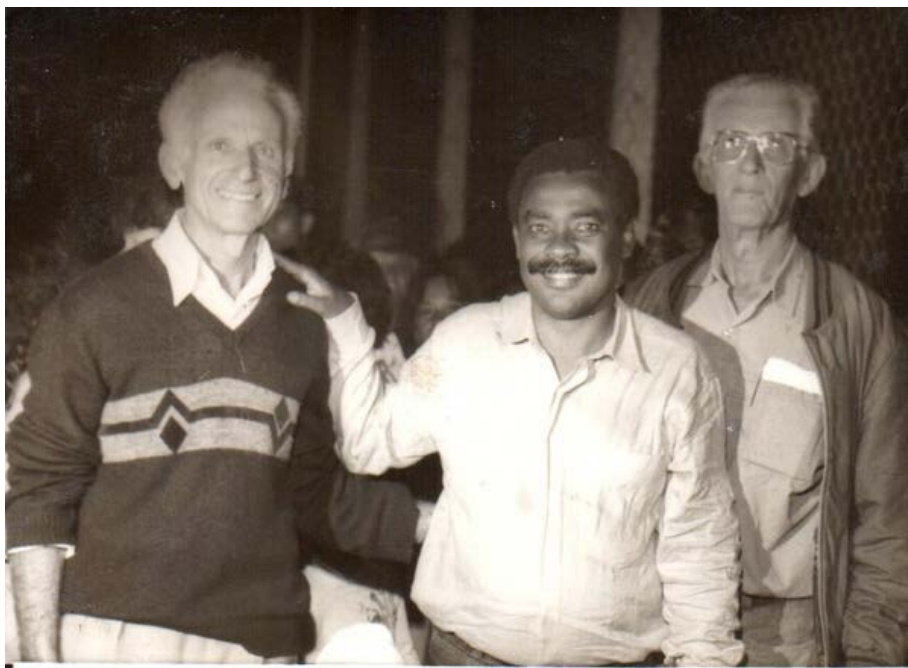
Com a reforma eleitoral, o governo federal havia estipulado para o pleito de 1970, um mandato-tampão de dois anos, que visava tornar as eleições coincidentes em todo o país. Dessa forma, os prefeitos e os vereadores eleitos em 15 de novembro de 1970 assumiriam no dia 31 de janeiro de 1971 e cumpririam seus mandatos por dois anos, até o dia 31 de janeiro de 1973. Nessas condições, Benjamim foi eleito vereador na segunda legislatura de Conceição do Castelo. Ao concorrer pela segunda vez, venceu no mesmo pleito que Antenor Honório Pizzol se elegeu prefeito (1973/1976). Foram seis anos representando o então distrito de Venda Nova no Legislativo de Conceição.

Benjamim se reunia uma vez por semana. Ele fazia o trajeto a cavalo e deixava o animal amarrado na praça enquanto participava da sessão, sempre à noite, mais precisamente às 19 horas. As reuniões duravam de uma a duas horas, dependendo dos assuntos que estivessem em pauta. Como ele gastava uma hora e meia para fazer o trajeto, Benjamim saía de sua casa por volta das 17 horas e só retornava por volta das 22h30.

Sempre de perfil conciliador, Benjamim foi líder do prefeito Honório Pizzol na Câmara. “Os primeiros prefeitos não tinham uma oposição formal. Todos os vereadores colaboravam com os prefeitos, pois ninguém era radical na oposição”.

Quando foi eleito, a BR-262 já era uma realidade, o que fez o distrito de Venda Nova crescer num ritmo mais acelerado do que Conceição do Castelo em si, cuja sede fica distante cerca de seis quilômetros da rodovia. “Então, o que a gente podia fazer foi apoiar o processo de emancipação, já muito falado naquela época. Esse crescimento trouxe esse sentimento”.

Eleito pela Arena, Benjamim estava afinado com as iniciativas do prefeito, que o levava nas comunidades para visitar as obras, como escolas e pontes, fazendo-o conhecido por Conceição do Castelo inteiro. Ele era o candidato do prefeito e foi eleito prefeito com bastante vantagem, pois, segundo ele quase não havia oposição. O PMDB lançou um candidato.



LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



MARCELINO MAZZOCO



Vereador eleito para o mandato de 1971 a 1972, Marcelino Mazzoco, agricultor, tinha 36 anos quando assumiu a função. Filho de Ângelo Marco Mazzocco e Maria Josefina Carnielli, nasceu no dia 6 de abril de 1935, na comunidade de Vargem Grande. Ficou órfão de mãe aos seis anos de idade. Cresceu na comunidade, onde sempre ajudou nos serviços da propriedade.

Casado com Arlete Azevedo em 1958, quando assumiu o cargo público já era pai dos três primeiros filhos (Lucineia, Dagma e Marinete). Posteriormente, o casal teve Marcela (falecida ainda bebê) e Marcelo.

Dinâmico e comunicativo, sempre participou da vida comunitária, integrando os movimentos da igreja, que era o principal ponto de encontro dos moradores. Apesar de estudado pouco, Marcelino fazia parte das poucas pessoas que sabiam ler em sua comunidade e sua casa sempre acolheu as professoras que iam lecionar na escolinha local. Como comerciante, conhecia e conversava com muita gente e chegou a ter uma pequena sociedade com Osvaldo Perim, empresário de Castelo, casado com uma filha do lugar.

Depois que foi eleito vereador, Marcelino fazia o percurso de Vargem Grande até a sede de Conceição do Castelo montado em seu cavalo branco, passando pelo Cancão (hoje Incaper) e pelo Jatobá, num percurso difícil de cumprir. Pelas dificuldades do trajeto, ele optava por ir a cavalo, mesmo já possuindo automóvel.

As memórias são de seus filhos Marcelo e Dagma Mazzoco, únicos que ainda moram em Venda Nova. Como sempre gostou de prostrar, ele contou muito de sua curta vida pública aos filhos. Marcelino relatou que, sempre antes da sessão, fazia reunião na casa de Lico Pizzol, dono de farmácia em Conceição do Castelo, onde alguns vereadores discutiam com antecedência a pauta do dia e faziam debates para não terem que resolver de última hora, e sem subsídios, os votos das matérias do dia. Eles também trocavam ideia sobre suas regiões.

Marcelino era amigo de Américo Comarela e faziam parte do mesmo grupo político, e por quem ele tinha grande admiração. Américo era um homem bem informado enquanto na comunidade de Vargem Grande não tinha telefone, os jornais chegavam com muito atraso e só contavam com a transmissão de rádio. Conforme descreveu para os filhos, Marcelino também gostava das conversas com o vereador Desidério Perim, que era muito questionador e tornava os debates mais proveitosos, embora bem calorosos. Perim também fazia atas bem feitas, pois escrevia bem. Outra amizade que cultivou foi com o colega vereador Severo Paste, embora pertencessem a grupos políticos distintos. Eles sempre iam juntos para Conceição para acompanhar as contagens dos votos, nas ocasiões de apuração eleitoral.

Outra memória dos filhos era a admiração que Marcelino tinha por Benjamim Falchetto, que era considerado por ele um homem acima da média. Muito culto e ponderado, sempre era chamado para resolver impasses, geralmente fazendo contraponto com Américo Comarela. Como os dois geralmente tinham pontos de vista diferentes, eram convidados para solucionar impasses. Na maioria das vezes com sucesso.

Seus filhos atribuem sua característica dinâmica de participação da vida religiosa e coletiva, à forma como foi criado e por suas raízes. Sua avó paterna, Maria Schevenim, veio da Itália trazendo uma imagem de São Valentim e os filhos, sendo que um deles tinha epilepsia. Então, ela fez uma promessa a São Valentim e, com a cura do filho, construiu uma capela (onde hoje é a igreja da comunidade de Vargem Grande) e lá colocou a imagem que trouxe do seu país de origem. O pai de Marcelino também foi um bom exemplo e esteve à frente do seu tempo ao se preocupar com meio ambiente, de forma especial com a preservação das nascentes.

Marcelino cresceu na comunidade e lá se casou com Arlete, filha do português José Azevedo, que era parente do general José Araripe. Ele se identificava muito com o sogro e os dois juntos compravam animais e conversavam muito sobre política e outros assuntos de interesse comunitário. Essa relação se manteve quando decidiu, no ano de 1976, se mudar para Venda Nova para facilitar os estudos dos filhos. Ele continuou mantendo sua propriedade, que atualmente é administrada pelos filhos.

Independente da política, Marcelino foi ativo nas ações coletivas ao emprestar máquina para preparar o terreno para construção do Hospital Padre Máximo na década de 1960. Ele também emprestava lonas para organizar a estrutura da Festa da Polenta (quando era no pátio do Colégio Salesiano), assim como sua esposa emprestava utensílios e preparava em casa parte da polenta da festividade.

Na década de 1980, quando era promovida anualmente a famosa Feira dos Municípios, em Camburi, Vitória, Marcelino se juntava aos demais voluntários para levar e organizar a estrutura da barraca de Venda Nova, que nem era município, mas se fazia representar. Um dos sucessos da barraca era o bolinho de queijo feito pelo amigo Américo Comarela.

Depois que deixou a política (ele não quis mais se candidatar), Marcelino e a esposa Arlete se envolveram com trabalhos comunitários através do Lions Clube. Ele seguiu cuidando da propriedade e também trabalhou com caminhão de transportes, atividade que já exercia antes. Ele atuou como caçambeiro na abertura da BR-262 e na pavimentação da Rodovia Pedro Cola.

Marcelino enfrentou vários problemas de saúde e venceu muitos deles, o primeiro deles uma doença rara nos olhos, depois um câncer de próstata, fez uma cirurgia no coração e, cinco anos depois, o câncer reincidiu. Na sequência de luta pela saúde, teve descolamento de retina no olho 'bom', perdendo a visão.

Em 2019, um AVC desencadeou uma série de problemas que o levaria à sua última luta. Ele sofreu uma queda e passou por uma cirurgia craniana, quando teve que enfrentar as consequências do tratamento agressivo contra o câncer. Apesar de todo sofrimento, Marcelino enfrentou tudo com bom humor e sabedoria, sempre deixando mensagens de otimismo, de amor e resiliência.

Durante sua vida, sempre dizia que o mais importante em uma pessoa era o seu caráter e sua disposição para o trabalho e ensinou para os filhos que eles nunca perderiam por serem honestos. Na maratona de luta dos seus 64 dias de hospitalização, seu espírito forte num corpo cansado, ele confirmou sua natureza mansa, reafirmando seu apelido materno de infância: “Mansueto.”

Em seus delírios finais, falava como se estivesse conversando com o amigo Américo Comarela: “Vamos, Américo! Venda Nova precisa dos Correios!”. Marcelino faleceu no dia 27 de setembro de 2019 e, praticamente dois anos depois (dia 23 de setembro 2021), sua esposa Arlete. Além dos quatro filhos, o casal deixou cinco netos e um bisneto.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



PREFEITO

CONCEIÇÃO DO CASTELO
1973 A 1976



ANTENOR HONÓRIO PIZZOL
PREFEITO

Em 1972, Honório voltou a ser candidato a prefeito, dessa vez, concorrendo com o amigo Deolindo Perim. A campanha foi tranquila e os candidatos concorrentes chegaram a fazer comício juntos. Honório venceu a eleição mais uma vez, junto com o vice, Ademir José Uliana.

O município assinou contrato com a Cesan em 1974, sendo o primeiro do interior do Estado a ter convênio com uma empresa de economia mista. Na sua gestão como prefeito, Honório teve alguns amigos que o ajudaram, a exemplo de José Vieira, que foi prefeito de Castelo, que o assessorava em vários assuntos. Padre Cleto Caliman, Máximo Zandonadi, Benjamim Falchetto, Frei João Echávarri, Frei Jesus Lopes e Frei Alaôr também colaboraram muito durante o mandato.

A principal meta para o segundo mandato era a execução de um projeto de saneamento, desde Cachoeira Alegre até Tapera, para acabar com o problema de alagamento causado pelas chuvas. Sua família avalia que essa foi uma das obras mais importantes para Venda Nova. O projeto foi elaborado e enviado ao Governo do Estado ainda no primeiro mandato, mas não foi executado na ocasião por falta de verba.

Com o objetivo de conseguir o dinheiro necessário para colocar o projeto em prática, Honório marcou uma audiência com o ministro da época, José Costa Cavalcanti. Com a reunião agendada, foi de Fusca para Brasília, acompanhado por Américo Comarela e Benjamim Falchetto. Eles saíram às 4 horas e chegaram à capital às 18 horas do mesmo dia. O projeto foi apresentado ao ministro, que mostrou interesse e garantiu a sua realização em 30 dias. Pelo acordo, o governo federal pagaria a sua execução e a Prefeitura arcaria com as indenizações que tivessem que ser feitas. Dessa forma, o projeto foi executado, e os problemas de alagamento foram solucionados.

Honório, conforme lembra seus familiares, tinha a visão de tudo o que o município precisava, em particular, o distrito de Venda Nova. Ele considera que teve a sorte de, em seu primeiro mandato, contar com Christiano Lopes como governador, que atendia a maioria dos seus pedidos. No entanto, o apoio e a iniciativa do povo de Venda Nova lhe ajudaram em muitas coisas, o mantendo conectado com as aspirações da sua comunidade.

Depois de um mandato como vereador e dois como prefeito, Honório decidiu se afastar da política e dedicar-se ao comércio. Honório também sempre teve uma participação ativa na comunidade de São João de Viçosa, em festas e eventos, como os leilões do mês de maio, ensaio da Folia de Reis e a tradicional Festa de São João, realizada em junho.





LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



ÂNGELO ARLINDO PAGOTO



De uma família com nove irmãos, Ângelo Arlindo Pagoto nasceu no dia 03 de maio de 1933 em Venda Nova. Filho de Batista Pagoto (carpinteiro vindo de Afonso Cláudio) e de Augusta Altoé. Em 08 de fevereiro de 1964, Ângelo Pagoto se casou com Áurea Briosque. Dessa união nasceram seus quatro filhos: Vânia, Márcio, Simone e Roger.

Ainda rapaz, Ângelo foi trabalhar no comércio de Olímpio Perim, a Casa Perim, referência em toda a região. Ele apenas saiu desse emprego quando prestou tiro de guerra em Castelo. Depois que retornou, voltou ao seu posto de trabalho e ficou nele até fundar o próprio comércio, na época em sociedade com o irmão. O empreendimento era um açougue que, mais tarde, no ano de 1976, se tornou o Supermercado Pagotto.

A amizade com Olímpio Perim, que era presidente e uma espécie de treinador, também o fez a se envolver no Rio Branco, cujo campo ficava em frente à sua casa. Ângelo era atleta do Rio Branco e não abandonou o clube quando parou de jogar, assumindo a presidência e atuando também como treinador.

Ativo na comissão da igreja, Ângelo sempre se envolveu com as obras da paróquia, parte delas tocada por Olímpio. Muito atuante, ia todos os domingos à igreja e sempre ficava um pouco mais após a missa para conversar com os amigos, pois ali era local de confraternização e, assim como os jogos de futebol, estava entre os poucos lugares que possibilitavam a vida social.

A sua desenvoltura em se comunicar, desenvolvida desde que começou a trabalhar na Casa Perim e reforçada no seu próprio comércio; o seu amor ao esporte e a sua participação na comissão da igreja, o revelaram ser um homem com perfil de liderança.

Em 1972, incentivado pelo cunhado e amigo Deolindo Perim (vereador na década de 50), Ângelo entrou na vida pública, elegendo-se vereador. Ele assumiu sua vaga para o mandato de 1973 a 1976, sendo reeleito para os dois mandatos seguintes: o de 1977/82 e o de 1983/88.

No primeiro mandato como vereador, Ângelo e Benjamim Falchetto representavam sozinhos Venda Nova na Câmara de Conceição do Castelo. Apesar de o prefeito ser de Venda Nova (Honório Pizzol), os dois tinham pouca representatividade para lutar pelos interesses de sua comunidade diante dos outros cinco vereadores de Conceição.

Já no mandato de 1977/82, quando o prefeito era Benjamim Falchetto, Ângelo teve na Câmara a companhia dos vendanovenses Américo Comarela e Sérgio Rosa Marques, seu afilhado. Ainda assim, a bancada de Venda Nova era minoria, o que significava dificuldade para fazer aprovar alguns projetos de lei que favorecessem o então distrito.

No terceiro mandato de Ângelo Pagoto, ele teve a companhia dos vereadores de Venda Nova, Aldi Maria Caliman, Braz Delpupo e Jorge Andreão, além de Américo Comarela, empossado em 10 de março de 1986, devido o falecimento de Edson Altoé. Com a maioria na Câmara, projetos de interesse de Venda Nova caminharam com mais facilidade. Nesse período, o processo de emancipação evoluiu, com a criação da comissão pró-emancipação de Venda Nova, da qual Ângelo Pagoto fez parte.

A história, que tem como base alguns registros, é contada pelos filhos Márcio e Roger Pagoto, que têm na memória os relatos do pai, que faleceu em 12 de março de 2000. Ângelo tinha ótimo relacionamento com todos os vereadores nas três legislaturas que participou. Mesmo com o desgaste do período da emancipação, ele conseguiu dialogar e ter uma relação cordial com todos.



*Nicolau Falchetto, Ângelo Arlindo
Pagoto e Gerson Camata.*



LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



PREFEITO

CONCEIÇÃO DO CASTELO
1977 A 1981



BENJAMIM FALCHETTO
PREFEITO

Como prefeito, a iniciativa de maior expressão de Benjamim Falchetto foi elaborar o primeiro Plano Diretor Urbano- PDU de Venda Nova, então um distrito com menos de 10 mil habitantes, sendo a maioria concentrada do meio rural. Luiz Carlos Feitosa Perim era seu secretário de Obras, que começou a perceber a necessidade de um ordenamento urbano.

O PDU foi elaborado pelo Instituto Jones Santos Neves, com sede em Vitória, que contava com uma equipe técnica de peso. “Alguns, até com formação na França, sabiam como as cidades deveriam se organizar. Carlinhos Perim, Helinho Machado e o japonês André faziam parte dessa equipe, que atuou em parceria com Máximo Feitosa para fazer o cadastro imobiliário. Acredito que essa iniciativa contribuiu muito para Venda Nova caminhar em direção à emancipação”. Venda Nova foi o único distrito do Brasil, com menos 20 mil habitantes, a contar com um PDU. O alargamento da Avenida Lorenzo Zandonadi, no bairro Vila Betânea, está entre as conquistas desse projeto de estudo, conforme relatou Luiz Carlos Feitosa Perim.

Benjamim disse que, sua postura foi a de dar sequência ao trabalho de Honório Pizzol e fazer escolas em todas as comunidades de Conceição do Castelo. Venda Nova já contava com a Escola Domingos Perim (inaugurada no então centro, em 1920), assim como as comunidades de Bananeiras, Lavrinhas e Tapera. Vila Betânea era um bairro novo e o prefeito conseguiu verba com o Governo do Estado, via o deputado estadual Lúcio Merçon, e construiu a Escola Liberal Zandonadi. “Era a escola com melhor estrutura do município na época. Um prédio bem feito, com uma estrutura muito bem planejada. Em 2020, fui convidado pela diretora para participar da celebração dos 50 anos”.

Também em sua administração, conseguiu fazer uma reforma no prédio da Escola Domingos Perim. “Ressalto a importância que a educação sempre teve em Venda Nova, que uma pesquisa mostrou estar entre os cinco municípios do Brasil com o maior número de universitários, proporcional ao número de habitantes”.

Quando prefeito, Benjamim andava por todo interior do município. Uma vez, visitando obras do Monforte, o motorista Edson Altoé disse para ele que na localidade morava o João Barcelos, que foi o seu primeiro professor na escola em Bananeiras. “Ele gritou para o morador: ‘visita importante: é o prefeito de Conceição do Castelo’. E eu disse a ele que fui seu aluno e que aprendi a ler e a escrever com ele. Entusiasmado ele disse: ‘Meu aluno hoje é prefeito. Que honra!’”

A educação e a cultura, de um modo geral, ocupam um lugar de grande importância na vida de Benjamim, que deu a oportunidade de todos os filhos fazerem curso superior.







1977- Posse de Benjamim Falchetto como prefeito de Conceição do Castelo. Na foto superior, Antenor Honório Pizzol, Benjamim Falchetto e Lúcio Merçon. Os três com Frei João Echávarri, que rezou uma missa naquele dia. Nas páginas seguintes, o momento que Honório Pizzol faz a entrega da chave do município ao prefeito eleito Benjamim Falchetto. Ambos filhos de Venda Nova.



LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



SÉRGIO ROSA MARQUES



Sérgio Rosa Marques, mais conhecido como “Sarara”, lecionava OSPB quando se aventurou a ser candidato a vereador. Com formação em geografia e história pela Ufes, ele era filho de uma das professoras pioneiras de Venda Nova e construiu toda sua carreira profissional em sala de aula.

Nascido no dia 10 de setembro de 1950, em Castelo, Sarara tinha dez meses quando sua mãe, Alcea Rosa Marques, veio para Venda Nova lecionar na escola hoje denominada Domingos Perim. Todos os outros irmãos, filhos do casal Alcea Rosa e Victor Marques, nasceram na então vila.

Quando tinha 11 anos, Sarara foi para colégio interno Marista, de Vila Velha, estudar, mas ficou apenas dois anos. Depois foi para Mendes, Rio de Janeiro, onde estudou por mais dois anos e, quando retornou para Venda Nova, foi para Castelo, onde não se adaptou e ficou pouco mais de dois meses. “Fiquei dois anos sem estudar e fui trabalhar na cerâmica de Paulo Caliman”.

A mãe insistia para ele retomar os estudos e o acidente de um irmão, que precisou ficar internado em Vitória, o fez ir para a capital. Lá, ele fez a oitava série e engrenou, fazendo na sequência o segundo grau na escola estadual, vestibular e o curso de geografia na Ufes.

Antes de retornar para Venda Nova, em 1975, Sarara participou do Projeto Rondon, no Piauí. Logo que chegou, apresentou-se à diretoria do Colégio Salesiano e foi lecionar no terceiro ano científico, naquela que seria a primeira turma a se formar naquele estabelecimento de ensino. Sarara foi professor de Clementino Caliman e de suas filhas Eunice, Aldi, Vera e Fátima. Essa família, assim como a de Alberto Altoé, fazia parte de um grupo de adultos que puderam voltar a estudar com a inauguração do Colégio Salesiano. “Foi a primeira vez que eu dei aula na minha vida. Só tinha feito aulas práticas, dentro dos meus cursos”.

Sarara, além de lecionar em dois turnos em Venda Nova, aceitou ser professor de OSPB da Escola Aldy Soares, em Conceição do Castelo. Ele era uma pessoa conhecida nas duas comunidades e foi convidado por Nicolau Falchetto para ser candidato a vereador. Com votos dos dois lugares, Sarara se elegeu com 527 votos.

Eleito, Sarara precisava ir todas as terças-feiras à noite para as sessões na Câmara de Conceição do Castelo, onde chegava com o paletó e com a gravata ainda nas mãos. O decoro parlamentar exigia o rigor nos trajes. Sem recursos, ele pegava carona com Américo Comarela ou, na maioria das vezes, com Ângelo Pagoto, que era seu padrinho e contava com um funcionário como motorista. “Ângelo era da Arena, mas depois se agregou a Nicolau Falchetto”, avalia.

Apesar de eleito o prefeito, Venda Nova era minoria na Câmara, o que impedia que projetos que beneficiassem o lugar fossem aprovados. A Câmara, com sete vagas, poderia ter como fiel da balança, o vereador Edson Altoé. Ele era de São João, trabalhava na Prefeitura de Conceição e era casado com uma moradora de lá, onde também empreendeu. “Além dele ter passado a ser cidadão de lá, existia ainda uma identificação por muitos moradores de São João com Conceição, mais do que com Venda Nova”.

“Nós três fazíamos o que podíamos para beneficiar Venda Nova, mas sempre éramos vencidos nas votações”. No entanto, por ser o único dos três ligado ao MDB, Sarara diz que o posicionamento de Américo e Ângelo, ambos da Arena, algumas vezes não tinha apoio deles quando era o autor de algum projeto. “Mas quando eles lançavam um projeto, eu apoiava”.

Sarara participou da Câmara num momento muito conturbado da política. Venda Nova queria se emancipar, mas representava um grande gerador de divisas para Conceição do Castelo. Com minoria na Câmara, foi uma batalha árdua.

Independente desse front, Sarara se dedicava ao máximo à função de vereador. Ele levava cópias dos projetos de lei para casa para estudar, o que muitas vezes o fazia até tarde da noite. Ele dava aula o dia inteiro e, em algumas noites, ia para Conceição lecionar. Muito ocupado e sem possuir carro, não tinha condições de rodar o município para fazer contato com os moradores e ver de perto as carências e, por isso, se dedicava para atuar na Câmara com responsabilidade.

“Ele queria chegar lá dominando o assunto para saber discutir o tema”, afirma a esposa, Lourdinha Altoé, ao participar da entrevista. Ele se casou com ela no dia 23 de fevereiro de 1982, na terceira última metade do seu mandato, que foi estendido com uma eleição para um mandato tampão de dois anos.

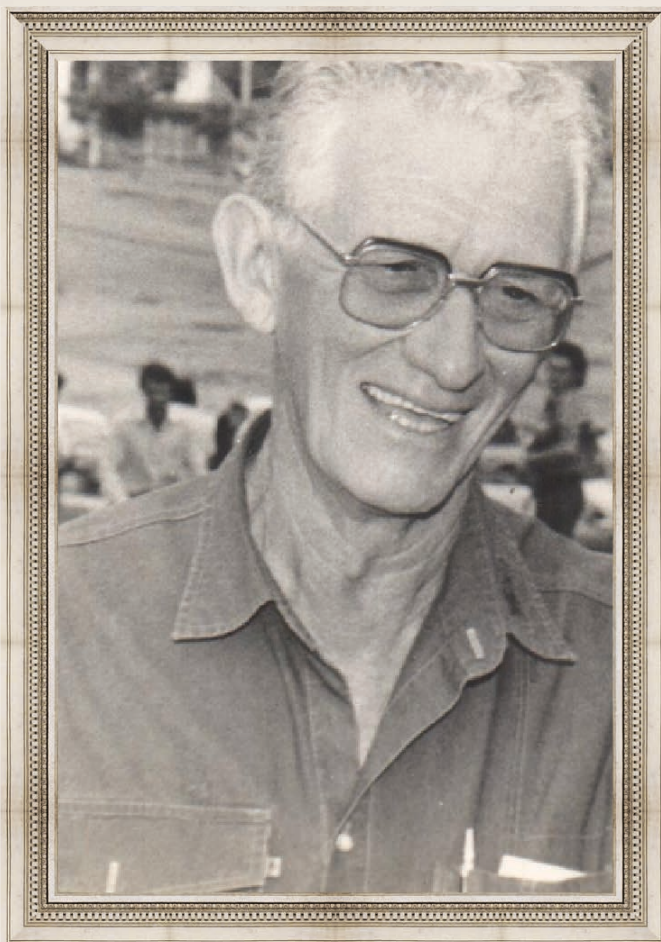
Nos primeiros quatro anos que ocupou uma vaga na Câmara, Sarara, assim como todos os vereadores, não contava com salário. No final do último ano do mandato foi apresentado um Projeto de Lei pelo vereador Edson Altoé criando o salário a ser pago na legislatura seguinte. “Eu fui contra, mas não teve jeito, pois a maioria votou a favor. Acho que se pagasse a gasolina já seria o suficiente”. Nos dois últimos anos, no penúltimo mandato de Venda Nova como parte de Conceição, todos os vereadores começaram a receber um pagamento, sempre de três em três meses. Sarara se lançou candidato novamente, quando Nicolau se candidatou, mas não se elegeu e preferiu se dedicar exclusivamente à profissão de professor.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



PREFEITO

CONCEIÇÃO DO CASTELO
1983 A 1988



NICOLAU FALCHETTO
PREFEITO

Filho de Maria Cola e Luis Falchetto, Nicolau Falchetto nasceu em 15 de agosto de 1924, na propriedade da família no Pé da Serra do Engano, em Lavrinhas, Venda Nova do Imigrante. Ele passou parte da infância naquela comunidade e, ainda menino, seus pais se mudaram para Bananeiras, onde compraram uma propriedade.

Nicolau estudou até o segundo ano primário na Escola de Bananeiras e trabalhou na roça até os 19, quando ficou uns meses na casa de Pedro Cola, irmão de sua mãe, onde aprendeu a trabalhar no comércio. Ele conseguiu emprego como balconista no comércio de Deolindo Perim, a Casa Perim, localizada no centro da vila. Nicolau ficou neste emprego durante dez anos.

De acordo com a família, quando jovem, Nicolau gostava de ouvir a leitura do jornal *La Squella*, produzido por João Brioschi. Ele sempre gostou de política e participava de discussões ainda jovem. Nicolau serviu o Exército no Rio de Janeiro, em Petrópolis, onde foi coordenador do Depósito de Aprvisionamento do 1º Batalhão de Caçadores. Voltou do Exército e continuou como balconista.

Casado com Polônia Normelina Lorenzoni Falchetto (no dia 22 de dezembro de 1949), Nicolau resolveu alçar novos voos profissionais. No 23 de agosto de 1953, com 29 anos, e já pai de Maria Tereza e Braz Mathias e com a esposa grávida da filha Tereza Margarida, mudou-se para Jaguaré, então distrito de São Mateus, no Norte do Estado. Lá, ele abriu um comércio varejista, secos e molhados e morou até 21 de fevereiro de 1973. Ele era liderança atuante, presidente do Comitê Pró-Melhoramento de Jaguaré e presidente fundador da Cooperativa dos Cafeicultores de Jaguaré, depois de se preparar para o cooperativismo em curso feito no Rio de Janeiro. Nesse período de vida no Norte, também foi vereador (sem remuneração) e vice-prefeito de São Mateus.

Quando retornou para Venda Nova em 1973, Nicolau estabeleceu-se como empresário no comércio de combustíveis. Foi filiado a vários partidos, pois, segundo ele dizia, “o partido era um instrumento para ser candidato”.

Como empresário próspero em Venda Nova, foi procurado para se candidatar a prefeito de Conceição e aceitou. Os moradores consideravam que o tratamento do poder público municipal era de abandono com o lugar e Nicolau surgiu como solução para este problema. Sua maior bandeira era o bom uso do dinheiro público e foco nas maiores dificuldades que eram muitas: estradas malconservadas, escolas em ruínas, máquinas sucateadas, etc.

No primeiro mandato como prefeito em Conceição do Castelo (1983 a 1986), seu objetivo foi arrumar a casa. Para se ter uma ideia, as máquinas não tinham pneus, a Prefeitura não tinha prédio próprio, dentre outras mazelas. No segundo, que durou apenas dois anos (1987 a 1988), seu ato principal foi sancionar o Projeto de Resolução, que revogava a Lei Nº 035/81. Esta lei, que reduzia o território do distrito, impedia que Venda Nova se desmembrasse de Conceição do Castelo. Este ato ocorreu no dia 17 de dezembro de 1986 (Lei Nº 185/86).

De acordo com o filho Braz Matias Falchetto, grande parte da história da emancipação política de Venda Nova do Imigrante é desconhecida do povo vendanovense. “Quando eleito prefeito de Conceição de Castelo, Benjamim Falchetto (por sugestão do deputado estadual de representação na região Lúcio Merçon) mudou a divisa do distrito sede de Conceição de Castelo, que era no Camargo, para a Bicuíba, mais precisamente no córrego que desce ao lado do Laticínio Venda Nova, no Nilo Bragato. Isso inviabilizou totalmente a emancipação, pois São João de Viçosa passaria a pertencer ao distrito sede com a emancipação de Venda Nova”.

Com a eleição de Nicolau, o filho conta que ele conseguiu, com muito esforço, retornar a divisa para sua origem e o processo começou a andar. “Porém, outro obstáculo apareceu: já havia outra comunidade em Belo Horizonte com este nome Venda Nova e com melhores condições de emancipação. Nicolau convocou uma assembleia geral com a população, na Igreja Matriz, para achar uma saída. Muitas ideias apareceram: Venda Nova do Viçosa, Venda Nova do Viçosinha, dentre outras. Finalmente eis que aparece a mais simpática: Venda Nova do Imigrante. É uma pena que não foi feita uma ata na ocasião. Estava ao meu lado, o saudoso Máximo Feitoza e eu disse para ele; 'os primeiros moradores foram os imigrantes italianos, por que não, Venda Nova do Imigrante? Eu disse: fala Máximo! Ele retrucou: Não! A ideia foi sua, fala cara! Foi aí então que eu falei, mais pela força que ele me deu. Faltou a ata, pois foi uma decisão histórica”.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



ALDI MARIA CALIMAN



Em dezembro de 1981, aos 28 anos de idade, recém-egressa de Brasília, onde se formou em educação física, Aldi Maria Caliman, a “Dé”, logo se tornou conhecida entre os jovens e pela comunidade inteira. A professora da Escola Fioravante Caliman se uniu a um grupo político de linha progressista em Venda Nova e se elegeu vereadora.

Antes de chegar à vereança, Dé percorreu um caminho atípico para as mulheres de sua época. Depois de concluir a quarta série na escolinha de Lavrinhas, Aldi, filha de Erlinda Falqueto e Clementino Caliman (nascida no dia 1º de novembro de 1953), foi estudar em Campos/RJ, onde ficou entre 1968 e 1969. Depois foi para Ponte Nova/MG, onde não podia participar do time de vôlei, pois estudava para ser freira. O treinador percebeu aquela garota alta e pediu autorização para as irmãs para integrá-la à equipe. Logo, ela se tornou titular e ficou famosa em Minas Gerais.

Quando concluiu a oitava série e se deu conta de que não queria seguir a vida religiosa, Dé retornou para Venda Nova e foi fazer o ensino médio no então Instituto Salesiano Pedro Palácios, atualmente Escola Fioravante Caliman. Além de estudar à noite, junto com mais três irmãs (Eunice, Fátima e Vera) e o pai, Clementino Caliman, Dé atuava como professora leiga de educação física durante o dia, no mesmo colégio. Para atuar como tal, fez um curso rápido em Vitória. Nesse período, do início de 1974 até julho de 1975, ela se dedicou também à coordenação da catequese, aproveitando os conhecimentos de iniciação teológica feito na PUC de Belo Horizonte. Na época, o diretor do colégio era padre Cleto Caliman, muito ligado ao então deputado Lúcio Merçon, cuja esposa era secretária de Estado da Educação.

No início de 1976, Dé fez o vestibular de educação física na Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes e conquistou uma vaga para ingressar no segundo semestre do mesmo ano. Ao ficar decepcionada com a universidade, ela se rende ao segundo convite de padre Nilton Rezende Costa, o padre “Mineirinho”, para dar aula de ensino religioso para os alunos de 1ª a 4ª série do Colégio Salesiano de Brasília. Ela lecionava ao dia e fazia faculdade à noite, aproveitando a bolsa de estudo concedida pelo Salesiano.

Quando se formou, a voz vocacional falou mais forte: trabalhar com os jovens através do esporte. Ao retornar para Venda Nova, passou por Belo Horizonte, onde comunicou à irmã Nilda Sampaio Dias (que tinha sido diretora da escola em que estudou em Ponte Nova) sobre sua decisão definitiva: que voltaria para a terra natal e não seguiria mais a vida religiosa.

Logo que chegou em Venda Nova, Dé foi atraída para um grupo não ligado à ala política de padre Cleto Caliman, seu tio. Esse grupo do PMDB (onde estavam Máximo Zandonadi, Deolindo Perim, Ângelo Pagoto, Braz Delpupo e outros) vislumbrava a emancipação de Venda Nova, enquanto Lúcio Merçon (deputado estadual) se preocupava em não desagradar Conceição do Castelo, que naturalmente não queria a emancipação.

Dé era professora concursada do Estado, mas ainda pouco conhecida. Mesmo assim, o grupo a queria como uma das candidatas a vereadora. Máximo Zandonadi, que organizava reuniões em sua casa, foi uma espécie de padrinho, andando com ela de casa em casa no bairro Vila Betânea e também em outras comunidades, pedindo votos.

Questionado sobre a sobrinha ser candidata, padre Cleto teria dito a Merçon: 'Não se preocupe. Ela é fraca, não se elege', conforme relata Dé. Para surpresa de muitos, ela foi a quarta vereadora mais votada do grupo e, aos 28 anos, era a primeira filha de Venda Nova eleita vereadora. Na época, Nicolau Falchetto foi eleito prefeito e o outro grupo elegeu Américo Comarela vereador, que também se uniu na luta pró-emancipação.

Dé se lembra que Ângelo Pagoto era um ótimo líder e orientava os demais colegas. O vereador Edson Altoé (que era filho de São João de Viçosa/Venda Nova) não queria a emancipação, pois era também o contador da Prefeitura e sabia do impacto negativo que a emancipação de Venda Nova causaria ao recolhimento de impostos de Conceição do Castelo. "Venda Nova era o filé mignon da receita da Prefeitura".

De acordo com Dé, em 1986 entrou em votação um Projeto de Lei para revogar a Lei Nº 035/81. A manobra era necessária, pois em fevereiro de 1981, o então prefeito Benjamim Falchetto sancionou a citada lei, que dispunha sobre o desmembramento, onde os limites de Conceição avançavam até a localidade de São João de Viçosa e incluía várias outras comunidades que originalmente pertenciam ao distrito de Venda Nova.

“Combinamos todos como seria a votação, mas uma manobra dos vereadores anti-emancipação inviabilizou meu voto de presidente, que seria para o desempate. Com a falta de dois vereadores não houve o esperado empate (três vereadores eram de Venda Nova e mais três de Conceição e Dé, presidente) e houve entendimento de que ela poderia votar mesmo assim. Ela votou e a decisão foi para a Justiça, invalidando a votação. O estresse era grande, tanto na vida política como pessoal, pois eu trabalhava o dia inteiro e tinha dois filhos pequenos”.

Com o mandato tampão para alinhar as eleições municipais e estaduais às nacionais, a vereança foi de 1982 até 1988. Com a morte do vereador Edson Altoé, Américo Comarela entrou para o time de vendanovenses na Câmara e, finalmente, a Lei Nº 035 foi revogada.

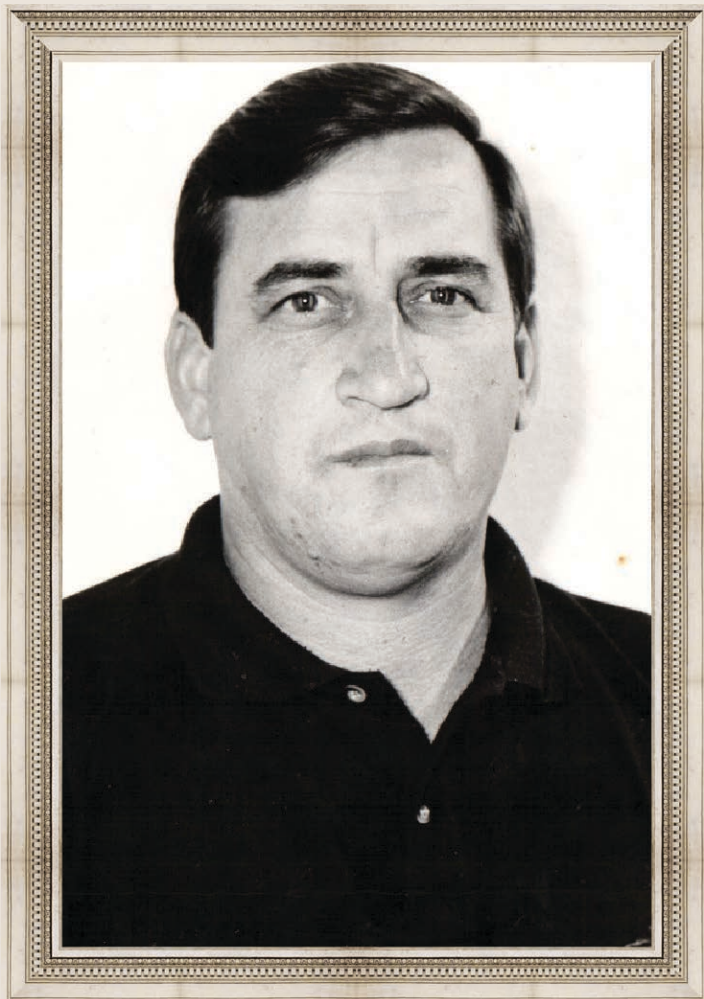
Ainda na ocasião da vereança, Dé lutou para trazer Domingos Sávio Caliman (que era coordenador do Colégio Salesiano de Vitória e professor de matemática da rede municipal da capital) para ser diretor da Escola Estadual Fioravante Caliman. Ele conta que era 1984 e o então governador Gerson Camata fez o pedido e a transferência foi autorizada pelo prefeito Berredo de Menezes. “Nós dois, como ex-alunos da filosofia de Dom Bosco, implantamos as Olimpíadas Internas da Escola Fioravante Caliman e criamos a escolinha de vôlei. A partir de 1986, a escola participou de todas as edições dos jogos oficiais do Espírito Santo, revelando muitos talentos”.

Em maio de 1988, Venda Nova conquistou a emancipação, mas Dé decidiu se afastar da vida pública para cuidar da vida pessoal: casada e mãe de dois filhos, gostaria de manter unida sua família. A primeira filha, Carla, nasceu em 1985, e o filho Emílio, em 1986.

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



BRAZ DELPUPO



Braz Delpupo, filho de José Delpupo e Angelina Falqueto Delpupo, nascido no dia 18 de outubro de 1948, era comerciante de profissão, bastante conhecido em toda região e muito popular. Ele se elegeu vereador e foi presidente da Câmara no primeiro biênio 1983/1984 e depois no mandato tampão, biênio 1987/1988. Na época, ele já estava casado com Milza Bitencourt da Rosa Delpupo, com quem teve um filho, Braz Júnior.

Os dois últimos anos de atuação de Braz Delpupo frente à presidência da Câmara de Conceição foram marcados pelo desafio da luta pela emancipação de Venda Nova. Numa entrevista concedida ao jornalista Valdinei Guimarães, que fazia um trabalho de pesquisa quando era assessor de comunicação da Câmara de Venda Nova, Braz disse que quando ele e os demais vereadores começaram os movimentos pelo desmembramento, o maior desafio encontrado foi a Lei Nº 35/1981, que “dividia o distrito de Venda Nova ao meio” e que era preciso revogá-la.

Eram sete vagas de vereador na Câmara, sendo três oposicionistas ao desmembramento e quatro vendanovenses. Como a presidência ficou sempre com um vendanovense, dava empate no plenário, e isso seria facilmente resolvido pelo voto de desempate do presidente. No entanto, os vereadores de Conceição do Castelo foram estratégicos e faltaram na sessão da primeira tentativa de revogação.

Com Américo Comarela assumindo a vaga de suplente, Venda Nova passou a ter cinco vereadores, formando maioria na votação em plenário. Braz disse que Américo pertencia ao grupo contrário aos outros vereadores vendanovenses, “mas isso não o impediria de votar no que acreditava ser benéfico para o lugar onde vivia. Ele sofreu para votar contra essa lei. Ele realmente merece um lugar de destaque em Venda Nova porque foi contra o grupo dele, sofreu uma pressão muito grande”.

Braz contou que a sessão começou muito tumultuada e que até a polícia foi chamada para acompanhá-la. “Diziam para mim lá na Câmara 'é, italiano! Você não vai vir escoltado pela polícia toda vez. Daqui a alguns dias você vem sozinho!' Falavam isso da janela da Câmara”. Braz contou outra passagem, essa vivida com o colega Ângelo Pagoto, quando os dois foram a um colégio para tentar convencer as pessoas de que era preciso emancipar Venda Nova para ficar bom também para Conceição do Castelo. Eles tiveram que sair com as costas coladas na parede e deixar o local correndo para pegar o carro e irem embora.

Esse relato faz parte da entrevista que ele concedeu ao jornalista Valdinei, quando ele também falou do momento favorável para a aprovação da resolução que derrubava a lei, embora estivessem em final de mandato. Venda Nova tinha maioria na Câmara, o prefeito era o vendanovense Nicolau Falchetto e a situação era inédita.

Vencida essa etapa e também a de emancipação, Nicolau Falchetto se lançou candidato a prefeito, tendo na chapa como vice, Braz Delpupo, que contava com enorme popularidade.



AM 10:46
MAR. 21 1988

LEGISLATURA CONCEIÇÃO
DO CASTELO 1967 / 1988



JORGE ANDREÃO



Jorge Andreão, nascido no dia 18 de agosto de 1955, foi um vereador entre 1983 a 1988, e se considera participativo, pois com seu carro próprio se deslocava para qualquer parte de Conceição de Castelo, incluindo o então distrito de Venda Nova, para acompanhar o andamento das obras públicas.

Ele verificava possíveis problemas, levava até o Executivo e também fazia propostas de melhorias. Jorge conciliava sua atividade como produtor rural e administrador de uma propriedade com uma grande diversidade de atividades: cultura do café, granja de porco, criação de gado, dentre outros.

Ainda vereador, em 1984, casou-se com Idelza Josefina Mazzoco, com quem teve três filhos. Ele continua em Vargem Grande e mantém várias das atividades, com exceção do café, que parou de cultivar.

Jorge Andreão, como os demais vereadores que representavam Venda Nova, participou de um momento conturbado da política, quando o diálogo estava muito complicado tanto com alguns moradores de Venda Nova quanto de Conceição do Castelo, que estavam revoltados.

Venda Nova estava em franco crescimento, mas a distribuição de recursos não tinha justa distribuição, indo de 70 a 80% para aplicação no território que corresponderia a Conceição do Castelo. “Não tinha equilíbrio. O distrito crescia, incluindo as comunidades de Vargem Grande e Alto Caxixe, recolhia muitos impostos e não via esses recursos chegarem. Venda Nova precisava se estruturar e oferecer mais serviços a uma população que aumentava de forma mais acelerada. Conceição do Castelo estava estagnado”.

De acordo com Jorge Andreão, ele tentava acordo com o vereador Josias de Melo (de Conceição) e parecia que o diálogo estava evoluindo, mas ele faleceu. Os projetos relacionados a Venda Nova eram derrubados na Câmara e as verbas destinadas para tal fim voltavam. Era um bloqueio e o povo ficava revoltado com isso. “Dizia para eles que seria melhor a separação, assim viriam verbas para beneficiar os dois municípios e todos iam crescer”.

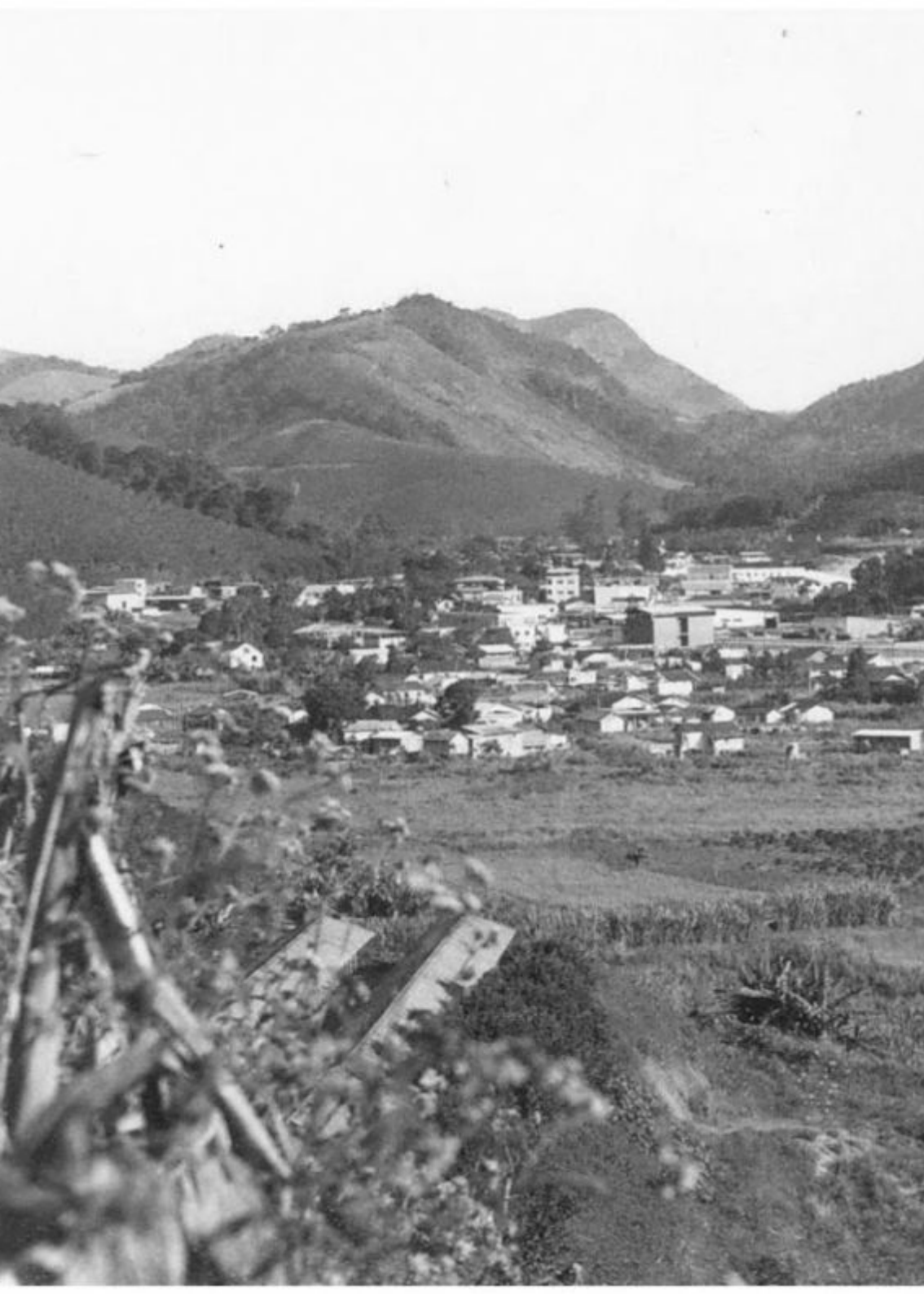
Todos os vereadores estavam passando aperto na época da votação da resolução que revogaria a lei nº 035/81, aquela que devolveria ao distrito de Venda Nova parte de São João de Viçosa e Vargem Grande. “Aldi, Angelim, Braz Delpupo e eu, todos sofríamos ameaças, tanto que pedimos para as sessões serem transferidas da noite para o dia”.

Nesse ambiente de disputa, o clima esquentava entre as pessoas e Jorge Andreão enfrentou fofocas até do povo vendanovense. Alguns duvidavam que ele fosse votar favorável à revogação da lei, pois seu terreno era muito próximo com a divisa de Vargem Grande com Conceição do Castelo. “Dizia que era eu e os demais vereadores que estávamos dialogando com o povo de lá, que ia para lá”, dizendo sobre estar na linha de frente, correndo riscos.

Os vereadores de Venda Nova não alcançaram seu objetivo na primeira tentativa de votação para derrubar a tal lei. Isso só aconteceu quando Venda Nova passou a ter maioria com Américo Comarela, suplente que assumiu a vaga de Edson Altoé. Com condições para começar o processo da busca da emancipação, Venda Nova conseguiu seu intento no dia 10 de maio de 1988.

Jorge Andreão terminou seu mandato e decidiu sair do cenário político. Ele alega que gosta de se entregar aos seus compromissos e assumir cada um deles. “Eu tinha muitas atividades para tocar na propriedade e, como não gosto de fazer nada pela metade, eu desisti de participar da política.

**EMANCIPAÇÃO
POLÍTICA
1988**





A LUTA E A VITÓRIA PELA EMANCIPAÇÃO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE



*“Esse orgulho, espírito de voluntariado para construir, fez crescer o sentimento de pertencimento. Esse período longo sem o aparato estatal de governo municipal, cujo o poder nunca ficou concentrado numa só liderança, construiu esse perfil de vendanovense: participativo”,
descreve **Luiz Perim***

O desejo de tornar Venda Nova um município emancipado era antigo e foi retomado em 1986 de forma mais efetiva, organizada e vigilante. A história é revivida pela memória de Pedro Altoé, presidente da Comissão Pró-Emancipação, e de Luiz Carlos Feitosa Perim, que atuou auxiliando no encaminhamento em muitas questões legais. Máximo Roberto Feitosa, tabelião que formava esse trio, cuidou da maioria das documentações, faleceu no dia 5 de setembro de 2003.

O fato de Venda Nova não contar durante décadas com um centro administrativo oficial, que poderíamos chamar de Prefeitura, obrigou a comunidade a se organizar para resolver suas principais demandas de cunho coletivo. Quanto mais a população aumentava, novas necessidades surgiam e o espírito de voluntariado e de união, tão presente desde a chegada das primeiras famílias, fez que isso parecesse natural.

Venda Nova, que pertencia ao território de Castelo, passou a integrar Conceição do Castelo como distrito a partir de 1964, quando este se emancipou e se tornou município, sendo dois anos administrado por interventores (devido ao regime militar ao qual o Brasil se submetia). Como pelo menos metade da população morava no território do distrito, que evoluía e logo se revelou como uma grande (ou maior) fonte geradora de divisas, não tardou o surgimento do desejo de se desmembrar e poder conduzir a gestão dos próprios recursos.

Como pode ser observado no capítulo que trata dos políticos de Venda Nova eleitos quando pertencia a Conceição do Castelo, o distrito fez a maioria dos prefeitos e tinha forte expressão na Câmara de Vereadores. O primeiro prefeito foi Antônio Honório Pizzol (dois mandatos), depois veio Benjamim Falchetto e, finalmente, Nicolau Falchetto. Isso significa que, em 24 anos de emancipação, Conceição do Castelo passou 18 sendo administrado por políticos de Venda Nova. Caso houvesse a emancipação, Conceição corria o risco de não conseguir mais eleger um prefeito do seu território, pois Venda Nova crescia mais em população, em conquistas e em organização. Isso pode ser atestado pela criação da Festa da Polenta (1979), construção do Hospital Padre Máximo em regime de mutirão (década de 1960), o surgimento do Instituto Salesiano Pedro Palácios (década de 1960) e o movimento Amena-Casa da Cultura, um desdobramento do Baile dos Universitários (no final da década de 1960).

No período das duas últimas administrações/legislativas de Conceição do Castelo, desenrolaram-se os principais fatos que culminaram na emancipação de Venda Nova. No entanto, o movimento mais efetivo começou a acontecer entre o final de 1986 e o início de 1987.

A comunidade estava com uma organização bem centralizada no Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova, criado em 1980 e constituído por uma diretoria e pelo Conselho Deliberativo (que era formado por representantes das diferentes comunidades da sede do então distrito e da área rural). O Conselho de Desenvolvimento foi a personalidade jurídica utilizada pela Comissão Pró-Emancipação de Venda Nova para condução dos trabalhos.

A Comissão era constituída por 21 pessoas, entre os cinco vereadores com cadeira na Câmara de Conceição e representantes dos principais setores do então distrito. Pedro Altoé se tornou presidente através de assembleia realizada no dia 15 de março de 1987, quando também foi eleita toda a Comissão Pró-Emancipação de Venda Nova, que obteria êxito em emancipar o distrito anos depois.

A comissão passou a se reunir sistematicamente, mesmo que nem todos os membros pudessem participar de todos encontros, e fizeram um cronograma de trabalhos com a descrição das ações necessárias a serem formalizadas para viabilizar o processo de emancipação.

De acordo com Pedro Altoé, o senador Gerson Camata enviou uma lista do passo a passo de todos os entraves burocráticos a serem resolvidos que resultariam na documentação necessária para deflagrar o processo de emancipação. Eram documentos necessários para desmembrar áreas, anexar, bem como criar novos municípios. Embasados nesta lista, o grupo começou a agir, sabendo por onde começar e quais caminhos deveriam ser trilhados.

O primeiro passo da Comissão (ali representado por Pedro Altoé, Máximo Feitoza e Luiz Carlos Feitosa Perim) foi ir até a Assembleia Legislativa do Espírito Santo-Ales e formar um grupo de parlamentares apoiadores da ideia de emancipação de Venda Nova. O processo foi aberto e o relator foi o deputado Paulo Hartung.

De acordo com Pedro Altoé, o presidente da Comissão de Justiça e Cidadania, o deputado Armando Viola, expediu ofícios solicitando informações para levantamentos de dados e o primeiro grande desafio veio com a resposta do IBGE. O Instituto informou que a população estimada do distrito de Venda Nova era de 5.783 habitantes. Como era fora do período de pesquisa, o IBGE alegou que não poderia fornecer os dados e que seria necessário um censo especial e pago.

A comissão fez então um pedido formal e a resposta foi que seriam cobrados Cz\$ 79 mil. Naquela data, Pedro Altoé se encontrava em Brasília e, diante da notícia dada por Máximo Feitoza, disse que poderia pegar o dinheiro emprestado com Deolindo Perim, pois assinaria a promissória assim que chegasse em Venda Nova. Foi então que enviaram o telegrama ao IBGE afirmando concordar em pagar o censo especial. O dinheiro ficou no banco por uns dias e logo o pagamento foi feito.

Passada uma semana do pagamento, a equipe do censo ainda não tinha chegado em Venda Nova para iniciar os trabalhos. Pedro Altoé conta que decidiu então ligar para o presidente do IBGE do Rio de Janeiro explicando a situação. “Olha, Doutor Pedro, até o final de semana eles estarão aí”, recorda-se das palavras e do sentimento de espanto de ser chamado de doutor pela primeira vez em sua vida.

A equipe do IBGE- composta por dez recenseadores, um supervisor e dois motoristas- chegou e ficou hospedada no Hotel Jaguaré, de propriedade de Nicolau

Falchetto. Quando o resultado saiu, constatou-se que Venda Nova tinha cerca de 10.500 habitantes, preenchendo um dos requisitos para se emancipar. Dentre outros, o distrito precisava ter um certo número de casas e a pesquisa revelou ser superior ao exigido.

Pedro Altoé acompanhou de perto todo trabalho de pesquisa e continuou o fazendo quando o alvo passou a ser Conceição do Castelo. “Eles queriam levar a equipe para se hospedar lá e não aceitamos, pois queríamos acompanhar todos os procedimentos. Exigimos que passassem casa por casa devido a algumas pessoas resistentes em passar informação. O resultado foi apertado: a população de Conceição do Castelo era um pouco menor do que a de Venda Nova”

Vencida essa etapa, era preciso provar então que Venda Nova tinha receita suficiente para se sustentar e o mesmo valia para Conceição do Castelo. Pedro explica que o Estado exigia que se provasse que o novo município teria renda que se enquadrasse nas exigências. “Procuramos novamente alguém na Assembleia Legislativa do Estado, que se encarregou de viabilizar um apanhado nas fronteiras do Estado: um com a Bahia, outro em Pequiá e mais dois na fronteira com o Rio. Os profissionais da receita verificaram toda produção que saía- muitas vezes guiada em outros Estados- e também assim foi feito na Ceasa. Todas as emissões de notas fiscais do produtor foram verificadas, tanto de Venda Nova quanto de Conceição do Castelo, pois era preciso saber se o 'Município Mãe' também era capaz de sobreviver depois do desmembramento. Luiz Carlos Feitosa Perim reforça a informação e acrescenta que os agentes da coleta de renda de Venda Nova (como José Pagotto e Alcides Minete) auxiliaram nessa empreitada e que foi feito um movimento para se tirar notas fiscais no que seria o território do novo município.

De acordo com Pedro Altoé, enquanto a situação burocrática ia se resolvendo, muitos fatos desagradáveis se sucediam, sempre aparecendo um entrave novo, como se alguém contra a emancipação soubesse de cada passo conquistado. Quando o movimento pró-emancipação tinha um êxito, Conceição do Castelo entrava com alguma contestação de imediato, gerando um desgaste muito grande. “Quando a notícia chegava, eu deixava de fazer o que estivesse fazendo para tentar sanar o problema. Era preciso ser rápido e, para isso, precisei abandonar os cuidados com a minha propriedade e a família muitas vezes”.

Pedro Altoé faz questão de enfatizar que o tabelião Máximo Feitosa foi peça fundamental em toda essa trajetória vitoriosa, além de Luiz Carlos Feitosa Perim, funcionário do Instituto Jones Santos Neves, que usou sua rede de relacionamentos e de conhecimentos para viabilizar muitas documentações favoráveis para Venda Nova, acompanhando de perto toda movimentação.

Máximo fazia todos os registros fundamentais para o processo (atas e correspondências datilografadas, assim como providenciava documentos). Na parte política, o momento contou com uma base importante na Assembleia Legislativa: o presidente Dilton Lório e os deputados Paulo Hartung, Douglas Puppim, Mira Seibel, Dário Martinelli e Dilo Binda e também com o então diretor da Escelsa.

Todas as exigências precisavam ser cumpridas em paralelo. Uma delas era o processo, elaborado pelos três para denominação do novo município, encaminhado para o departamento toponímia do IBGE, no Rio de Janeiro. Uma das exigências é de que não existisse nenhum outro município ou distrito com nome igual. Luiz Perim acompanhou esse processo de perto, o mesmo feito por Gerson Camata, que sempre ligava para Pedro para dar notícias.

Apesar do apego, o nome Venda Nova precisava de alguma alteração (já existia um distrito em Minas Gerais assim denominado), e o processo estava parado há meses por essa razão. Coube a Luiz, já sabendo da situação, dar a notícia à comissão. Foi marcada uma consulta pública para decidir como chamaria o novo município e apareceram 12 sugestões de nomes. Votada em dois turnos, ficou o Venda Nova do Imigrante, cuja proposta inicial o último nome seria no plural.

Luiz foi pessoalmente entregar o ofício. Ele foi de ônibus para o Rio de Janeiro e pegou um trem para se deslocar até Parada de Lucas, na zona norte da capital fluminense. Ele entregou a correspondência ao agente do IBGE e só saiu de lá com o processo aprovado pelo departamento de toponímia. O documento foi incorporado a outros, como os que comprovavam a arrecadação, o número de habitantes e eleitores e a definição de limites territoriais pelo IBGE.

Com todas as exigências atendidas, o processo prosseguiu. No dia do projeto ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça, o grupo de Venda Nova foi para a Assembleia em peso e vigiou a sala abrir, ocupando todas as cadeiras em torno da mesa. Pedro Altoé conta que, ao perceber que um dos deputados faltava e não teria quórum, Marco Grillo chamou o deputado José Coser, que participou e votou favorável a Venda Nova. Até aquele momento, o grupo precisou ser vigilante durante todo o processo, pois qualquer desvio de rota poderia significar perder a oportunidade de emancipar Venda Nova naquele momento da história.

Luiz relata esse dia com muita clareza. Ele se recorda de o grupo de Venda Nova ter chegado bem cedo e, com apoio do subdiretor geral da Secretaria da Ales, José Maria Pimenta, ter conseguido fechar a porta, alegando que a reunião tinha começado e impedindo que os representantes de Conceição participassem. Pimenta era casado com uma vendanovense e agilizava toda a tramitação dentro da instituição, bem como dava dicas de procedimentos burocráticos. Ele usava toda a sua influência lá dentro para colaborar com a causa.

“Quando tudo estava sacramentado, a porta foi aberta. Sabíamos que teríamos a vitória na votação em plenário, pois a maioria dos deputados tinha sinalizado pela aprovação”. Luiz observa que ter colocado Paulo Hartung como relator do processo de emancipação, fez parte da estratégia para conquistar o apoio do deputado, cuja postura era de ser contra à criação de novos municípios do Estado, mas Venda Nova tinha subsídios que sinalizavam ter condições de ser sustentável, uma das razões que convenceram o parlamentar.

No entanto, existia um prazo definido em lei para que a aprovação da lei fosse promulgada e publicada com anterioridade suficiente antes das próximas eleições. De acordo com Luiz, essa vitória foi sacramentada na última semana do prazo.

Como relator do processo de emancipação de Venda Nova, o deputado estadual Paulo Hartung tratou de fixar o índice de participação do novo município na arrecadação do ICMS sobre o ‘município mãe’, no caso Conceição do Castelo, em 0,724%, conforme o artigo 5º da lei de criação.

De acordo com Ângela Haddad Fafá, assessora de Hartung na ocasião, a fixação desse índice, já na lei de criação de um novo município no Espírito Santo, tratou-se de um fato inédito, até mesmo entre os novos municípios aprovados naquele ano na Assembleia Legislativa do Espírito Santo- Ales.

Em 1988, a Ales aprovou a emancipação de João Neiva, Laranja da Terra, Alto do Rio Novo, Águia Branca e Santa Maria de Jetibá. Em nenhum desses casos ficou fixado o índice de participação na lei, ficando essa prerrogativa a cargo do Executivo Estadual. Conforme explica Ângela, apesar disso, a Ales passou a incluir a fixação do índice na lei da criação nos processos seguintes.

O processo de emancipação de Venda Nova entrou na Assembleia Legislativa através do Projeto de Lei Nº 62/1988, de autoria de Dário Martinelli. Aprovado, se transformou na Lei Nº 4.069, sancionada pelo governador Max Mauro no dia 6 de maio de 1988 e publicada no dia 10 de maio de 1988.

Quando foi para votação em plenário, o Projeto de Lei que reconhecia a emancipação de Venda Nova foi aprovado em única votação com mais de 20 votos favoráveis. Com a aprovação, o projeto foi para a sansão do governador Max de Freitas Mauro, que o fez no Palácio Anchieta, com toda pompa e circunstâncias, no dia 6 de maio. No entanto, a lei se valeria depois de publicada. Luiz se recorda que “a publicação seria numa data que coincidiria com o aniversário de emancipação de Conceição do Castelo. Pedimos para mudar e a publicação saiu um dia após, 10 de maio de 1988”.

No dia que a Assembleia votou, um ônibus com moradores de Venda Nova e vários carros particulares levaram pessoas para acompanhar a votação em plenário. Foi uma 'festa' na rua perto da praça onde funcionava a Assembleia, na Cidade Alta, transmitida pelo noticiário televisivo e com matérias nos jornais da capital. Depois, a comemoração veio para Venda Nova.

Engana-se que depois, tudo foi festa. A Comissão Pró-Emancipação fez uma reunião no Creven e Pedro Altoé disse que só faria festa depois que a dívida com Deolindo Perim e com outras despesas (como a do ônibus que levou vários manifestantes de Venda Nova para a capital no dia da votação na Assembleia) fossem pagas, pois ele tinha assinado as promissórias. Foi feita então uma espécie de 'livro de ouro' para arrecadar dinheiro e, com as dívidas (em torno de Cz\$ 300 mil) devidamente quitadas, e com o que sobrou, foi paga a festa promovida no dia 6 de agosto, com chope, no ginásio de esportes Salesiano. Vários políticos marcaram presença, dentre eles Paulo Hartung e Dilton Lírio, que trouxe uma cópia de todo processo de emancipação.

Luiz se recorda que, dias depois, teve até uma transmissão clandestina da produção de um vídeo com imagens feitas por Anchieta Feitosa de vários momentos da luta pela emancipação (reuniões, assembleias e as comemorações lá em Vitória e no trevo do Posto Comarela, que funcionava como uma espécie de praça de Venda Nova). O vídeo, conectado na torre de TV, aproveitando um horário de propaganda eleitoral, apareceu nos aparelhos de televisão de todas as casas de Venda Nova. Todos os outros canais não eram transmitidos e o povo foi para rua festejar.

A IMPORTÂNCIA DO FUNDEC

Para Luiz Perim, um episódio importante no preparo para Venda Nova se emancipar, está no movimento gerado para que a cidade aproveitasse as oportunidades geradas pelo Fundec, do Banco do Brasil. Ele explica que, o superintendente do Banco do Brasil escolheu Venda Nova para apresentação do Fundec.

Na avaliação de Luiz, o trabalho feito para conseguir recursos do Fundec e investir em obras nas comunidades, ajudou os vendanovenses a fortalecer os vínculos. “Esse projeto não estava vinculado ao Governo e criou um espírito de corpo para a emancipação, pois só foi oferecido ao distrito de Venda Nova e Conceição do Castelo ficou de fora. O Fundec financiava programas de melhoria em comunidades urbanas ou rurais e Pedro Altoé convocava a comunidade de todos os cantos do município, o que foi fundamental para a representatividade de todo o movimento. Foram ouvidas as necessidades de cada uma delas. Com base nisso, foram elaborados os projetos para pedir o financiamento”, explica.

Na época, Luiz já trabalhava no Instituto Jones Santos Neves- IJSN (uma autarquia do Governo do Estado responsável por estudos, projetos e pesquisas), sob a liderança do economista vendanovense Orlando Caliman. “Trouxemos para Venda Nova uma equipe com profissionais de todos os órgãos estratégicos (Incapar, Idaf, Deares, Cesan), que ajudavam a elaborar os projetos, com objetivos, descrições e quantitativos dos materiais, ações, custo de cada item e forma de pagamento. Foram dois ou três dias no salão da igreja. A união e o trabalho em equipe da população compensaram a falta de qualificação técnica local e, mais uma vez, foram fatores preponderantes para Venda Nova conquistar melhorias na infraestrutura.

Os juros eram muito baixos e somente associações comunitárias tinham acesso aos recursos do fundo, conforme conta Luiz Perim. Por isso, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova, presidido por Pedro Altoé, que se revelava uma liderança. Embora o objetivo era ter a chance de levantar dinheiro a ser aplicado em obras, esse movimento foi fundamental no processo de emancipação, quando Pedro novamente foi uma figura aglutinadora, que assumiu com grande propriedade a liderança.

TENTATIVA ANTERIOR E FÔLEGO PARA NOVA E DEFINITIVA EMPREITADA

Antes desse movimento relativamente rápido e vitorioso, houve uma tentativa anterior para Venda Nova se emancipar.

Em 1980, quando retornou formado em engenharia civil para ficar durante um ano em Venda Nova, Luiz Carlos Feitosa Perim foi convidado para trabalhar como secretário Municipal de Obras pelo então prefeito Benjamim Falchetto. Uma das conquistas neste um ano de atuação, Venda Nova se sobressaía como o único distrito no Brasil a contar com um PDU (Plano Diretor Urbano). As relações entre o secretário estavam estreitas com o Instituto Jones Santos Neves- IJSN, instituição que o contratou depois.

Nessa época, o Fundec financiava programas de melhoria em comunidades urbanas ou rurais. Os juros eram muito baixos e sem correção monetária, conforme conta Luiz Perim. Como somente associações comunitárias tinham acesso aos recursos do fundo, os vendanovenses se organizaram e criaram o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova, presidido por Pedro Altoé. O objetivo era levantar recursos, que seriam aplicados em obras, em diferentes comunidades do distrito.

Não foi difícil formar a associação, pois, de acordo com Pedro Altoé, um grupo se reunia periodicamente para discutir projeções para Venda Nova e levava esses pontos de debates para os vereadores. “Quando chegava na Câmara algum projeto que estivesse de alguma forma relacionado com Venda Nova, os vereadores estavam munidos de informações. Era um grupo informal”, explicou.

Em 1979, essa tentativa teve à frente padre Cleto Caliman (1914-2005), que era muito ligado a Lúcio Merçon, então deputado. “Acredito que padre Cleto, na melhor das intenções, achava que sua rede de relacionamentos e poder de influência seriam suficientes”. O requerimento do qual Pedro Altoé faz referência, fora elaborado pelo religioso, pelo então prefeito Benjamim Falchetto, pelo tabelião Máximo Feitosa e por Luiz Carlos Feitosa Perim e chegou a ser protocolado na Ales com abaixo-assinado dos moradores pedindo o desmembramento de Conceição do Castelo.

O abaixo-assinado, datado de agosto de 1979, incorporado ao requerimento de independência do então distrito de Venda Nova, contou com a participação de 191 moradores, quase o dobro das 100 assinaturas exigidas pela Lei Orgânica dos Municípios. Seu texto defendia a emancipação, para que Venda Nova concretizasse o “efetivo desenvolvimento político e econômico-administrativo”. Dentre as justificativas era apontado “o crescimento evidente de seu comércio, indústria e agricultura, bem como sua posição invejável como polo turístico serrano rural”.

De acordo com o documento, que não citava a fonte, Venda Nova tinha 1.078 residências, 91 imóveis comerciais e sete indústrias, dentre outros números. Também apontava a existência de uma cooperativa agrária, uma agência bancária, outra dos Correios e estação de tratamento de água. Porém, o distrito não alcançava números suficientes para se emancipar. Os dados do IBGE disponíveis na época eram de 1975 e informavam que Venda Nova tinha somente 5.783 moradores, pouco mais da metade do que era necessário.

Conforme as pesquisas feitas pelo jornalista Valdinei Guimarães, na época em que era assessor de comunicação da Câmara de Venda Nova, o IBGE fez recenseamento geral em 1980 e, mesmo com os dados atualizados pelo censo, a população de 8.462 habitantes ainda não era suficiente para cumprir um dos requisitos para emancipação. Foi feita uma outra solicitação para a Ales reabrir o arquivado pedido de emancipação.

Cabia à Assembleia o papel de verificar, junto aos órgãos competentes, se o candidato a município cumpria as exigências contidas na Lei Complementar para dar andamento ao processo e, em 1983, pediu novamente informações sobre o distrito ao IBGE. Como o número de moradores ainda não era suficiente, em junho de 1983, a Comissão de Constituição e Justiça da Ales emitiu parecer pelo arquivamento do processo.

Padre Cleto foi transferido para Silvânia, no Estado de Goiás. Pedro Altoé se lembra desse grupo de representantes de vários bairros e comunidades, continuando a se reunir periodicamente para discutir as propostas para Venda Nova. Apesar de Venda Nova ter na época vereadores na Câmara de Conceição, na visão dele, estes não tinham subsídios suficientes para fazer determinadas reivindicações para o então distrito.

Com o retorno de um novo processo para o pedido de emancipação, as pessoas envolvidas no primeiro movimento voltaram a se organizar, quando foi criada uma comissão para emancipar Venda Nova. Antes de iniciar essa nova etapa, era necessário, no entanto, revogar uma lei que reduzira a área do então distrito de Venda Nova.

UM TERRITÓRIO EM CONFLITO

Havia uma lei municipal, criada em 1981, que desmembrava o distrito de Venda Nova. De acordo com essa lei, São João de Viçosa e a localidade de Córrego Bela Aurora deixariam de ser parte do distrito. O problema era que, sem esses territórios, Venda Nova teria ainda menos condições de cumprir os requisitos para se emancipar. Por isso, os vereadores derrubaram a lei em 1986 e isso só foi possível quando faleceu Edson Altoó, um dos vereadores opositores ao desmembramento, e entrou o suplente, Américo Comarela, morador de Venda Nova.

Essa lei foi aprovada numa estratégia para garantir condições de desmembramento tanto para Venda Nova quanto para Conceição do Castelo, pois era necessário um número mínimo de população em ambos. A esperança dos emancipadores de Venda Nova era conseguir aumentar o número de habitantes, anexando parte do distrito de São Paulo de Aracê, do vizinho município de Domingos Martins.

De acordo com Luiz, foram feitas várias reuniões com a comunidade de Pedra Azul e foi elaborado um mapa que mostrava o território total no caso da incorporação. “Tínhamos até um nome para o novo município: Pedra Azul de Venda Nova. Começamos a fazer pesquisas para ver população, número de eleitores e o processo estava bem encaminhado”. Luiz Perim ainda comenta que a desistência veio pelo temor de desunir Venda Nova. “Eles queriam que a sede do município ficasse em Pedra Azul. Estávamos bem unidos e, se nos juntássemos com um grupo que ia nos colocar para trás, iríamos atrapalhar nossa emancipação.”

RENÚNCIA E PROMESSAS DO ACORDO DE EMANCIPAÇÃO

No período em que Benjamim foi prefeito de Conceição do Castelo (1977 ao início de 1981), já havia articulação para tornar o distrito de Venda Nova independente. Além de Luiz Perim, a gestão de Benjamim contava com outros vendanovenses e foi nesse período que foi feito o primeiro abaixo-assinado para tentar emancipar Venda Nova, protocolado na Assembleia em 1980.

Eleito em 1976 para mandato de quatro anos, em 1980*, a Justiça Eleitoral determinou que os prefeitos e vereadores ficassem no cargo por mais dois anos, a fim de realizar eleição única no fim desse prazo (1982), quando seriam eleitos, de uma só vez, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores.

Benjamim não tinha planos para renunciar, mas, segundo ele em entrevista concedida ao jornalista Valdinei Guimarães, havia pressão para que ele deixasse o cargo para o vice, o conceiçoense Ademar de Vargas, que era amigo do deputado estadual Lúcio Merçon, que tinha prestígio na região. A ideia dos emancipadores era contar com favores: Benjamim, interessado na emancipação, aceitaria renunciar e deixar o cargo de prefeito para Ademar, que daria continuidade aos projetos para Venda Nova e colaboraria com a emancipação. Então foi feito um documento com os compromissos elencados (com várias obras, dentre elas abertura e calçamento de ruas) e foi entregue uma carta elaborada por ele e padre Cleto Caliman.

Para os emancipadores, com a colaboração de Merçon, Venda Nova conseguiria seu intento mesmo tendo uma noção de que Venda Nova não atendia aos requisitos legais. Luiz revela que o abaixo-assinado seria apenas para cumprir uma formalidade para, depois, trabalhar politicamente e, por isso, não teve grande número de assinaturas. Acreditava-se, pelo menos na visão dos emancipadores, que o jogo seria ganho, mesmo, nos bastidores.

****O Brasil ainda vivia sob o regime militar e não havia eleição direta para presidente da República. Em 1982 aconteceu a primeira eleição direta para governador desde o Golpe de 1964.***

**** A título de registro, foi Lúcio Merçon o autor da lei estadual que emancipou Conceição do Castelo.***

Uma reunião, com a presença de Lúcio Merçon, Benjamim Falchetto e outros políticos e emancipadores, foi promovida na Igreja Matriz de Venda Nova para tratar da renúncia e da continuidade da luta pelos interesses dos vendanovenses pelo prefeito que o sucedera. Ali, depois do fato consumado, Luiz e os emancipadores souberam que não haveria como contar com a política para dar independência ao distrito e que isso só seria possível por meio do que exige a legislação.

Luiz conta que, ao final da reunião, depois de todos os documentos assinados, Adenir Miranda Merçon, a esposa do deputado, chegou para ele e disse “olhe, nós vamos ajudar na emancipação, mas tem que ver o que determina a lei”. As palavras dela caíram como uma ducha fria na cabeça de Luiz, conforme ele mesmo relata.

O plebiscito aconteceu menos de dois meses antes do fim do prazo para conclusão do processo de emancipação. O dia de votação foi tranquilo e um vídeo foi feito por Marco Antônio Grillo, que acompanhava e registrava os bastidores. As imagens ao lado foram capturadas do vídeo produzido.





Pedro Altoé (votando), Luiz Feitosa Perim e Máximo Roberto Feitoza, que foram ativos no movimento pró-emancipação de Venda Nova, no dia do plebiscito (20 de março de 1988), num domingo.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo

LEI Nº. 035/81.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, no Estado do Espírito Santo, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte RESOLUÇÃO; de acordo com o Item XX, do Artigo XXVII da Lei 2760, de 30 de dezembro de 1973.

Artº 1º - Fica autorizado o desmembramento de parte do atual Distrito de Venda Nova, neste Município de Conceição do Castelo, criado pela Lei nº 1909, de 06 de dezembro de 1963, a fim de ser criado novo Município.

Artº 2º - Os limites do futuro Município ficam sujeitos à descrição final por parte do Serviço de Geografia e Cartografia da Secretaria do Estado do Interior e Transporte, quando da autorização Legislativa Estadual para realização - do Plebiscito.

PARÁGRAFO ÚNICO- Os limites de Conceição do Castelo, serão ampliados no mínimo até a localidade de São João de Viçosa e o Córrego Bela Aurora.

Artº 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO-ESPÍRITO SANTO,
EM 28 DE FEVEREIRO DE 1981.


BENJAMIM FALQUETO
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /86

A FIM DE SER AUTORIZADO O DESMEMBRAMENTO DO DISTRITO DE VENDA NOVA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, E. ESP. SANTO.

Art. 1º) Fica autorizado o desmembramento do atual distrito de venda Nova deste município de Conceição do Castelo, criado pela Lei Estadual nº 1.909 de 06 de dezembro de 1963 a fim de ser criado um novo município.

Art. 2º) O futuro município de Venda Nova terá como limites os mesmos fixados para o atual distrito constantes do artigo 4º (quarto) da Lei Estadual nº 1.909 de 06 de dezembro 1963.

Art. 3º) Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei municipal nº 035/81 aprovada pela Câmara e sancionada pelo prefeito em 28 de fevereiro de 1981.

Conceição do Castelo, 02 de junho de 1986.

Angelo Arlindo Pagoto
Ver. Municipal.

J U S T I F I C A T I V A.

Srª Presidente, Senhores Vereadores:

Como pessoas do povo que somos, inuidos do cargo de lédimos representantes da sociedade que nos elegeu em 15 de novembro de 1982, devemos estar conscientes de que estamos em uma época em que enormes esforços são feitos no sentido de devolver à coletividade o "veredicto" final para as decisões de cunho político quando dizem respeito à administração pública, mesmo porque,

segue...

... esta é, sem sombra de dúvidas uma conquista do povo e nossos conterrâneos não podem serem teleguiados de forma adversa.

É do conhecimento de V. Exas. que o desejo de participar com maior intensidade nos destinos do bem público é nato em todo cidadão politizado, pois a partir do momento que o nível cultural se desenvolve, o espírito de luta cresce e, mais do que nunca exige que a lei lhes assegure o direito e não, os imponha obrigações.

Se analisarmos com atenção a Lei Estadual nº 2.760, de 30 de março de 1973 - Lei Orgânica dos Municípios - notamos que, os seus dizeres são claros quando dispõe sobre a criação de municípios ou distritos, ou mesmo quando faz referência à mudanças de divisas, dando sempre prioridade ao desejo do munícipe morador da área que se deseja modificar. Confrontando o espírito da supracitada Lei Estadual, especificamente o seu título XI, com a legislação Municipal existente, ou seja a Lei nº 035/81, concluímos que são conflitantes, pois esta foi feita à revelia daquela que é Lei Maior, com destaque para o art. 134, uma vez que o direito nele (artigo) definido, foi "data Vênia" ceifado do povo por esta honrada casa de Leis.

É um só o clamor dos munícipes interessados na criação do novo município de Venda Nova: que sejam respeitados os antigos limites demarcados por ocasião da criação do município de Conceição do Castelo e que são, geograficamente, de fácil interpretação, além de haver enorme afinidade entre os povos que o formam.

A razão principal, portanto, do presente projeto de resolução que se propõe a revogar a legislação anterior e ainda em vigor, é fazer respeitar integralmente os limites tradicionais fixados há mais de 20 anos pela Lei Estadual nº 1.909 de 06 de dezembro de 1963, quando Conceição do Castelo se emancipou, politicamente, de Castelo e nasceu, Juridicamente, o distrito de Venda Nova, delimitado de maneira clara, conforme determina o art. 143 e seus incisos da Lei Estadual nº 2.760/73.

segue...

Assim, senhora presidente, Senhores Vereadores, entendendo que é medida justa e coerente a autorização aqui proposta, uma vez que irá corrigir uma falha desta honrada casa de Leis e devolverá ao povo, o direito de escolher, se for necessário, qual o destino que quer dar ao seu futuro, exercitando a DEMOCRACIA, é lógico, observadas as normas Constitucionais e legais que regem a espécie.

Conceição do Castelo, 02 de junho de 1986.

Angelo Arlindo Pagoto.

Ver. Municipal

Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova

CGC 30.970.420/0001-61
Red. BR 262, S/N Km 103

CEP. 29.375
Venda Nova - E.S.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
25/8

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

21 JUL 04 10 002248

Venda Nova, 20 de julho de 1987

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Proc. DL-n. 19 Ins. 66

Exmo. Sr.

Deputado Armando Viola

DD. Presidente da Comissão de Justiça

Assembleia Legislativa do Est. do Espírito Santo

Vitória - ES

Sr. Presidente.


Atendendo solicitação desta Comissão, encaminhamos sugestão obtida em reunião ampla realizada em 20/07/87 nesta Comunidade, do nome alternativo para o futuro município conforme Lei Complementar nº 46 de 21 de agosto de 1984.

O nome escolhido foi VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

Esclarecemos ainda, que caso não haja necessidade de alteração do nome, a Comunidade manifestou opinião expressa pela manutenção do nome de VENDA NOVA.

Aproveitamos o ensejo para manifestar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente


Pedro Altos
Presidente do Conselho

Lei nº 4.069

publ. Diário Oficial
do dia
— 10/05/88 —

LEI Nº 4.069

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ES- PIRITO SANTO

Faço saber que a Assembléa Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica criado o Município de Venda Nova do Imigrante, desmembrado do Município de Conceição do Castelo, com sede na atual Vila de Venda Nova.

Art. 2º — O Município de Venda Nova do Imigrante fica pertencendo à Comarca de Conceição do Castelo.

Art. 3º — O Município ora criado passa a ter a seguinte delimitação;

a) COM O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS:

Começa no divisor de águas, entre os rios Jucu, Guandú e Castelo; segue pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Jucu e Castelo, até encontrar o divisor de águas entre o córrego Caxixe Frio e o ribeirão Braço Sul, onde começa o limite com o Município de Castelo.

b) COM O MUNICÍPIO DE CASTELO:

Começa onde termina a divisa com o Município de Domingos Martins; segue pelo divisor de águas entre o córrego Caxixe Frio e o ribeirão Braço Sul, até encontrar a confluência destes (antiga fazenda Uliana); segue pelo divisor de águas formado por um lado córrego Caxixe Frio, rio São João de Viçosa, córrego Bela Aurora e córrego São Gurgel (Córrego Abacaxil) e pelo outro lado córrego Vai e Vem, ribeirão Monte Alverne e

corrego das Albas até a Serra da Pavação, no Rio São e Município de Conceição do Castelo.

des que a cumprir e a fazer cumprir em sua totalidade.

c) COMO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO:

O Secretário de Estado da Justiça faz publicá-la, imprimi-la e costear.

Palácio Archaico, em Vitória, em 2 de maio de 1938.

MAX FREITAS RAUO
Governador do Estado

SEBASTIÃO CRISTIAN DO CARMO
Secretário de Estado da Justiça

RAMONIANO DE FREITAS RAUO
Secretário de Estado de Interior

Comença onde termina a divisa intermunicipal com o Município de Castelo; segue pelo divisor de águas entre o córrego São Gurgel (córrego Alcaniz) por um lado e córrego São Branco por outro; segue por este divisor até encontrar a confluência do córrego São Gurgel (córrego Alcaniz) e ribeirão Pindamon; segue pelo divisor de águas formado por um lado o Rio Taquaruçu e por outro o ribeirão Pancocha e córrego Candi, até a faz de D. João de São João de Viana; segue pelo divisor de águas das Ilhas São João de Viana por um lado e rio Castelo por outro, até a Serra da Moita Brã, na linha com o Município de Alagoa Grande.

d) COMO MUNICÍPIO DE AYONDO CLAUDIO:

Comença onde termina a divisa com o Município de Conceição do Castelo; segue pelo divisor de águas entre o córrego Escalvado e o Rio da Coxa, até encontrar o limite com o Município de Domingos Martins.

Art. 4º — A instalação do Município de Venda Nova do Imbarã terá-se no território da povoação de Parati, do Vice-Parati e dos Presépios, que deverá coincidir com a dos demais Municípios do Estado.

Parágrafo único — Enquanto não for instalado o Município de Venda Nova do Imbarã será administrado pelo Município Municipal de Conceição do Castelo e responderá pelas leis e suas regulamentações deste Município.

Art. 5º — Nos Estados, nos termos do § 4º do Art. 3º do Decreto-Lei nº 1916, de 29 de maio de 1972, em 0,25% (zero vigésimo quintos) a mais e custas a favor de participação devida ao Município de Venda Nova do Imbarã, no produto da arrecadação estadual da Imposta sobre Circulação de Mercadorias.

Parágrafo único — O índice previsto neste artigo vigorará até que seja alterado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, a pedido porcentual de novo município.

Art. 6º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º — Integram-se as disposições em anexo.

Odeio, portanto, a todas as autoridades



1ª LEGISLATURA 1989 A 1992

VENDA NOVA DO IMIGRANTE



1ª LEGISLATURA 1989 A 1992

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Vereadores

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Albino Ângelo Uliana (PDC)..... | 203 votos |
| Alcides Minete (PDC) | 205 votos |
| Arlindo Nodari (PFL) | 104 votos |
| Celso Zandonade (PFL) | 141 votos |
| Cleto Venturim (PMDB) | 157 votos |
| Dejair Vazzoler (PFL) | 131 votos |
| Francisco Hosken Pires (PT)..... | 61 votos |
| José Egídio Altoé (PTB) | 105 votos |
| Juscelino Nunes da Silva (PTB)..... | 147 votos |
| Nelson Minet (PDC) | 162 votos |
| Osmar Antônio Prêmoli (PDC). | 220 votos |
| Vicente Caliman (PDC) | 172 votos |
| Vitor Malini Targa (PDC) | 197 votos |

Número de eleitores: 5.893

Prefeito: Nicolau Falchetto (PDC)3.071 votos
Vice-prefeito: Braz Delpupo (PDC)



1ª LEGISLATURA

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

CÂMARA CONSTITUINTE
5/10/1989 A 5/04/1990

Presidente: Vitor Malini Targa
Vice-presidente: Vicente Caliman
1º Secretário: Nelson Minet

Relator: Cleto Venturim
Relatores Adjuntos: Dejair Vazzoler e Vicente Caliman

** Antes de iniciarem os trabalhos, uma comissão especial formada para redigir o Regimento Interno Constituinte*

Comissões TEMÁTICAS PARA RECEBER AS PROPOSTAS À LEI ORGÂNICA

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Presidente: Vicente Caliman
Relator: Cleto Venturim
Secretário: Arlindo Nodari

COMISSÃO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO

Presidente: Osmar A. Prêmoli
Relator: Dejair Vazzoler
Secretário: Celso Zandonade

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA

Presidente: Nelson Minet
Relator: Juscelino N. da Silva
Secretário: José Egídio Altoé

COMISSÃO DE ORDEM SOCIAL

Presidente: Alcides Minete
Relator: Francisco H. Pires
Secretário: Albino A. Uliana







1ª LEGISLATURA
**FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA
E DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Vitor M. Targa
Vice-presidente: Vicente Caliman
1º Secretário: Nelson Minet
2º Secretário: Osmar A. Prêmoli

**MESA DIRETORA
DO 2º BIÊNIO**

Presidente: Chico Hosken
Vice-presidente: Nelson Minet
1º Secretário: Vicente Caliman
2º Secretário: Albino A. Uliana

COMISSÕES PERMANENTES

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Chico Hosken
Relator: Vicente Caliman
Secretário: Cleto Venturim

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Juscelino N. da Silva
Relator: Arlindo Nodari
Secretário: Osmar A. Prêmoli

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: José Egídio Altoé
Relator: Celso Zandonade
Secretário: Cleto Venturim

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Chico Hosken
Relator: Dejair Vazzoler
Secretário: Alcides Mineti

COMISSÕES PERMANENTES

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Juscelino N. da Silva
Relator: Cleto Venturim
Secretário: Vicente Caliman

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Osmar A. Prêmoli
Relator: Juscelino N. da Silva
Secretário: Albino A. Uliana

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Celso Zandonade
Relator: Arlindo Nodari
Secretário: Vitor M. Targa

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Vitor M. Targa
Relator: Dejair Vazzoler
Secretário: Alcides Minete





25 de janeiro de 1989- Começou às 20h a primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante. Presidida por Vitor Malini Targa e assessorada por Eclésio Moreira (da Câmara Municipal de Conceição do Castelo), a sessão teve como pauta a eleição das comissões permanentes.



ENTUSIASMO E TOTAL DEDICAÇÃO PARA CRIAR OS SÍMBOLOS E ELABORAR A LEI ORGÂNICA E OS CÓDIGOS MUNICIPAIS

Venda Nova do Imigrante era puro entusiasmo diante da autonomia que a emancipação política proporcionava para escrever sua própria história. A partir do primeiro dia de janeiro de 1989, poderia resolver sobre qual rua fosse aberta e calçada, mesmo diante da total falta de infraestrutura. A comunidade já estava acostumada a vencer desafios, ser protagonista de seu destino e ter comportamentos de vanguarda, como nos movimentos da Festa dos Universitários (Amena- Casa da Cultura), da Festa da Polenta e de inúmeras outras ações coletivas.

O município foi instalado e os vereadores (Albino Ângelo Uliana, Alcides Minete, Arlindo Nodari, Celso Zandonade, Cleto Venturim, Dejair Vazzoler, Francisco Hosken Pires, José Egídio Altoé, Juscelino Nunes da Silva, Nelson Minet, Osmar Antônio Prêmoli e Vicente Caliman) tomaram posse no ginásio de esportes da Escola Fioravante Caliman, pois não havia sede da Câmara no dia 1º de janeiro de 1989. A ata foi escrita à mão pelo vereador Dejair Vazzoler, pela total ausência de estrutura física e de equipamentos.

Para presidir essa sessão, foi designado o juiz eleitoral, Erly Santos, que, após convidar os vereadores, fez a leitura do compromisso do artigo 28 da Lei Estadual Nº 2.760/73, em que os eleitos se comprometeram a cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado, desempenhando com lealdade o mandato e trabalhando pelo progresso do município.

O juiz, então, passou a presidência ao vereador mais votado, Osmar Antônio Prêmoli, que conduziu a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Após a votação, foi anunciado que Vitor Malini Targa era o presidente da Mesa Diretora; Vicente Caliman, vice-presidente; Nelson Minet, primeiro secretário; e Osmar Antônio Prêmoli, segundo secretário.

Em seguida, Vitor Targa passou para a sessão de posse do prefeito Nicolau Falchetto e do vice-prefeito, Braz Delpupo. Cada um fez a leitura do compromisso do artigo 28 da Lei Estadual Nº 2.760/73 e, após empossado, o prefeito agradeceu a sua eleição e conclamou a Câmara Municipal para se unir em torno de um bom desempenho durante seu mandato. Para finalizar, o presidente da Câmara declarou instalado o município de Venda Nova do Imigrante.

Passada a sessão de posse e instalação, o próximo desafio foi montar a Câmara de todas as formas: estruturas física e organizacional. Depois da avaliação do grupo de vereadores de alguns nomes, próximo do dia 20 de janeiro, Vitor Targa convidou Lúcia Zorzal para secretariar a Câmara.

Parte dessas memórias constam na ata de posse, mas os detalhes são mesmo fornecidos pela servidora, agora aposentada. Lúcia começou a trabalhar no dia seguinte ao convite. Como a Câmara não tinha sala, ela foi para uma no andar térreo (ao lado da Secretaria Municipal de Educação) do sobrado de Alberico Bergamim, no Centro de Venda Nova. A sala contava com uma cadeira e mesa de no máximo 50cm por 70cm, uma máquina de escrever Olivetti e um 'monte de papel'. Eram alguns documentos e correspondências que já tinham chegado para a Câmara e que deveriam ser analisados para serem respondidos, tomadas providências (quando fosse o caso) e arquivados. Muitas correspondências eram de parabenização ao Legislativo Municipal pela posse.

No terceiro dia de trabalho, Lúcia se deparou com o desafio de providenciar o lugar para fazer a primeira sessão ordinária. Já estava em vista a sala em cima do Bar do Visconde, estabelecimento que funcionava à avenida Domingos Perim, nº 52. Tratava-se de uma churrascaria desativada e o cenário era quase desolador: o salão estava cheio de mesas grandes (e engorduradas) e por cadeiras plásticas vermelhas, típicas de bar. Todas tinham encostos rabiscados e algumas, por nomes não dignos de serem reproduzidos. Na maioria de sua extensão, as paredes estavam enfumaçadas e uma parte também engordurada. Improvisou-se em um dos cantos do ambiente um espaço para a sessão: uma mesa e em torno dela um círculo de cadeiras.

Todos os vereadores eram 'de primeira viagem' e nenhum deles tinha conhecimentos sobre os protocolos e as formalidades exigidas em uma sessão. Vitor convidou o secretário da Câmara de Conceição do Castelo, Eclésio Moreira, para assessorar e dar todas as coordenadas relacionadas às sessões e demais protocolos e assim, de forma presencial, ele ficou durante uns dois meses. De-pois, à distância, continuava a prestar assessoria e tirava as dúvidas.

Devido à falta de mobiliários adequados, os vereadores precisavam colocar os documentos no colo e às vezes no chão (livros e maletas), para poder fazer a sessão. Foram apresentados o Regimento Interno de Conceição do Castelo e a Lei Orgânica Geral, que atendia todos os municípios do Espírito Santo, que serviram de base para iniciar e dar a condução aos trabalhos, com todas as formalidades necessárias. Naquela época, a Prefeitura já tinha encaminhado ao Legislativo Municipal os primeiros projetos de lei.

Logo foi começado o processo para transformar aquele ambiente em um espaço digno para o trabalho. Foram providenciadas as cortinas, que serviram de painel de fundo para a Mesa Diretora e, ao mesmo tempo, cobriam as portas de acesso à cozinha e aos banheiros, bem como a churrasqueira, que ficava à vista. Não houve um desmanche da estrutura física da churrascaria, apenas foram feitas simples readequações. As paredes foram pintadas, a cozinha e os banheiros receberam pequenas melhoras. Uma espécie de cerca ou guarda-corpo de madeira (feito para separar o plenário do auditório) chegou juntamente com os dez jogos de mesas e

cadeiras para os vereadores e a para Mesa Diretora (com três lugares: o central para o presidente e os laterais para o vice e para o 1º secretário), feitas pela marcenaria de Ademar Falqueto, localizada na Tapera.

Com essa estrutura, o Poder Legislativo Municipal ganhou identidade. Principalmente com as bandeiras do Estado e do Brasil, que figuraram sozinhas até que fosse elaborada e aprovada a do município. Isso levou pelo menos dois meses.

Até essa estrutura ficar pronta, as sessões eram promovidas naquele esquema de improvisação.

Nos dois primeiros anos, a parte administrativa da Câmara era vinculada ao Poder Executivo Municipal. Tudo que precisava, desde uma caneta, uma folha de papel ou uma máquina de escrever, era solicitado à Prefeitura. A situação só mudou no final de 1990.

Mesmo diante de tantas dificuldades, o ânimo para levantar e fazer de Venda Nova um município próspero era evidente. Todas diferenças eram vencidas ali, em plenário. Essa característica é reconhecida pelos então vereadores e por Lúcia, primeira grande testemunha dessa fase, que são unânimes em afirmá-la. Sempre muito otimistas e dedicados, participavam de todas as sessões, reuniões das comissões e nos encontros/reuniões promovidos com as comunidades. Era rara a ausência de algum vereador.

O plenário era o único espaço de trabalho na ocasião. Tudo funcionava junto: os trabalhos da secretaria e todos os tipos de reuniões. A Câmara fazia muitas reuniões com os diferentes segmentos da sociedade organizada, entidades e órgãos municipais, estaduais e federais, que eram convidados a tratar de alguma pauta. Foi uma legislatura que buscava construir uma estrutura forte. Eles sabiam que estavam construindo a base de Venda Nova e realmente exerceram o papel do legislador, que sempre foi o de fazer as leis e o de fiscalizar o Executivo. O prefeito sempre se mostrou aberto ao diálogo, sempre presente nos debates onde sua presença se fazia necessária.

Em torno de março e abril, começaram a chegar à Câmara, enviados pelo Executivo, os primeiros códigos: tributários, de Obras, de Postura, do Parcelamento do Solo para montar a base do governo municipal, além da estrutura administrativa e o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. Era preciso uma certa urgência para dar início e andamento, pois como a Prefeitura iria cobrar as taxas (de alvará, por exemplo) e começar a arrecadar? Era preciso formar a base de arrecadação. O Código de Obras, por exemplo, exigiu cerca de um ano e meio de estudos e debates, pois era preciso escutar arquitetos, engenheiros e outros profissionais da área para aperfeiçoá-lo.

Os vereadores tiveram muito trabalho no preparo dessa base, além de elaborar o Regimento Interno da Câmara. As sessões eram quinzenais, todas as terças-feiras, às

19 horas. Fora desse horário, eram muitas reuniões de trabalho: as ordinárias e extraordinárias das comissões permanentes e também as com os secretários municipais, além das audiências com segmentos da sociedade relacionada a algum projeto ou a algum código em pauta. Também tinham as sessões extraordinárias para aprovar os projetos de urgência.

A CÂMARA CONSTITUINTE E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Conforme previsto na Constituinte Federal, o município precisava elaborar sua própria Lei Orgânica Municipal – LOM. A Constituição do Brasil, promulgada em 5 outubro de 1988, dava seis meses de prazo para instituir e instalar a Câmara Constituinte, elaborar e promulgar a LOM. A de Venda Nova foi instalada no dia 5 outubro de 1989, trazendo mais trabalhos a serem realizados em paralelo às produções dos códigos em andamento.

As sessões ordinárias seguiram normalmente toda quinzena, assim como as reuniões permanentes. Nos demais dias, intercalados, funcionavam as reuniões da Constituinte com quatro comissões temáticas. Para dar suporte ao andamento dos trabalhos, o primeiro passo foi elaborar o Regimento Interno da Constituinte para ter um calendário de ações, para cumprimento de todos os trabalhos no devido prazo e para que todas as etapas fossem cumpridas.

Cada etapa da elaboração da LOM era divulgada num jornal produzido pela Câmara. Seguindo o modelo de todo o trabalho desenvolvido pela Câmara, a tecnologia disponível era a máquina de escrever e uma copiadora. A jornalista (Maria Auxiliadora (Lilia) Gonçalves) foi contratada para elaborar os textos e uma auxiliar (Margarida Zandonade) para ajudar na montagem das edições que, depois de copiadas na máquina Xerox, eram distribuídas nas casas e comércios de Venda Nova.

Eram duas Câmaras funcionando ao mesmo tempo, com os mesmos vereadores para dar conta das funções de ambas. Às vezes, tinham duas ou três sessões extraordinárias na semana. A grande maioria durante a noite, pois todos ve-readores trabalhavam. Somente as reuniões das comissões aconteciam durante o dia.

Dentro do cronograma da Constituinte, foi aberto um prazo para as entidades organizadas apresentarem suas propostas e ideias, dentro de um formulário próprio que a Câmara disponibilizava. As propostas foram analisadas pela Mesa Diretora da Constituinte (no caso foi definida a mesma da Câmara Ordinária), que contava com um relator (Cleto Venturim) e dois relatores adjuntos (Dejair Vazzoler e Vicente Caliman). Depois de analisadas, algumas propostas foram incorporadas e outras não (descartadas principalmente as da alçada do Estado ou da União). Quando incluídas, algumas foram na íntegra, outras parcialmente ou adaptadas, obedecendo a legislação superior.

Cada Comissão Temática (I – Comissão de Organização do Município, II – Comissão de Governo do Município, III – Comissão de Ordem Econômica e IV – Comissão de Ordem Social) elaborou o seu anteprojeto e apresentou dentro do prazo determinado, de acordo com o tema proposto. Os vereadores puderam aprofundar os estudos na área determinada pela sua comissão e também tinham acesso ao conteúdo das outras, podendo apresentar sugestões. Todos os anteprojetos das quatro comissões foram encaminhados aos relatores, que tiveram um prazo para elaborar o primeiro esboço da Lei Orgânica Municipal.

Antes do relatório final, o relator Cleto Venturim com dois adjuntos englobou todos os conteúdos das quatro comissões temáticas e apresentou o primeiro anteprojeto, que depois de avaliado e enxuto, deu origem ao segundo. Em ambas as etapas, os anteprojetos foram lidos, discutidos e aprovados em sessões da Câmara Constituinte. Depois de determinado prazo, em data regimental, foi apresentado o projeto final, que deu origem à Lei Orgânica Municipal.

No dia 5 de abril de 1990, às 19 horas, em Sessão Solene, foi promulgado o texto original da LOM. Assim que aprovado, foi desfeita a Câmara Municipal Constituinte. Os primeiros exemplares foram confeccionados pela Prefeitura Municipal, tendo em vista que a Câmara ainda não tinha orçamento próprio.

DEPOIS DA CONSTITUINTE

Os vereadores continuaram seus trabalhos focados nos pontos que consideravam mais necessários para a população, como saúde, segurança, educação e agricultura. Eles seguiam acompanhando os trabalhos da Prefeitura, incluindo acompanhamento à execução do primeiro concurso público municipal.

Com muito empenho, acompanharam a compra de um terreno para a Apae. Muitos, os que tinham condições, levavam seus filhos com necessidade especiais para serem acompanhados pela Apae de Castelo. O município, apoiando uma demanda da sociedade, instituiu sua primeira Apae, que foi um marco para Venda Nova do Imigrante.

No final de 1990, a Câmara se desvinculou da administração da Prefeitura e passou a ter seu próprio orçamento, conforme percentual estipulado pela legislação federal. O quadro de funcionários, que até então contava só com Lúcia Zorzal (que fez e foi aprovada no concurso municipal neste meio tempo), passou a ter Fernando Pizzol no administrativo (concurado) e o contador Danilo Falqueto, além de uma servente (contratados).



6 de outubro de 1989- *Sessão de instalação da Câmara Municipal Constituinte. Na composição da mesa: padre Cleto Caliman, Deolindo Perim, Ricardo Soaresini Filgueiras, Lúcio Merçon, Vitor Malini Targa, Nicolau Falchetto, Apolônia Falchetto, Braz Delpupo e João Vicente Barbosa.*

Nesse período, algumas leis importantes foram aprovadas para formar a identidade civil e a base estrutural/organizacional do município, como a bandeira, o brasão e a criação do distrito de São João de Viçosa.

Após algumas análises e certo clamor da população, observou-se que Venda Nova não precisava ter 13 vereadores e a redução veio por Decreto Legislativo. O número de vereadores foi determinado com base nos cálculos previstos na Constituição Federal, considerando o número de habitantes do município. No caso de Venda Nova, o número máximo eram de 13, mas permitia a redução, o que fez os vereadores, gerando economia aos cofres públicos e também menos representatividade (dependendo do ponto de vista da avaliação).

Todos os projetos de lei que passaram por essa legislatura foram discutidos na ordem do dia, principalmente pelo líder do governo, Alcides Minete, que não deixava passar um projeto sem ir à tribuna para explicar os benefícios que traria para o município. Essa foi a legislatura da ordem do dia, conforme avalia Lúcia Zorzal. A postura dos edis demonstrava que os assuntos do município estavam acima dos interesses pessoais e todos eram discutidos em plenário. Vicente levantava as pautas como articulador, para que os outros se manifestassem, demonstrando uma sintonia de papéis e funções, de acordo com o talento de cada. Ao final, oposição e situação, todos iam comer galinhada no Bar do Chaminé.





5 de abril de 1990 - Sessão Solene de Promulgação da Lei Orgânica Municipal. Composição da Mesa: padre Cleto Caliman, Braz Delpupo, Nicolau Falchetto, Vitor Malini Targa, o juiz de direito, o promotor de Justiça e Máximo Roberto Feitoza. O registro mostra o momento em que o presidente da Câmara faz o juramento de compromisso.





1ª GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
1989 /1992



NICOLAU FALCHETTO
PREFEITO



BRAZ DELPUPO
VICE-PREFEITO

NICOLAU FALCHETTO PRIMEIRO PREFEITO DE VENDA NOVA

Depois que foi eleito prefeito de Venda Nova, Nicolau Falchetto teve que desenvolver várias frentes de ações ao mesmo tempo: instalar fisicamente a sede da Prefeitura (que ficou num sobrado localizado à avenida Evandi Américo Comarela, nº 751), montar sua equipe de trabalho, organizar a frota, dentre outras.

Alguns funcionários efetivos da Prefeitura de Conceição foram transferidos, o que facilitou um pouco esse processo, a exemplo de Daniel Caliman, chefe da Seção de Tributação.

Nicolau concluiu seu mandato com 64 casas populares construídas, distribuídas nas comunidades do Caxixe, Camargo, Bicuíba, Vargem Grande, São João de Viçosa e Lavrinhas, além de auxiliar dezenas de famílias carentes com material de construção. Essas obras representavam sua preocupação com a situação de carência de várias famílias rurais.

No setor de assistência social, ele implantou o Programa Conviver, que envolvia uma média de 100 idosos em atividades na Área de Lazer todas as tardes de terças e quintas-feiras.

A Prefeitura fez obras de ampliação nas escolas do Alto Caxixe, São Roque, São João de Viçosa (Atílio Pizzol), Pindobas, Alto Colina, Bela Aurora e Vargem Grande. As obras foram para atender ao programa de nucleação escolar, que centralizava o ensino em núcleos maiores, e para transportar gratuitamente as crianças, Nicolau encerrou sua administração com uma frota de cinco ônibus circulando.

Para facilitar as obras de calçamento e de infraestrutura, a Prefeitura montou uma fábrica de artefatos no bairro Vila Betânea. A fábrica produzia vigas de pontes, galerias pluviais, bloquetes, manilhas- um material de alta qualidade- e, além de contribuir com a economia, gerou empregos. No final da administração, foram contabilizados o uso de 1.232 manilhas na construção de 78 esgotos e 4.238 para bueiros em estradas vicinais. Todas as ruas e praças de colégios e igrejas foram calçadas de bloquetes, totalizando 38.350 metros quadrados.

Nessa primeira administração, foram construídos 17 mata-burros, 14 pontes de concreto e a mesma quantidade de madeira, sendo recuperadas mais 14. A reabertura da estrada de Alto Bananeiras consumiu 860 horas de máquina D6 e teve 1.650 metros cúbicos de rochas quebradas.

A Prefeitura adquiriu vários terrenos, dentre eles os destinados à construção do almoxarifado geral da Prefeitura, das casas populares, de escolas, da creche, do posto telefônico no Alto Caxixe, da sede da Apae e para a praça de esportes de Alto Viçosa. Sete loteamentos, sendo seis na sede e um em São João de Viçosa, foram regularizados.

Nicolau encerrou seu mandato deixando, além de uma Kombi e cinco ônibus escolares, uma frota com outra Kombi para a Saúde e Ação Social, duas basculantes, uma Belina, um Gol, um coletor de lixo, uma pá carregadeira, uma patrol e uma retroescavadeira. Dois quilômetros de estrada que ligam Vargem Grande à rodovia Pedro Cola foram o primeiro trecho de asfalto executado pelo município emancipado.

No discurso de despedida, quando deu posse ao sucessor Braz Delpupo, cheio de emoção, falou do seu trabalho, frisando as casas populares entregues em sua administração e que ainda faltavam 168. Já na condição de ex-prefeito, ele ressaltou a seriedade com que deve ser tratado o dinheiro do povo e disse ter deixado para o novo prefeito CR\$ 1.074.444.340,05, provenientes de convênios federais e estaduais.

Nicolau foi convidado a se candidatar a prefeito de novo (no pleito de 1996), mas não se elegeu. Pouco tempo depois adquiriu uma chácara em São José do Caparó, onde viveu alguns anos. Novamente foi convidado a se candidatar, desta vez para deputado estadual, sem se eleger. Ele terminou a sua vida política e humana como vereador. No dia 17 de março de 2007, quando ocupava uma vaga de vereador na Câmara de Venda Nova, faleceu em consequência de complicações no pós-cirúrgico de uma intervenção cardíaca.

**Os dados foram coletados no livro “Venda Nova do Imigrante - Espírito Santo – Primeira Administração 1989 a 1992”, organizado pela jornalista Maria Auxiliadora (Lília) Gonçalves.*



1ª Festa de Emancipação foi num modelo de uma Feira Municipal, que abriu espaço para as comunidades e entidades colocarem barracas.





Vista panorâmica de Venda Nova do Imigrante no início da década de 1990.





A primeira sede da Prefeitura foi uma adaptação de um apartamento residencial.



1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



ALBINO ÂNGELO ULIANA



Nascido em 1946, Albino Ângelo Uliana é filho de um dos casais pioneiros no Alto Caxixe, Luiz Uliana e Maria Daré, que chegaram ao lugar em 1931. Albino nasceu e cresceu na comunidade, onde conseguiu estudar até a terceira série e parou, aos 17 anos, para se dedicar aos trabalhos na lavoura de milho e feijão, culturas que predominavam na época.

Ele sempre atuou como produtor, sendo que o primeiro plantio de tomate feito pela família foi em 1967, contando com mão de obra escassa e com irrigação manual, feita de balde em balde. O tomate se tornou o produto mais importante na economia do local. Em fevereiro de 1970, casou-se com Ita Poletto Uliana e juntos tiveram dois filhos e sete netos.

Albino sempre foi uma pessoa participativa na comunidade. Desde criança se envolveu nos movimentos em torno da igreja, das festas e das obras de interesse coletivo. Pelo fato de estar sempre atuante, foi convidado por Nicolau Falchetto para representar a comunidade como candidato a vereador. Na ocasião, a comunidade promoveu um plebiscito e Albino foi escolhido. Ele se lembra que depois apareceram outros dois, sendo um até do mesmo partido.

Com 315 votos, Albino foi eleito pelo PDC e integrou a primeira legislatura de Venda Nova do Imigrante. Ele avalia como uma legislatura muito trabalhosa, mas que foi boa para o seu crescimento pessoal, embora o deixasse sobrecarregado, comprometendo sua atuação como produtor rural. “Era muito difícil para mim, pois sempre tive muito trabalho na propriedade e meus filhos ainda eram adolescentes e não podiam assumir”.

A experiência como legislador proporcionou a Albino a convivência com pessoas diferentes do seu convívio até então e também com representantes de vários partidos e com outras ideias. “Éramos adversários somente antes da eleição. Todos fomos unidos trabalhando em prol do município

Além de dar conta de administrar sua propriedade, Albino se deslocava para a sede para participar de todas as sessões e reuniões das comissões permanentes. Ele se recorda que também ajudava a Administração Municipal verificando o andamento das obras públicas no seu distrito, chegando a resolver alguns problemas com autorização do prefeito.

Albino teve a oportunidade de ser o prefeito interino na ocasião da viagem de Nicolau Falchetto para a Itália. Era ano eleitoral e todos (vice-prefeito, presidente da Câmara e outros membros da Mesa Diretora) da linha sucessória tinham interesse em se candidatar e, como não era permitida reeleição na época, foram abrindo mão, um a um. Quando chegou a vez de Albino, que era segundo secretário da Mesa, ele também abriu mão da função, pois não quis assumir a Prefeitura, embora não tivesse intenção de se candidatar novamente.

Albino escolheu cuidar da propriedade e da família ao invés de continuar na política partidária. No entanto, ele se orgulha de suas conquistas, como as melhorias na estrada principal de Alto Caxixe. “Ninguém chegava e saía do Alto Caxixe, de ruínas que as estradas estavam com as últimas chuvas. Nicolau já tinha sido eleito e, mesmo antes de assumir, conseguiu uma pessoa que mexia com terraplanagem para resolver nosso problema”.

Outra vitória de Albino foi lutar pela escola de 1º de grau no Alto Caxixe. Ele se recorda que tinham várias escolinhas em diferentes comunidades do distrito e, com o projeto de nucleação do Estado, uma única escola seria construída na sede do distrito. Houve um grande empenho dele e do prefeito para conseguir recursos para construir uma escola que oferecesse o 1º grau completo. Com a construção de uma escola maior e um sistema de transporte para deslocar os estudantes de casa para escola e da escola para casa, o ensino melhorou muito na comunidade. Antes, a maioria das crianças parava de estudar na quarta série, pois não tinha como ir até a sede para dar continuidade.

Dentre todas suas conquistas, a construção de um posto de saúde, na avaliação de Albino, foi a maior. “Meu sonho era ter um em nossa comunidade e, quando Nicolau retornou da Itália, logo ligou para Brasília e conseguiu verbas para fazer a obra. A inauguração foi nos últimos 15 dias do mandato. Depois que Venda Nova emancipou, tudo melhorou muito para o município inteiro, em especial para o Alto Caxixe, que passou a ter voz através dos vereadores eleitos”.

Mesmo com muitas chances de reeleger, Albino preferiu não se candidatar mais. Ele continuou atuante na comunidade, participando dos eventos, dos principais acontecimentos e apoiando os movimentos de interesse coletivo do Alto Caxixe, sempre acompanhando a vida política. Seu genro, Isael Bergamim foi eleito vereador por quatro mandatos, e sua filha Adriana (popular “Pítica”), por um.

Atualmente aposentado, Albino acompanha o movimento da propriedade, agora administrada pelos filhos Adenilson, o “Chincha”, (que além de cultivar tomate também lida com pecuária) e pela filha Adriana (que também cuida da propriedade que tem com o esposo Isael).



A estrutura da primeira Câmara foi bastante modesta. No primeiro plano, os vereadores Alcides Minete e Vitor Targa e, no segundo, Osmar Antônio Prêmoli e Albino Uliana.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



ALCIDES MINETE



Filho de José Mineti e Celina Maria Busato Mineti, Alcides Minete nasceu no dia 1º de junho de 1950, no centro da então vila de Venda Nova. Cresceu em uma família numerosa e cursou o primário em escola pública do município. Fez o ginásio e o segundo grau no Colégio dos Irmãos Maristas, em Vila Velha, e se graduou em geografia na Ufes.

Alcides foi convidado para lecionar no Instituto Salesiano Pedro Palácios, em Venda Nova, na segunda metade da década de 1970, onde permaneceu por alguns anos. Ele trabalhou por um período no Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes, depois foi servidor concursado lotado na Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, no cargo de auditor fiscal, onde ficou até se aposentar.

Como membro da Comissão Pró-Emancipação de Venda Nova, foi responsável pelos estudos da viabilidade econômica do futuro município. Depois de trabalhar pela emancipação de Venda Nova e o distrito ser alçado à nova condição, foi necessário eleger os mandatários dos poderes Legislativo e Executivo do novo município. Em 1988, Alcides foi convidado a entrar na política pelo PDC e se candidatou ao cargo de vereador, sendo eleito com 205 votos. Suas principais propostas foram buscar melhorias para a educação e a saúde.

Na comunidade, Alcides desenvolveu muitos trabalhos voluntários, tais como: tesoureiro do Hospital Padre Máximo, presidente do Rio Branco Futebol Clube, sócio-fundador e presidente do Clube Recreativo de Venda Nova do Imigrante-Creven. Conforme os registros constantes na secretaria da Câmara Municipal, bem como os relatos da secretária Fátima Lúcia Zorzal, o vereador Alcides teve uma grande atuação no seu único mandato no Legislativo de Venda Nova do Imigrante.

Além de ter sido o líder da bancada do PDC, foi também o líder do governo Nicolau Falchetto e exerceu com afinco e determinação o seu papel. Era a voz do prefeito na Câmara e não deixava passar uma matéria sequer na Ordem do Dia, por mais simples que fosse, sem antes subir à tribuna para explicar nos detalhes os benefícios que aquele projeto traria para a população e o município. Fazia constantes reuniões com o prefeito para se manter bem informado dos acontecimentos. Exercia o seu trabalho de vereador ao pé da letra, legislando e fiscalizando todas as ações do Executivo, dando a sua parcela de contribuição, com sugestões, visando o melhor para o crescimento do lugar.

Com essa atuação, Alcides convencia os demais vereadores da importância dos projetos e, por conseguinte, conseguia o voto deles para a aprovação. Desta forma, como um líder atuante no Legislativo, facilitou o Executivo na aprovação dos seus projetos, que eram fundamentais para aquela administração que se iniciava. Com isso, o prefeito Nicolau, durante a sua gestão, teve apenas um projeto rejeitado.

O vereador Alcides é considerado, segundo a secretária Lúcia, o “Vereador da Ordem do Dia”, por ser o maior orador da história da Câmara até o presente momento. Sendo o líder, não precisava se inscrever para falar e o presidente passava a palavra com apenas um gesto. Isso provou a sua preocupação com o município e os seus munícipes.

Fazia, com o vereador Vicente Caliman, uma dupla imbatível. Vicente sentava atrás de Alcides e, como articulador que era, mostrava ao companheiro de bancada todas as estratégias para convencer o Parlamento. Lúcia os descreve como 'uma dupla em um jogo de vôlei: um articulava e o outro parlava da tribuna. A oposição, que era muito forte, respondia à altura, com presteza e embasamento. Era rico e prazeroso assistir às sessões naquela época'.

“Alcides entendia um pouco de tudo e, como bom orador, em uma ocasião, para defender um certo projeto, fez uma narrativa contando a história desde antes de Cristo, da época da Grécia antiga, até chegar na matéria. Retrocedeu ao tempo e deu a volta ao mundo em argumentos para convencer os companheiros da importância daquela proposição”, descreve Lúcia, um dos momentos de sua atuação.

Por ser servidor da Coletoria Estadual conhecia de perto a vida dos munícipes em diversas áreas, mas foi na área social que o vereador mais atuou. Foi um grande defensor dos benefícios proporcionados por uma Apae e da importância da criação de uma no município. Isto se justifica pelo fato de ele sentir na própria pele o que é ter um filho necessitando de cuidados especiais. Sem Apae em Venda Nova, Alcides levava o filho para os cuidados e orientações na unidade de Castelo. Por estas razões, defendeu arduamente em plenário a aquisição do terreno e a construção da Apae no município.

Foi membro da Comissão de Finanças e Orçamento nos biênios de 1989/1990 e de 1991/1992. Também foi membro da comissão para acompanhar o primeiro concurso público da Prefeitura e da comissão para elaboração do Regimento Interno. Teve forte participação na elaboração da Lei Orgânica Municipal, assumindo a presidência da Comissão Temática IV – Ordem Social, e ficou na suplência da Comissão Temática II – Governo do Município.

Alcides participou de quatro sessões solenes; 153 sessões ordinárias, 20 sessões extraordinárias e uma sessão plenária especialmente convocada. Dos seus pronunciamentos em plenário, 303 foram na Ordem do Dia e 74, na explicação pessoal, totalizando 377. Assinou três projetos de lei, quatro projetos de resolução, 11 projetos de decreto legislativo, 16 indicações, 40 emendas de projetos, 27 requerimentos e quatro moções.

Os assuntos mais reivindicados em plenário por Alcides foram: energia elétrica, calçamentos, concurso público, segurança pública, meio ambiente, arborização dos canteiros às margens das avenidas, produtor rural, construção e equipamentos para a Apae, impostos, conservação das estradas vicinais, melhoria no trânsito, festas do município, servidores municipais, regularização de loteamentos, galeria pluvial, Festa da Polenta, votos de pesar, reuniões com o pre-feito, imigração e cultura italiana, Hospital Padre Máximo, saúde no município, polícias Militar e Civil, terreno para as escolas Atílio Pizzol e Domingos Perim, Código de Obras, Escelsa e eletrificação rural, educação e magistério, construção de casas populares, sistema de televisão, Cesan, eleições municipais, reciclagem de lixo e rodovia Pedro Cola.

Alcides voltou ao seu cargo na Secretaria da Fazenda assim que terminou o seu mandato de vereador onde permaneceu até se aposentar. Atualmente, além de cuidar dos negócios particulares, curte a vida de aposentado fazendo o que mais gosta: pescar.

Colaborou com a produção desse conteúdo: Lúcia Zorza



1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



ARLINDO NODARI



Arlindo Nodari, nascido no ano de 1946, sempre comemorou seu aniversário no dia 14 de julho (data real do seu nascimento), mas em sua certidão consta como se tivesse nascido no dia 5 de agosto, quando seus pais puderam registrá-lo, devido às dificuldades da época. O filho de Maria Lorenção e de João Nodari sempre trabalhou na agricultura com os seus pais. Ele se casou com Angélica Minete no dia 25 de abril de 1970, no religioso, numa cerimônia celebrada por padre Cleto Caliman, e somente em 1973 se casou no civil.

Ele esteve entre as pessoas que tiveram o privilégio de ser amigo próximo de padre Cleto. Sua família era colona dos salesianos que, quando venderam as terras que todos eles trabalhavam, permitiram que os quatro irmãos permanecessem na parte do terreno onde moravam, com exceção de Arlindo, que residia onde ficou a sede do Clube, e por isso precisou construir uma casa um pouco mais abaixo.

Envolvido nos movimentos da Igreja Católica e também atleta do Rio Branco, Arlindo tinha uma certa popularidade, o que levou a ser candidato logo que Venda Nova se emancipou. Ele foi eleito para a primeira legislatura e, além de participar da Câmara Constituinte, foi presente nas ações do Executivo Municipal.

Seu filho André Nodari (popular “Kika”) se lembra de como ele se prontificou para ajudar o funcionamento da Prefeitura, que estava escassa de veículos e de máquinas. “Ele e os outros vereadores não mediam esforços para ajudar. Meu pai emprestava os carros dele e, como legislador, concentrou seu trabalho pessoal pela manhã e dedicava todas as tardes aos trabalhos na Câmara. Era tudo novo, não tinha nada e foi preciso muita dedicação”, recorda-se o filho, que sempre acompanhou a movimentação do pai na política.

Em várias ocasiões em conversas familiares, Arlindo se lembrava das alegrias e das dificuldades pelas quais passaram os vereadores da primeira legislatura, quando eles eram os responsáveis por instalar o município de Venda Nova do Imigrante. Um episódio do qual ele sempre se recordava foi a vez em que precisou tomar emprestadas cadeiras de um colégio para que os vereadores pudessem se reunir.

Os 13 vereadores que compuseram a primeira legislatura de Venda Nova (1989/1992) foram homenageados com o título de "Honra ao Mérito", ocasião que a Câmara comemorava 20 anos da promulgação da Lei Orgânica Municipal de Venda Nova do Imigrante. As homenagens fizeram parte da solenidade do dia 5 de abril de 2010 e a aprovação do Decreto Legislativo Nº 002/2010, que fez a concessão, foi em 23 de março de 2010.





Vereadores da Príméria Legislatura - 10 de maio de 1991

MAI. 91L

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



CELSO ZANDONADE



Filho de Amélia Sossai e Máximo Zandonadi, Celso Zandonade nasceu em 27 de março de 1941, na Fazenda Lavrinhas. Como todos os meninos de sua época, cresceu ajudando a família e brincando no quintal e entre as plantações.

Por volta dos 11 anos de idade, seu pai o enviou para estudar na Fazenda do Centro, sob a coordenação de Frei João, onde estudou da primeira à quarta série primária. Depois que concluiu o primário, foi para o Seminário dos Agostinianos, em Ribeirão Preto, São Paulo, fazer o ginásial. O lugar seguinte dos seus estudos foi Franca, também no interior de São Paulo, onde fez o segundo grau. Celso estava convencido de que não queria seguir na vida religiosa e, antes de fazer os votos, retornou para Venda Nova.

Celso passou a trabalhar ao lado do pai, que atuava numa cooperativa ao mesmo tempo que administrava a propriedade da família onde cultivava café, milho, feijão e outros plantios, como horticultura.

Casado com Marilena da Penha Comarela, com quem teve quatro filhos, Celso entrou para a política por incentivo do sogro, Américo Comarela, que representava Venda Nova na Câmara de Conceição do Castelo. Era o ano de 1988, a emancipação de Venda Nova já estava publicada no Diário Oficial (10 de maio) e eram fortes os rumores sobre quem seriam os candidatos.

Máximo Zandonadi, seu pai, estava à frente de um partido e Américo Comarela, de outro. Celso preferiu acompanhar o sogro- que pertencia ao grupo de apoio a Nicolau Falchetto (candidato a prefeito pelo então PMDB)- e que o lançou como candidato a vereador.

Celso venceu com uma votação expressiva, mesmo com a campanha 'contra' de seu pai. Máximo visitava as casas, deixava um exemplar do livro que escreveu e pedia votos para outro candidato. “Seu pai pediu, mas eu votei em você”, escutava Celso no pós-eleição. “Ganhei com folga muito grande”, recorda-se.

Ao ocupar uma das 13 vagas na Câmara de Venda Nova, Celso se deparou com o desafio de integrar a Câmara Constituinte, que elaborou a Lei Orgânica Municipal, assim como o Código de Obras.

Sobre ter sido um dos vereadores da primeira legislatura, Celso diz que “foi um trabalho muito difícil. Cada lei a ser formulada tinha que passar por vários estudos. Era algo completamente novo para todos nós e, mesmo com dificuldades, todos queríamos o melhor para a comunidade. Todos os projetos eram feitos em comum. Era uma equipe boa, animada. Tinham dois advogados entre nós: Cleto e Dejour”.

Celso Zandonade concluiu seu mandato e nunca mais quis ser candidato, voltando a se dedicar exclusivamente à agricultura, principalmente à horticultura. Com o passar dos anos, Celso e a esposa Marilena (já com todos os filhos casados) mudaram-se para a fazenda em Cachoeira Alegre, no distrito de São João de Viçosa, e ele passou a se dedicar à produção de café de qualidade.

Antes, durante e depois da vereança, Celso sempre participou do coral Santa Cecília, assim como de movimentos voluntários como a Festa da Polenta. Ele ainda se

Antes, durante e depois da vereança, Celso sempre participou do coral Santa Cecília, assim como de movimentos voluntários como a Festa da Polenta. Ele ainda se envolve em muitas atividades na propriedade e continua no coral. “Meu pai foi um dos regentes de um grupo que cantava na igreja antes da formação do Santa Cecília. Eu ia assistir e, anos mais tarde, passei a integrar o Coral Santa Cecília. Viajei muito e fui até para a Itália. Continuo cuidando do café de qualidade e sempre tenho algo para fazer na propriedade. Gosto de viver lá”.



Setembro de 1991- A Câmara logo se tornou um espaço para a comunidade resolver seus problemas. Reunião com diretores da Telest para discutir a retirada da manutenção do cabo de linha telefônica fora do perímetro urbano.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



CLETO VENTURIM



Eleito com 155 votos, Cleto Venturim- PMDB foi um dos poucos egressos do movimento pró-emancipação de Venda Nova do Imigrante que conseguiu se eleger. Ele, que conquistou a vaga de vereador como o mais votado da sua coligação (PMDB, PFL e PTB), se recorda que, para vencer os obstáculos para emancipar o município, representantes de diversos partidos formaram a frente pró-emancipação para dialogar e tornar o movimento de criação do novo município bem-sucedido. Vencida a boa convivência para a emancipação, houve uma divisão 'natural', com dois grupos apresentando candidatos a prefeito e, na Câmara, Cleto trabalhou para manter o grupo que pertencia unido.

Mesmo que os desafios de um município recém-emancipado se apresentassem grandiosos, as divisões estavam estabelecidas e, com o passar do tempo, mais subdivisões foram acontecendo. Dentro da Câmara, os vereadores conseguiam vencer suas diferenças, sentar em torno da mesma mesa e trabalhar para criar toda estrutura legal e burocrática para o município funcionar, tanto no que se referia ao Executivo quanto ao Legislativo.

Cleto Venturim descreve assim essa fase da qual participou ativamente e reconhece a empolgação da maioria em se entregar naquele trabalho. A formulação da Lei Orgânica Municipal- LOM, da qual foi relator, foi o maior feito da primeira legislatura em sua avaliação. Foram feitas muitas ações estruturantes fundamentais para o andamento do novo município.

Recorda-se que ele, Dejair Vazzoler e Vicente Caliman (relatores adjuntos) iam direto para Cachoeiro de Itapemirim buscar a ajuda da especialista em direito constitucional Mirtes Bevilaqua, ex-professora dele e de Dejair. A Câmara não gastava nada, nem com a assessoria e nem com as viagens dos vereadores.

Para dar voz à comunidade, eram organizadas consultas públicas. “Seria o que hoje chamaríamos de audiências públicas”, explica Cleto, que elaborou com os colegas um cronograma de visitas.

Antes mesmo de iniciar a elaboração da LOM, Cleto foi autor do projeto de lei que criou a Tribuna Livre, espaço onde representantes de diversos movimentos ou entidades organizadas podem se manifestar verbalmente durante as sessões. O dispositivo de participação popular foi incorporado à LOM no seu processo de elaboração.

Cleto Venturim também foi relator do Código de Obras e se revelou liderança do então grupo, que era oposição quando a conjuntura pedia esse posicionamento. Autor de muitas indicações, sempre chamava os colegas para assinarem juntos, valorizando o grupo de trabalho. Numa dessas indicações, solicitou ao prefeito fazer jardinagem nos canteiros das laterais à BR-262, que não tinham um bom aspecto devido ao mato que tomava conta.



Recorte do Jornal Folha da Terra, edição da segunda quinzena de abril de 1992.

O SEGUNDO PREFEITO DE VENDA NOVA

No início de abril de 1992, Cleto Venturim assumiu interinamente a função de prefeito de Venda Nova. O titular, Nicolau Falchetto, viajou para Itália e, por se tratar de um ano eleitoral e por não ser permitida na época a reeleição, definir alguém para ocupar a cadeira de prefeito se tornou uma verdadeira saga. O vice (Braz Delpupo) era reconhecidamente o próximo candidato e, então, a bola foi passada para a Mesa Diretora da Câmara. O presidente (Chico Hosken), o vice Nelson Minet e o primeiro secretário, Vicente Caliman, declararam interesses eleitorais. Restou ao segundo secretário, Albino Uliana, que preferiu renunciar sua posição na Mesa e não assumir a Prefeitura.

Numa eleição secreta, como determinava o regimento interno, e rápida, devido o tema ter sido anteriormente debatido, os vereadores elegeram Cleto Venturim para a função de segundo secretário, ficando com ele a prerrogativa de assumir o posto e vir a ser o segundo prefeito de Venda Nova. Foram 12 votos contra um, dado a Vitor Malini Targa.

O fato era inédito, tanto pelo afastamento do prefeito por mais de 15 dias quanto pela situação de um vereador de oposição ocupar o cargo. Na ocasião, Cleto declarou em entrevista que não pretendia atuar na política nos próximos anos e que a 'renúncia' ao seu posicionamento pessoal foi em benefício da comunidade. Ele fez questão de reforçar sua fidelidade ao grupo e aos companheiros, em especial a Dejaír Vazzoler, que juntamente com ele representava e buscava cumprir os compromissos com São João de Viçosa, o distrito onde moravam.

Nas três semanas em que Cleto Venturim atuou como prefeito interino, ele recebeu a oferta de Vicente Perim, que queria vender para a Prefeitura o terreno, onde hoje é o Centro de Eventos Padre Cleto Caliman.

Cleto também acertou com a família Zandonade para fazer uma rua e captar o esgoto que estava indo para o córrego num trecho da via que vai para o Clube Recreativo. Tratava-se de um problema grave, pois Venda Nova do Imigrante já contava com o sistema de tratamento. A negociação se deu em torno de fazer a rua e o serviço de captação em troca de um terreno para construir a futura sede da Prefeitura. “Esse terreno é onde está o Fórum hoje. Trata-se de um ponto histórico, pois muitos defendem que foi ali a construção da Venda Nova que deu origem ao nome do município”. Em ambos casos acima, Nicolau não deu seguimento nas tratativas quando reassumiu a Prefeitura.

Muito amigo do então governador Max Mauro, Cleto conseguiu verba para construir o segundo andar da Escola Atílio Pizzol, no distrito de São João de Viçosa. Foi um feito grande para a época, principalmente porque Cleto só tinha 36 anos e foi capaz de demonstrar sua influência.

Antes de assumir como prefeito, Cleto se arriscou para ser candidato a deputado estadual em 1990, assim como Braz Delpupo e Chico Hosken. Foi uma movimentação do grupo político como estratégia para se colocar (o grupo) diante da comunidade. Foi uma loucura, ao ser avaliado com a experiência e vivência que Cleto tem hoje. No entanto, ele afirma que na época, fez tudo com muito empenho e teve 1.519 votos.

Cleto se afastou de vez da política eleitoral ao assumir o Posto Venturim, que a família abriu no distrito de São João de Viçosa. Mais tarde, o empreendimento ficou com suas duas irmãs, Neusa e Ana.

HISTÓRICO

Cleto Venturim, filho de Josefina Paste e Euzaudino Venturim, nasceu no dia 26 de abril de 1958, no distrito de São João de Viçosa. Ele estudou na Escola Singular Anécio Paste e depois fez o ginásial e o ensino médio no Instituto Salesiano Pedro Palácios, e formou-se em direito, pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1985, ele se casou com Bernadete Falchetto, com quem teve três filhas (Loreda, Lorenza e Lubiana) e um casal de netos (filhos de sua filha mais velha).

Ele foi sócio-fundador do Sindicato de Produtores Rurais de Venda Nova, do qual atuou, na época em que era vereador, como secretário executivo e assessor jurídico. Também foi sócio-fundador e presidente por cinco anos da Associação Pró-Melhoramento de São João de Viçosa e também atuou nos conselhos deliberativos do Creven, hospital e outras entidades.

Sua vida política começou com a candidatura a vereador em 1982 pelo PMDB. Nessa época, foi nomeado defensor público de Conceição do Castelo e, mais adiante, participou do movimento pró-emancipação de Venda Nova.

Um dos fatos que marcou sua participação no movimento pró-emancipação foi a redação do texto do Projeto de Resolução Nº 03/85 (23 de setembro de 1985) assinada pelo então vereador Ângelo Pagoto. Para elaborar o texto, Cleto procurou a assessoria do professor e doutor Deusdete Baptista, de Cachoeiro de Itapemirim. O Projeto de Lei revogaria a Lei Municipal Nº 035, de 28 de fevereiro de 1981.

Essa lei, em resumo, determinava que, para Venda Nova se emancipar, os lugares chamados São João de Viçosa, Pindobas, Vargem Grande, São Roque e Bela Aurora passariam a pertencer a Conceição do Castelo, visando deixar o município viável pós-emancipação. Por outro lado, Venda Nova se uniria a Aracê, mas essa incorporação não deu certo e a lei precisava ser revogada.

Votada numa sessão histórica, houve aprovação do Projeto de Lei. Ele conta que o prefeito Nicolau Falchetto resistiu muito para sancionar a citada lei, mas o fez a tempo. O distrito de Venda Nova voltou a ser como na época que foi criado, em 1964, e foi possível fazer o pedido de emancipação.

Atualmente, Cleto Venturim é o presidente do Sicoob Sul-Serrano, cooperativa de crédito fundada em Venda Nova em novembro de 1995 (quando inaugurou a primeira agência no bairro Vila Betânea) e que já engloba 33 agências e está presente em 15 municípios. Venturim é um dos sócios-fundadores da cooperativa e vem atuando regionalmente à frente da instituição desde o início.

Além da função de presidente, mantém-se como empresário (é dono de hotel, uma indústria de beneficiamento de palmito e de uma propriedade rural) e envolve suas filhas e um dos genros nos projetos pessoais e familiares. Ele ainda é presidente do Hospital Padre Máximo, instituição filantrópica criada em 1959, que luta para se manter funcionando em Venda Nova, atendendo a comunidade regional. Cleto está na direção da instituição desde 2012 e traz como uma das principais conquistas o funcionamento de uma UTI, que foi inaugurada com dez leitos no dia 19 de julho de 2019 e um ano depois, passou a contar com 20. “Nossa luta para manter Venda Nova do Imigrante com qualidade de vida está na política partidária, mas não pode se limitar a ela. Temos que lutar em todas as instâncias da vida pública e eu escolhi duas: a cooperativa de crédito e o hospital”.



Reunião entre os vereadores e o secretário Municipal de Obras, Edésio Falqueto, em fevereiro de 1992.

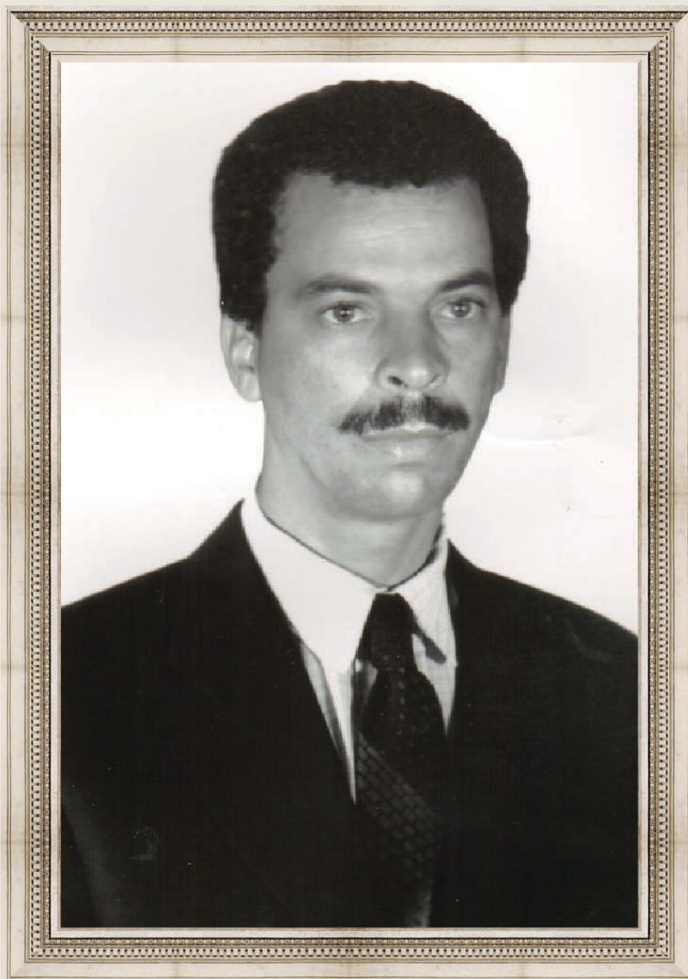


Outubro de 1991- Reunião com o presidente do Hospital Padre Máximo, Arnaldo Luchi, agentes de saúde e os vereadores.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



FRANCISCO HOSKEN PIRES



Nascido do dia 6 de maio de 1959 em Linhares, Norte do Espírito Santo, Francisco Hosken Pires, ou “Chico Hosken”, se formou técnico agrícola em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 1978. Ele passou a residir em Venda Nova em agosto de 1980, quando foi aprovado no concurso público e ingressou na então Emcapa (hoje Incaper), com sede na Fazenda do Estado, Domingos Martins, até 1999. Ele optou por morar na cidade mais próxima do seu posto de trabalho, onde criou sua família e logo se envolveu nos movimentos comunitários. Ele também trabalhou no Idaf, de 1999 a 2017, quando se aposentou.

Cantor, compositor e instrumentista profissional desde 1988, Chico Hosken se apresentava em diferentes eventos na sede e no interior do município de Venda Nova, o que o levou a desenvolver uma rede de relacionamentos. Experiências ligadas ao seu ofício e também surgidas na convivência natural com a comunidade desenvolveram sua liderança e também uma relativa popularidade. Ele se engajou na política em 1988, se filiou e foi o presidente do PT no município, partido que conquistou uma vaga na Câmara de Vereadores.

Com uma plataforma de campanha que propunha fiscalizar o Executivo e o Legislativo municipais, atuar com independência e pela redução do recesso parlamentar, valorizar os servidores e dedicar atenção e cuidados ao meio ambiente e idosos, Chico foi o candidato mais votado do partido, conquistando uma vaga de vereador.

Sempre ligado às causas ambientais dentro ou fora da vereança, Chico participou da promoção do primeiro mutirão para organizar e ornamentar os canteiros centrais ao longo da rodovia em Venda Nova, em 1989, e foi diretor da Associação de Defesa do Meio Ambiente- Adma, de Venda Nova do Imigrante. “Chegamos a fazer um seminário em 1991 e criar uma associação de defesa do meio ambiente”, exemplifica sobre sua atuação anterior e que continuou paralela às atividades formais do seu mandato. Ele também presidiu a associação dos funcionários da então Emcapa.

Dentro de suas ações comunitárias e envolvimento nos movimentos sociais de Venda Nova, mesmo depois de eleito, Chico foi secretário da diretoria da Apae, no período de 1990. Ele foi atuante, principalmente fazendo a ligação entre a instituição e a Prefeitura (Secretaria de Ação Social) e outros órgãos de interesse.

Durante seu mandato, atuou pela redução do recesso e da quantidade de vereadores, de 13 no primeiro mandato foi para nove no segundo. Chico se considera uma referência em fiscalização dos poderes e, como presidente da Câmara no segundo biênio, ampliou a participação popular, consequentemente, a democracia. “Também lutei pela redução de gastos e privilégios e pela publicidade aos atos da Câmara”.



Julho de 1991- O presidente da Câmara, Francisco Hosken Pires, promoveu reunião para tratar sobre proposta de reciclagem do lixo do município. Dentre os participantes: Isabel Correia de Lima (Emater), a 1ª dama Apolônia Falchetto, Marcelo Perim (Prefeitura) e José Carlos Uliana, secretário Municipal de Saúde.



1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



JOSÉ EGÍDIO ALTOÉ



José Egídio Altoé, filho de Joaquim Altoé e Maria Bernadette Zardo Altoé, nasceu no dia 1º de janeiro de 1959, em Castelo. Ele cresceu no Centro de Venda Nova e sempre foi uma pessoa envolvida em atividades relacionadas ao esporte, tanto no Rio Branco quanto na igreja e na Sociedade Esportiva Bananeiras.

Assim como todos de sua geração, fez o primário na Escola Domingos Perim e depois foi fazer o ginásial e o ensino médio no antigo Colégio Salesiano. Sua trajetória profissional traz no currículo o trabalho na padaria da família, passando pelo Perim Café, pelo IBGE e pela empresa Pelicano.

José Egídio também se entusiasmou com o movimento que queria Venda Nova emancipada e toda aquela movimentação o inspirou a entrar na vida política. Em 1988, no primeiro pleito do município, ele saiu candidato pelo PTB, tendo como plataforma política o esporte e o lazer.

Mesmo tendo participado na Câmara Constituinte e da fase de elaboração dos importantes códigos de Venda Nova, para José Egídio, a sua maior conquista foi a Copa A Gazetinha ter sido sediada no município. Foi de sua autoria a indicação para a construção dos abrigos às margens do BR-262 para os passageiros aguardarem os transportes rodoviários com mais segurança e algum conforto.

Depois que concluiu o mandato, ele continuou desempenhando atividades voltadas para o esporte, em especial, na Sociedade Esportiva de Bananeiras por um período. Atualmente não desempenha nenhuma e, profissionalmente, atua na função de fiel de depósito no Vazzoler Café, empresa com sede no distrito de São João de Viçosa.

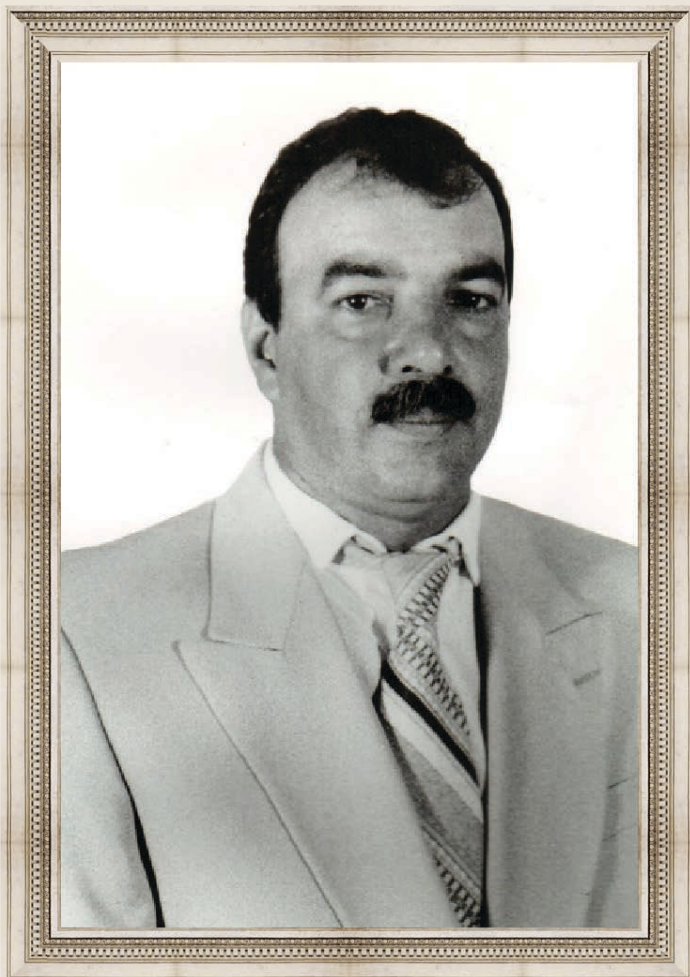


Fevereiro de 1992 - Os vereadores Arlindo Nodari, Celso Zandonade, José Egídio Altoé (atrás), Cleto Venturim, Dejair Vazzoler e Juscelino Nunes da Silva.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



JUSCELINO NUNES DA SILVA



Desde menino, ele apreciava muito a leitura e, filho de um homem que gostava de política, desenvolveu um senso crítico bastante apurado. Juscelino Nunes da Silva (que recebeu esse nome inspirado em uma grande personalidade da política nacional), filho de Adélia Nunes da Silva e Armando Mariano da Silva, nasceu em Iúna, no dia 31 de janeiro de 1956, e em 1963 seus pais mudaram com toda família para Cachoeiro de Itapemirim, onde ele morou até o início de 1980.

Entre 1975 e 1978 fez agronomia no campus da Ufes em Alegre. Juscelino trabalhou um ano em Iúna, em 1979, quando foi convidado por Camilo Cola para trabalhar na Fazenda Pindobas, em Venda Nova. Ele chegou no dia 22 de fevereiro de 1980, já contratado, e casou-se em setembro daquele mesmo ano com Dalva Maria Bonno da Silva, sua namorada da época de faculdade, e passou a morar definitivamente no município.

Durante um período, foi professor no Fioravante Caliman e ajudou no supletivo, que funcionava na Escola Domingos Perim, a pedido da diretora Vera Paraíso, que era sua vizinha. Sua facilidade em comunicação, por certo, veio do seu hábito de leitura. “Meu primeiro presente foi um gíbi e eu ainda nem sabia ler”.

Em 1988 conheceu José Anilton Vieira, que o convidou para ser candidato a vereador pelo partido PTB (da coligação do candidato a prefeito Luiz Carlos Feitosa Perim). Ele relutou, mas acabou aceitando, na crença de que não seria eleito. Juscelino tinha uma boa relação com Camilo Cola e, em 1987, recebeu uma proposta do sobrinho do empresário para trabalhar com café e eucalipto no Norte do Estado. Ele chegou a visitar a propriedade, no início do período da campanha, e pensava na possibilidade de aceitar a proposta bem interessante, pois dobraria seu então salário.

“Eram quase 90 candidatos a vereador e só na minha região tinha uns 15. Achei que não iria ganhar e que depois das eleições iria para o Norte, mas fui surpreendido com o resultado: 147 votos me elegeram. Eu esperava 25 no máximo. A quantidade significava 6,5% dos votos totais válidos e a maioria era de eleitores da região de Pindobas”.

A intenção de Juscelino era militar nas áreas de educação e de agricultura, mas ao assumir, se deparou com o compromisso de participar da elaboração da Lei Orgânica Municipal, a ser feita no ano de 1989. “Dividimos as funções entre os vereadores e trabalhamos na estruturação do município”.

“Tentávamos fazer o melhor possível. Viajamos e fomos buscar modelos em vários municípios. Tivemos que construir todo arcabouço legal para funcionar o novo município em um tempo muito curto. A Câmara também contou com a assessoria de Lúcio Merçon, deputado estadual e também advogado”. Juscelino atuou na comissão que cuidou da criação da bandeira e do brasão e, de acordo com ele, fizeram pesquisas sem recursos para obter as regras para defini-los.

Já na Lei Orgânica, a diminuição do número de vagas na Câmara foi votada e Juscelino estava entre os que votaram a favor.

Com essa missão que ocupou grande parte da atuação dos vereadores, que precisavam se dedicar muito além dos horários das sessões, Juscelino pediu redução do horário de trabalho na Fazenda Pindobas, com consequente diminuição do salário, perdendo renda e tempo de contribuição, que impactou em sua aposentadoria. “Eu queria dar conta de minhas funções de vereador”.

Dentre suas responsabilidades, ficou com a incumbência de acompanhar o desenrolar do edital do primeiro concurso público da Prefeitura de Venda Nova do Imigrante. Cabia a ele verificar se estava dentro das normas e depois acompanhar os resultados.

Juscelino se recorda que a Câmara era dividida em seis vereadores da situação e seis da oposição, cabendo a Francisco Hosken Pires, ser o fiel da balança. “Fui convidado para concorrer à presidência do segundo biênio, o que não aceitei porque todos sabiam que ficar em minoria no plenário dificultaria as aprovações de nossas propostas. Foi aí que os dois grupos resolveram apoiar Chico, que foi eleito presidente da Câmara”.

Somando-se à sua atuação na Câmara Constituinte, Juscelino contabilizou algumas vitórias, sendo quase todas as proposições feitas em conjunto no seu grupo. “Dos quatro anos, ficamos três discutindo os aspectos legais e estruturais para a formação do município nas reuniões ordinárias ou fora delas”.

Juscelino voltou a ser candidato para compor a legenda. Novamente, ele não fez campanha, pois ficou um período no Piauí a trabalho. “Não fui eleito devido à legenda. Cumpri minha missão e retornei a me dedicar exclusivamente ao meu trabalho e à minha família, pois tinha três filhos (Armando, Antônio e Juscelino Filho)”. Até 2004, Juscelino atuou rodando nas fazendas Pindobas 1, 2, 3 e 4 e, de 1999 a 2018, prestou assistência técnica ambiental nas jazidas da Marbrasa no Estado, se aposentando em setembro de 2021, para ‘curtir’ os netinhos.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



NELSON MINET



Nelson Minet já era um empresário forte no ramo de transportes quando se interessou pela vida pública. Ele participava do movimento em prol da emancipação e, quando muitos se lançaram candidatos a vereador, o sogro Ambrósio Falqueto o incentivou a se candidatar também. Assim, em 1988, ele entrou para a vida política no grupo de Nicolau Falchetto, sendo eleito com 162 votos.

Um dos grandes desafios da legislatura, elaborar a Lei Orgânica Municipal, contou com Nelson na presidência da sessão 3 da ordem econômica, que tinha Juscelino Nunes como relator e Egídio Altoé, membro. “Fazíamos muitas reuniões debatendo o que podia ou não entrar. Era tudo novo, só existia como referência uma lei orgânica dos municípios, do tamanho de uma cartilha, fininha e pequena”.

Nelson explica que, com base nessa lei 'genérica', eles pegaram novas legislações, como as constituições Estadual e Federal, que serviram como referências. “Acredito que outros municípios estavam mais adiantados. Também precisamos elaborar os códigos de Obras e de Postura”.

De emergência, a Câmara precisou organizar toda estrutura administrativa com cargos e salários, pois a Prefeitura necessitava contratar sua equipe o mais rápido possível.

Dentre as conquistas, Nelson destaca seu empenho em conseguir um terreno para a construção da sede da Apae. “A Prefeitura negociava um terreno perto do cemitério para a instituição. Soube que Diógenes Zandonadi queria vender um em Bananeiras. Conversei com ele e pedi uma proposta por escrito e a levei ao prefeito. Prático, Nicolau viu que seria a melhor opção de compra devido à localização e à facilidade de acesso, principalmente para os usuários que vinham de longe”.

A reabertura da estrada de Alto Bananeiras foi graças ao diálogo de Nelson com o então governador do Estado, Max Mauro. “Nicolau estava querendo reabrir as estradas e eu queria o benefício para a de Alto Bananeiras, que tinha problemas com rochedo no meio do caminho. “Além das horas de máquina, consegui que o Estado pagasse para detonar as pedras, viabilizando um trajeto melhor”.

Também por iniciativa de Minet, o município adquiriu terrenos para as casas populares de São João de Viçosa. “Soube de uma oferta, peguei a proposta por escrito e a levei para avaliação de Nicolau, que comprou”. Nelson também foi mediador de conflitos para viabilizar a abertura da estrada que passou a ligar Bananeiras até Mata Fria, em Conceição do Castelo. “Dialoguei antes e levei toda negociação adiantada para o prefeito, que ajustou o abastecimento de água e pequenas obras que tornaram possível abrir a nova via”.

Minet nasceu no 31 de dezembro de 1949, em Mata Fria, Conceição do Castelo, pois o pai herdou terras lá. O filho de Tereza Zandonadi e Augusto Minet não se conformava com a vida na roça, pois tinha sonhos, curiosidade com a vida. Quando foi se alistar chegou a se oferecer para ir como voluntário para o Exército.

Quando padre Ribot apareceu procurando vocações, ele conseguiu sair para estudar de 1968 a 1970 no Instituto Padre Anchieta, em Cachoeiro de Itapemirim. Ele não quis ser irmão jesuíta, mas reconhece que estudar lá foi um grande aprendizado para a vida, principalmente pela disciplina e pela parte religiosa. No ano de 1970, os pais (juntamente com os filhos solteiros) voltaram a viver em Venda Nova, mais precisamente em Bananeiras. Nelson casou-se em 1973 com Eufrásia Falqueto, com quem tem um casal de filhos e cinco netos.

Desde que veio para Venda Nova passou a atuar no setor de transportes. Em 1998, Nelson resolveu investir no ramo de extração de granito, com registros em Mata Fria, já dentro do município de Afonso Cláudio, e a partir de 2000, agregou o ramo de serraria, com a atual (aberta em 2004) em funcionamento em Bananeiras. Ele continua com a família trabalhando no setor.



1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



OSMAR ANTÔNIO PRÊMOLI



Osmar Antônio Prêmoli, mais conhecido como “Quequé”, nasceu no dia 6 de maio de 1949, em Vargem Alta, mais precisamente na comunidade Capivara, no distrito de Fruteiras. O filho de Irene Coradine e Horácio Prêmoli veio para Venda Nova em 1970, com Doutor Ivo, para explorar uma lavra de felispato, minério que era vendido para Clabim, uma empresa sediada no Rio de Janeiro.

Em 1980, ele se casou com Maria Edith Zandonade, uma jovem vendanovense que conheceu em Castelo, onde ela estudava. Osmar ficou viúvo logo após o parto do primeiro filho, em maio 1984. Ele casou-se novamente, no ano de 1987 com Elisete Elena Uliana, com quem teve uma filha: Bárbara Elisa Uliana Prêmoli, que ajudou a criar o seu filho, Marcus Vinícius Zandonadi Prêmoli.

Depois que parou de trabalhar com mineração, Osmar passou a se dedicar ao transporte com carreta e se tornou dono de uma propriedade rural em Afonso Cláudio. Na época da emancipação, Osmar era o motorista que levava os políticos e também a população para fazer manifestação na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, cuja sede ficava na Cidade Alta, no lado oposto da praça do Palácio Anchieta.

Esse contato direto com os moradores na ocasião efervescente na política em Venda Nova, o tornou popular. Braz Delpupo, que fazia alguns trabalhos em parceria, o convidou para ingressar na política. “Eu sempre fui para as reuniões de política do jeito que chegava do trabalho e isso acabou sendo admirado pelas pessoas”.

Osmar foi o candidato mais votado e o único que teve votos em todas as urnas. Ele se recorda de sempre ajudar as coisas acontecerem, do jeito que podia e tinha disponibilidade. “Braz era secretário de Obras de Conceição e sempre me convidava para ir com ele, para levar com minha caminhonete o óleo diesel para colocar na patrol emprestada. A Prefeitura não tinha carro na época”, recorda-se.

Mesmo sendo o mais votado, Osmar abriu mão do direito de ser presidente, conforme era previsto. “Eu fazia parte do grupo da situação e achei melhor não ser. O grupo escolheu Vitor Targa”.

Osmar lembra das dificuldades enfrentadas pelos vereadores eleitos para o primeiro pleito. “Elaborar a Lei Orgânica, a Lei de Diretrizes Orçamentária, o Código de Postura, dentre outras regras, foi muito trabalhoso. A gente buscava conhecimento em outros municípios. Foi uma missão de extrema responsabilidade”.

Para Osmar, cada vereador desempenhou um papel importante de acordo com seu perfil. “Dejair Vazzoler foi muito importante. Era apaziguador e, vencidas as diferenças, todos nós, sempre, convivíamos muito bem”.

Osmar fez muitas indicações (que são sugestões de obras ou serviços) ao Executivo Municipal, como a que solicitou a lateral da ponte do bairro Vila Betânea e placas nas estradas do interior.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



VICENTE CALIMAN



Vicente Caliman, nascido no dia 5 de outubro 1951, na Fazenda Lavrinhas, marcou sua trajetória na vida política de Venda Nova como um articulador, com talento para atuação nos bastidores. O filho de Ozília Camata e Paschoal Caliman foi exceção dentro de uma geração de vendanovenses que só conseguiu sair de casa para estudar em colégios religiosos. Ele se casou no ano de 1979 com Edileusa Uliana, com quem teve dois filhos.

De família de produtores rurais, Vicente concluiu, em 1971, a Escola Agrotécnica de Alegre, no distrito de Rive. Ele fez um concurso e foi atuar na Emcapa em 1972, passando pela Fazenda do Estado/Domingos Martins, IBC/Venda Nova e depois Santa Maria de Jetibá, e um outro concurso o levou a conquistar uma vaga no IBC, em 1975, quando conseguiu atuar no escritório de Venda Nova. Com a extinção do IBC, ele foi lotado no Ministério da Agricultura e passou a atuar em Pequiá, trabalhando em escala, o que permitiu a continuidade de sua atuação como vereador. Ele se aposentou há dois anos.

Na vida pública, Vicente sempre atuou nos bastidores, costurando alianças políticas em vários momentos importantes de Venda Nova. Com fala pausada e em um tom sempre baixo, seu perfil nunca foi de uma pessoa popular, mas ganhou simpatia dos políticos populares devido à sua capacidade de compreender o comportamento do eleitor, assim como a de enxergar os candidatos com potencial eleitoral e as alianças mais viáveis para se conseguir uma vitória.

Vicente conta que, na ocasião em que Venda Nova se preparava para sua primeira eleição municipal, sugeriu ao então prefeito (de Conceição do Castelo) Nicolau Falchetto que saísse do PMDB, caso quisesse ser o candidato da primeira gestão de Venda Nova. Tudo indicava que Falchetto perderia na convenção para Luiz Carlos Feitosa Perim, então ele se filiou ao PDC e Vicente também o fez.

A outra sugestão de Vicente foi tornar Braz Delpupo o vice na chapa de Nicolau, pois, se assim não fosse, ele seria vice do concorrente, conseguindo elegê-lo pela sua popularidade. “Braz Matias (filho de Nicolau) conseguiu fazer com que seu pai aceitasse a situação e o passo seguinte foi formar um grupo de nomes para concorrer as 13 vagas na Câmara Municipal”.

“Eu não tinha perspectiva de ganhar como vereador e até sugeri que achassem um outro para entrar no meu lugar”, disse Vicente, ao admitir que se expressar em público não é o seu talento. Ele conquistou uma vaga para a primeira legislatura e foi vice-presidente da Mesa Diretora no primeiro biênio.

Dos 13 vereadores, seis eram da situação, seis da oposição e um era do PT, que assumia uma postura mais independente. “Sempre trabalhamos juntos e foi assim também na Câmara Constituinte”, recorda-se Vicente, que foi relator adjunto, assim com Dejair Vazzoler, na comissão em que Cleto Venturim era relator.

“Fizemos um trio. Uma procuradora de Cachoeiro de Itapemirim nos ajudou muito e, em uma oportunidade, nós três a procuramos na casa dela e fizemos uma reunião de meio dia. Ela nos deu orientações e dicas para fazer a Lei Orgânica”.

Dentro da Lei Orgânica Municipal, Vicente foi autor do projeto que diminuiu o número de vereadores de 13 para nove. “Conduzimos todos os estudos de forma unida, com amplo debate entre nós. Foi um grande desafio, pois ninguém sabia de nada, e tivemos que ter muita disposição, procurar ajuda por nossa conta, pois não tínhamos assessoria jurídica na época”.

Vicente é autor da Lei Municipal Nº126/92 que nomeia a Biblioteca Pública Municipal “Professor Benito Caliman”. Foi uma homenagem póstuma ao mais ilustre professor de Venda Nova, que lecionou por mais de 20 anos no Colégio Salesiano de Venda Nova e também em outras escolas salesianas.



Vicente Caliman e outros vereadores em reunião com a polícia militar.

1ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1989 / 1992



VITOR MALINI TARGA



Aos 14 anos de idade, Vitor Malini Targa chegou em Venda Nova com os pais, Eulália Eliza Malini e Joaquim Targa, para serem colonos de Vicente Perim. Vitor nasceu no dia 9 de setembro de 1943, na comunidade de Monte Cristo, em Cachoeiro de Itapemirim.

Por volta de 1957, a família passou a cultivar as terras que foram parcialmente ocupadas pelas obras do Colégio Salesiano, que começaram quatro anos depois. Conforme relato de Vitor, cerca da metade da lavoura foi cortada e Vicente o convidou a plantar tomate, verduras e legumes em outra parte da propriedade, onde atualmente fica o Centro de Eventos Padre Cleto Caliman.

Passada essa época, ele casou-se com Marta Altoé e comprou cinco alqueires de terra no Alto Caxixe, em sociedade com mais três (um amigo e dois filhos de Deolindo Perim). Mais tarde, com as economias que conseguiu fazer, comprou uma propriedade em Muniz Freire e, na sequência, mais três em Venda Nova.

Sempre envolvido nos trabalhos da terra, Vitor gostava de participar dos movimentos locais, sendo diretor do Hospital Padre Máximo e atuando em outras entidades como voluntário. Quando Venda Nova passou à condição de município, ele se filiou ao partido de Nicolau Falchetto e saiu candidato a vereador, sendo o quarto mais votado.

Vitor conta o fato que considera inédito no meio político: ter sido sugerido e apoiado pela oposição para ter uma posição de liderança na Câmara. Ele conta que Cleto Venturim, então líder da oposição, disse que apoiaria sua candidatura como presidente da Casa. Vitor se elegeu com 11 dos 13 votos. “Logo eu contratei um técnico de Conceição do Castelo, o EclésioMoreira, e em seguida, a Lúcia Zorzal, para começar a organizar o andamento da Câmara”.

Na ocasião, os vereadores não contavam com diárias e todo deslocamento que fazia era por conta de cada um. Vitor lembra-se também de como os vereadores eram unidos. “Quando vinha algo favorável, não encontrava resistência, sem oposição”, diz sobre as votações.

A atuação dos vereadores ia além das reuniões na Câmara. Vitor relata que na época de construir o Alpes Hotel, o prefeito Nicolau Falchetto ficou com dificuldade para autorizar a obra, pois alguns vereadores fizeram promessas de abrir rua naquele terreno. “Nicolau pediu então que a Câmara criasse uma comissão para discutir e solucionar a situação. Dos sete que formaram a comissão, três foram contra e três a favor. Fiquei então com o voto de desempate e o hotel pode ser construído”.

A compra do terreno para construir a sede própria da Apae também foi outro episódio em que Vitor se envolveu para resolver. Quando veio a verba para construir a Apae, todos os vereadores se colocaram à disposição para ajudar a comprar terreno.

No entanto, conta Vitor, Nicolau já tinha comprado um perto do cemitério quando ele foi avisado por Nelson Minet de um melhor localizado. “Procurei Diógenes Zandonadi e fizemos uma oferta pela terra. Nicolau desmanchou o primeiro negócio e comprou o terreno onde está erguida a Apae.”

Vitor se orgulha de ter dado o voto de desempate, reprovando o Projeto de Lei que autorizava aumentar o salário do vice-prefeito. Vitor reivindica a autoria do Projeto de Lei que reduzia de 13 para nove o número de vereadores para legislaturas seguintes de Venda Nova. “Fiz o projeto com a ajuda da servidora Lúcia, mas foi reprovado na Comissão de Redação e depois foi apresentado por outro vereador. Na época, foi o primeiro município do Estado a apresentar um projeto para reduzir o número de vereadores. Cheguei a conceder entrevista em uma emissora de televisão em Vitória pela repercussão do fato”.



Os vereadores Alcides Minete, Osmar Antônio Prêmoli, Albino Uliana e Vitor Targa.



2^A LEGISLATURA 1993 A 1996

VENDA NOVA DO IMIGRANTE



2ª LEGISLATURA 1993 A 1996

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Vereadores

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| Aguilar José Peterle (PMDB)..... | 250 votos |
| Arlindo Nodari (PDT)..... | 228 votos |
| Francisco Hosken Pires (PT) | 208 votos |
| José Daniel Caliman (PDT)..... | 303 votos |
| Marco Antônio Grillo (PMDB)..... | 329 votos |
| Nelson Minet (PDT)..... | 229 votos |
| Osmar Antônio Prêmoli (PDC)..... | 216 votos |
| Valdir Dias (PDC)..... | 323 votos |
| Vicente Caliman (PDC)..... | 236 votos |

Suplente

| | |
|------------------------------|-----------|
| Antenor Lorenção (PMDB)..... | 211 votos |
|------------------------------|-----------|

Número de eleitores: 7.528

Prefeito: Braz Delpupo (PDC) 3.982 votos
Vice-prefeito: José Onofre Pereira (PMDB)







2ª LEGISLATURA
**FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA
E DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Marco Antônio Grillo
Vice-presidente: Nelson Minet
1º Secretário: Vicente Caliman
2º Secretário: José Daniel Caliman

**MESA DIRETORA
DO 2º BIÊNIO**

Presidente: Vicente Caliman
Vice-presidente: Marco A. Grillo
1º Secretário: José Daniel Caliman
2º Secretário: Osmar A. Prêmoli

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação Justiça
e Redação Final**

Presidente: Nelson Minet
Relator: Vicente Caliman
Secretário: Osmar A. Prêmoli

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Osmar Antônio Prêmoli
Relator: Nelson Minet
Secretário: Arlindo Nodari

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: José Daniel Caliman
Relator: Francisco H. Pires
Secretário: Valdir Dias

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Vicente Caliman
Relator: Aguilar José Peterle
Secretário: José Daniel Caliman

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação Justiça
e Redação Final**

Presidente: Arlindo Nodari
Relator: José Daniel Caliman
Secretário: Marco A. Grillo

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Arlindo Nodari
Relator: Nelson Minet
Secretário: Osmar A. Prêmoli

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Aguilar Peterle
Relator: Marco A. Grillo
Secretário: Valdir Dias

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Osmar A. Prêmoli
Relator: José Daniel Caliman
Secretário: Valdir Dias



SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS E ESPORTES RADICAIS AMPLIANDO A VITRINE DO AGROTURISMO

Venda Nova vivia um movimento informal que envolvia muita gente da área cultural e planejamento, que ecoou um pouco na Câmara e na Prefeitura, cujas lideranças tomavam decisões no sentido de tornar o município um polo regional a partir das referências já existentes. Havia um município com uma identidade a ser construída sob o ponto de vista de uma imagem a ser projetada fora das fronteiras. Esse era um sentimento compartilhado também por lideranças como as ligadas à Amena- Casa da Cultura, à Festa da Polenta, ao Enduro da Polenta e de personalidades como Pedro Altoé e Máximo Zandonadi.

Essa leitura é feita por Marco Grillo, que era um jovem muito ativo na época e ligado às várias pessoas que sonhavam com uma cidade pujante. “Não se queria perder nada, mas fazer tudo crescer”. De acordo com ele, o então prefeito Braz Delpupo deu oportunidade para esses movimentos, escutava e sempre teve coragem de ser vencido pelos argumentos. “Esses movimentos ganharam musculatura numa demonstração de que as entidades e a comunidade já tinham se apropriado do destino do lugar”.

Licenciado como vereador, Grillo assumiu a Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e criou o Selo de Inspeção Municipal- SIM, que se tornou modelo e ao mesmo tempo objeto de desejo de outros municípios em pouco tempo.

O voo livre passou a dar um charme especial para Venda Nova e, juntamente com o Enduro da Polenta, que evoluía ganhando espaço na mídia enquanto os pilotos locais venciam campeonatos importantes Brasil afora, deu uma nova perspectiva ao turismo local.

Sem um grande atrativo natural e como marco a polenta (que ainda não tinha peso como ícone gastronômico e cultural), Venda Nova precisava se ancorar nas características do próprio povo. Os movimentos estavam nos quintais das casas de Venda Nova, com pessoas fazendo ações, seja no âmbito familiar ou das próprias entidades existentes.

Assegurar as equipes técnicas de peso na Prefeitura ajudava a manter o município organizado. Ações como a construção do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman foram importantes não só para o momento, como reverberam até a atualidade.

O agroturismo dava os seus primeiros passos e a Câmara aprovou os projetos de reconhecimento de utilidade pública para as entidades culturais, turísticas e esportivas, que juntas formam o potencial e a identidade de Venda Nova, um município composto por pequenas e muito produtivas propriedades. Foi a força da agricultura familiar encontrando voz e lugar no mercado.

REDUÇÃO DE VEREADORES

Na visão da então servidora legislativa Fátima Lúcia Zorzal, o primeiro ponto que a Câmara teve que assentar foi a adequação de todo seu trabalho em nove vereadores. Antes, eram 13 cabeças pensando e a redução, embora tenha trazido uma economia, exigiu mais dos vereadores eleitos e isso impactou também na área interna, conforme sentiu a assessoria. Os vereadores, que antes participavam de uma comissão, tiveram que integrar duas pelo menos.

Lúcia e Fernando Pizzol, os únicos assessores, tiveram que rodar muitos municípios para aprender mais como administrar uma Câmara e contaram com a assessoria do advogado Moacir Rosado, especializado em Legislativo. Ele ajudou com a cobertura na área jurídica (presencial ou por telefone) e a preparar o primeiro plano de carreira do município. Como Rosado sabia tudo do processo legislativo, com essa assessoria, a Câmara (juntamente com os funcionários) conseguiu montar a rotina da tramitação. Diferentes práticas dos sistemas das câmaras das regiões foram selecionadas e adaptadas, formando um conjunto de normas que eram melhores para Venda Nova do Imigrante.

Os servidores absorveram muitos conhecimentos e fizeram um trabalho excepcional, que acabou servindo de suporte para outras câmaras. Depois de Rosado, Francisco de Assis Calegare, advogado de Vargem Alta, atuou por um pequeno período na assessoria. Posteriormente, a Câmara contratou o advogado José Vicente Gonçalves Filho, fixado em Venda Nova.

Com todo o processo legislativo organizado, a Câmara passou a ter mais segurança para tocar os trabalhos em frente e deslanchou. Muitos projetos importantes foram discutidos e aprovados nesta legislatura, até porque a base do município foi feita na primeira. Muitas obras importantes foram discutidas e autorizadas pela Câmara para que o Executivo pudesse fazê-las. A Câmara deu suporte para o Executivo atuar, como autorizar a compra do terreno para o Centro de Eventos e aprovar o orçamento voltado para a execução do túnel. O Hino do Município também foi aprovado nesta legislatura.



Mesa eleita para o 1º biênio: Marco Grillo (presidente), Nelson Minet (vice), Vicente Caliman (1º secretário) e Daniel Caliman (2º secretário).

SALA ESCOLTA
E SEGURANÇA



*Os vereadores da 2ª legislatura com o prefeito Braz
Delpupo/primeira dama Milza e o vice-prefeito José
Onofre Pereira/Ivana.*





2ª GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
1993 /1996



BRAZ DELPUPO
PREFEITO



JOSÉ ONOFRE PEREIRA
VICE-PREFEITO

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS, PLANO DE CARREIRA, INSTALAÇÃO DA COMARCA E PAISAGISMO DOS CANTEIROS ÀS MARGENS DA BR-262

O primeiro mandato de Braz Delpupo como prefeito foi marcado por obras importantes e de impacto para o futuro de Venda Nova, como a construção do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman e o túnel de Vila Betânea. Ele conhecia bem o município, pois na gestão anterior não se limitou a ser vice-prefeito: ocupou a função de secretário de Obras, ocasião em que organizou toda a parte funcional externa da administração, elencando e providenciando os principais equipamentos (máquinas) para viabilizar os serviços nas áreas urbana e rural.

Logo no primeiro mês de 1993, a Prefeitura comprou um terreno de 10 mil m² para servir de depósito de lixo na localidade de Alto Saúde (em Alto Viçosa), assim como um lote de 200 m² anexo à Unidade Sanitária de Venda Nova para a sua ampliação.

Depois de uma reunião com os vereadores, lideranças comunitárias e representantes de associações e entidades, em abril, o prefeito anunciou que não realizaria a 6^a Feira Comunitária e 5^a Festa de Emancipação Política, para viabilizar a construção de um local para eventos. Na prestação de contas dos 100 dias, Braz noticiou a aquisição de uma área de 45.834 m² para esse fim. Também revelou a compra de um terreno de 600 m² para construção de uma creche e de outro de 300 para a construção da Unidade Sanitária.

No mês de novembro de 1993, a Prefeitura firmou convênio com o Governo do Estado para asfaltamento de 7km de estrada do Alto Caxixe e iniciou as obras de conclusão do ginásio de esportes daquela comunidade, que se organizou, angariou fundos e tocou a obra sozinha até então. No dia 6 de março de 1994, o ginásio foi inaugurado, dentro da programação da 8^a Festa do Tomate.

Na sequência, no dia 19 de março, o prefeito inaugurou as obras de ampliação da creche de São João de Viçosa, que passou de 45 para 70 vagas para crianças de zero a sete anos de idade. Foram 220 m² de obras feitas com recursos próprios e convênio com a LBA.

Em maio do mesmo ano, o plano de carreira elaborado pela Prefeitura foi aprovado por unanimidade na Câmara em duas votações: 26 de abril e 11 de maio. A elaboração só pode ser feita graças à aprovação do estatuto dos funcionários e a mudança do regime para estatutário.

Final de junho, foram concluídos a terraplanagem, o aterro e a drenagem do terreno do Centro de Eventos.

O Fórum de Venda Nova começa a funcionar na manhã do dia 1º de julho de 1994 no imóvel alugado (o antigo Hotel Primavera, em cima da Casa Perim), que passou por alguns reparos. A instalação da comarca foi em outubro de 1993, que gerou 20 empregos em Venda Nova. No final deste mesmo mês, foi feito o desaterro do terreno destinado à construção da sede da Prefeitura, gastando 200 horas de trator de esteira.

Ainda naquele ano, a Prefeitura começou o projeto “Bambino” nas redes municipal e estadual de ensino, para proteger a saúde bucal, com ações educativas, promovendo novas práticas preventivas e curativas.

A administração começa com o pé direito no ano de 1995 ao entregar, no dia 12 de janeiro, 20 casas populares às famílias carentes no distrito de São João de Viçosa. A municipalidade buscou recursos e começou a construir nova sede para a Escola Domingos Perim: 13 salas de aula, um refeitório, uma cozinha e dependências administrativas, com previsão para entrega no mês de junho.

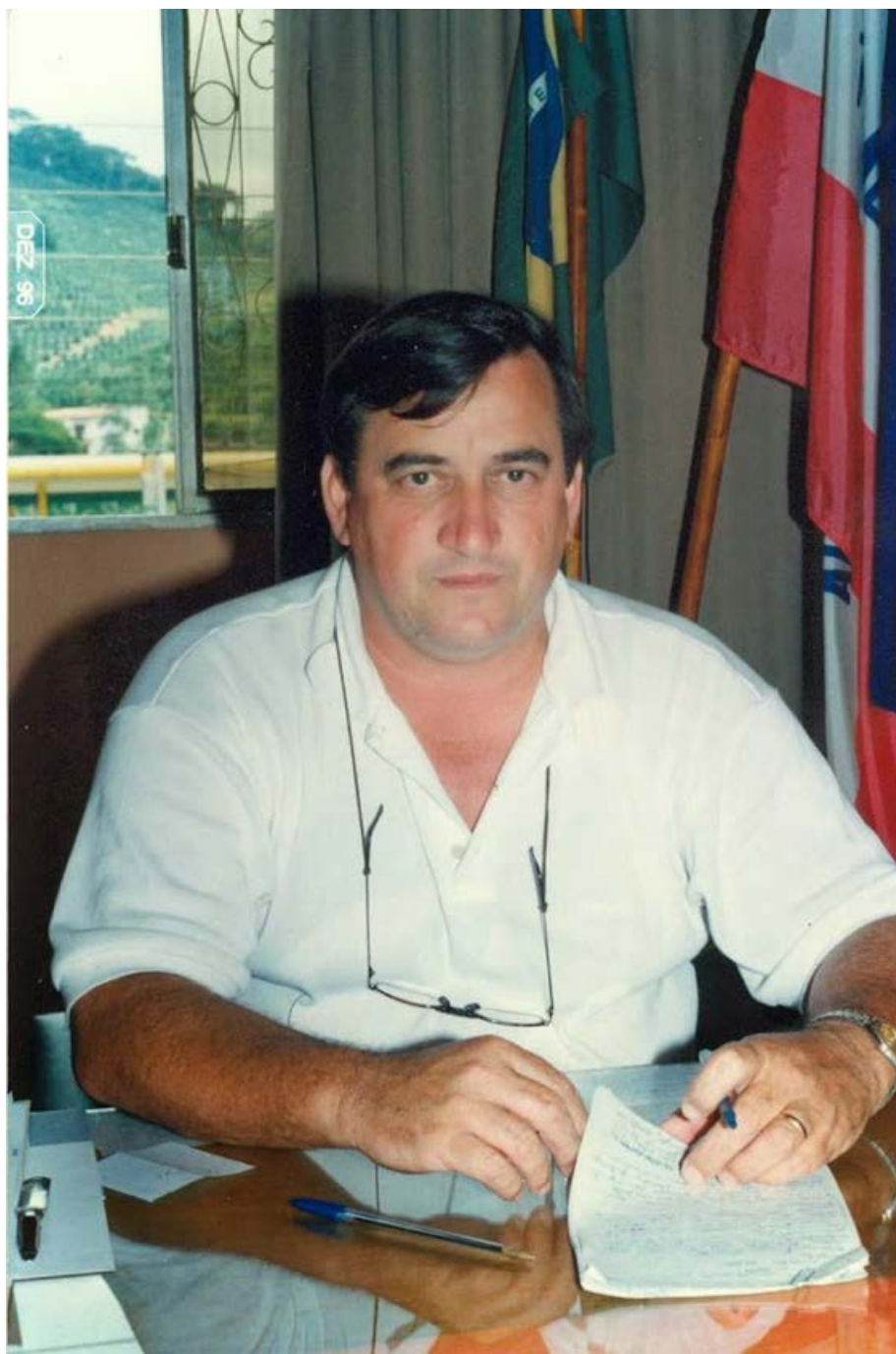
Em maio entra em fase final os asfaltamentos dos trechos de acesso ao Cemitério Padre Emílio e o da chegada ao Creven. Estava pronto o levantamento topográfico, com estudo dos locais a serem modificados e a previsão era usar as máquinas da Prefeitura para a terraplenagem.

Com o apoio total dos envolvidos no esporte de aventura, nesse mesmo ano, a municipalidade promove a abertura da Rampa do Fileti. O voo livre, um esporte novo no município, conquistara adeptos e a oferta de uma rampa de decolagem propiciou a Venda Nova do Imigrante promover torneios e sediar etapas de campeonatos estaduais, bem como receber celebridades da imprensa.

A administração cuidou dos canteiros que margeiam a BR-262 ao longo da sede do município. O trabalho de jardinagem, associado ao plantio de árvores e palmeiras, fez dos canteiros centrais, verdadeiros cartões postais, servindo de identidade e de um novo atrativo para o município.

Com dois pavilhões das extremidades cobertos, o Centro de Eventos pôde abrigar a Festa da Polenta, de 13 a 15 de outubro de 1995. Juntamente com a compra do próprio terreno, essa foi a obra mais marcante do primeiro mandato de Braz Delpupo.

Em janeiro de 1996, Braz Delpupo anunciou a construção do túnel sob a BR-262 que liga as avenidas Evandi e Ângelo Altoé. Em abril, numa parceria da Prefeitura e o DNER, foram iniciadas as obras que não ficaram prontas para serem inauguradas em sua gestão.



2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



AGUILAR JOSÉ PETERLE



Nascido no dia 7 de maio de 1965, Aguilar José Peterle nasceu em Domingos Martins, mas cresceu no Alto Caxixe. Filho de Gracinda Margarida Gagno Peterle e Iris José Peterle, trabalhou no Conselho da Igreja, foi voluntário na Festa do Tomate, entre outros movimentos da comunidade.

Ele fez o primário e ginásial na Escola do Alto Caxixe e depois foi estudar como aluno interno em Jaciguá, que ficava na localidade de Boa Esperança. Quando retornou, continuou a atuar na comunidade e se dedicou ainda mais na propriedade familiar, como autônomo.

Pelo fato de ser uma pessoa atuante e conhecida na comunidade, Aguilar recebeu o convite para ser candidato a vereador pelos políticos da época. Ele concorreu ao pleito de 1992 pelo PMDB e foi eleito com 250 votos.

Venda Nova do Imigrante, emancipada há quatro anos, já estava com a sua legislação própria pronta, bem como sua estrutura administrativa bem encaminhada. Mas ainda era cedo para dizer que estava completamente estruturada e Aguilar aceitou o desafio de ser vereador com o propósito de contribuir na promoção de melhorias, principalmente, junto às comunidades rurais do município.

De acordo com ele, um fato marcante durante o período em que foi vereador foi a aquisição de uma área para erguer o Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, o popular “Polentão”. Ele lembra do empenho de todos os vereadores em acompanhar o processo de escolha, negociação da importante aquisição, que até hoje tem um impacto positivo no desenvolvimento de Venda Nova.

Após seu mandato, Aguilar decidiu se dedicar exclusivamente aos negócios privados. Ele já tinha aberto a Peterfrut, uma empresa de beneficiamento de poupa de frutas, que evoluiu para várias empresas de segmentos diferentes, sendo a maioria ligada ao agronegócio. Hoje, ele é um empresário conhecido no Brasil todo.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



ARLINDO NODARI



Conforme lembra o filho André Nodari (o “Kika”), Arlindo Nodari não fez campanha para se reeleger. “No dia da eleição, ele estava atuando na Comissão da Igreja quando o padre perguntou por que ele não estava acompanhando as eleições. Meu pai respondeu que já tinha sido vereador e se o povo achasse que ele deveria ser reeleito, assim aconteceria”. Na solenidade de posse, ele, na condição de vereador mais velho, assumiu a Mesa Diretora e convocou os vereadores eleitos para tomarem posse.

Arlindo sempre falava que as pessoas precisavam de atenção. “Se alguém pedir algo, escute com atenção e procure atender, pois pedir algo é algo muito difícil de fazer. Só faz, quem precisa muito”, recorda-se das palavras do pai. “Meu pai gostava de ajudar, sempre estava envolvido com a igreja e era braço direito de padre Cleto Caliman, que era muito influente e até conseguiu que meu pai usasse os ônibus da Itapemirim gratuitamente, caso precisasse”.

Arlindo foi autor do Projeto de Lei que deu origem à Lei Nº 3/93, que criou o feriado municipal na data de 29 de junho, Dia de São Pedro, padroeiro de Venda Nova. Ele justificou relatando que, no final do século passado, os imigrantes italianos recém-chegados ao Brasil se instalaram em São Pedro de Araguaia, onde ergueram uma capela para cultivar o santo de sua devoção. Ao chegarem em Venda Nova também construíram na comunidade uma capela em homenagem a São Pedro. A Lei foi votada e aprovada por unanimidade na sessão de 20 de abril de 1993.

Em 1994, Arlindo montou uma distribuidora de bebidas, que administrou junto com os filhos André, Alex e Alan, que continuam tocando os negócios da família. Ele morreu na madrugada de 13 de outubro de 2016 e foi homenageado na Câmara, que reconheceu seu papel ativo na vida pública. “Arlindo Nodari foi autor de quase 80 matérias, dentre projetos de resolução, indicações, projetos de lei, requerimentos, projetos de decreto legislativo e moções. Fez parte da Comissão de Obras e Serviço Público nos anos de 1989/1990 e, como um dos vereadores da primeira legislatura, ajudou a elaborar a Lei Orgânica do Município (LOM).

Por sua participação no trabalho de criação da LOM, Arlindo foi homenageado em vida, em 2010, quando recebeu o título de Honra ao Mérito, e lembrado numa Sessão Solene em 2015. Em 2017, foi homenageado novamente, na Sessão Solene do aniversário de emancipação, por sua participação na primeira legislatura.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



FRANCISCO HOSKEN PIRES



Eleito com 208 votos para o segundo mandato, Francisco Hosken Pires manteve sua postura fiscalizadora. Ele exemplifica dizendo que acompanhava as movimentações financeiras da Prefeitura. “Assim que recebia denúncia, ia à Prefeitura, passava horas e horas olhando lançamentos. Uma atitude nem sempre bem vista pelo prefeito Braz Delpupo, no caso do segundo mandato”.

Ele também manteve sua atuação na defesa do meio ambiente, principalmente atuando para tentar proteger as áreas de rios e córregos ligados ao abastecimento da população. Chico se recorda que havia muitas granjas e eliminação de resíduos irregulares, que ocasionavam mau cheiro e poluição de alguns mananciais importantes para a cidade.

Suas falas sobre a necessidade de reciclar o lixo produzido em Venda Nova eram recorrentes, tanto no primeiro quanto no segundo mandato. Em 1994, Chico organizou uma reunião na Câmara, com o diretor da usina de lixo de Vitória, para tratar da reciclagem do lixo local. Na época, o aterro sanitário era em Alto Viçosa, lugar de origem do abastecimento hidrológico da cidade.

Também seguindo a mesma linha de trabalho do mandato anterior, Chico continuou se colocando à disposição de entidades como a Apae e se fez muito presente ao centro de convivência dos idosos, participando dos eventos e sendo agente de escuta dos anseios dos frequentadores daquele ambiente. Ele deu apoio a todos os projetos de estruturação burocrática, administrativa e estrutural, como por exemplo, a aquisição do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman.

Após os mandatos, ele voltou a estudar e se formou em 2010 em ciências biológicas pela Faesa, em Vitória. A carreira de músico, que sempre ocorreu de forma paralela, prossegue em Vitória, onde mora e desenvolve um projeto de coleta de recicláveis, em parceria com associações de catadores.



A Sessão Solene de posse, no dia 1º de janeiro de 1993, foi presidida pelo vereador mais idoso, Arlindo Nodari, e secretariada pelo vereador Francisco Hosken Pires.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



JOSÉ DANIEL CALIMAN



Filho de Leonor Marta Betini e Paulo Caliman, José Daniel Caliman nasceu no dia em 29 de março de 1956 em Venda Nova, que com Conceição do Castelo compunha o distrito do município de Castelo. Daniel, como é chamado por todos, estudou no colégio Congoniano, em São Gabriel da Palha, Norte do Espírito Santo, depois foi para Araxá, Minas Gerais, estudar como interno no Colégio Salesiano e se mudou para Venda Nova em 1977, quando passou no concurso público da Prefeitura de Conceição do Castelo.

Ele casou-se com Lidia Zandonade Caliman, em 24 de julho de 1981 e com ela tiveram dois filhos: Carlos Magno Zandonadi Caliman e Paulo Deusdete Zandonadi Caliman, que lhe deu um neto, o Heitor.

Sua vida sempre foi marcada pelo voluntariado, trabalhando como membro do conselho do Hospital Padre Máximo, membro da diretoria do Rio Branco Futebol Clube, motorista voluntário da ambulância do hospital por 20 anos, juiz de menor pelo mesmo tempo, coordenador do grupo de jovens e de setor e presidente da Apae por dois mandatos. Em um desses períodos, foi comprado o terreno e iniciada a obra da sede própria da instituição, que foi entregue em agosto de 1993, quando Edmilson Meneghetti era o presidente.

Além do serviço voluntário, Daniel é servidor público há 45 anos, sendo um dos mais antigos funcionários da Prefeitura de Venda Nova. Ele iniciou os trabalhos quando o município ainda era distrito de Conceição do Castelo, onde ficou por 12 anos.

Na época em que trabalhava na Prefeitura de Conceição, Daniel atuou desde fiscal de obras a chefe de gabinete e secretário Municipal. Quando começou o movimento para a emancipação de Venda Nova, o servidor participou ativamente. No dia 1º de janeiro de 1989, Daniel foi transferido e passou a fazer parte da equipe da Prefeitura de Venda Nova do Imigrante.

Na administração de Nicolau Falchetto, ele também auxiliou na criação da Farmácia Básica e do Sindicato Rural, bem como na instalação do batalhão da Polícia Militar em Venda Nova do Imigrante e na construção de 78 casas populares na zona rural.

Conhecido pela sua desenvoltura em falar em público, Daniel sempre foi solicitado para fazer discursos em ocasiões de visitas de autoridades eclesíásticas e de personalidades da política na região. Muito conhecido pela comunidade, em 1992, pela primeira vez, Daniel colocou seu nome à disposição como candidato a vereador, conquistando uma vaga na Câmara.

Daniel foi autor do Projeto de Lei, aprovado por unanimidade na sessão do dia 8 de junho 1993, que denominou o bairro Vicente Zandonadi e a rua principal Justina Mascarello Zandonadi. As nomeações foram uma homenagem aos avós de sua esposa (que viveram 57 anos juntos), faleceram no ano anterior, (com 66 dias de diferença) e viveram naquela terra, que fora transformada em bairro pelos seus descendentes e herdeiros.

Em 14 de junho 1994, a Câmara aprovou sua indicação, que solicitava ao Executivo Municipal a viabilização de um projeto para construção de um terminal rodoviário no município pela sua localização estratégica na região.



Em 1995, na Sessão comemorativa à conquista do vice no Estadual de Futebol pelo Rio Branco Futebol Clube, Marco Antônio Grillo (vereador licenciado que ocupava a função de secretário Municipal de Turismo e Esporte), como um dos diretores do Clube, recebeu a homenagem de Menção Honrosa das mãos do vereador José Daniel Caliman.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



MARCO ANTÔNIO GRILLO



Protético por profissão, Marco Antônio Piazzarollo Grillo, com 26 anos de idade, se elegeu com 329 votos para a segunda legislatura de Venda Nova, se revelando o vereador mais votado no pleito. As eleições para a Mesa Diretora, bem disputadas até então, o conduziram à função de presidente da Câmara no primeiro biênio por unanimidade: isto é, por nove votos.

Eleito o vereador mais jovem de Venda Nova do Imigrante até a presente data, Marco Grillo construiu sua liderança se envolvendo nos movimentos culturais e até como voluntário da Festa da Polenta. Na ocasião, sua amizade com padre Cleto Caliman se fortaleceu numa relação afetiva que durou até o falecimento do religioso, em 2005.

Marco Grillo nasceu no dia 20 de maio de 1964, na comunidade de São José de Fruteiras, em Vargem Alta. Filho de Maria de Lourdes Piazzarollo e Armando Grillo, Marco cresceu na comunidade rodeado pela família materna, já que ele e sua mãe moravam com seu avô Fiorentino Piazzarollo desde o falecimento de seu pai, quando tinha apenas quatro meses de idade.

Três dos tios dele já moravam em Venda Nova e, quando Marco sofreu um acidente, seu avô decidiu se mudar com toda família para o mesmo lugar, já que pensava nos estudos do neto. Marco, que tinha de 12 para 13 anos, foi matriculado no Instituto Salesiano Pedro Palácios e passou sua adolescência fazendo piqueniques, passeios e mais tarde vieram as festas.

Quando Sávio Caliman, o diretor da já Escola Fioravante Caliman, começou a promover bailes, Marco passou a ajudar como voluntário e logo depois se envolveu na mobilização relacionada ao Baile dos Universitários e à Festa da Polenta. Ele iniciou fazendo os painéis decorativos do evento com os jovens da sua idade e se envolveu a ponto de ajudar na contratação de shows. Com o fortalecimento do movimento cultural em torno do Baile dos Universitários, que era promovido pela Associação Pró-Melhoramento de Venda Nova- Amena, houve um grande envolvimento jovem do qual ele acabou se tornando representante por várias oportunidades.

No primeiro pleito, Marco foi candidato a vereador pelo PT (partido que ganhou representatividade ancorado pelo movimento jovem) e, por dois votos, o representante foi outro (Chico Hosken). Sua ida para o PMDB também aconteceu tendo como base a atuação dos outros colegas do movimento um pouco mais antigo da Casa da Cultura.

Ao não ser eleito, Marco voltou a ser presidente da Casa da Cultura e dialogava com muita gente, incluindo personalidades capazes de trazer recursos, como Eliezer Batista e Roberto Marinho, que tinham casas na região. Sua capacidade de articulação (com seu perfil para política e mais livre de compromissos profissionais e familiares) o fez novamente representante do grupo, que entendeu que um mandato

seria um canal para colocar certos projetos em prática. Existia uma preocupação de Marco com o território, com os projetos culturais e ele enxergava que isso não se definiria pelo partido.

A prática como vereador mostrou logo para Marco o que era e o que não era possível fazer. No entanto, o primeiro mandato marcou o caminho que ele queria seguir: estar perto do conhecimento e, se alinhando com pessoas como Ruth Paste e Luiz Carlos Feitosa Perim (ligados ao Instituto Jones Santos Neves). Com essa rede de relacionamento, ele tentava conseguir trazer inovações e não ser omissor (dando vazão à sua natural inquietude) para resolver questões básicas para o planejamento e o desenvolvimento de Venda Nova.

Ainda ligado aos burburinhos culturais e aos esportes de aventura (sempre envolvido na linha de frente da organização do Enduro da Polenta), viu no agroturismo (movimento puxado no Estado pelo vice-governador Adelson Salvador junto com Luiz Carlos Feitosa Perim) uma oportunidade de alavancar todas estas atividades. No início da década de 1990, ele já enxergava que o agroturismo poderia ser uma boa oportunidade para Venda Nova. Então, toda movimentação de Grillo se conduziu por essa diretriz: cultural, de planejamento, de esporte de aventura e o turismo.

No seu primeiro ano de mandato, foi o autor do Projeto de Lei que instituiu o Hino Municipal, completando o conjunto de símbolos do município, que já possuía bandeira e brasão. A música escolhida, uma composição de Emiliano Pedrini Lorenção- já falecido há seis anos- e letra de Benjamim Falchetto. A lei oficializou um hino já cantado pelo Coral Santa Cecília e pela comunidade desde a sua criação, em novembro de 1956. Tinha um zum, zum, zum que outro hino seria criado.

No dia 8 de março de 1994, Grillo esteve na Reserva da Floresta Rio Doce, em Linhares, juntamente com o vice-prefeito, José Onofre, e os dois conseguiram, com o apoio de Eliezer Batista da Silva, 2.000 mudas de árvores para arborizar Venda Nova do Imigrante, no canteiro central e ruas. Palmeiras imperiais, oitis, sibipirunas, quaresmeiras, unhas de vaca, flamboaiãs e outras espécies cresceram, valorizando a paisagem do município, principalmente na época da florada.

Um dos principais feitos, em dezembro, foi apresentar o Projeto de Lei Nº 12/94, que instituiu o Selo de Inspeção Municipal- SIM. Conforme regulamentação, o selo foi distribuído às produções artesanais de alimentos feitos dentro de critérios que dessem garantia da qualidade dos produtos. Além de valorizar quem o produz com qualidade, o selo era uma garantia para quem compra e consome o produto.

Foi o primeiro do Brasil criado no município (havia somente os estaduais e federais). O objetivo foi dar garantia para o turista que estava consumindo um produto de origem local, com sanidade. Marco levou para a tribuna o desafio de colocar na prática, pois o turismo não tinha secretaria.

Braz, o então prefeito, quis nomeá-lo para colocar as ideias em prática e a proposta pegou de surpresa o vereador, que aceitou o desafio, sabendo que ficaria no máximo um pouco mais de um ano. Marco Grillo tirou licença como vereador em março de 1995 para ser o secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, pasta que foi criada no final de 1993 e já contava com recursos próprios.

Sua primeira ação como secretário de Turismo, no início de 1995, foi fazer um inventário, que detectou a necessidade imediata de colocação de placas de sinalização para orientar os turistas sobre onde encontrar produtos do agroturismo e o que visitar, além da produção de folhetos e cartões. Ele também pretendia criar o Conselho Municipal de Turismo e Esporte.

Juntamente com a comunidade e a Agrotur, Marco Grillo programou o calendário de eventos de Venda Nova e região e produziu diversos materiais de divulgação e de orientação aos turistas e à população em geral sobre o agroturismo, dentre eles o mapa turístico de Venda Nova. O primeiro mapa turístico (feito com apoio de Ruth Paste) era impresso em folha de papel chamex, com fotocópias.

O esporte de aventura ganhou força ao abrir uma rampa de voo livre (no Morro do Fileti) e muitos outros eventos esportivos comunitários foram promovidos. O SIM foi colocado em prática, graças ao secretário de Saúde, o médico José Carlos Uliana, e Jesús Zandonade, do Departamento de Vigilância Sanitária, que ajudaram a encarar a empreitada para efetivar o projeto.

No turismo, Grillo foi o responsável pela criação da logomarca que passaria a representar o município. Junto ao artista gráfico de Vitória (Cristofer Schinebelli e seu funcionário André Mantele) criou as logomarcas do município e do Trail Clube Mata Atlântica- TCMA de Venda Nova, ambas com o desenho da Pedra do Rego. Com a imagem estilizada, a Pedra do Rego se tornou símbolo de Venda Nova, estampada em todas as placas indicativas, panfletos, adesivos para carros e envelopes da Prefeitura.

Em 14 de novembro de 1995, foi aprovado na Câmara o Projeto de Lei Nº 05/95 que criou o Conselho Municipal de Turismo- Comtur, pelo qual a Secretaria se empenhou em organizar e dar vida.

Em janeiro de 1996, a Secretaria apresentou o projeto do mapa turístico contendo informações de todas as rotas turísticas. Também concluiu todas as sinalizações em entradas e encruzilhadas e nas propriedades com atrativos, além da implementação do Comtur na prática. Foi um dos projetos mais completos já conhecidos do Estado e todo feito em parceria com as entidades organizadas, como a Agrotur. Todas as iniciativas, assim como o Comtur ainda em fase de implantação, faziam parte das exigências do Ministério do Turismo para incluir o município nas agendas de produção de folhetos nacionais e na rota das grandes agências de viagem do país.

Em sua prestação de contas dos dois primeiros anos como vereador, Marco Grillo foi autor de cinco projetos de lei, 22 indicações, três requerimentos, uma moção e 144 pronunciamentos sobre os mais variados assuntos, além de participar com outros vereadores da autoria de oito indicações, nove requerimentos, nove projetos de resolução e uma moção.

As principais indicações solicitavam melhoria na telefonia, no fornecimento de energia elétrica, a reforma e ampliação da Escola Domingos Perim, levantamento das casas sem ligação de esgoto ao sistema e de foças sépticas para que fossem tomadas as devidas providências. Sugeriu que a Prefeitura envolvesse a Associação Pró-Melhoramento de São João na distribuição e fiscalização da utilização das casas populares naquela comunidade. Também de sua autoria, foi aprovado o Projeto de Lei que reconheceu a Casa da Cultura como entidade de utilidade pública.



O vice prefeito José Onofre e o vereador Marco Grillo no encontro em Santa Tereza e o Circolo Trentini Nell Mondo

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



NELSON MINET



Após a sua dedicação na primeira legislatura (quando além da Lei Orgânica Municipal, participou da elaboração dos códigos municipais e regimentos internos), Nelson alega ter sentido que ainda não havia concluído os seus projetos para Venda Nova do Imigrante. Ele então resolveu continuar na política, lançando-se novamente candidato a vereador. Era preciso dar um pouco mais de contribuição para o desenvolvimento do município que, após quatro anos de trabalho árduo para que as bases dos poderes Legislativo e Executivo fossem bem estruturadas, iniciava a largada para o crescimento.

Por ser bem conhecido dos munícipes, Nelson não precisou de muito esforço para se reeleger, nesta ocasião pelo PDT, conquistando 229 votos. Na Sessão Solene de posse no dia 1º de janeiro de 1993, ele foi eleito vice-presidente da Mesa Diretora para o biênio 1993/94. Também assumiu como presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e membro da Comissão de Obras e Serviços Públicos para os biênios, sendo que continuou nesta última função também em 1995/96.

Conforme consta nos registros da Câmara Municipal, Nelson continuou atuante nesta segunda legislatura, exercendo o papel que acredita ser o do vereador: legislar e fiscalizar os atos e ações do Poder Executivo de maneira minuciosa, pois sempre deixou claro em seu discurso que defendia a boa gestão do dinheiro público.

Nelson se dedicou aos estudos e se revelou um grande conhecedor do Regimento Interno e da Lei Orgânica da história da Câmara. No plenário, sempre demonstrava o que sabia e colocava em prática os seus conhecimentos para não deixar que nada passasse despercebido. Ele alega que estudava as leis para que os trabalhos legislativos fossem transparentes e dentro das normas legais, principalmente no decorrer das sessões, momento em que se decide as questões do município.

Durante essa legislatura, Nelson assinou quatro projetos de lei, um Projeto de Lei substitutivo, dois projetos de Decreto Legislativo, seis projetos de Resolução, 16 emendas a projetos, 24 requerimentos, 34 indicações e duas moções. Dos seus pronunciamentos em plenário, 45 foram no Expediente, 64 na Ordem do Dia e 68 na Explicação Pessoal, totalizando 277 pronunciamentos.

As suas principais reivindicações em prol do desenvolvimento do município nesse período foram: - Celebração de convênio com municípios vizinhos para conservação e manutenção de estradas, melhorias no Estatuto do Magistério, denominação de ruas e avenidas, máquinas e equipamentos aos produtores rurais que contribuem com o município, sistema de drenagem das águas plu-viais, melhorias nas estradas vicinais, melhorias nas redes de energia elétrica nos bairros e comunidades, revisão das perdas salariais dos servidores, recuperação da rodovia Pedro Cola, construção da Casa do Artesão, implantação do sistema de telefonia móvel, viatura para a Polícia Militar, eletrificação rural, abertura de uma avenida às margens do rio Providência, melhorias na capelinha do Cemitério Padre Emílio, obras de

infraestrutura na Vila São Miguel, construção de um campo de bocha em Alto Bananeiras, construção de uma ponte em São João de Viçosa e sinalização das estradas vicinais.

**Contribuiu com essa produção de conteúdo: Lúcia Zorza*



Em 1993, o vereador Nelson Minet em sua oratória.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



OSMAR ANTÔNIO PRÊMOLI



Eleito pelo partido PDC e com 216 votos, Osmar Antônio Prêmoli volta à Câmara na segunda legislatura. Em uma das suas primeiras participações oficialmente registradas está a sua assinatura, com mais cinco vereadores, na Indicação (14 de setembro/1993) que sugeria ao prefeito a compra de um veículo para o gabinete. A sugestão foi sob a alegação da situação precária do único veículo de passeio existente na Prefeitura. Além de atender outros setores da administração (muitas vezes deixando o prefeito sem meio de locomoção), o carro era para resolver as necessidades diurnas do chefe do Executivo em representar o município em diversas reuniões dentro e fora de Venda Nova do Imigrante.

De sua autoria, a Indicação (27 de dezembro/1993) solicitava ao prefeito a construção de corrimão nas passarelas para pedestres da ponte situada na Avenida Lorenzo Zandonade, em Vila Betânea. Para o vereador, a providência iria diminuir significativamente o risco de acidente com os pedestres, principalmente as crianças.

No dia 7 de março de 1995, Osmar e os demais vereadores assinaram a Indicação dirigida ao vice-governador do Espírito Santo, ao secretário Estadual de Transportes e Obras Públicas e ao diretor geral do DER, solicitando medidas urgentes na recuperação da rodovia 166, a Pedro Cola. A via, que liga os municípios de Castelo e Venda Nova, precisava de forma especial de tapagem de dois grandes buracos: um próximo à comunidade de Pindobas, em Venda Nova, e o outro na Serra da Povoação, em Castelo. Os autores alegaram que há mais de um ano, a rodovia apresentava sérios problemas e registraram que no ano anterior o prefeito de Castelo ameaçou interditá-la devido aos perigos que as grandes barreiras e os buracos representavam. O Governo do Estado havia retirado as barreiras, mas não consertado os buracos e, com o grande fluxo dos caminhões com granito e da movimentação com o escoamento das safras, os buracos só iam se alargando.

De autoria de Osmar, que assinou no dia 7 de outubro de 1996 uma Indicação ao prefeito, solicitou providenciar um veículo para transportar os idosos impossibilitados de caminhar até a Área de Lazer, às terças e às quintas-feiras. A intenção era garantir que eles pudessem desfrutar dessas algumas horas de lazer durante a semana com os amigos.

Também de sua autoria, assinada no dia 22 de outubro de 1996, a Indicação ao prefeito solicitou construir quebra-molas na avenida Domingos Perim e na Estrada de Lavrinhas. A primeira, na sede do município, após aplicação do asfalto, ficou com os quebra-molas soterrados. Ele sugeriu que fossem refeitos dentro dos padrões adequados, assim gerando mais segurança aos pedestres e sem riscos de danificar os veículos. Já em Lavrinhas, muitos que faziam caminhadas e os ciclistas reclamavam da alta velocidade dos veículos que trafegam pela via.

Osmar se dedicou à vereança como pode, deixando de fazer muitas viagens de trabalho na tentativa de atuar da melhor forma possível. “Quando não teve jeito, pedi licença e Antenor Lorenção atuou como suplente durante seis meses”. Osmar fez muitas indicações (que são sugestões de obras ou serviços) ao Executivo Municipal, como a que solicitou a lateral da ponte do bairro Vila Betânea e placas nas estradas do interior. “Eu não quis mais participar como candidato, apesar das insistências. Entendi que dei minha contribuição e quis cuidar de meus projetos particulares”.



*Os vereadores Marco Antônio Grillo e Osmar Antônio Prêmoli
na eleição da Mesa Diretora Biênio 95/96*

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



VALDIR DIAS



Filho de Liberalina dos Santos Dias e de Ramiro Manoel Dias, Valdir Dias nasceu no dia 16 de junho de 1953 na comunidade rural da Peçanha, em Venda Nova. A família vivia da agricultura e seu pai, em certa ocasião, ergueu uma escola e cedeu para a municipalidade, sem ônus. É que ele estava construindo um depósito e, como a Prefeitura precisava de um espaço para montar uma escola (para alfabetização de adultos no período noturno pela professora Alaíde Peterle), fez adaptações. Valdir estudou nesta escola.

Valdir tinha 17 anos quando dirigia o carro do pai para buscar e levar de volta aos seus lares as parteiras (Brígida Bernabé Feitosa, Celestina Pianizzola, entre outras) que ajudavam as mulheres da sua comunidade a terem filhos. Ele prestava esse serviço voluntário a qualquer hora e independente das condições do tempo. Durante as missões, era ele também o motorista que levava o bispo para todas as comunidades.

Ele já era um rapaz quando os pais venderam a propriedade e mudaram-se para a sede de Venda Nova, indo se instalar no bairro São Pedro. A única casa que existia no lugar era a de Júlio Bissoli, que a vendeu para o pai de Valdir.

Valdir era recém-casado com Maria Durães Fajoli Dias, quando Eliezer Batista (antigo vizinho de propriedade) conseguiu um trabalho para ele na cidade de Nova Era, Minas Gerais, pela subsidiária da Vale do Rio Doce. Lá nasceu o primeiro filho do casal, Sidnei, pelas mãos do médico irmão de Eliezer. Ele ficou lá uns quatro anos e, com o falecimento do pai em 1979, teve de retornar. Já morando em Venda Nova novamente, o casal teve mais dois filhos: Sidnéia e Gustavo.

Quando retornou para Venda Nova, Valdir passou a fazer vários trabalhos, dentre eles o de motorista de caminhão. Com um sócio, montou a Concremac, uma fábrica de artefatos de cimento, que fazia postes e blocos, e outra empresa que montava telas de arame galvanizado.

Desde a época em que trabalhava na roça, vivia ajudando a levar os vizinhos e moradores da comunidade ao hospital, ou buscava e levava parteiras para atendimento, fazendo qualquer tipo de transporte que ajudasse os moradores. O Aero Willys verde do pai era o único carro da comunidade.

Com o retorno para Venda Nova, ele voltou a ser procurado para ajudar os antigos vizinhos a resolverem questões ligadas à saúde, assim como outras pessoas que descobriram essa habilidade dele. Ele se tornou uma referência comunitária no bairro São Pedro. Nicolau Falchetto, que terminava o mandato como prefeito em Conceição e se candidatava para ser o primeiro de Venda Nova, o convidou para entrar na política.

Pelo PDC, Valdir foi candidato e conquistou a suplência com 133 votos. Ele voltou a disputar pelo mesmo partido quando Braz Delpupo, que era vice, concorreu a prefeito. Valdir se elegeu para vereador com 333 votos, o segundo mais votado. Ele fez várias indicações, se mobilizou para buscar recursos e, pessoalmente, continuou dando assistência às pessoas que o procuravam.

Em 1995, a Indicação Nº 01, de autoria dele, solicitou a abertura da avenida Evandi Américo Comarela, a partir do Supermercado Nutribem, até a Vila São Miguel, bairro Bananeiras. Valdir também aprovou outra indicação reivindicando melhorarias no trevo junto ao DNER.



Vicente Caliman, Valdir Dias e Marco Antônio Grillo na Sessão de Posse.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



VICENTE CALIMAN



No segundo mandato como vereador, Vicente Caliman disse que foi o momento de a Câmara contar com uma assessoria jurídica. Ele se recorda que os vereadores conversaram muito antes de contratar um advogado. O primeiro foi um profissional de Vargem Alta, Assis Calegari, que ficou pouco tempo e depois contrataram José Vicente Gonçalves Filho.

No biênio de 1995/96 foi presidente da Câmara. Na ocasião, ele fez parte da comitiva do Sebrae que foi para a Itália/França conhecer as práticas do agroturismo. De acordo com ele, Braz colocou em prática muito do que viu e sua primeira ação foi investir no embelezamento dos canteiros que margeiam a BR-262 ao longo da cidade.

“Eu não estava inclinado a integrar a comitiva, mas o prefeito fez questão de minha presença e condicionou a sua ida à minha participação na viagem”, disse ao avaliar a viagem como uma oportunidade muito boa para ampliar os horizontes como um agente da vida pública.

Para Vicente, a sua postura na Câmara o levou a ser candidato a vice do Braz no pleito do ano 2000. “Em minhas atuações, a Câmara contava com um grupo coeso e forte, sempre debatendo e trocando ideias para votar em consonância com os interesses coletivos. Nossa relação com o prefeito era muito boa e tínhamos muita abertura para dialogar”.

Teve participação na autoria de cinco projetos de lei (sendo três aprovados), 24 projetos de Resolução (17 aprovados), nove projetos de Decreto Legislativo (nove aprovados), 10 indicações (aprovadas), 21 emendas a projetos, quatro requerimentos e seis projetos substitutivos. Foi autor de dois projetos de lei, dois requerimentos, três indicações e uma Emenda. Fez 52 pronunciamentos: 41 na Ordem do Dia e 11 na Explicação Pessoal.

Eleito vice-presidente da Mesa Diretora e membro da Comissão de Justiça e Redação no biênio 1989/90, Vicente foi vice-líder da bancada do PDC na Câmara Municipal e membro da comissão para estudos das linhas de divisas do distrito de São João de Viçosa.

Ele também foi membro da comissão especial para elaboração do Regimento Interno da Constituinte e Regimento Interno da Câmara Municipal, que na elaboração da Lei Orgânica Municipal participou da Mesa Diretora da Constituinte no cargo de vice-presidente e foi relator adjunto da Carta Municipal. Presidiu a Comissão Temática I - Organização do Município e suplente da Comissão Temática IV - Ordem Social.

No biênio 1991/92 ocupou o cargo de 1º secretário da Mesa Diretora da Câmara e membro da Comissão de Justiça e Redação.

Vicente Caliman continuou no cenário político. Foi suplente na terceira legislatura, ocupando a cadeira de titular durante 90 dias. Foi eleito vice-prefeito para a quarta e a quinta gestões, das quais Braz Delpupo era prefeito. Em toda sua trajetória, seu perfil estrategista se sobressaiu, atuando sempre como um articulador de bastidores.



9 de agosto de 1994- Sessão Solene em homenagem a Don Noé Tamai, de Treviso / Itália, em visita a Venda Nova. O evento contou com apresentação do Coral Santa Cecília e com trocas de gentilezas mútuas, como entrega de livros, flâmulas e placas.



Vicente Caliman esteve entre os agraciados ao receber uma placa de Don Noé.

2ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1993 / 1996



SUPLENTE

ANTENOR LORENÇÃO



Quando Osmar Antônio Prêmoli se licenciou sem remuneração por 90 dias para tratar de assuntos particulares, Antenor Lorenção assumiu. Ele tomou posse no dia 1º de junho de 1993.

Ele recebeu 211 votos na eleição, sendo o primeiro suplente da coligação PMDB/PDC/PST. Morador da Tapera, em sua posse falou do seu trabalho comunitário à frente de várias associações que presidiu em Venda Nova.

Antenor Lorenção nasceu no dia 20 de janeiro de 1924. Filho de Tereza Franco e Francisco Lorenção, em 22 de maio de 1948 casou-se com Tereza Falqueto, com quem teve sete filhos e sempre conciliou sua participação na vida em comunidade com a atenção à família.

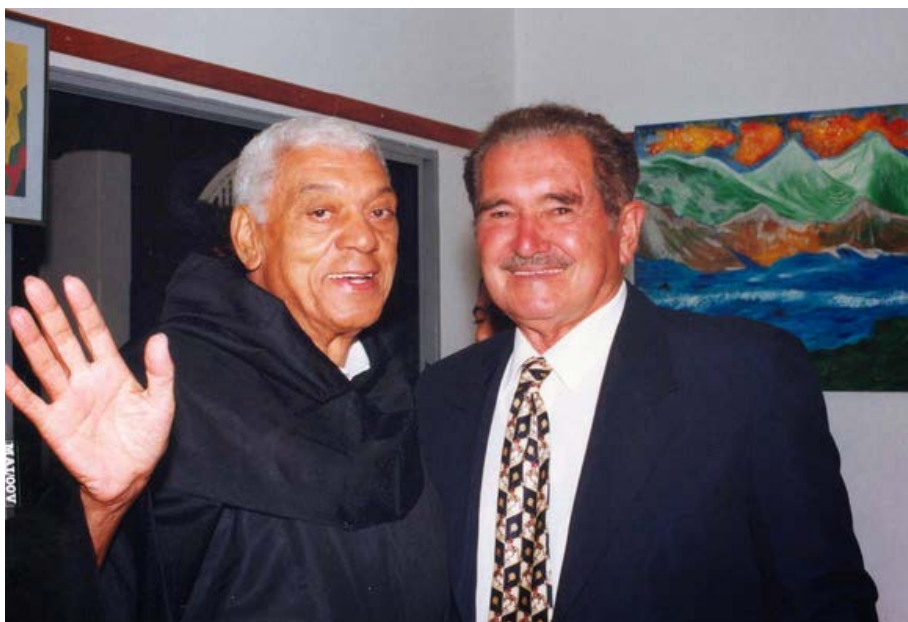
Conforme relata sua filha Regina, ele gostava da família unida e em volta dele. Ele foi assim em todo o processo de crescimento dos filhos e, quando casados e morando fora, nos finais de semana ele sempre preparava a casa para receber os filhos e os netos. “Ele foi um pai rigoroso e amoroso. Muito disposto para ajudar as pessoas. Depois que ele faleceu, passamos a saber de muitas pessoas que ele ajudava”.

Como parte de uma família musical, Antenor se dedicava a tocar instrumentos nos horários de folga, dominando bem o acordeão e o trombone, que tocava na banda da igreja. Quando a banda saía para apresentações na rua, ele sempre levava sua filha Regina e pendurava uma partitura no pescoço dela virada para as costas, de modo que ele pudesse ler, tocar e andar ao mesmo tempo.

Proprietário rural na Tapera, onde nasceu e cresceu, ele se dedicou à agricultura até que montou uma serraria com os cunhados e anos mais tarde ficou sozinho com o empreendimento.

Desde jovem, participou dos movimentos comunitários e ajudou a construir a antiga capela de 1936. Antenor fez parte do grupo que criou e construiu o Clube Recreativo de Venda Nova- Creven (do qual foi presidente seis anos) e também foi ativo no Rio Branco Futebol Clube (do qual foi presidente no biênio de 1982/83). Ele fez parte da diretoria da comissão da igreja durante muitos anos (sendo presidente durante cinco) e, o período em que Venda Nova ainda fazia parte de Conceição do Castelo, foi ativo também no hospital e nas escolas e apoiou a luta pela emancipação.

Antenor entrou já maduro para a política. Ele tinha uma família muito grande e convivia com várias pessoas em grupos diferentes, o que o levou a ser suplente de vereador na primeira legislatura da Câmara de Venda Nova, quando o vereador Osmar Antônio Prêmoli se licenciou. Ele também aproveitou suas conquistas e, com os filhos criados, fez muitas viagens, incluindo uma para a Europa com Vicente Perim, Domingos Carnielli, Deolindo Perim e outros amigos de sua faixa de idade.



Frei Almor dos Santos e Antenor Lorenção, vereador atuante na Câmara e membro participativo da comunidade vendanovense.



Suplente de vereador pelo PMDB, Antenor ocupou a vaga de Osmar Antônio Prêmoli durante sua licença, entre o período de 1º de junho de 1993 a 29 de agosto do mesmo ano. Ele voltou à Câmara na mesma legislatura, substituindo o titular Marco Antônio Grillo, no período entre 7 de março de 1995 a 31 de março de 1996. Ele teve participação na autoria de 13 Requerimentos e uma Moção e foi autor de 12 indicações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

LEI Nº149/93

INSTITUI O HINO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, ESTADO DO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE

L E I :

Art.1º - Fica instituído o Hino do Município de venda Nova do Imigrante, fundado em música do cidadão EMILIANO PEDRINO LORENÇAO e letra do cidadão BENJAMIM FALQUETO.

Parágrafo Único - O teor musical e literário do Hino de que trata este artigo inclui-se em lauda anexa, que fica fazendo parte desta Lei.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Venda Nova do Imigrante, 18 de agosto de 1993.



BRAZ DELPUJO
Prefeito Municipal

HINO MUNICIPAL

I - Venda Nova, formoso recanto,
Aureo berço risonho e gentil;
Tu revelas um misto de encanto,
Resplendendo em amor teu perfil!

ESTRIBILHO: Sim, cantemos com alma vibrante,
Desta terra o ardor juvenil;
Imitemos o bravo Imigrante,
A lutar pelo bem do Brasil.

II -- Acalanto de paz e harmonia,
Das montanhas formoso jardim;
Sempre cresça em fremente alegria,
Tua beleza real e sem fim.

III - Mocidade risonha e contente,
Do teu berço o valor singular.
Salvaguarda e floresça somente
Em teu seio a virtude sem par.

IV - Eleve nos ao céu nossa mente,
Procuremos luzir cada lar,
A partir de tão rico presente,
Demos graças a Deus, sem cessar.

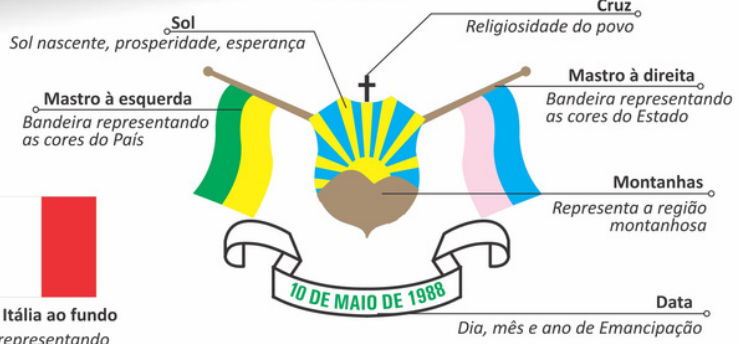
Venda Nova do Imigrante, 18 de agosto de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'B. Ayres', is written over a large, faint circular stamp or watermark.



Bandeira Municipal de Venda Nova do Imigrante

Brasão



Lei Municipal: nº 080/ 17 de junho de 1991



CLICK AQUI PARA ACESSAR
O HINO NO YOUTUBE



Hino do Município de Venda Nova do Imigrante

Letra: Benjamim Falqueto

Música: Emiliano Pedrino Lorenção

Lei Municipal: nº 149/ 18 de agosto de 1993

Letra do Hino Municipal

Venda Nova formoso recanto,
Áureo berço risonho e gentil;
Tu revelas um misto de encanto
Resplendendo em amor teu perfil!

(Estribilho)

Sim cantemos com alma vibrante,
Desta terra o ardor juvenil;
Imitemos o bravo imigrante,
A lutar pelo bem do Brasil.

Acalanto de paz e harmonia,
Das montanhas formoso jardim;
Sempre cresça em fremente alegria,
Tua beleza real e sem fim.

Mocidade risonha e contente.
Do teu berço o valor singular.
Salvaguarda e floresça somente
Em teu seio a virtude sem par.

Elevemos ao céu nossa mente.
Procuremos luzir cada lar,
A partir de tão rico presente,
Demos graças a Deus sem cessar.

Vocabulário (Glossário)

Formoso: *lindo, belo*

Áureo: *Brilhante, magnífico, de grande esplendor.*

Perfil: *o aspecto ou a representação gráfica dum objeto.*

Ardor: *entusiasmo, paixão, vivacidade, energia.*

Acalanto: *voz doce e suave, que cria cumplicidade.*

Freme: *que freme, vibrante, agitado.*

Salvaguarda: *defensor, protetor.*

Virtude: *boa qualidade moral; força moral; valor*

Luzir: *fazer brilhar, irradiar.*



3^A LEGISLATURA 1997 A 2000

VENDA NOVA DO IMIGRANTE



3ª LEGISLATURA 1997 A 2000

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Vereadores

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| Antenor Lorenção (PMDB)..... | 292 votos |
| Braz Matias Falchetto (PMN) | 265 votos |
| Francisco Eliese Coelho (PMDB) | 321 votos |
| José Daniel Caliman (PPB) | 399 votos |
| Marco Antônio Grillo (PMDB)..... | 264 votos |
| Marlene Sossai Spadeto (PPB) | 450 votos |
| Nelson Minet (PMN)..... | 359 votos |
| Sérgio Antônio Faria Onofre (PT)..... | 265 votos |
| Valdir Dias (PPB)..... | 590 votos |

Suplente

| | |
|-------------------------------|-----------|
| Aldi Maria Caliman (PT) | 243 votos |
| Delcino Andreão (PMN)..... | 118 votos |
| Vicente Caliman (PPB)..... | 248 votos |

Número de eleitores: 8.538

| | |
|---|-------------|
| Prefeito: José Onofre Pereira (PMDB)..... | 3.809 votos |
| Vice-prefeito: Cosme Ambrosim (PP) | |



3ª LEGISLATURA
**FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA
E DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Marco Antônio Grillo
Vice-presidente: Valdir Dias
1º Secretário: José Daniel Caliman
2º Secretário: Braz M. Falchetto

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: José Daniel Caliman
Relator: Antenor Lorenção
Secretário: Francisco Eliese Coelho

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Antenor Lorenção
Relator: Nelson Minet
Secretário: Valdir Dias

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente:
Relator:
Secretário:

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Valdir Dias
Relator: Francisco Eliese Coelho
Secretário: Braz Matias Falchetto

**MESA DIRETORA
DO 2º BIÊNIO**

Presidente: Sérgio Onofre/A. Lorenção
Vice-presidente: Marco A. Grillo
1º Secretário: Braz Matias Falchetto
2º Secretário: Valdir D./ Marlene S.

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Francisco Eliese Coelho
Relator: Marco A. Grillo
Secretário: Braz Matias Falchetto

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Nelson Minet
Relator: Francisco Eliese Coelho
Secretário: Antenor Lorenção

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Braz Matias Falchetto
Relator: Marlene Sossai
Secretário: Valdir Dias

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Valdir Dias
Relator: Marco A. Grillo
Secretário: Nelson Minet





VENDA NOVA EM FRANCA EXPANSÃO: VÁRIAS OBRAS E NECESSIDADE DE READEQUAR O PDU

Em 1997, logo no início da 3ª legislatura, os vereadores manifestaram preocupação com obras sendo erguidas na cidade sem observar as regras do Plano Diretor Urbano- PDU, ao mesmo tempo que percebiam a necessidade de readequá-lo, mesmo que não fosse uma obrigação, tendo a cidade menos de 20 mil habitantes. Em dezembro daquele ano, Venda Nova estava inscrita na Embratur como município de potencial turístico.

Cosme Ambrosim é o prefeito em exercício durante janeiro de 1998, pois o prefeito José Onofre Pereira se licenciou para tirar férias pela primeira vez. As constantes chuvas de janeiro fizeram despencar sobre a mesa do gabinete os pedidos de serviços de patrol que, atendidos, muitas vezes foram em vão, já que a chuva voltava a cair forte e todo trabalho era perdido. Só os casos mais urgentes passaram a ser atendidos.

Nesse período foram feitas as licitações de 250 horas de trator, de três pontes (Cachoeira Alegre, Caxixe e Tapera) e da obra de abertura da lateral da BR-262 (iniciadas ainda naquele mês), para ligar Bicuíba até a sede do distrito de São João de Viçosa, além de concluir o Centro Comunitário de Bicuíba.

Num polêmico repasse de R\$ 40 mil (fevereiro/98), a Prefeitura apoiou o Rio Branco no Campeonato Estadual de Futebol, de onde saiu vice-campeão.



Recorte da reportagem sobre a inauguração do Centro de Classificação e Degustação de Café, publicada pelo Jornal Folha da Terra, em 24 de julho de 1998. A cerimônia foi no dia 18, num sábado.

Durante a inauguração do Centro de Classificação, localizado na sede num galpão cedido pela Pronova, na Rodovia Pedro Cola, Km 01, fizeram parte da mesa o superintendente da CEF, Marcos Vinícius, o presidente da Câmara de Venda Nova, Marco Grillo, representante dos produtores de Venda Nova, Benjamim Falqueto, o prefeito de Venda Nova, José Onofre Pereira, o Governador Vitor Buaziz, o secretário de Agricultura do Espírito Santo, Rui Tendinha e o diretor técnico da Emater, Pedro Canne e Nider Barbosa, presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo.

O serviço poderá se de R\$ 3.00

Ainda naquele mês, o Programa da Saúde da Família- PSF passou a beneficiar também São João de Viçosa e foi aprovado na Câmara um Projeto de Lei autorizando o consórcio de saúde com os municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra e Marechal Floriano. O Projeto do Plano de Carreira do Município foi aprovado no início de maio de 1998, apesar de na época ainda não estar previsto concurso público para aquele ano.

Na Sessão Solene de dez anos de emancipação, 7 de maio de 1998, a Câmara lança carimbo comemorativo e livreto alusivo à data. O carimbo ficou disponível por dez dias nas agências dos Correios de Venda Nova e depois passou a fazer parte do acervo do Museu Postal e Telegráfico dos Correios em Brasília. Um livreto lançado pela Câmara homenageou políticos vendanovenses que fizeram parte da história local desde quando pertencia a Castelo.

Em maio, foram iniciados os preparativos para o asfaltamento do Alto Caxixe, viabilizado através do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Castelo em convênio com a Prefeitura e Petrobrás. Com oito quilômetros de extensão, foi até São José do Alto Viçosa. A inauguração da obra ocorreu no dia 21 de agosto de 1999, embora já estivesse servindo as comunidades desde o final de junho. No dia 7 de dezembro do mesmo ano, o vereador Marco Grillo apresentou proposta de emenda ao orçamento para o ano 2000, prevendo alocar mais R\$ 200 mil para o asfalto até a sede do Alto Caxixe e R\$ 150 mil para as laterais que ligariam a sede até Bananeiras.

No dia 18 de julho de 1998, foi inaugurado o Centro de Classificação e Degustação de Café Arábica- CCDCA, localizado na Providência, numa área cedida pela Pronova, prometendo ser uma referência regional de apoio técnico para o aprimoramento e melhoramento das lavouras e práticas de cultivo, contribuindo para que o produto alcançasse maiores ganhos no mercado.

A sede da Prefeitura começou a ser construída em 3 de agosto de 1998. No dia 14 de agosto, numa sexta-feira, o lançamento da pedra fundamental incluiu a edição número 179 do Jornal Folha da Terra (daquela data).

No final de 1998, Marco e Braz Matias, seguidos dos vereadores Valdir Dias e Antenor Lorenção, lembravam da necessidade urgente de Venda Nova elaborar um novo PDU para disciplinar vários investimentos. Na época, a área rural também era preocupação, pois muitos erros estavam sendo cometidos, principalmente escavações e aterros. Três meses antes, Grillo tinha enviado uma cópia de um projeto desenvolvido pelo Instituto Jones Santos Neves- IJSN para a Prefeitura, que até o momento não tinha dado retorno.

Em 24 de novembro de 1998, os vereadores autorizaram a Prefeitura contribuir com 1% da arrecadação mensal proveniente do Fundo de Participação dos Municípios- FPM com o Consórcio Intermunicipal de Saúde- CIS Pedra Azul.

Março de 99 é inaugurado do sistema de saneamento básico de São João, que foi ampliado ainda em fase de projeto para as comunidades de Bicuíba e Camargo. Na ocasião, o prefeito reconheceu que o Município estava 100% servido com saneamento. Também foi entregue o Núcleo de Produção e Comercialização do Artesanato (futuramente conhecido como Oficina de artesanato em Mármore e Granito).

Em maio de 1999, o Prefeito tinha contratado dos serviços técnicos para elaborar o PDU. O prefeito alegou que a demora em contratar se deu pelos os altos custos das propostas recebidas até então. No dia 19 de junho foi feita a primeira reunião pública, no formato de um seminário, para tratar do assunto. As reuniões entre os técnicos, o prefeito e formadores de opinião prosseguiram.

Em abril, vereadores querem regravação do Hino Municipal pelo Coral Santa Cecília.

25 de abril de 2000 o prefeito recebe sinal verde da Cesan para promover a troca do terreno onde ficava a ETE para construir a nova, do outro lado do rio. Os moradores reclamavam do mal cheiro exalado, piorando no inverno. O novo sistema anaeróbico, sem contato com o ar. As obras foram licitadas setembro.



Na condição de vereador mais velho, Antenor Lorenção compôs e presidiu a Mesa Diretora, que empossou os vereadores eleitos, para a 3ª legislatura. Empossados, os vereadores elegeram a Mesa Diretora- Marco Grillo (presidente), Valdir Dias (vice-presidente), Daniel Caliman (1ª secretário) e Braz Matias Falchetto (2ª secretário)- e as comissões permanentes.



13 de junho de 2000, início das obras de pavimentação das laterais da BR 262: continuidade da Avenidas Ângelo Altoé e Evandi, que além de atender reivindicação da população local, fortalecer outro ponto de comércio, valorizar os bairros circunvizinhos e dar utilidade ao túnel que atravessa a BR-262, com possibilidade reformulação do trânsito nas proximidades. As obras foram finalizadas em agosto. Em 14 de novembro a sede própria da Prefeitura foi inaugurada.

Esse período de gestão/legislatura foi fechado com algumas obras importantes no campo das ideias como a do Lago de Alto Bananeiras (que iniciou na cabeça de padre Cleto Caliman); a criação de um Centro Cultural e Turístico (idealizado por Dom Décio Zandonadi) e também já se falava no Cefetes, atual Ifes, (pois existia um sonho de Aloísio Carnielli, filho de Venda Nova, que era diretor do campus de Cachoeiro do Itapemirim) e já havia um movimento político silencioso para o Município fosse um dos polos do programa de expansão do Governo Federal.



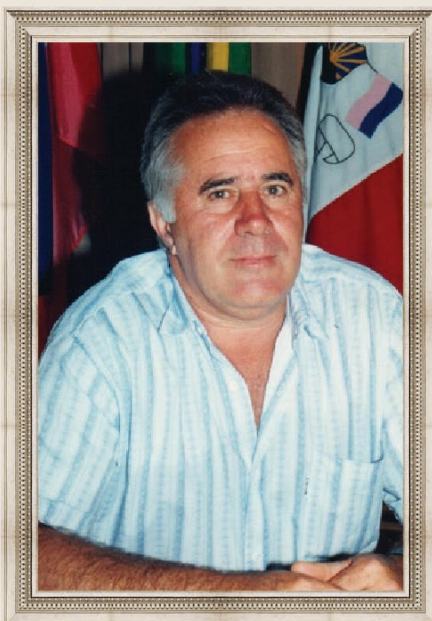
3^A GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

1997 / 2000



JOSÉ ONOFRE PEREIRA
PREFEITO



COSME AMBROSIM
VICE-PREFEITO

OFICINA DE ARTESANATO DE MÁRMORE E GRANITO, CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO E DEGUSTAÇÃO DE CAFÉ E IMPORTANTES CONEXÕES URBANAS COM O CALÇAMENTO DE VIAS ESTRATÉGICAS

José Onofre Pereira faz parte do time de pessoas não nascidas em Venda Nova que ganharam destaque na vida comunitária. O mineiro escolheu o município para atuar profissionalmente, viver e cuidar de sua família, se tornando ativo nos movimentos em prol do desenvolvimento.

Ele nasceu no dia 8 de abril de 1952, na comunidade rural Ponta da Serra, distrito de São José da Barra, município de Alpinópolis, Minas Gerais. O filho de Geraldo Batista Pereira e Maria Aparecida Pereira necessitou sair de casa para ser alfabetizado, indo para Passos, naquele mesmo Estado, para fazer o primário, seguido do ginásio e do científico. Ele precisou ir para mais longe um pouco quando decidiu fazer agronomia, na Universidade Federal de Viçosa, também em Minas.

Em 1974, José Onofre se formou agrônomo e em 1975 já estava em Venda Nova. A razão da escolha do lugar se deu pelo desejo em trabalhar com olericultura (batata, tomate, dentre outros). Esse era o tipo de cultura que ele era especializado e aqui seria, ao seu ver, a melhor oportunidade e, terminado o estágio, a então Emater, determinou sua permanência.

José Onofre conheceu Ivana Maria de Lima Pereira, secretária do IBC, com quem se casou no dia 19 maio de 1979. O casal teve três filhos (Eduardo, Raquel e Marcos), que deram a eles seis netos.

Fixado em Venda Nova, José Onofre ficou no trabalho de extensão rural que, segundo ele, é a vida dele, pois gosta de se relacionar. “Sempre apreciei e aprecio até hoje levar tecnologia saída das melhores universidades para o produtor. Claro que lidamos com a resistência natural de quem vivia fazendo a mesma coisa que seus antepassados”.

Depois de uns 15 anos morando em Venda Nova, ele começou a se interessar por política. José Onofre acompanhou o movimento de emancipação e cita o trabalho intenso que o Banco do Brasil fez numa época, através do programa “Desenvolvimento das Comunidades do Brasil”, que ajudou a viabilizar a construção de escolas e casas, comprar máquinas para as Voluntárias. “Financiava tudo que era para o progresso: esgoto do Pincão, por exemplo (obra viabilizada quando Pedro Altoé era presidente da Associação Pró-Melhoramento de Venda Nova e que ficou à frente desse projeto), telefonia no interior, dentre outros”, recorda-se.

Zé Onofre, como extensionista, lidava com tudo isso e fundou umas 50 associações, que era o caminho legal de viabilizar os financiamentos para os projetos de interesse coletivo. Ele descreve a época como de muito progresso.

Em 1992, o então vice-prefeito Braz Delpupo procurava um vice para compor sua candidatura a prefeito de Venda Nova. “Ele soltou meu nome e houve aceitação. Ele queria um nome sem rejeição. Embora eu não fosse popular, tinha bom trânsito. Eu já era filiado ao PMDB, que coligou com o partido do Braz”.

Em 1996, José Onofre foi para Viçosa fazer mestrado, pois já estava decidido que não iria se candidatar, mas com a greve nas universidades federais, resolveu retornar e topou a proposta de ser candidato a prefeito. Apoiado pelo grupo do Braz, ele começou a campanha com 2% de preferência e venceu Nicolau Falchetto, que iniciou com mais de 90%. Foram 3.800 votos, vencendo em todas as urnas.

José Onofre imprimiu um estilo que define como diferente de administrar de 1997 ao final do ano 2000. “Comecei com cinco vereadores de situação e logo os nove já estavam sintonizados com a administração. Essa é uma grande qualidade de Venda Nova: a capacidade de se unir para fazer o que é melhor para todos”.

A construção da sede própria da Prefeitura esteve entre os sonhos realizados. Foram erguidos seis andares, concluindo o mezanino para poder transferir a administração. Toda fachada, área externa e áreas comuns (corredores, rampas, escada e elevador) foram concluídos.

Com o projeto “Cada Comunidade, um Produto”, várias festas foram criadas ou fortalecidas em torno de um produto da cultura de determinada comunidade, como por exemplo, a Festa da Pizza (em São José do Alto Viçosa) e a Festa do Tomate (Caxixe). Além de fortalecer a agroindústria, os eventos se firmaram e conferiram projeção como oferta turística.

A Oficina de Artesanato em Mármore e Granito, fundada em 1998, em São João de Viçosa, mesclou trabalho social com produto turístico, ao criar peças artesanais icônicas com o aproveitamento de resíduos de jazidas e de marmorarias. José Onofre trouxe Eloi Leão para atuar como instrutor. As peças foram muito bem avaliadas por turistas brasileiros e estrangeiros, que vieram conhecer de perto esse trabalho.

Com o programa “Cafés Especiais”, a Prefeitura contratou o provador Evair Vieira de Melo, fundou o Centro de Classificação e Degustação de Café- CCDC e desenvolveu, em parceria com a Pronova, o programa “Café das Montanhas do Espírito Santo”. O programa foi lançado na Agricoffee (uma feira especialmente dedicada ao setor, sediada em Venda Nova- no ano de 1999), que foi um marco para a cultura cafeeira.

A gestão soube se valer do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e desenvolveu vários projetos ligados ao meio ambiente, adquiriu equipamentos para estruturação do CCDC, para a olericultura e a fruticultura.

O investimento em asfaltamento englobou áreas urbanas e rurais como as laterais, que ligam Vila Betânea a Vila São Miguel, e a Rodovia dos Produtores, ligando São José do Alto Viçosa à BR-262, inaugurada em 1999. A primeira estabeleceu importantes conexões urbanas na sede e a segunda facilitou o transporte e o escoamento da produção de um importante polo produtor de alimentos.

A concessão da rodoviária, a iluminação da rodovia Pedro Cola e da avenida Beira Rio, a construção do segundo pavimento da escola de Pindobas e a ampliação da escola do Alto Caxixe estão entre as realizações do governo de José Onofre, que registrou várias das ações de sua administração em um livro publicado no final de sua gestão.

Ações como a 'Maior Goiabada do Mundo' e o 'Queijo Gigante' fizeram parte da estratégia de valorizar as produções rurais e, ao mesmo tempo, fomentar o marketing de Venda Nova. Projetos na área de saúde foram fortalecidos com a participação no Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana- CIM Pedra Azul, que assegurou novos atendimentos em especialidades diversas. A Vigilância Epidemiológica foi criada, investigando casos de doenças infectocontagiosas para que providências necessárias fossem tomadas para bloqueá-las.

De olho no futuro, o prefeito colocou em ação a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, acreditando que atitudes daquela época e dos próximos anos impactariam de forma positiva ou negativa na qualidade de vida das próximas décadas.



A Oficina de Artesanato em Mármore e Granito, fundada em 1998, em São João de Viçosa, envolveu crianças e adolescentes na produção de souvenirs. As peças produzidas com restos de pedras ornamentais oriundas das marmorarias são a parte visível de um projeto que até os dias de hoje mescla trabalho social com produto de apelo turístico.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



ANTENOR LORENÇÃO



Com 52 anos e com 292 votos, Antenor Lorenção- PMDB foi eleito para a terceira legislatura de Venda Nova. Na condição de vereador mais velho, compôs e presidiu a Mesa Diretora, que empossou os vereadores eleitos. Empossados, os vereadores elegeram a Mesa Diretora e as comissões permanentes.

Preocupado com as poucas condições de muitos atletas/estudantes da cidade em competir fora, no mês de maio de 1998, Antenor pediu apoio aos colegas no sentido de solicitar que a Prefeitura ajudasse no transporte daqueles que eram destaque no vôlei.

Revoltado com a desobediência ao Código de Postura no município, Antenor parabenizou Arquilino Falqueto por ser o único a não usar a via pública como canteiro de obra. Outros vereadores aproveitaram para comentar e citar alguns pontos da cidade onde a via era ocupada e dificultava importantes acessos.

Em novembro de 1998, ele protestou a presença de lixos e entulhos jogados na estrada que dá acesso à Tapera, local na área de expansão urbana na época. Antenor também se incomodava com a sujeira causada pelos aterros mal feitos (em diversas partes do município), principalmente porque sempre era usada a estrutura da Prefeitura para fazer limpeza.

Antenor assumiu a presidência da Câmara com o afastamento de Sérgio Onofre, em fevereiro de 1999, e ficou na função até o final de 2000. Sempre conhecido pelo seu jeito durão de ser, ele foi um presidente que teve a humildade de confiar o trabalho à equipe dos funcionários da Câmara e, com isso, conseguiu fazer uma grande administração. “Vocês vão me conduzir”, disse à equipe técnica. Todos os trabalhos aconteceram sem intercorrências, numa relação tranquila com os colegas vereadores e com os funcionários. Quando solicitado, largava tudo imediatamente para atender a Câmara, muitas vezes chegando lá com as botas sujas de lama do trabalho em sua propriedade.

Fez Indicação ao prefeito, apresentada no dia 20 de julho, para construção de uma ponte sobre o Córrego Camargo, no distrito de São João de Viçosa, e no início de agosto de 1999, pediu que melhorasse o caminho que ligava a Apae ao campo de Bananeiras. É que os alunos da Apae tinham dificuldade em chegar ao campo que, apesar de ficar próximo, não contava com uma via que os interligasse. Antenor sugeriu então que a Prefeitura usasse as sobras disponíveis de um desaterro próximo e resolvesse o problema com baixo custo. Faltavam poucos metros de acesso na lateral da rodovia. Ele salientou que fugir dos perigos das rodovias e das vias mais movimentadas fazia parte do desejo da maioria dos moradores de Venda Nova, que o procurou em busca de apoio. Ele citou ruas de Vila da Mata, que careciam de continuidade e os vários trechos da avenida Domingos Perim sem passeio, oferecendo riscos aos usuários.

Na última sessão do mês de agosto de 1999, Antenor manifestou apoio à decisão do Ministério Público ao instalar cinco inquéritos contra loteamentos irregulares e cortes de terra feitos na cidade. Ele prometeu lutar contra essas práticas e pediu posicionamento dos vereadores em apoio às suas iniciativas. A maioria dos vereadores seguiu o posicionamento do presidente da Casa.

Antenor se mostrou um vereador preocupado com a forma como a cidade se organizava em seu crescimento, principalmente se esse desenvolvimento acontecia de maneira a gerar segurança e conforto para os moradores.



3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



BRAZ MATIAS FALCHETTO



Filho de Polônia N. Lorenzoni Falchetto e Nicolau Falchetto, Braz Matias Falchetto nasceu no dia 2 de fevereiro de 1952, numa casa localizada na avenida Domingos Perim, no centro da então vila de Venda Nova. Ele passou sua infância em Jaguaré (na época distrito do município de São Mateus, Norte do Espírito Santo), pois seus pais mudaram para lá quando ele tinha um ano e meio de idade.

Braz Matias passou sua adolescência como estudante interno no Colégio Salesiano de Boa Esperança, em Jaciguá (hoje pertencente a Vargem Alta) e fez segundo grau no Colégio Americano de Vitória, Espírito Santo.

Seguindo exemplos de família, Braz sempre participou voluntariamente em trabalhos comunitários, porém nunca em posição de direção. Depois que retornou para Venda Nova, sempre foi comerciante e atuou na administração do Auto Posto Jaguaré, desde a sua fundação, em 1973, até o final das atividades em 2006.

Em 1976, Braz entrou na política como candidato a prefeito de Conceição de Castelo, pelo MDB, mas perdeu para seu primo Benjamim Falchetto. Depois, ele passou a participar ativamente nos bastidores da política, sempre se envolvendo nas articulações e logística e, em 1982, trabalhou muito para a eleição do seu pai Nicolau Falchetto, que se elegeu prefeito de Conceição do Castelo.

Em 1988, novamente participou ativamente nas articulações e logística da campanha de seu pai para primeiro prefeito da emancipada Venda Nova do Imigrante. Depois, Braz se afastou da política até se candidatar em 1996, conquistando uma vaga como vereador para o mandato de 1997 a 2000.

Braz foi eleito vereador para a terceira legislatura de Venda Nova (1997 a 2000) com 265 votos pelo PMN. Fez parte da Mesa Diretora do primeiro biênio como segundo secretário. Como um dos primeiros questionamentos do bloco de oposição (que tinha Nelson Minet à frente, Marlene Sossai, ele e Sérgio Onofre), solicitou ao prefeito explicações sobre os critérios de utilização das máquinas por municípios vizinhos.

No grupo de oposição, se posicionou contra o repasse de R\$ 40 mil para o Rio Branco Futebol Clube, alegando que apesar do estatuto do Clube constar que se trata de uma entidade filantrópica, o repasse feria a Lei Orgânica Municipal, pois se destinava ao pagamento de atletas profissionais.

No início de junho, na ocasião em que Marco Grillo o convidou para assinar uma Indicação sugerindo a construção de lagos em Alto Bananeiras, ele solicitou (através de Indicação ao Governo do Estado) a desapropriação e criação de reserva ecológica no entorno da Pedra do Rego, localizada logo acima da região que se pretendia fazer os lagos. Ele se disse preocupado com a exploração desordenada de granito, pois os desleixos dos extratores estavam destruindo parte da mata nativa. Em junho do mesmo ano, técnicos do Idaf chegaram a visitar a Pedra do Rego para demarcar as

referências da área a ser desapropriada para a criação do parque estadual. Também veio um técnico da Seama do Paraná que sugeriu a criação de uma ONG para gerir a área de preservação ambiental, que goza de privilégios na isenção de impostos.

Em 21 de março de 2000, Braz Matias apresentou Indicação dirigida ao prefeito, solicitando a abertura da lateral da BR-262, sentido Vitória x Belo Horizonte, do Posto Jaguaré até a propriedade de Arlindo Deriz, um trecho de aproximadamente 800 metros.

Braz, que agora mora em Joinville, Santa Catarina, ao lembrar-se de algumas decisões importantes da sua legislatura, destaca o pedido junto aos órgãos ambientais competentes da demarcação da APA de Alto Bananeiras. “Participei também, juntamente com Marco Grillo, para o pedido da obra do Lago de Alto Bananeiras. Infelizmente não arqueei cópias das indicações e proposições que fiz na Câmara”.

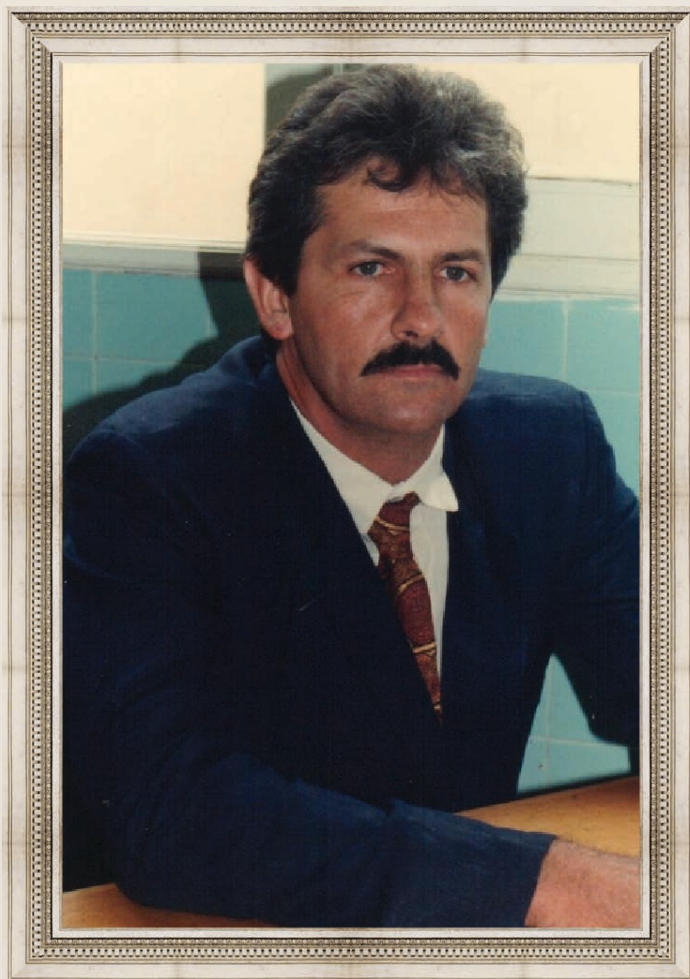


Vereadores fazendo juramento em na posse.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



FRANCISCO ELIESE COELHO



Francisco Eliese Coelho, ou “Chico Coelho”, filho de Dejanira Grecco Cardoso Coelho e Arthur Cardoso Coelho, nasceu no dia 29 de julho de 1956, na Fazenda do Estado, em Domingos Martins. Ele passou a morar no Alto Caxixe em 1967, quando seu pai comprou o terreno onde mora até hoje. Ele fez parte do primário numa escola da comunidade onde morava anteriormente e o concluiu no Alto Caxixe, em 1968.

A partir de então, Chico não estudou mais, pois foi se dedicar ao serviço na lavoura para ajudar os pais. Ele cresceu na comunidade, atuando nela e trabalhando com a família, chegando a participar várias vezes no conselho da igreja e na organização da Festa do Tomate. Ele se casou em 1983 com Maria Izabel Casagrande, com quem teve dois filhos, Warley e Franciane e quatro netas.

Chico entrou na política por escolha da própria comunidade, que precisava de um representante na Câmara. Ele foi eleito pelo PMDB com 321 votos. Sempre foi um vereador silencioso, se manifestando em situações pontuais, embora sempre reconhecido pelos seus colegas como uma pessoa importante em situações de necessidade de negociação.

Num dos registros de sua participação em plenário, ele foi à tribuna para defender a comunidade do Alto Caxixe, onde sempre morou. Ele pediu aos colegas que aprovassem o Projeto de Lei que autorizava a Prefeitura repassar R\$ 5 mil para o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Alto Caxixe. O recurso era para ajudar na construção de um novo cemitério, já que o antigo estava com a sua capacidade esgotada.

Esse perfil conciliador e de negociador pôde ser comprovado nas manifestações registradas na sessão do dia 17 de agosto de 1999. Na ocasião, ele foi elogiado publicamente pelo seu poder de negociação a favor da comunidade que representava, o Alto Caxixe. Além de negociar a compra do terreno onde se localiza o campo de futebol, ele também intermediava o valor da desapropriação do terreno onde seria construído o aeroporto (um projeto do governo José Ignácio que não foi adiante por outros motivos).

Dia 23 de maio de 2000, ele apresentou uma Indicação dirigida ao prefeito solicitando melhorias na Vila Dordenoni, no Alto Caxixe. A comunidade contava na época com mais de 40 famílias, a maioria ligada à atividade de hortifrutigranjeiros. Com um fluxo de veículos diário, as ruas da vila careciam de patrolamento, ensaibramento e de instalação de bueiros. O vereador sempre foi de poucas palavras e transitava muito bem no meio político, assim como da sua comunidade.

Dentre suas principais conquistas, Chico destaca a creche do Alto Caxixe, a compra do terreno do campo de futebol e do terreno para cemitério. Com a creche, várias mães passaram a poder trabalhar com mais tranquilidade. Já o terreno para o campo de futebol garantiu um espaço de lazer e socialização da comunidade.



Francisco Eliese Coelho entre os colegas de vereança Marco Grillo e Antenor Lorenção.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



JOSÉ DANIEL CALIMAN



Com 399 votos, Daniel José Caliman- PPB foi o segundo vereador mais votado do pleito. Como de praxe, no dia da posse (1º de janeiro de 1997) foram eleitas a Mesa Diretora para o primeiro biênio (da qual Daniel foi o primeiro secretário) e as comissões permanentes. Logo no início do mandato, como sua primeira manifestação, ele falou do trabalho feito pelos Alcoólicos Anônimos- AA de Venda Nova.

Como membro do AA, Daniel encaminhava muitas pessoas dependentes do álcool para atendimento em São José do Rio Preto, em São Paulo, para tratamento. Uma reportagem publicada no Jornal Folha da Terra, em abril de 1997, deu conta de que mais de 100 pessoas teriam sido beneficiadas pelo tratamento, com alto índice de bons resultados. A Prefeitura estava apoiando com transporte.

Daniel era líder do prefeito na Câmara e, logo no início do ano, defendeu o Projeto de Lei que autorizava o repasse de R\$ 40 mil para o Rio Branco Futebol Clube, de Venda Nova, participar do Campeonato Estadual de Futebol. Ele alegou que, apesar de se tratar de futebol profissional, o clube beneficiava 140 crianças pela escolinha de futebol, lembrando do apoio da Prefeitura em outros esportes amadores (como a bocha e o Municipal de Futebol) e a garantia do transporte para os atletas locais participarem de competições em outros municípios. No outro ano, o pedido de repasse para o mesmo clube foi no valor de R\$ 30 mil.

Em maio de 1998, a Indicação sugeriu a Antônio Carlos Destéfani, da Delegacia Estadual do MEC, através do reitor da Ufes, que negociasse junto ao departamento de engenharia a viabilização de projetos para o município de Venda Nova. A Indicação aconteceu em função da conversa entre o vereador e Destéfani, que se prontificou a intermediar a conversação com o reitor a fim de viabilizar projetos paisagísticos para pontos turísticos locais. Já em setembro de 1998, fez Indicação solicitando ao secretário de Estado de Segurança o deslocamento de um investigador para o município.

Daniel sonhou com um Campeonato Estadual de Bochas e chegou a convidar o colega Nelson Minet para assinarem juntos uma Indicação ao governador do Estado para criar o evento esportivo.

No dia 27 de julho, foi anunciado na Câmara que ele foi encarregado de acompanhar as conversações sobre a implantação da Rádio Comunitária de Venda Nova. A rádio já estava no ar com 100% de sua capacidade no início de agosto, quando Daniel, Chico Coelho, Marlene Sossai, Nelson Minet e Antenor Lorenção manifestaram seu apoio ao funcionamento da emissora na tribuna da Câmara.

Daniel Caliman sempre defendia os interesses dos funcionários da municipalidade, mostrando sua insatisfação com a ausência de um plano de carreira. No dia 17 de agosto, fez uma manifestação sobre sua preocupação com a categoria, dizendo que Venda Nova, sempre tão bem vista pela imprensa por vários motivos, carecia de valorização do quadro de funcionários municipais.

Mesmo quando não exercia vereança, Daniel Caliman sempre se interessou pela vida comunitária, chegando a ser um dos coordenadores do 1º Campeonato Municipal de Bochas de Venda Nova do Imigrante. Ele (que não sabe com exatidão o ano e afirma ser no período em que Albuíno Cunha de Azeredo - 1991 a 1995- era governador do Estado) também se empenhou para trazer o serviço de emissão de Carteira de Identidade para Venda Nova.



José Daniel Caliman fazendo a leitura da abertura dos trabalhos Legislativos.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



MARCO ANTÔNIO GRILLO



Marco Antônio Grillo - PMDB, com 264 votos conquistados na urna, foi eleito o presidente da Câmara no primeiro biênio, vencendo por unanimidade, com nove votos.

Ao avaliar seu segundo mandato como vereador, Marco classifica como uma de suas melhores atitudes foi a de acreditar e empoderar o movimento do café de qualidade promovido no Centro de Classificação e Degustação de Café- CCDC, em parceria com a Pronova, que tinha Evair de Melo como degustador. “Ele esteve na Câmara e eu ajudei a viabilizar o sonho dele de ir para os Estados Unidos divulgar nosso café numa feira que envolvia grãos do mundo todo e, assim, também conhecer como estava o movimento mundial em torno desse produto. Evair desenvolveu um trabalho importante, que esteve na base e até hoje reverbera. Essa foi a melhor aposta que o município fez e eu me sinto orgulhoso por ter feito parte dela”.

Marco aproveitou sua rede de influência para continuar a trazer programas de turismo de aventura para Venda Nova, fazendo conexão com o café de qualidade e com o agroturismo, como o da então global Dani Monteiro. Ela, que tinha um quadro (“Caminhos da Aventura”) dentro do programa “Globo Esporte”, vez voou duplo de parapente e pousou na propriedade da Família Lorenção, na Tapera.

Marco lutou para que os promotores de bingos deixassem de poluir visualmente a cidade e não fixassem cartazes com cola nos abrigos e postes, se manifestando sobre o assunto em junho de 1997. É de sua autoria o Projeto de Lei Nº 29/97, que reconhece a Associação Festa da Polenta- Afepol como entidade de utilidade pública devido ao seu caráter cultural, sem fins lucrativos, que envolve o voluntariado e filantropia.

Em março de 1998, Marco solicitou sinalização das ruas e avenidas da cidade, com placas legíveis, para facilitar o trabalho dos profissionais dos Correios em localizar endereços e até para os moradores saberem os nomes das ruas. Defendeu carteira de estudante para dar 50% de abatimento no acesso a shows e espetáculos artísticos em Venda Nova.

No final de março de 1999 foi aprovado o projeto de utilidade pública para a Agrotur, que segundo Grillo (seu autor), veio para fortalecer a entidade ao reconhecer a importância da atividade de agroturismo na preservação e divulgação das tradições, usos e costumes do povo de Venda Nova fora das fronteiras do município, além de ser fonte geradora de empregos diretos e aumento de renda de dezenas de famílias e de pequenos proprietários rurais. No mesmo mês, ele solicitou ao prefeito recapeamento da avenida Lorenzo Zandonadi, assim que terminasse o asfalto da estrada do Caxixe.

No início de junho, Marco Grillo convidou o colega vereador Braz Matias para assinar a Indicação que sugeria à municipalidade a construção de lagos em Alto Bananeiras. Eles também solicitaram um estudo hidrológico à Cesan, para verificar a capacidade de abastecimento de água à população nos próximos anos. Em julho, eles começaram a visitar os proprietários para expor o assunto da desapropriação e explicar a importância do projeto.

Na sessão do dia 6 de julho 1999, foi aprovada a redução do ISS de 5% para 2%. A expectativa foi de aumento na contribuição. Marco era recorrente em cobrar essa atitude da Prefeitura. No mesmo mês, pediu a sinalização para proteção dos animais silvestres no trecho da Região Serrana, alegando que muitos animais estavam morrendo. A ação do DNER, em outubro daquele ano, veio para atender a sua reivindicação.

De sua autoria, foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei que reconheceu a utilidade pública para a Fundação Máximo Zandonadi na sessão do dia 17 de agosto de 1999. Em sua justificativa, o vereador alegou que a entidade era voltada prioritariamente para os interesses comunitários. “A Fundação tem a finalidade de preservação, cultivo e incentivo dos valores da fé, cultura, educação, família, comunidade e ecologia, que foram a base da vida de Máximo Zandonadi”.

No dia 26 de outubro de 1999, Grillo apresentou, e foi aprovada por unanimidade, a Indicação sugerindo aquisição de terreno dos herdeiros de Benito Caliman, em Lavrinhas. O objetivo era construir uma área poliesportiva completa no município, com pista olímpica, campo de futebol, entre outros. No mês anterior, a suplente de vereadora e esportista, Aldi Caliman, participou da tribuna falando dessa possibilidade, no entanto, a compra não foi efetuada.

No dia 16 de maio de 2000, Grillo apresentou uma Indicação solicitando a saída da garagem e da fábrica de artefatos da Prefeitura de Venda Nova, instaladas na Vila Betânea, cujo espaço seria destinado à construção de uma praça pública, conforme projeto original do loteamento. A fábrica e a garagem seriam transferidas para uma área já adquirida para esta finalidade. Os moradores próximos reclamavam do barulho, que também atrapalhava o devido funcionamento da Escola Liberal Zandonadi, ao lado.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



MARLENE SOSSAI SPADETO



O trabalho social voluntário levou Marlene Sossai Spadeto para a vida pública. A filha de Ângelo Sossai e Tereza Côco Sossai nasceu em 23 de agosto de 1955, na comunidade da Taperá. Casou-se em 7 de dezembro de 1974, com Djame Spadeto, com quem foi morar no distrito de São João de Viçosa e teve cinco filhos.

Marlene ajudava os moradores mais carentes da comunidade do Camargo, encaminhando-os para atendimento médico e auxiliava no processo de aposentadoria de mulheres rurais, a maioria analfabetas e com dificuldades de comunicação ou de procurar ajuda. “Na época, não tinha sindicato e essa minha atuação junto aos moradores acabou me tornando popular. Eu comecei ajudando umas pessoas e passei a ser sempre muito procurada pelas que sabiam que eu poderia ajudar”.

Com o segundo grau completo, mais especificamente formada em técnico em contabilidade, pela Escola Estadual Fioravante Caliman, Marlene buscava por conta própria saber como funcionavam as instituições e como providenciar documentos para ajudar as pessoas.

Foi candidata na primeira eleição, em 1989. Não venceu, mas em 1990, trabalhando como professora da pré-escola do Camargo, participou da elaboração de um projeto, junto à Prefeitura, que enviado à LBA, deu origem à creche local. Através da creche, trabalhou pela melhoria da qualidade de vida no Camargo, o que reduziu a quase zero o índice de mortalidade infantil causada pela falta de trato, higiene e alimentação.

Em 1996, por incentivo de Nicolau Falchetto, Marlene se colocou novamente como candidata a vereadora pelo PPB. Ela apoiava a campanha de José Onofre Pereira para prefeito e a sua bandeira era ligada ao atendimento social, que continuou a fazer mesmo depois de eleita. Ela foi a segunda mais votada no pleito, com 450 votos.

Na Câmara, Marlene procurou estudar a Lei Orgânica, pois tinha consciência de que todas suas ações teriam que seguir a legislação. Para manter e também ampliar sua conexão com os moradores, com os colegas Sérgio Onofre, Braz Matias Falchetto e Nelson Minet, começou a fazer trabalho de incentivo à participação dos moradores nas principais decisões do município, promovendo reunião nas comunidades com as lideranças. “Nós fazíamos o levantamento do que elas precisavam e elaborávamos as indicações baseadas nos pedidos e emendas para incluir no Orçamento Municipal. Visitamos todas as comunidades e fomos sempre bem recebidos. Antes, procurávamos o presidente da associação daquele lugar para estabelecer o diálogo com as lideranças locais”.

A atuação de Marlene foi para viabilizar a construção e reformas de casas populares. Muitas famílias possuíam lote e não tinham condições para erguer suas casas, então ela direcionou o projeto para fazer casas em cima de quem tinha um lote e assim, evitar possíveis especuladores. Era doada uma cesta básica de material e, às vezes, também se viabilizava a mão de obra. “Fizemos reuniões com o Executivo, elaboramos indicações para viabilizar o projeto. Tínhamos muita abertura para o diálogo na época”.

Preocupada com a situação de muitas crianças carentes de São João de Viçosa, Marlene esteve entre os que solicitaram um projeto social para eles. A reivindicação culminou com a criação da “Oficina de Mármore e Granito de São João de Viçosa”, que funciona até hoje. Peças artesanais feitas com restos de pedra se tornaram símbolo de Venda Nova, representando o município em feiras, eventos e até presenteando personalidades em visita ao município. As crianças, sempre assistidas pelo instrutor responsável, produziram troféus e tiveram o apoio do IJBS. Parte da renda era para ajudar na manutenção e a outra distribuída em forma de remuneração e incentivo às crianças.

Ela voltou às comunidades que a elegeram para colher as reivindicações. Dentre seus trabalhos, destaca a Indicação para criação de itinerário de ônibus, nos dias de vacinação, para facilitar a vida das mulheres. Em benefícios às mulheres, Marlene se juntou ao vereador e médico Sérgio Onofre, promovendo reuniões onde o profissional fez palestras sobre o câncer de mama e do colo uterino, amamentação e doenças sexualmente transmissíveis, além de tirar dúvidas sobre outros assuntos relacionados à saúde da mulher.

Quando Marlene concluiu seu mandato, se integrou ao agroturismo produzindo massas e doces, e se tornou atuante na diretoria da Agrotur, entidade da qual atualmente é secretária. “Eu continuo me dedicando à comunidade de São João de Viçosa, onde moro até hoje. Atualmente, sou ministra da palavra e também atuo como terapeuta holística, pois busquei formação na Universidade Federal de Viçosa”.

Ela e o marido venderam a maior parte da propriedade rural depois que os filhos, todos com ensino superior, firmaram rumo profissional longe do município. “Mantemos uma chácara com horta orgânica e esse é nosso local de lazer e de descanso. Tem fogão a lenha e tudo de bom que a roça oferece”.



Marlene Sossai Spadeto no dia da posse e no ato de votação para eleição da Mesa Diretora do primeiro biênio. Eleita pela PPB, foi a primeira mulher vereadora depois que Venda Nova se emancipou, sendo a segunda mais votada, com 450 votos. Na época com 41 anos, casada, cinco filhos e com vida comunitária intensa.



3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



NELSON MINET



Eleito para o seu terceiro mandato, Nelson Minet- PMN formava o bloco de oposição junto com Sérgio Onofre e Marlene Sossai e Braz Matias Falchetto. Logo na eleição para a formação das comissões permanentes, eles questionaram a formação da Comissão de Legislação (considerada uma das mais importantes) composta somente pelos vereadores de situação. Nelson e Sérgio alegaram inconstitucionalidade da chapa, mas a assessoria jurídica deu parecer pela regularidade.

Durante a votação das propostas orçamentárias para o ano de 1998, a oposição tentou reduzir com emenda de 40% para 5% o direito do prefeito mexer no orçamento sem abrir conta de crédito. Aprovado com acordo, foi para 20%, sem consultar o Legislativo, e com a negociação, várias emendas da oposição foram incluídas, dentre elas a abertura para ligar a Vila São Miguel à avenida Evandi Américo Comarela, melhorias no Centro de Eventos, entre outras. De acordo com ele, todos os vereadores reconheceram os avanços nas diretrizes orçamentárias.

Nelson Minet e Daniel Caliman assinaram a Indicação ao prefeito solicitando a construção de um monumento em homenagem ao imigrante italiano. Eles sugeriram uma grande panela, símbolo da polenta, alimento que até hoje prevalece na cozinha e na cultura das famílias descendentes de imigrantes italianos.

Nelson, junto com Davi Conti Hupp, fundou a comissão provisória do PSDB em Venda Nova, da qual se tornou presidente. Os dois foram ao Palácio Anchieta pleitear ao governador José Ignácio Ferreira, do mesmo partido, a abertura de um posto do Ciretran em Venda Nova.

No dia 22 de fevereiro de 2000, Nelson Minet anunciou na Tribuna da Câmara que seria certo e breve a criação da 9ª Ciretran. Atendendo ao pedido do próprio governador, ele apresentou uma Indicação dirigida ao Estado, solicitando que viabilizasse junto à Assembleia Legislativa a criação de uma Ciretran para atender a região e com sede em Venda Nova. Demorou um pouco para sair, pois o Estado teve que mexer na estrutura administrativa do órgão para poder abrir uma unidade em Venda Nova. Nelson Minet considera essa uma de suas grandes conquistas como homem público.



3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



SÉRGIO ANTÔNIO FARIA ONOFRE



Residente e atuante na cidade de Venda Nova do Imigrante desde 1977, o médico Sérgio Antônio Faria Onofre foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores- PT de 1997 a 2000. Como plataforma de atuação, primou pela abertura de espaço para participação popular das principais decisões do município.

Sérgio Onofre promoveu diversas reuniões em todas as comunidades do município, juntamente com outros vereadores (Marlene Sossai Spadeto e Nelson Minet). “Nossa intenção era escutar os moradores para entender as necessidades e a vocação de cada localidade”.

Na ocasião da vereança, Sérgio Onofre disse que protocolou um pedido ao então prefeito José Onofre Pereira, sugerindo a formação do Parque e do Lago do Alto Bananeiras. A intenção, segundo ele, era a captação de água para abastecer a sede do município e a transformação daquele lugar em atração turística.

Sérgio Onofre participou dos trabalhos ainda na elaboração do Plano Diretor Urbano- PDU para a cidade, junto à Fundação Jones dos Santos Neves.

Médico com especialidade em clínica geral, ginecologia e obstetrícia, Sérgio Onofre nasceu no dia 16 de junho de 1950, em Vitória, capital do Espírito Santo. Filho de Maria Margarida Faria Onofre e Evandro Simões Onofre, Sérgio foi convidado pelo médico José Luiz da Silva Carvalho para trabalhar em Venda Nova. Desde então, escolheu o município para viver e atuar como médico no Hospital Padre Máximo desde 1977 até os dias de hoje, tendo trabalhado no atendimento do pronto-socorro 24 horas por longo tempo, cerca de 25 anos.

Sérgio abriu o consultório médico particular nesta cidade em 1978 e, em 1988, após curso de ultrassonografia, foi pioneiro na implantação do primeiro serviço de ultrassonografia na cidade e região.

Lotado na Unidade de Saúde de Venda Nova, ele foi responsável por implantar lá o serviço de atendimento às gestantes (pré-natal) e o de prevenção do câncer do colo uterino, serviço que levou também para a Unidade de Saúde de São João de Viçosa. Foi médico da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo de 1978 até sua aposentadoria em 2010. Quando apareceu a Aids no Brasil, proferiu diversas palestras nas escolas do município, levando informações sobre a nova doença que viria a se espalhar por todo o planeta.

Dentre sua atuação na Câmara, podemos citar seu pedido aos colegas (em novembro de 1998) para mobilização para conseguir que o município legislasse sobre o meio ambiente, seguindo o exemplo da municipalização da saúde e da educação. Ele alegou que o governo destinou a saúde e a educação e não tinha condições de fiscalizar o meio ambiente.

No dia 1º de janeiro de 1999, foi eleito presidente da Mesa Diretora para o biênio 99/2000. Sérgio foi considerado uma boa escolha, pelo perfil moderado e a facilidade de comunicação com as duas alas (oposição e situação). Ele fez um rearranjo no quadro dos funcionários, além de estabelecer várias regras nos trabalhos administrativos e das próprias comissões permanentes. Em fevereiro do mesmo ano, entrou em licença por 120 dias, sem remuneração, para tratar de assuntos pessoais. O retorno foi no dia 15 de junho do mesmo ano, quando agradeceu a acolhida, apresentou requerimentos e Indicação voltados para área de saúde.

No 11 de abril de 2000, ele foi autor da Indicação que solicitou à Prefeitura a sinalização das estradas de São José do Alto Viçosa e de Lavrinhas, ambas asfaltadas, representando perigo devido à ausência dessas orientações.

Ao se licenciar por quatro meses, o vereador Sérgio Antônio Faria Onofre foi substituído pela suplente Aldi Mari Caliman, que perdeu a função de presidente da Câmara. Na condição de vice, Marco Antônio Grillo passou a ser presidente interino, no período de 9 de fevereiro de 1999 a 16 de março do mesmo ano. Antenor Lorenção foi eleito para presidir o Legislativo, função que ocupou entre 16 de março de 1999 a 31 de dezembro de 2000. Foi eleita ainda, a vereadora Marlene Sossai Spadeto para segunda secretária, pelo mesmo período, tendo em vista a renúncia ao cargo na Mesa Diretora por parte do vereador Valdir Dias.



3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



VALDIR DIAS



Valdir Dias - PPB foi o vereador mais votado no pleito de 1996. Com 590 votos, ele se elegeu pela segunda vez e, ao assumir (no dia 1º de janeiro de 1997), compôs a Mesa Diretora como vice-presidente para o primeiro biênio. Os trabalhos começaram em fevereiro e já na segunda quinzena ele se manifestava sobre a necessidade de regularizar o estacionamento no lado direito da avenida Evandi Comarela (sentido Vitória x BH), no trecho entre a Escola Fioravante Caliman e o principal trevo de acesso a Venda Nova. Ele vinha recebendo muitas reclamações sobre o trânsito nessa avenida, pois muitos motoristas deixavam automóveis sobre as calçadas ou de forma irregular.

Valdir teve a oportunidade de batalhar pela compra de um terreno pela municipalidade, na ocasião em que Cosme Ambrosim era vice-prefeito, assumindo a Prefeitura nas férias do prefeito.

Com um perfil de trabalhar próximo à comunidade, era um observador dos problemas da cidade e também das iniciativas benéficas ao coletivo. Valdir Dias, assim como Marco Grillo, na primeira sessão de junho de 1998, elogiou o trabalho feito por Andreilino Giubine, que destinava para reciclagem itens como papelão, plástico e outros, oriundos dos descartes de residências e de comércios. A iniciativa espontânea, que tirava um grande volume de lixo da cidade para reaproveitamento, ajudava a proteger o meio ambiente e gerava emprego, merecia apoio na opinião dos vereadores.

Em maio de 1999, via Indicação, Valdir solicitou à municipalidade a construção de uma rampa de skate e um campo de futebol de areia na sede Venda Nova. Ele alegou o crescente número de adeptos aos dois esportes e o risco de atropelamento de seus praticantes, pois observava a prática de manobras pelos jovens em locais de trânsito. A maioria dos vereadores se pronunciou a favor e todos votaram favoráveis. Sempre de olho nas ações da Prefeitura, na ocasião, ele elogiou o empenho do prefeito em recapear as laterais que ligam Vila Betânea ao bairro Bananeiras.

Quando a Rodovia do Produtor foi inaugurada, Valdir Dias foi o único vereador a elogiar o prefeito na tribuna da Câmara. Nessa primeira fase, o asfalto foi até São José do Alto Viçosa, que fica no distrito do Alto Caxixe. O pronunciamento foi na sessão do dia 24 de agosto, quando anunciou que o Governo do Estado concedeu mais 30 quilômetros de asfalto, desta vez para ir até a sede do distrito do Alto Caxixe e também pavimentar as laterais de acesso a Bananeiras.

Na mesma sessão, Valdir Dias apresentou uma Indicação, que foi apoiada por todos os outros vereadores, que solicitava ao prefeito a instalação de um transformador monofásico na comunidade de Alto Colina, beneficiando produtores e também a Gruta de Santa Bárbara, um ponto turístico muito visitado.

Os pronunciamentos citados revelam um pouco como Valdir atuava junto à comunidade, pois ele se dedicava quase exclusivamente à vereança.



Passou toda vereança e seu trabalho voltados para a área social, sempre preocupado com as pessoas menos favorecidas, atendendo quem procurasse por ele a qualquer hora. Ele fazia esse trabalho como ato de solidariedade, para atender as pessoas em suas aflições e assim, ele prosseguiu em todos os mandatos.



3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



SUPLENTE

ALDI MARIA CALIMAN



No dia 23 de fevereiro, Aldi Caliman, a “Dé”- PT assumiu a vaga deixada por Sérgio Onofre. Ela conta que saiu do PMDB e se filiou ao PT porque esse partido fazia um trabalho de conscientização muito bom. “Inclusive a Igreja apoiava. Infelizmente o PT subiu no poder e esqueceu tudo o que pregou”, pontua atualmente. Com a posse dela pela primeira e única na história, a Câmara tinha duas mulheres na vereança na mesma legislatura. Ela ocupou a vaga de vereadora por 120 dias.

Em abril de 1999, ela solicitou através de Indicação, que a Prefeitura desse apoio financeiro para o Coral Santa Cecília gravar um CD com o Hino Municipal.

Dé foi uma das defensoras da compra de um terreno em Lavrinhas de Roberto Feitosa Caliman, o “Beto”, que estava precisando se desfazer do bem. Ela sonhava ali com a construção de um parque, com pista de atletismo. Apesar do abaixo-assinado entre os moradores do entorno, o prefeito José Onofre entendeu que aquele não era o momento.

Mesmo depois de ter cumprido seu período de atividades na Câmara, usou a tribuna como cidadã e esportista em busca de apoio para seus projetos junto aos jovens atletas.

Entre o período que foi vereadora em Conceição e voltou a ocupar a vaga como suplente em Venda Nova, ela atuou como professora de educação física da Escola Fioravante Caliman e fundou na escola as olimpíadas internas e, como resultado, conseguiu colocar uma equipe nos jogos oficiais das Olimpíadas do Estado. “Além dos esportes coletivos, como vôlei, futsal e handebol, também criamos uma escolinha de atletismo para dar vez aos esportes individuais”, disse ao lembrar dos inúmeros talentos descobertos.

Antes, em 1990, Dé fez um segundo concurso e assumiu a segunda cadeira como professora e, em 1992, atuava como voluntária da escolinha de vôlei nas dependências da própria escola. Nessa época, afastada voluntariamente da política, assumiu a coordenação da escola, e para continuar como treinadora, contou com o apoio da então diretora, Cristina Paste Perim. “Duas vezes por semana, terça e quinta, depois que os alunos chegavam, formavam fila, cantavam o Hino Nacional e se deslocavam para a sala de aula, eu ia treinar os alunos do contra turno na quadra do ginásio de esportes da escola”.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



SUPLENTE

DELCINO ANDREÃO



Candidato a vereador em 1996, Delcino Andreão, o popular “Teté Andreão”, conquistou a vaga de suplente e substituiu Nelson Minet durante dois meses. Ele conta que durante esse período conseguiu com o prefeito viabilizar a abertura e o ensaibramento de várias estradas pela região de Vargem Grande, onde mora.

Ele nasceu no dia 28 de maio 1940, na comunidade de Vargem Grande, no casarão antigo, que já foi vendido. O filho de Angelim Andreão e Santina Brusco Andreão sempre foi agricultor. Ele se casou no dia 27 de junho de 1970 com Maria Helena Uliana, a “Marieta”, com quem teve três filhos, as gêmeas Rosimere e Rosana e Claudiomiro.

Ele estudou em Vargem Grande, comunidade onde cresceu e se envolveu em todos os movimentos que levavam benefícios para os moradores. Participou do Grupo do 4S (coordenado pela então Emater), fez muitos trabalhos e foi presidente da comissão da igreja e do time do futebol. Com sua influência e poder de diálogo, conseguia com a Prefeitura ensaibrar as estradas, fez um projeto para conseguir serviço de telefonia para Pindobas e muitas doações de madeira para a construção do Hospital Padre Máximo, em Venda Nova, na década de 1960.

Todos esses movimentos foram feitos ao longo de sua vida, mesmo antes de pensar em se candidatar a vereador. Ele recebeu vários convites e resolveu aceitar quando José Onofre o convidou, quando ficou como suplente. “Tudo que eu tentava resolver eu conseguia, independentemente de estar na política, mas eu não quis mais me candidatar”.

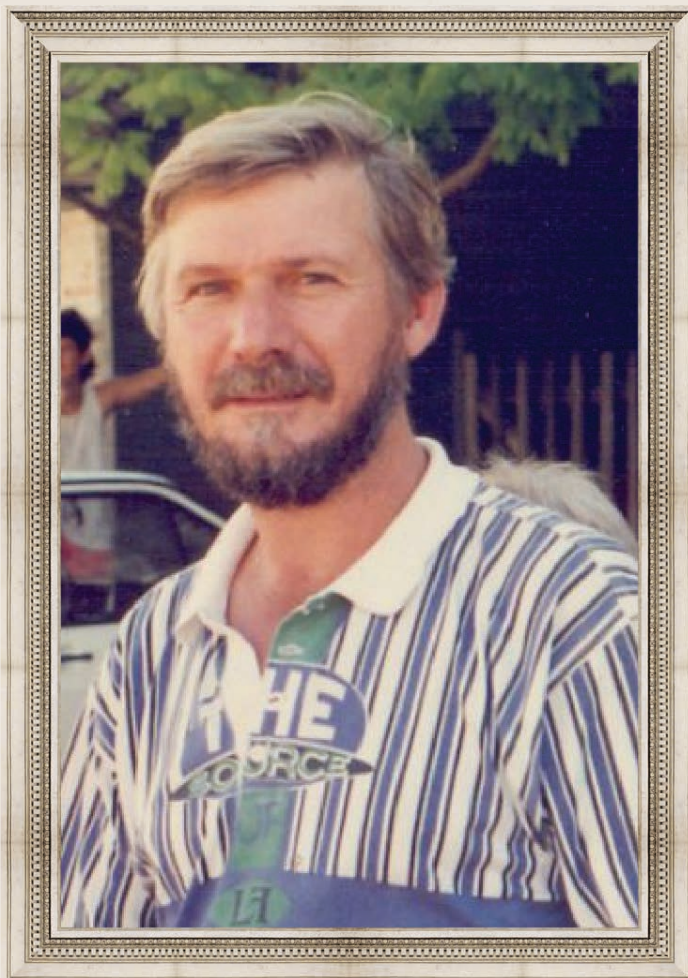
Em maio, Teté Andreão vai completar 82 anos. Ele continua morando na mesma propriedade, só que numa casa nova ao lado de onde foi demolido o casarão.

3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 1997 / 2000



SUPLENTE

VICENTE CALIMAN



Em novembro de 1998, em razão da licença remunerada de 90 dias por motivo de saúde de José Daniel Caliman, assumiu o suplente Vicente Caliman- PPB. Ele foi vereador nos dois pleitos anteriores e também presidente da Câmara.





4^A LEGISLATURA 2001 A 2004

VENDA NOVA DO IMIGRANTE



4ª LEGISLATURA 2001 A 2004

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Vereadores

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| Antônio Pedro de Oliveira (PPS)..... | 483 votos |
| Carlos Francisco Vigna (PMDB)..... | 246 votos |
| Cosme Ambrosim (PP)..... | 708 votos |
| Dejair Vazzoler (PP)..... | 392 votos |
| Eunice Maria Caliman (PMDB) | 335 votos |
| Isael Bergamim (PPS)..... | 351 votos |
| José Rivelino Guimarães (PPS) | 419 votos |
| Marco Antônio Grillo (PPS) | 497 votos |
| Valdir Dias (PP) | 978 votos |

Suplente

| | |
|---------------------------|-----------|
| Joel Zavarez (PPS) | 224 votos |
| Luiz Brambilla (PP) | 246 votos |

Número de eleitores: 10.254

| | |
|-------------------------------------|-------------|
| Prefeito: Braz Delpupo (PPS) | 6.002 votos |
| Vice-prefeito: Vicente Caliman (PP) | |







4^A LEGISLATURA
**FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA
E DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Valdir Dias
Vice-presidente: Antônio P. de Oliveira
1º Secretário: Dejair Vazzoler
2º Secretário: José R. Guimarães

**MESA DIRETORA
DO 2º BIÊNIO**

Presidente: Dejair Vazzoler
Vice-presidente: Valdir Dias
1º Secretário: Marco A. Grillo
2º Secretário: Cosme Ambrosim

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Dejair Vazzoler
Relator: Antônio P. de Oliveira
Secretário: José R. Guimarães

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Marco A. Grillo
Relator: Rivelino G. / Joel Zavarez
Secretário: Carlos Francisco Vigna

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Cosme Ambrosim
Relator: Carlos Francisco Vigna
Secretário: Isael Bergamim

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Antônio P. de Oliveira
Relator: Cosme A./ Luiz Brambilla
Secretário: Isael Bergamim

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Eunice M. Caliman
Relator: José R. Guimarães
Secretário: Antônio P. de Oliveira

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Eunice C./Valdir Dias
Relator: Valdir D./Eunice Caliman
Secretário: Isael Bergamim

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Cosme Ambrosim
Relator: Dejair Vazzoler
Secretário: Carlos Francisco Vigna

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Cosme A./Joel Zavarez
Relator: Marco A. Grillo
Secretário: Antônio P. de Oliveira



CRIAÇÃO DO DISTRITO DE ALTO CAXIXE, LIBERAÇÃO DE VERBAS PARA A BARRAGEM DO LAGO DE ALTO BANANEIRAS E RETOMADA DAS OBRAS DA ETE

No dia 10 de julho 2001, foi aprovado, em segunda e última votação, o Projeto de Lei que dispunha sobre a criação de uma Área de Proteção Ambiental- APA, na região Serra do Rego, em Venda Nova, abrangendo uma área aproximada de 300 hectares. Foi assinado por todos os vereadores da quarta legislatura.

No final de agosto de 2001, o prefeito Braz Delpupo vetou o Projeto de Lei. Na ocasião, o líder do prefeito na Câmara, Dejair Vazzoler, disse que a Lei Orgânica Municipal prevê no parágrafo 2º do artigo 74, que decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do prefeito importará sansão. Ele solicitou, então, que a Mesa da Câmara enviasse correspondência sugerindo homologação e publicação. Caso contrário, por força da lei, o próprio presidente teria que fazê-lo.

O então secretário de Agricultura, Evair de Melo, foi à Câmara explicar que a Seama não reconhece como APA na ausência de um levantamento topográfico a área da Pedra do Rego. Disse que o projeto técnico deveria estar pronto em um mês para ser submetido à Câmara e também que, dependendo da área de abrangência, incluiria também o Lago de Alto Bananeiras.

Com a criação do distrito conforme Projeto de Lei aprovado em julho de 2001, o Alto Caxixe passou a ter uma área urbana oficializada, dando direito aos moradores de ter acesso aos serviços de coleta de lixo, limpeza pública e outras prerrogativas inerentes aos contribuintes de IPTU, que eles passariam a recolher.

A localidade também teve que se adequar às normas do PDU (ainda em fase de projeto), o que passou a ser uma obrigação e também uma grande vantagem para o seu desenvolvimento. Muitos loteamentos estavam se expandindo de forma irregular no lugar e a denominação da área urbana se colocou como uma chance de disciplinar o crescimento da localidade.

Apesar do Projeto de Lei de criação do distrito de Alto Caxixe ter sido assinado por Isael, o projeto se apoiou num trabalho anterior, que teve à frente Marco Grillo. Na época presidente da Câmara, ele contratou os serviços do Idaf para o levantamento das divisas.

Como secretário de Turismo (estava licenciado como vereador desde março de 2001), Grillo foi à tribuna e anunciou, na primeira sessão extraordinária (dia 3 de janeiro) do ano de 2002, que a Funasa confirmou a liberação de R\$ 630 mil para a construção do Lago de Alto Bananeiras. Os recursos já estavam empenhados, porém sem previsão de chegar, e a Prefeitura aguardava a liberação da Seama e do Idaf. No início de fevereiro do mesmo ano, ele voltou à Câmara para anunciar que o presidente da Cesan estaria no município para conhecer a obra de transferência do Sistema de Tratamento de Esgoto- ETE em Bananeiras e também o projeto do lago. O 'Pinicão' (foto na página anterior) já incomodava os moradores do entorno devido ao mau cheiro exalado.

O Código Tributário passou por alterações no início do ano e também no mês de outubro de 2002.

Em maio, registro de participação do GAL – Grupo de Acompanhamento ao Legislativo, que ia em todas as sessões.

Anunciado em agosto que a Prefeitura retomou a construção na nova ETE, que substituiria o Pinicão.

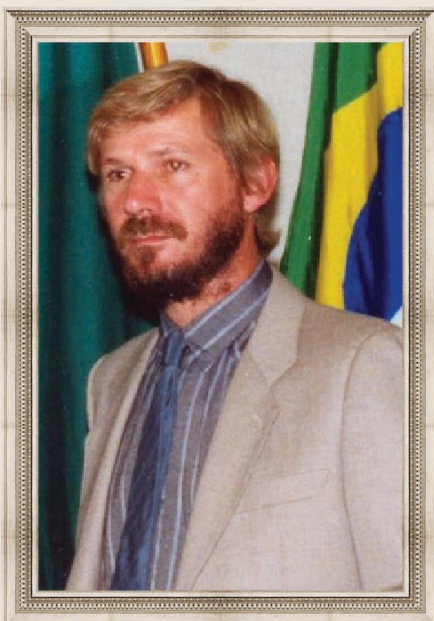


4ª GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
2001 / 2004



BRAZ DELPUPO
PREFEITO



VICENTE CALIMAN
VICE-PREFEITO

VENDA NOVA PASSA A CONTAR COM CIRETRAN E ESTUDO HIDROLÓGICO APONTA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ALTO BANANEIRAS COMO SOLUÇÃO PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO FUTURO

JLogo que assumiu a Prefeitura em seu segundo mandato como prefeito, Braz Delpupo anunciou que estudos iriam direcionar ações da Prefeitura, que contratou uma empresa de consultoria por considerar um instrumento necessário para direcionar as ações da atual administração dentro das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, além de melhorar o atendimento, agilizar os processos, economizar e formular uma nova estrutura administrativa.

“Todas as prefeituras estão engessadas com a LRF e só um estudo vai mostrar como poderemos nos movimentar”. Ele disse que todos os reajustes feitos e a serem feitos estariam dentro das novas exigências.

Vários projetos começaram a sair dos planos das ideias, como a barragem do Lago de Alto Bananeiras.

A Prefeitura comprou um terreno de 3 hectares, na localidade de Ca-choeira Alegre, sendo que um terço era de saibreira de cascalho. Com a aquisição, anunciava que não iria mais precisar de adquirir saibro para atender as estradas.

Com a Ciretran implantada em setembro de 2002, os moradores passaram a poder fazer o teste e tirar a carteira de habilitação em Venda Nova mesmo. A iniciativa fortaleceu negócios e incentivou investimentos (como em autoescolas) e, devido à regionalidade em seus atendimentos (com serviços de emplacamento, transferência, vistorias, laudos, registros e outros), a Ciretran aumentou a circulação de pessoas de outros municípios em Venda Nova, gerando movimento em vários setores do comércio e de serviços.

O estudo hidrológico da Cesan apontou a construção do Lago de Alto Bananeiras como saída para o abastecimento. A Prefeitura solicitou e a Cesan entregou o estudo no qual aponta a construção da barragem de acumulação no córrego Bananeiras, que iria garantir o suprimento da comunidade até 2030, junto com as águas do Córrego Caxixe, conforme apontava o relatório preliminar.

O estudo confirmou a preocupação e a proposta de solução sugerida anteriormente por padre Cleto Caliman, pelo morador Angelim Falqueto e pelos vereadores na legislatura anterior, Braz Matias Falchetto e Marco Grillo. O último encampou e levou a ideia adiante. Ele via duas vantagens: o abastecimento aliado à preservação das nascentes e de todo ecossistema e ao desenvolvimento do turismo daquela comunidade.

Nesse período, o prefeito conseguiu implantar um programa de cafés especiais, que foi importante para alavancar o setor. Braz convidou o então degustador e responsável pelo Centro de Classificação e Degustação de Café de Venda Nova-CCDC (que funcionava na Pronova), Evair Vieira de Melo, para ser o secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente durante a sua gestão. O CCDC fora instalado em 1998 (numa parceria da Prefeitura, Incaper, Pronova, Conderur e iniciativa privada) e, com a citada nomeação, as ações em prol da cafeicultura regional ganharam força e se transformaram num programa que serviu de modelo de trabalho e de base para o desenvolvimento da cafeicultura no município e nas Montanhas Capixabas.



No último domingo de fevereiro de 2002, o prefeito Braz Delpupo assinou dois convênios com a Funasa: um para a construção da barragem do Lago de Alto Bananeiras e outro para as obras do esgoto do Alto Caxixe. Na solenidade de assinatura, na lajão da Igreja Matriz, estava presente o deputado estadual Ricardo Ferraço.

4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



ANTÔNIO PEDRO DE OLIVEIRA



Nascido no dia 11 de junho de 1959, em Jaciguá, Vargem Alta, Antônio Pedro de Oliveira, o “Toninho”, passou a viver em Venda Nova com um ano de idade. Os pais, José Oliveira e Maria Aparecida Xavier Oliveira, eram lavradores e se mudaram incentivados por Máximo Zandonadi, que tentava resolver a carência de mão de obra para a cafeicultura.

Antônio fez o primário na escola de Lavrinhas, depois foi para o Colégio Salesiano fazer o ginásio e o segundo grau completo. Ainda jovem, começou a trabalhar no comércio, mais especificamente no Restaurante Esmig, com Euzaudino Venturim.

Em 1980, ele teve oportunidade de ser contratado pela Escelsa, onde ficou por 25 anos, até se aposentar. Toninho fazia serviços na cidade e em todo interior de Venda Nova, o que o tornou muito conhecido por quase todas as famílias do lugar.

Em 1998, ele aceitou o convite de Braz Delpupo e entrou na vida pública. Foi candidato eleito no pleito de 2000 pelo PPS, com 483 votos, sendo o terceiro mais votado.

No período da vereança, além de suas atividades na Câmara, se manteve conectado aos movimentos da comunidade: foi eleito presidente da Associação de Pais da Escola Estadual Liberal Zandonadi. Mesmo com os filhos com o ciclo de estudo completo naquela escola, ele continuou atuando por mais um ano. Também foi vice-presidente do Hospital Padre Máximo nessa época.

Antônio foi vice-presidente da Mesa Diretora e foi atuante quando a Câmara decidiu fazer a sede própria em um dos andares do prédio da Prefeitura. “Eu atuei ao lado do presidente, Valdir Dias, o ajudando a dar andamento ao projeto. O prefeito Braz concedeu o quarto andar exclusivamente para o Legislativo e eu achei muito importante a Câmara ter sede própria, principalmente porque o local onde funcionava se tornou inadequado com o passar dos anos”.

Dentre suas ações práticas, na sessão do dia 25, assinou a Indicação juntamente com Rivelino Guimarães, solicitando ao prefeito saneamento básico para a Tapera e a Bicuiba. Todos os vereadores aprovaram dois requerimentos assinados pelos vereadores de oposição (Carlinhos, Eunice e Toninho), pois reconheceram que os pedidos procediam. O primeiro pedia que o trecho da rodovia Pedro Cola, em frente ao campo society Marcelo Perim, fosse acertado. O segundo solicitava da Prefeitura uma postura, baseada no Código de Vigilância Sanitária, que levasse os proprietários a manterem limpos os terrenos baldios.

Preocupado com o uso dos veículos e equipamentos da Prefeitura, Toninho, na sessão do dia 25 de fevereiro de 2003, sugeriu à Mesa Diretora enviar cópia da Lei Orgânica aos secretários municipais.

Preocupado com o uso dos veículos e equipamentos da Prefeitura, Toninho, na sessão do dia 25 de fevereiro de 2003, sugeriu à Mesa Diretora enviar cópia da Lei Orgânica aos secretários municipais.

Sem documento formal, ele fez várias reclamações e reivindicações na sessão do dia 1º de abril de 2003. A ausência de mata-burros em um trecho da estrada na comunidade de Vai Vem (que segundo ele, as peças estariam prontas e encostadas há seis meses) era uma delas. Ele também falou da situação crítica das ruas da Vila Dordenoni, que estavam todas esburacadas ao ponto dos moradores não terem acesso de veículo às suas casas, e do trecho do asfalto novo do Caxixe que apresentava vários problemas. Ele alegou que esta última obra era cara e que a Prefeitura estava fazendo os reparos.

Toninho, Eunice e Carlinhos, na sessão do dia 9 de março de 2004, sugeriram a criação de um horto municipal. Justificaram a beleza dos canteiros de flores da cidade e a constante troca de plantas. Um viveiro traria benefício ao gerar empregos e abriria possibilidade para as escolas, comércios e outros utilizarem as plantas para embelezar a cidade. Marco Grillo declarou favorável e que a Prefeitura já teria comprado os materiais. No entanto, a ideia, que já existia, se esbarrava na inviabilidade dos custos.

Em 24 de agosto de 2004, com um documento do Idaf ditando novos procedimentos para formação de loteamentos, condomínios e desmembramentos na Região Serrana, o vereador se disse preocupado com leis capazes de gerar mais clandestinidade. Sugeriu ao Executivo criar regras e não depender só desses órgãos para ter normas de ocupação no meio rural.

Pela sua experiência como funcionário da Escelsa, Antônio percebia uma deficiência grande no sistema de distribuição de energia elétrica nos bairros de Venda Nova, que tinha poucos anos de emancipada. Faltavam postes para redes de distribuição e transformadores e, conseqüentemente, a iluminação era ineficiente para dar mais segurança nas ruas da cidade.

Antônio se valeu da condição de funcionário, se empenhou junto aos engenheiros e técnicos da concessionária para fazer melhorias no sistema de energia nas ruas e bairros em todo o município, incluindo os distritos. De acordo com ele, foi uma conquista que se concretizou ao longo de 2002 a 2004.

Dentro do seu campo de ação como legislador, Antônio fez várias indicações ao Executivo buscando melhorias para as estradas vicinais do município e a pavimentação de inúmeras ruas na sede e das partes urbanizadas dos distritos. “Consegui repasses através de emendas de deputados federais para o Hospital Padre Máximo, tanto para custeio quanto para obras. Muitas, de Camilo Cola”.

Depois que deixou a vereança, foi secretário Municipal de Interior e Transporte, na administração de Dalton Perim, mandato de 2009 a 2016. “Fiquei à frente da aquisição de novos ônibus escolares, conquistas oriundas dos pedidos diretos ao Governo Federal. Foram vários veículos para as secretarias de Saúde e de Educação, através do Governo do Estado, assim como a ampliação do galpão da garagem. Já a aquisição de várias máquinas e equipamentos (como retro, patrol, pá carregadeira e escavadeira hidráulica) foi feita com recursos próprios”.

Antônio viabilizou obras e melhorias, como abertura de caixas secas, pontes, bueiros e reabertura das estradas vicinais para facilitar o transporte escolar e escoar a produção agrícola.

A pavimentação da avenida lateral que liga Venda Nova até a sede do distrito de São João de Viçosa, bem como o plantio dos ipês ao longo da via, estão entre as conquistas. Também merece registro todo o serviço de limpeza do leito e a construção dos bueiros do Lago de Alto Bananeiras, já na fase final da obra.

De 2017 a 2018, Antônio foi chefe da Ciretran de Venda Nova, que respondia pelos postos de atendimento de Conceição do Castelo e Brejetuba. Atualmente aposentado, faz consultoria para serviços elétricos em áreas rurais e administra sua pequena propriedade em São José do Alto Viçosa.



4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



CARLOS FRANCISCO VIGNA



Carlos Francisco Vigna, ou “Carlinhos Vigna”, tinha 14 anos quando chegou na região para morar. Nascido no dia 24 de julho 1953, em Cachoeiro de Itapemirim, sua mãe, Iolanda Guarnier Vigna, decidiu vir para a região morar com a família devido ao falecimento do patriarca, Antônio Vigna, em janeiro de 1967. O pai dele tinha propriedades em Venda Nova e em Conceição do Castelo e a opção da matriarca foi se estabelecer com os quatro dos sete filhos (pois três já moravam fora para estudar) no Indaíá, na divisa entre os dois municípios.

Carlos estudou um ano na Escola Aldy Soares Merçon Vargas, em Conceição do Castelo, e depois se matriculou no Colégio Salesiano, em Venda Nova, onde estabeleceu suas relações da juventude. Ele se casou com a vendanovense Vera Lúcia Pizzol, em 26 de janeiro de 1980. Depois de casado durante um tempo, ele ajudou o sogro, Honório Pizzol, que sempre morou e manteve um comércio em São João de Viçosa, e fez faculdade de direito em Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1983, Carlinhos Vigna ingressou no Fórum de Conceição como escrevente e passou no concurso público em 1987. Nessa época, deixou de se envolver nos trabalhos da propriedade rural de sua família e sempre se manteve ativo nos movimentos da comunidade, chegando a ser presidente da Associação Pró-Melhoramento de São João de Viçosa e também do São João Futebol Clube.

“Sempre tive sonhos e fui idealista, com o pensamento voltado para ações que pudessem melhorar a vida do cidadão. Penso que, para ficar bom tem que melhorar para todo mundo, não só privilegiar grupos”, descreve os motivos que o levaram a participar da política. Ainda na gestão de José Onofre Pereira, Carlinhos resolveu se candidatar pelo PMDB e se elegeu com 246 votos.

Ele descreve a experiência como muito boa, de muito aprendizado. “Vi que funcionava muito diferente do que eu pensava: era só o prefeito e os vereadores de seu grupo. Nada que solicitava fluía, tudo era negado”, disse sobre a maioria de suas indicações. No campo das exceções, está o Projeto de Lei que nomeou as ruas do então loteamento Minete, agora um bairro.

Carlinhos apresentava indicações solicitando reposição salarial, acesso às planilhas de custo, bem como cópias de contratos e dos convênios empenhados. “Tive negados pedidos de obras concluídas e em andamento no ano de 2002, prestação de contas da Festa do Rodeio, listagem de carentes que recebia cestas básicas, dentre outras solicitações”.

Ele também fazia questionamentos de interesse da comunidade, nem sempre ligados à administração pública, como o feito no dia 12 de junho de 2001, sobre o valor do pão, o do cálculo do consumo de energia pela Escelsa e pela cobrança do serviço de esgoto prestado pela Cesan, “que sempre usa os equipamentos do município e as contas sempre subindo”. Ele sugeriu que o município assumisse esse serviço.

Na sessão do dia 19, ele e os colegas Cosme Ambrosim e Dejair Vazzoler solicitaram, via Indicação, ao chefe regional da Escelsa ,o procedimento da leitura mensal de todos os medidores no perímetro urbano de Venda Nova. Na época do novo plano de contenção de energia imposto pelo governo federal, existia a preocupação de usuários em sofrer sanções com os possíveis cortes em função das contas serem cobradas via estimativas. Em muitos casos, a leitura era trimestral, em qualquer data, acarretando diferenças nos meses sem leitura no medidor, entre o real consumo e a quantidade de quilowatts/hora estimado.

Na sessão do dia 3 de setembro de 2001, ele sugeriu a presença da Cesan na Câmara. Ele solicitou esclarecimentos da companhia sobre a viabilidade de cobrar uma tarifa menor dos usuários do sistema de esgoto de São João e Bicuíba. “Temos conhecimento que o sistema da sede de Venda Nova é mais caro e a tarifa é a mesma”. Em dezembro de 2003, continuavam as reclamações, e ele chegou a sugerir ao presidente da Casa abrir uma CPI contra a Cesan, pois era exigido do morador bancar a ligação de sua casa à rede e depois a empresa cobrava altas taxas de manutenção.

Voltou a questionar o pagamento da tarifa de iluminação pública. Considerava a tarifa alta e o serviço, inexistente. O poste que iluminava sua casa deixava pelo menos quatro famílias pagando tarifa sem o serviço. Ganhou apoio de Dejair que citou outro caso que a iluminação não funcionava. O presidente da Casa ficou de solicitar a reunião.

Em 21 de novembro de 2001, manifestou preocupação com as chuvas que fragilizaram a situação do Estado e também Venda Nova se mostrava ainda mais grave pelo hábito de jogar lixos nas encostas. Ele sugeriu aos pares um trabalho com a comunidade para mudar hábitos, como o de jogar lixo e entulhos na beira do rio. Ele também se preocupava muito com as moscas na comunidade, principalmente no calor. Em dezembro, ele falou da insatisfação de não conseguir resposta da Secretaria de Saúde aos seus questionamentos.

Na sessão de 19 de fevereiro, sugeriu um estudo na Lei Orgânica Municipal – LOM e no Regimento Interno da Câmara. Justificou que, passados os 13 anos, veio a necessidade de mudanças urgentes. O mesmo vale para o Código do Parcelamento do Solo.

Última sessão de abril, na véspera do Dia do Trabalho, defendeu os funcionários públicos municipais e convidou os vereadores a pensar na categoria, lembrando da lei que dá direito ao reajuste anual. Era o segundo ano sem ajustes e poderia gerar uma dívida para a administração. Dejair disse comungar com a ideia, mas lembrou da receita e das exigências da LRF e falou da possibilidade de criar um vale alimentação.

Diante da Indicação de Dejour e Joel, aprovada na sessão de 14 de maio, para a Prefeitura viabilizar a aquisição de um terreno para construção da sede do Fórum e Ministério Público do Estado do Espírito Santo- MPES, Carlinhos Vinha, mesmo votando favorável, disse que (por ser de competência do Estado), na época de votar pela compra do terreno, só votaria a favor se houvesse uma alteração da LOM para dar legalidade ao ato. Ele questionou a municipalidade assumir alugueis, pessoal e outras despesas de escritórios locais de órgãos estaduais e federais.

Em 7 de outubro de 2003, ela anunciou a mudança de partido. Foi para o PTB. Ele alegou que estava saindo do PMDB por uma questão de segurança, pois o partido passou por duas intervenções e iria passar por mais uma.

Mesmo assumindo uma postura questionadora, Carlinhos Vigna votou a favor a maioria dos projetos que eram favoráveis ao município, pois acreditava que assim deveria ser. Foram raras exceções em que ele e Eunice Caliman- e mais tarde Antônio Oliveira- votaram contra. “Votei contra um Projeto de Lei que favorecia a concessão de exploração de pedra em uma determinada comunidade. Não é agradável ir contra a corrente e acho que um dos problemas de nossa comunidade é a maioria não querer lutar pelos seus direitos, pois nem sempre é um posicionamento que gera conforto”.

Nos dois pleitos seguintes, Carlinhos Vigna tentou, sem sucesso, se eleger, pois, a quantidade de votos se manteve, mas não foram mais suficientes. “Mesmo mostrando todo o nosso trabalho em forma de informativo, não conquistei votos adicionais. Então resolvi atender a família e não me candidatar mais”.

Carlinhos está aposentando do antigo cargo de escrevente (hoje analista judiciário) do Fórum. Ele continua mantendo residência no distrito de São João de Viçosa e comprou uma propriedade em Conceição do Castelo, onde passa a maior parte do tempo cuidando de boi de corte.

4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



COSME AMBROSIM



Filho de Rosa Venturim e Mário Ambrosim, Cosme Ambrosim nasceu no Sítio Camargo, distrito de São João de Viçosa, no dia 14 de janeiro de 1949. Ele cresceu na própria comunidade e, quando adulto, participou ativamente do Conselho Comunitário da Igreja por 12 anos.

Cosme estudou até a 8ª série, sendo até a 4ª na comunidade do Indaiá, e depois até a 8ª em Castelo. Na época em que concluiu o ginásio, o pai havia dividido as terras e ele precisou voltar ao sítio no Camargo para cuidar da sua parte na propriedade rural, por isso não pôde prosseguir com os estudos. Desde então, sempre exerceu atividade de agricultor, o que faz até os dias atuais.

No ano de 1996, Cosme entrou na política pelo PP como candidato a vice-prefeito na chapa de José Onofre. Com a vitória na campanha, ele foi vice-prefeito de 1997 a 2000. Cosme relata que naquela época Venda Nova ainda estava em processo de crescimento, então as propostas se baseavam em promover a urbanização e melhoria da infraestrutura da cidade, visando seu desenvolvimento.

Como vice-prefeito, chegou a exercer o cargo de prefeito por um período, no qual fez a rua lateral em São João de Viçosa e abriu a estrada da Bananeiras.

Cosme Ambrosim se lançou candidato a vereador, ocupando uma cadeira na Câmara de 2001 a 2004. Na ocasião, ele conseguiu que fosse realizado o calçamento da Bicuíba, no distrito de São João de Viçosa.

Ele foi eleito com 708 votos, o segundo mais votado e, devido ser mais velho, conduziu o processo de posse dos vereadores e da eleição da Mesa Diretora. Dentre suas ações no Legislativo, pode ser citado o Projeto de Lei, que assinou junto com Dejair Vazzoler, que nominava várias ruas da cidade, o qual foi aprovado em primeira votação no dia 1º de outubro de 2002.

Em seu pronunciamento no dia 25 de março, disse estar satisfeito com as obras do prefeito no distrito de São João. Ele citou o aterro nas margens da rodovia, que seria concluído com projeto de jardinagem, e que já estava dando um novo visual no distrito.

Cosme Ambrosim deixa temporariamente a vereança no dia 1º de abril de 2003 e se propôs a cuidar de seus negócios. Ele tinha uma mineradora e também se dedicaria ao viveiro de plantas nativas e de eucalipto. Segundo ele, o objetivo era doar, para que os donos de pedreiras seguissem seu exemplo, pois onde ele explorou, recebeu cobertura verde ao ponto de ninguém dizer que ali houve tal atividade. No lugar de Cosme ficou Luiz Brambilla.

Na sessão do dia 5 de abril de 2004, foi anunciado o retorno de Cosme à sua vaga, assumida na sessão de 20 de abril.

Numa Indicação de Cosme e Dejair (15 de junho 2004), foi solicitada a abertura de dois trechos, um em cada lado da lateral à BR-262, que ligaria por completo a sede até São João. Dejair disse que provavelmente os recursos que sustentariam estas obras seriam de origem da devolução que a Câmara fez para a Prefeitura.



3ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



DEJAIR VAZZOLER



Eleito pela segunda vez, com 392 votos, como líder do prefeito na Câmara, Dejair anunciou, na sessão do dia 24 de abril de 2001, que a Prefeitura comprou uma área pública de 2.000 m² para construção de uma quadra de esportes e transferência da atual creche, que se encontrava em local úmido e muito pequeno para comportar o número de crianças matriculadas.

Dia 26 de junho, ele anunciou que entrou na ordem do dia do Senado o pedido de aprovação da Rádio FMZ, que recebeu o sim dos senadores. Ele também noticiou a aprovação da Faculdade Univeneto, que brevemente funcionaria com dois cursos. A solenidade de inauguração ocorreu em agosto.

Ele informou, na sessão do dia 8 de outubro de 2001, que foi anunciado um convênio entre a Cesan e a Prefeitura, visando obra de instalação de tratamento de água na comunidade do Camargo. O custo total do convênio com o Estado era de R\$ 180 mil, numa contrapartida de R\$ 81 mil da Prefeitura.

Dejair, que era relator da Comissão de Finanças e Orçamento, na sessão de 27 de novembro de 2001, comentou a aprovação das cinco emendas ao Orçamento de 2002. Três delas contemplaram o distrito de São João de Viçosa: reabertura e pavimentação de ruas e avenidas, construção de uma ponte e outra para abertura e jardinagem de um trecho da lateral da rodovia.

Na mesma sessão, ele comentou a viagem do vice-prefeito (Vicente Caliman) e do secretário de Agricultura e Meio Ambiente para Brasília. Ele anunciou que a dupla conseguiu a liberação de R\$ 360 mil para desenvolver um projeto de reflorestamento da bacia do Rio Viçosa e para compra de um micro-ônibus para a Educação. Para construção do lago, disse que já encontravam em fase de liberação recursos para a construção da barragem de Alto Bananeiras.

Com um pedido para ser apreciado com urgência (para que pudesse entrar em vigor no próximo exercício), o projeto que propunha um novo Código Tributário para Venda Nova chegou à Câmara no dia 3 de dezembro, faltando apenas quatro sessões para fechar o ano. Apesar de Valdir Dias dizer que queria discutir melhor para não criar problemas no futuro, Dejair pediu atenção especial dos pares. Ele alegou que a reforma do Código Tributário prometia aumentar a receita própria que, de acordo com ele, girava em torno de 7% da geral e poderia melhorar sem ser injusta com o contribuinte.

No final daquele ano, ele falou de sua expectativa de uma área de 1.200 m² adquirida pela Prefeitura da família Camata, em frente ao Posto Venturim, poder abrigar uma policlínica no distrito. Seria uma espécie de posto de saúde ampliado, com cinco especialidades médicas. O projeto de 600 m² já estava pronto e os recursos viriam de Brasília

A primeira Sessão Ordinária do ano de 2002, dia 5 de fevereiro, ainda foi na sede antiga da Câmara. Dejair, assim como os demais vereadores, comentou que foram 13 anos na estrutura improvisada. “Por aqui se passaram fatos importantes da história de Venda Nova, como a elaboração da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno e dos códigos que norteiam a administração municipal”. Ele também lembrou que o ponto deixaria saudades: “O Bar do Visconde e o Posto Trevo, locais de muitas confraternizações e conversações partidárias”. No dia 8 de fevereiro foi inaugurada a nova sede da Câmara Municipal.

Na sessão de 19 de fevereiro, Dejair sugeriu um estudo na LOM e no Regimento Interno da Câmara. Justificou que, depois de 13 anos de uso, havia necessidade de mudanças urgentes e o mesmo valia para o Código do Parcelamento do Solo. Ele achou que o momento era de trazer à tona o estudo do PDU. Ele sugeriu criar uma comissão revisora da LOM para que os trabalhos fossem amplos e definitivos.

Dejair Vazzoler foi autor do Projeto de Lei que nomeou Américo Comarela o Terminal Rodoviário pelo reconhecimento da atuação do homenageado na comunidade como homem público. Na sessão em que o projeto foi aprovado em segunda votação (25 de março de 2002), ele lembrou que Américo foi o dono do primeiro ônibus coletivo de Venda Nova e pontuou que as obras do terminal foram feitas pelo seu filho José Armando Comarela.

Na sessão do dia 23 de abril de 2002, o vereador anunciou a saída da fábrica de blocos e da garagem da Prefeitura do bairro Vila Betânea. A transferência seria para o terreno atrás da Fiat Cola, em Bananeiras. O projeto inicial previa a transferência para trás do Centro de Eventos, mas encontrou resistência dos moradores.

Na última sessão de abril, Dejair demonstrou preocupação com o crescimento do número de acidentes ao longo da BR-262, principalmente no trecho entre Bananeiras e São João. Ele dizia torcer, juntamente com a administração municipal, pela abertura total das laterais, dando chance para motoristas, ciclistas e pedestres se deslocarem com mais facilidade. De acordo com ele, no DNER existiam verbas para investir nas laterais de trechos de rodovias de alta periculosidade, o que era o caso. Sugeriu que todos os vereadores usassem suas influências para buscar meios de viabilizar a abertura e a pavimentação.

No dia 14 de maio de 2002, Dejair e Joel Zavarez, através de Indicação, sugeriram à Prefeitura viabilizar a aquisição de um terreno para construção da sede do Fórum e Ministério Público do Espírito Santo.

Dejair Vazzoler é eleito presidente da Câmara para o biênio 2003/2004. No dia 25 de março, ele anunciou que, além de fazer vários cortes nos gastos da Câmara, disponibilizaria todos as ações do Legislativo em um banco de dados informatizado. Ele, alguns vereadores e funcionários foram conhecer a experiência da Câmara de Anchieta.

De autoria dele e de Cosme Ambosim, na sessão de 1º de abril de 2003, foi aprovada a Indicação que pedia instalação de novos receptores de canais de televisão em São João de Viçosa.

Na sessão de 3 de fevereiro de 2004, Dejair anunciou a devolução de recursos para a Prefeitura. O exercício do ano anterior começou com um caixa de R\$ 12.987,50 e contou repasse de R\$ 658.504, 32 e devolveu para os cofres da Prefeitura R\$ 223.500,00. Ele explicou que parte das verbas foi destinada para o HPM e parte para as obras de calçamento das laterais da sede do distrito de São João de Viçosa. Ao longo de 2004, ele fez várias devoluções à medida que percebia sobras de receita.

Foi aprovada na sessão de 15 de junho de 2004 a Indicação, de autoria de Cosme e Dejair, que solicitava a abertura de dois trechos (um em cada lateral da BR- 262), que ligariam por completo o distrito de São João à sede de Venda Nova. Dejair disse que a origem dos recursos que sustentariam estas obras era da devolução feita pela Câmara.

De 1982 até 2016, Dejair participou de todos os pleitos, seja disputando uma vaga de vereador ou a de vice-prefeito. Nas últimas eleições municipais, a de 2020, ele já havia decidido não mais participar da vida pública. Aposentado desde 2011, ele se dedica a cuidar do sítio, localizado nas proximidades do km 7 da Rodovia ES-165, em Domingos Martins.





EUNICE MARIA CALIMAN



Filha de Clementino Caliman e Erlinda Falqueto Caliman, Eunice Maria Caliman nasceu em 3 de maio de 1952. Ela fez a escola primária na Escola Singular de Lavrinhas e chegou a repetir um ano para não ficar parada. Quando tinha 14 anos foi para Campos, Estado do Rio de Janeiro, onde ficou durante quatro anos estudando no Colégio Maria Auxiliadora, das irmãs salesianas. Depois, ficou dois anos em Belo Horizonte, estudando na Escola Pio XII, da mesma congregação.

Com a inauguração do Colégio Salesiano de Venda Nova no ano de 1968, Eunice retornou em 1973 para fazer o científico e compôs a primeira turma. Foi uma experiência familiar, pois ela, suas irmãs Fátima, Vera e Aldi e seu pai estudaram na mesma sala. “Ele chegava cansado e dormia na carteira”, recorda-se. Todos concluíram juntos os estudos.

A implantação do Colégio Salesiano foi a oportunidade de estudar, principalmente para os adultos que não puderam sair de Venda Nova. Padre Cleto conseguiu bolsa para todas as quatro e Eunice trabalhou como secretária da escola. Padre Nilton Luiz Costa, então diretor, a convidou para ocupar a função.

Padre Nilton abriu outras portas para Eunice e suas irmãs ao levar uma por uma para trabalhar em Brasília, Distrito Federal. “Ele nos levou e deu emprego para todas, além de nos ajudar a nos instalar na capital”. Eunice, precisamente, foi em agosto de 1976 para trabalhar como secretária na Faculdade Dom Bosco de Educação Física, que estava inaugurando. Ela aproveitou a oportunidade e fez faculdade de letras. Em 1980, fez concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e lá trabalhou até se aposentar, em 1995.

Depois de aposentada, Eunice retornou para Venda Nova com os dois filhos e se envolveu nos trabalhos voluntários, pois logo foi convidada e passou a fazer parte da Associação das Voluntárias Pró-Hospital Padre Máximo. Nesse percurso, ela já foi presidente da associação, diretora e presidente do hospital e atualmente voltou a ocupar a presidência das Voluntárias.

Eunice diz que nunca tinha imaginado ou se interessado em participar da política, apesar de gostar e se interessar pela vida pública como forma de tratar dos assuntos e defender os interesses coletivos. José Onofre Pereira, prefeito da época, a convidou e ela se filiou ao PMDB. No pleito seguinte, ele a convidou para ser candidata a uma vaga na Câmara.

O resultado a surpreendeu: Eunice foi eleita com 335 votos. Ela era mais conhecida pelas famílias tradicionais e tinha retornado há pouco tempo de Brasília. A única mulher e era oposição - ela e Carlos Vigna - e os dois trabalharam muito juntos. Ambos inexperientes, ela estudou muito: a Lei Orgânica, as funções dos vereadores, dentre outros assuntos relacionados. Os dois faziam reuniões com as comunidades e produziam um informativo de dois em dois meses, constando despesas e receitas da Prefeitura Municipal, indicações e requerimentos.

Em 20 de março de 2001, ela e Carlinhos Vigna apresentaram juntos diversas indicações, dentre elas a do asfaltamento da estrada que liga a BR-262 até a sede da Fazenda do Incaper, no distrito de São João Viçosa, numa extensão de sete quilômetros.

Na sessão do dia 26 de junho 2001, Eunice trouxe à tona a preocupação com a falta de sinalização das ruas do município e numeração das casas, dificultando o serviço de entrega dos Correios. Ela fez uma Indicação, assinada e aprovada por todos os vereadores, dirigida ao Regional Adjunto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando que disponibilizasse novos carteiros para Venda Nova. O município cresceu e apenas dois faziam serviço de entrega na cidade.

Como várias reclamações de diversas práticas de poluição - desde a presença de chiqueiros em áreas urbanas até o derrame de esgoto no rio - estavam chegando aos seus ouvidos, na sessão de 18 de setembro de 2001, Eunice falou do problema e citou o número do disk-denúncia da Seama, além de alertar para a necessidade de uma ação local. “Sabemos que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não tem poder de polícia. As medidas às vezes são antipáticas, mas temos que pensar no futuro”. Na ocasião, a Secretaria de Agricultura acumulava a pasta do Meio Ambiente, o que era considerado ineficiente para Carlos Vigna.

Na sessão do dia 7 de outubro de 2003, ela anunciou sua ida para o PV, partido do qual foi fundadora e presidente em Venda Nova.

Em 25 de maio de 2004, anunciou que na semana anterior aconteceu a primeira reunião do Conselho do PDU, que elegeu seu presidente e tinha como desafio avaliar e implantar as propostas de mudanças previstas. “Vai ser árduo mudar um trabalho tão recente”.

Eunice afirma que a convivência na Câmara era muito boa, mesmo sendo oposição. Ela fez muitas indicações em busca de melhorias para a comunidade e a segunda ponte do bairro Vila Betânea, próxima da Igreja de Santa Terezinha, foi indicação dela.

4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



ISRAEL BERGAMIM



Filho dos produtores rurais Ilda Lorenzon e Mário Bergamim, Isael Bergamim- PPS nasceu no dia 20 de fevereiro de 1967, na comunidade rural do Alto Caxixe. Ele fez o primário no Alto Caxixe e depois passou a morar na casa das tias (Carmem e Maria) para estudar na Escola Estadual Fioravante Caliman. Ainda na 7ª série, por volta dos 16 anos de idade, retornou para trabalhar na roça com os pais.

Isael participou dos movimentos da igreja e, junto com o cunhado Elieser Marcos Uliana (mais conhecido como “Baé”), fundou o grupo de jovens, que comprou um terreno de Laurindo Péterle e o doou para ser onde é o cemitério hoje. Ele participou também da Festa do Tomate, deixando os eventos mais recentes para abrir espaço para outros jovens assumirem.

O pai de Isael faleceu no início da década de 1990, quando ele tinha apenas 22 anos, e, como filho mais velho, assumiu os serviços da propriedade, que contava com 30 famílias trabalhando. Há 27 anos, se casou com Adriana Aparecida Uliana, mais conhecida como “Pítica”, com quem teve três filhos: Yan (26) Yago (22) e Yuri Uliana Bergamim (19 anos).

Além de cultivar, Isael passou a mexer também com compra e venda de verduras, fazendo com que conhecesse muita gente. O fato de sempre assistir os moradores menos favorecidos com transporte para consultas médicas e atendimento hospitalar, também o tornou uma pessoa muito conhecida.

Ele conta que um dia, em Venda Nova, quando estava no posto de gasolina de Zequinha Comarela, Braz o convidou para se filiar a um partido. Isael se filiou ao PPS e logo recebeu a sugestão para se candidatar, vencendo já no primeiro pleito que disputou, com 351 votos, pela coligação “Juntos por Venda Nova”.

Uma das grandes lutas do vereador Isael Bergamim foi pelo asfaltamento do Alto Caxixe, mesmo sem estar na vida pública, atuando como cidadão e produtor rural. Dentre seus atos depois que assumiu, foi autor do Projeto Nº 015/2001 que denominou Rodovia dos Produtores a estrada que liga as comunidades rurais do Caxixe e São José do Alto Viçosa à BR-262, inaugurada em agosto de 1999. Ele o apresentou na sessão do dia 9 de abril 2001 e foi aprovado por unanimidade em segunda e última votação no final de maio.

Na mesma sessão de 9 de abril, apresentou Projeto de Lei Nº 016/2001 criando o distrito administrativo do Alto Caxixe, que aprovado, passou a constar na divisão territorial do município. Quando aprovado, Venda Nova passou a ser constituído de três distritos: Sede, São João de Viçosa e Alto Caxixe. Quando o projeto foi aprovado, na sessão de 17 de julho, ele disse, para ilustrar o crescimento, que cinco anos antes a comunidade contava com 300 famílias e, na data de aprovação, 1.350 e calculava 5.000 moradores.

No dia 11 de fevereiro de 2003, Isael fez Indicação à diretoria regional dos Correios para instalação de um posto no Alto Caxixe. Ele alegava os transtornos causados pela ausência do serviço na comunidade, pois as correspondências ficavam na Sede para onde os moradores precisavam se deslocar sempre que precisavam pegar ou despachar uma correspondência ou encomenda. No dia 11 de março, chegou a resposta dos Correios sobre a criação de uma agência no distrito. O local estava até definido, segundo Isael.

Uma Indicação de sua autoria foi apresentada e aprovada, dirigida ao prefeito, solicitando a instalação de um receptor de canal de TV. Na sessão do dia 25 de março de 2003, ele disse que a reivindicação era de oito a dez anos. Os moradores se sentiam isolados, pois somente os que possuíam antena parabólica tinham acesso às transmissões dos canais de televisão, mesmo assim, não conseguiam assistir aos programas das redes de comunicação estaduais.

De sua autoria, a Indicação ao prefeito aprovada no dia 22 de abril de 2003 solicitava melhorias no campo de futebol do Alto Caxixe. Ele alegou que o campo novo estava todo gramado, que chegou até aquele ponto pelo trabalho da comunidade e apoio da Prefeitura, mas precisava de recurso para instalar uma tela de proteção superior.

Na sessão de 24 de junho de 2003, comentou as inaugurações do dia 22 do posto dos Correios e do campo de futebol do Alto Caxixe, quando teve tor-neio de famílias. Ele explicou que o Alto Caxixe contou com a parceria da Pre-feitura, mas a conquista foi possível devido à comunidade ter atuado em sua construção através das entidades organizadas.



4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



JOSÉ RIVELINO GUIMARÃES



José Rivelino Guimarães, filho de Maria da Penha Rébulo Guimarães e Paulo Rodrigues Guimarães, de Afonso Cláudio, tem no seu registro de nascimento a data de 26 junho 1970, que de fato aconteceu no dia 17 daquele mês e ano. Em razão da situação especial de sua mãe (com 32 anos- idade considerada de risco na época- e que tinha perdido uma filha em fase adiantada de gravidez), ela foi levada de Venda Nova para o Hospital São Lucas (em Vitória) para ter o filho.

A vida estudantil de Rivelino começou no próprio bairro onde sempre morou, Vila Betânea. Ele estudou o primário na Escola Estadual Liberal Zandonadi e depois, como todos os jovens da sua época, fez todo o segundo grau na Fioravante Caliman. A exemplo de muitos jovens que tiveram que trabalhar cedo, ele não teve oportunidade de sair de casa para fazer uma faculdade.

Rivelino cresceu ativo na vida religiosa e ficou ligado aos movimentos dos jovens na igreja e na cultura: fez parte do Grupo Teatral Vozes durante muitos anos e ficou famoso pelos personagens de humor que interpretava nas inúmeras peças. Na Pastoral da Juventude, se envolveu nos 12 grupos de jovens espalhados pelas comunidades de Venda Nova do Imigrante, cada um com 20 a 25 participantes. Com facilidade de comunicação, tinha muita aceitação entre jovens e pessoas de diferentes idades, pois sempre era convidado para fazer locução dos eventos.

Atuando profissionalmente numa gráfica, Rivelino teve o incentivo do seu patrão, irmão do então prefeito Braz Delpupo, para aceitar o convite para ser candidato a vereador. A ideia foi abraçada pelas lideranças jovens, com simpatia dos religiosos. Ele se recorda que muitas pessoas se prontificaram a votar nele, mesmo sem ele pedir.

Ele, que fazia serão na gráfica para dar conta da impressão do material de todos os candidatos, mal tinha tempo de fazer a própria campanha. Mesmo assim, com 30 anos de idade, foi eleito com expressiva votação: 560 votos, sendo quinto no ranking e com pouca diferença dos que ficaram nas posições anteriores.

Rivelino se envolveu na elaboração do PDU, participando de reuniões que terminavam muito tarde da noite, e se dedicou em vários estudos de projetos, se empenhando em trabalhos de bastidores para viabilizar benefícios. “Não contávamos com transmissão ao vivo pela emissora de rádio durante as sessões e nem existiam redes sociais para divulgar nosso trabalho. Só contávamos com a coluna 'Voz da Tribuna', do Jornal Folha da Terra, que comentava nossas falas e ações na Câmara”, recorda-se.

No dia 6 de fevereiro, ele mostrou o manual do voluntário, quando fez uma manifestação lembrando o ano do voluntariado. Já na sessão de 19 de junho de 2000, Rivelino se preocupou com o drama da fome, inspirado nas notícias mostradas na mídia sobre o Nordeste. Ele sensibilizou os colegas e os convocou para fomentarem ações em busca do aumento de empregos no município.

Os colegas Joel Zavarez, Valdir Dias e Dejair Vazzoler compartilharam a preocupação, principalmente nos bairros mais carentes de Venda Nova do Imigrante.

Na sessão do dia 21 de agosto de 2001, apelou para o bom senso do secretário Municipal de Obras na manutenção de ruas e avenidas, que se encontravam em estado precário, o que poderia causar transtornos e prejuízos. Ele lembrou que a passarela de pedestres da ponte da Vila Betânea carecia de proteção, pois um ciclista tinha caído dentro do rio. Demonstrou também preocupação com as normas de trânsito constantemente desrespeitadas em Venda Nova do Imigrante, destacando o estacionamento indevido nas esquinas da cidade. “É comum ver caminhões e carretas fazendo descargas em pleno dia de movimento, gerando situação de perigo. Além de ficarem estacionadas de forma irregular de sexta a domingo”.

Na sessão do dia 25, assinou uma Indicação conjunta solicitando ao prefeito saneamento básico para Tapera e Bicuíba. Rivelino citou que a situação da Tapera era lastimável com o esgoto lançado no riacho. O quadro era de degradação. Já em Bicuíba, considerava a situação grave. “O meio ambiente não pode ser tratado com desleixo...”

Ainda no seu período de vereança, Gervásio Ambrosim (então secretário de Educação e Cultura) o convidou (pela sua experiência) para ser coordenador de Cultura durante dez meses, até conseguir outra pessoa. Rivelino se despediu das atividades na Câmara no dia 1º de abril de 2003 e, no seu lugar, ficou Joel Zavarez (que já esteve na Câmara como suplente de Marco Grillo). Rivelino elaborou o desfile escolar, Encontro de Bandas e Fanfarras, fez projetos e conseguiu, com o Ministério da Cultura, instrumentos novos e uniformes para a Banda Marcial Emiliano Pedrino Lorenção.

Rivelino também ajudava na locução das festas das comunidades e das escolas, sem ônus, para ajudar os eventos. Começou um projeto com os meninos de São João de Viçosa em situação de risco, os envolvendo em atividades que tinha prática pela sua experiência com os grupos de jovens. Na sede de Venda Nova, ele replicou a ação envolvendo a meninada em ações promovidas no Centro de Eventos Padre Cleto Caliman. Depois, retornou à Câmara, mais perto da eleição.

Rivelino, que retornou em 2 de dezembro de 2003, se lançou novamente candidato e não se reelegeu. No entanto, se dedicou ao que gosta ao ser nomeado diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura no mandato seguinte. “Conseguí lançar livros de escritores locais, emplacar Venda Nova no ‘Revelando os Brasis’ (voltado para cidades com menos de 20 mil habitantes) com o projeto de vídeo “A História Experiência e Inventos Pepino”, promover feiras de cultura e de ciência, além de apoiar o projeto 'Alunos Talentosos' na emissora de rádio, ajudando a viabilizar a produção de vídeos e peças de teatro dos estudantes”.

De 2010 para cá, Rivelino se consolidou profissionalmente como locutor de rádio (trabalho que fazia voluntariamente na Comunitária) e apresentador de eventos.

4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



MARCO ANTÔNIO GRILLO



Eleito pela terceira vez e com 497 votos, Marco Grillo, que já tinha exercido a presidência da Casa por duas vezes (2ª e 3ª gestão), assumiu o desafio de ser líder do prefeito na Câmara. Ele salientou o desafio da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, que passou a traçar as novas formas de administração pública, sob um controle ainda maior do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça.

Para Grillo, a quarta gestão talvez tenha representado um dos melhores momentos de Venda Nova em termos de visibilidade. Todos os programas das principais redes de televisão fizeram reportagens abordando o turismo, com matérias relacionadas aos esportes de aventura (voo livre e Enduro da Polenta), sempre fazendo conexão com as propriedades do agroturismo e do café de qualidade, tendo à frente ações do secretário Municipal de Agricultura, Evair Vieira de Melo.

Ele avalia o período como o de aproximação entre o prefeito Braz Delpupo e padre Cleto Caliman, que vinham de linhas ideológicas diferentes, mas afinaram ideias e ações. Braz escutou padre Cleto e foi atrás de viabilizar o estudo hidrológico do município, mesmo sabendo que esse projeto levaria anos para ficar pronto. Um dos grandes desafios era saber quem pagaria a conta, pois a Prefeitura não tinha condições de desapropriar a fazer a barragem e era necessário um estudo que apontasse a necessidade de água para entrar num programa do Estado para viabilizar e resolver o desafio. Eram duas orientações: captar água da Fazenda do Estado ou fazer o lago (investimento maior), mas que traria uma nova fronteira para o turismo.

Pelo fato de acompanhar de perto todo esse processo, no dia 20 de março, Marco foi autor da Indicação (ao prefeito e à Cesan) que voltava a solicitar a construção do Lago de Alto Bananeiras, com o objetivo de garantir o futuro abastecimento de água em Venda Nova. Em 1998, ele enviou uma outra Indicação, com o mesmo propósito.

O crédito educativo, no entanto, foi a primeira bandeira que ele levantou na Câmara. Marco fez um Projeto de Lei (em fase de estudo e a ser apresentado) e convocou os colegas a se envolverem. Todos assinaram a Indicação que foi aprovada novamente na sessão de 13 de março de 2001 e encaminhada ao pre-feito. Na ocasião, o Executivo alegou dificuldades para ajudar os estudantes no transporte diário para Cachoeiro de Itapemirim. Apresentado em 1998, esse projeto previa crédito para todos os estudantes vendanovenses que estudassem fora. A determinação demonstrada pelo prefeito seria fundamental para colocá-lo em prática.

Em de 27 de março de 2001, fez a última sessão e deixou a vereança para assumir a Secretaria Municipal de Turismo. Joel Zavarez assumiu e Dejjair Vazzoler passou a ser o líder do prefeito na Câmara. Como secretário, Marco contratou o primeiro plantio de ipê ao longo dos canteiros da BR-262.

No papel de secretário, Marco foi à tribuna anunciar na primeira Sessão Extraordinária (dia 3 de janeiro de 2002) que a Funasa confirmou a liberação de R\$ 630 mil para a construção do Lago de Alto Bananeiras. Os recursos já estavam empenhados, porém sem previsão de chegar, e a Prefeitura aguardava a liberação da Seama e do Idaf. No início de fevereiro do mesmo ano, ele voltou à Câmara para anunciar que o presidente da Cesan estaria no município para conhecer a obra de transferência do sistema de tratamento de esgoto em Bananeiras e também o projeto da barragem.

No dia 10 de dezembro de 2003, Marco volta para a vereança. No dia 25 de fevereiro de 2004, propôs novamente a discussão sobre a criação do crédito educativo, cujo projeto de lei de sua autoria, ainda da legislatura passada, mais precisamente em 2001, estava parado. O projeto propunha criar um fundo de ajuda aos estudantes carentes e seria autossustentável através da devolução parcelada dos recursos. O assunto voltou à baila devido aos questionamentos de Carlos Vigna sobre a postura da Prefeitura em não ajudar no transporte dos alunos que se deslocavam diariamente para Cachoeiro de Itapemirim. No dia de 17 fevereiro de 2004, voltou a prometer a lutar pelo crédito.

Na sessão do dia 24 de junho de 2003, Marco disse que o governador Paulo Hartung se comprometeu a viabilizar os recursos para o Lago de Alto Bananeiras previstos e encaixados no Orçamento da União, cuja emenda foi dele quando senador. Hartung (que sobrevoou o Alto Bananeiras antes de deixar Venda Nova depois de uma visita) disse ainda que, se as verbas não viessem da União, poderiam ser viabilizadas no próprio Estado. A ideia da obra do lago nasceu para garantir abastecimento para a sede durante 30 anos e se tornou a 'menina dos olhos' do prefeito Braz Delpupo e do vereador, que encampou o projeto.

No dia 2 de julho de 2003, foi empossado o Conselho de Turismo do Estado do ES-Contures, do qual Marco Grillo era um dos membros, também representando a Região Serrana. Grillo informou na tribuna que o então ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia anunciou que o Espírito Santo estaria com três projetos dentro do programa nacional do Ministério. Um deles contemplaria Venda Nova: a Rota do Mar e das Montanhas. A criação do conselho era para deixar o Estado apto a receber verbas federais e a fazer parte de todos os programas do Ministério do Turismo.

No dia 7 de outubro de 2003, Grillo anunciou mudança de partido. Ele foi para o PSDB, alegando ter dívida de gentileza e afinidade. No contato com Luiz Paulo Veloso Lucas, prefeito de Vitória, no desenvolvimento da Rota do Mar e das Montanhas, constatou-se a afinidade de projetos e linhas ideológicas, que culminou com a sua filiação.

Em 10 de fevereiro de 2004, ele anunciou que o Estado liberou os recursos para a transferência da Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, em Bananeiras. A primeira parcela dos R\$ 90 mil já estava depositada e a estação elevatória seria desativada nessa nova etapa. O odor incomodava os moradores.



4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



VALDIR DIAS



Com 978 votos, foi o vereador mais votado, se elegendo pela terceira vez consecutiva. Logo na primeira sessão, Valdir anunciou as metas de trabalho: construção da sede própria da Câmara e desarquivamento de um estudo do Código de Ética de Decoro Parlamentar.

No dia 10 de julho de 2001, disse que a obra do asfalto do Alto Caxixe iniciaria para valer, pois a empresa que ganhou concorrência era de Guarapari e tinha dois meses para entregá-la. Ele explicou que o serviço feito pela administração anterior foi todo perdido pelo efeito da chuva.

A obra da Câmara foi iniciada depois de seguir todo o processo legal de contratação. O prazo de entrega era dia 4 de setembro. Assinado no dia 21 de junho, no contrato rezava o prazo de 75 dias e todos os detalhes de execução da obra de 570,9 m², que ele e outros vereadores sempre a visitavam para acompanhar.

No dia 1º de agosto de 2001, Valdir Dias teve duas indicações aprovadas. A primeira solicitava à Escelsa correções na rede elétrica da Vila Dordenoni, no Alto Caxixe. A rede passava em cima de duas ou três casas e os moradores reclamavam, pois atrapalhavam a construção. A outra solicitava ao prefeito a construção de uma praça na Vila da Mata. O pedido foi feito duas ou três vezes na legislatura anterior, inclusive por Antenor Lorenção, que brigou muito sem obter sucesso. Valdir Dias estava seguro de que o prefeito faria a obra.

A sessão no final de outubro de 2001, Valdir se disse disposto a tirar do papel o projeto do PDU de Venda Nova, pois tinha agendado para os próximos dias uma reunião com o IJSN com todos os vereadores e com o secretário de Obras da Prefeitura. Depois da reunião, ele constatou a complexidade do tema e pediu mais 30 dias para estudar melhor o PDU.

O projeto que propunha um novo Código Tributário para Venda Nova chegou na Câmara no dia 3 de dezembro, faltando apenas quatro sessões para fechar o ano. Pedindo para ser apreciado com urgência, para entrar em vigor no próximo exercício, Valdir Dias disse que queria discutir melhor para não criar problemas no futuro.

A primeira sessão ordinária do ano 2002 (dia 5 de fevereiro) ainda foi realizada nas instalações antigas. No dia 8 de fevereiro, foi inaugurada a nova sede da Câmara Municipal e os vereadores comentaram que foram 13 anos na estrutura improvisada. Valdir lembrou da locação antiga, que deixaria saudades, pelas amizades feitas nos pontos da proximidade, como o Bar do Visconde e o Posto Trevo, que funcionavam como verdadeiros 'comitês políticos permanentes'.

No final de fevereiro, os vereadores voltaram a se reunir com o objetivo de finalizar os estudos sobre o PDU. Os estudos do projeto chegaram na Câmara no dia 3 de março de 2000 (quase foi aprovado no final da legislatura anterior, mas o então presidente- Antenor Lorenção- deixou a cargo dos eleitos) e isso foi positivo, pois os estudos avançaram até o final de 2002 e o Alto Caxixe foi incluído.

O foco de Valdir Dias no dia 25 de março de 2002 foi para o Centro de Eventos, cobrando providências ao secretário de Obras, pois estava minando água podre no canto do terreno.

Última sessão de abril, na véspera do Dia do Trabalho, Dias defendeu os funcionários públicos municipais, convidou os vereadores a pensar na categoria, lembrando da lei que dá direito ao reajuste anual. Era o segundo ano sem ajustes e poderia gerar uma dívida para a administração. O colega Dejair disse comungar com a ideia, mas lembrou da receita e das exigências da LRF e falou da possibilidade de criar um vale alimentação. Valdir Dias disse que o prefeito se mostrou sensibilizado em criar essa forma de favorecer todas as categorias de trabalhadores.

Em junho de 2002, a Mesa Diretora propôs contratar profissionais de assessoria especializada para estudo da Lei Orgânica Municipal- LOM e do Regimento Interno da Câmara para possíveis realinhamentos com as mudanças da Constituição Federal. No final do mesmo mês, já foi anunciada a contratação, feita com autorização de todos os vereadores. No dia 1º de outubro do mesmo ano, entrou em tramitação o Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, com as propostas de alteração da LOM, que nesta etapa passava pelo crivo das comissões permanentes e da assessoria jurídica. O projeto foi aprovado em primeira discussão no dia 19 de novembro, com votação global de todas as emendas, que foram amplamente debatidas pelos vereadores.

Valdir Dias, no dia 1º de outubro 2003, pediu que a Câmara retomasse a tentativa de chamar os técnicos da Cesan para uma conversa. Populares continuavam reclamando das altas taxas de esgoto.

Foi aprovada a Indicação para pavimentação da avenida Pedro Minete, a conhecida Beira Rio, dia 15 de junho 2004. Incluiu ainda o restante da avenida Elizabete Perim, a ser realizada com recursos economizados pela Câmara. Valdir disse ser uma antiga reivindicação dos moradores do bairro onde mora e deveria começar em breve.

Valdir sempre se mostrou preocupado com o funcionalismo público, principalmente para as categorias com menor remuneração. Ele reforça que sempre lutou pelo funcionalismo e representou um forte aliado defendendo os interesses da categoria na Câmara.



*Ato solene de inauguração da atual sede
da Câmara Municipal.*





4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



SUPLENTE

LUIZ BRAMBILLA



Eleito como suplente com 246 votos, Luiz Brambilla passou a representar a comunidade de São José do Alto Viçosa na quarta legislatura . Antes de se colocar na política, foi participativo em sua comunidade, chegando a ser presidente da comissão da igreja e atuante na Associação Pró- Melhoria de São José do Alto Viçosa.

Luiz nasceu no dia 21 de maio de 1956, quase por acaso na comunidade de Tatu, em Santa Luzia, Conceição do Castelo. Seu pai, José Brambila, terminava um serviço como colono quando sua mãe, Maria Poletto, deu à luz. Dois dias depois, eles estavam de volta à comunidade dos Brambila, em Venda Nova.

Ele cresceu nessa comunidade, mais propriamente na cachoeirinha perto da BR-262 (hoje de propriedade da família Perim). De lá, ele saía descalço para estudar na escola da Saúde (só o primeiro ano) e depois, para fazer o restante do primário em uma escola na Fazenda do Estado, Domingos Martins.

Depois sua família foi morar na sede e, na sequência em Cachoeiro de Itapemirim, e em Campos, Rio de Janeiro. Há 40 anos, Luiz retornou e se fixou em São José do Alto Viçosa, onde se casou com Maria Zenaide Poletto Brambilla (falecida no 24 de novembro de 2021), com quem teve dois filhos, Jonas (36 anos) e Luiz Carlos (32).

Desde criança, Luiz trabalhava na roça. Por volta dos 23 anos, foi trabalhar com obras e ficou no setor durante uns 20 anos, quando resolveu voltar para a agricultura, atuando na propriedade da família que construiu com sua esposa.

A vida de comunidade o levou para a política. Ele foi convidado por Braz Delpupo e Vicente Caliman, mas achava que não tinha esse perfil e o bom resultado na urna mostrou o contrário. Ele voltou a se candidatar e foi eleito com uma votação ainda melhor.

4ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2001 / 2004



SUPLENTE

JOEL ZAVAREZ



Filho de Eulália Meroto Zavarez e Lino Zavarez, Joel Zavarez nasceu em 6 de setembro de 1958, em Mata Fria, Conceição do Castelo, onde fez seus estudos primários. Em 1971, foi para o Seminário Agostiniano de Castelo, fez admissão no Colégio Nestor Gomes e nos quatro anos seguintes estudou no Colégio João Bley.

Em 1976, seguiu para o seminário (Capelinha), em Franca/SP, fez magistério no Colégio Torquato Calheiro e, após, ingressou no curso de filosofia no seminário. Nessa época, era ministro da eucaristia, dava aula de catequese e coordenava o grupo de jovens. Em julho de 1980, retorna para Mata Fria, lecionando naquele colégio em 1981 e 1982. No período em que permaneceu na comunidade, trabalhou na catequese, grupo de jovens, grupo litúrgico e abriu portas para os idosos, os auxiliando em vários departamentos. Realizou a primeira Festa do Inhame, criando a associação.

Em 1983, foi professor de português no Colégio Salesiano, em Venda Nova e, no mesmo ano, inicia o curso de direito na Faculdade de Cachoeiro de Itapemirim – FDCI. Em 1986, começou a estagiar no escritório de advocacia de Cleto Venturim, onde atendia como defensor público de Conceição e de Venda Nova. Em julho de 1987, assume como oficial de justiça na Comarca de Conceição do Castelo. Nesse mesmo ano, conclui o curso de direito. Em 1994, com a criação da comarca de Venda Nova, pede transferência para o município.

Joel, pelo PPS, assumiu como suplente de Marco Grillo na sessão de 19 de fevereiro de 2002, quando ele fez moção ao trabalho da juíza Patrícia Farone, na Comarca de Venda Nova do Imigrante e levantou debate sobre a necessidade de um juiz definitivo no município.

Na última sessão de fevereiro de 2002, ele foi à tribuna comentar sobre as ações dos vândalos na estrada de Lavrinhas, inaugurada há menos de um ano. Ele verificou placas arrancadas e jogadas no cafezal. O problema foi levado à Câmara por ele e também pela colega Eunice, que pediu providências.

Em 14 de maio de 2002, ele e o vereador Dejair assinaram a Indicação, aprovada por todos, para a Prefeitura viabilizar a aquisição de um terreno para construção da sede do Fórum e do Ministério Público. Ele alegou que a Prefeitura gastava aluguel mensal desde 1994 e, embora reconhecesse que se tratava de uma responsabilidade do Estado, a iniciativa tinha interesse social.

Sob a alegação de que o resultado dos alunos beneficiados não foi satisfatório no ano anterior e de que o investimento foi alto para beneficiar poucos, o Projeto de Lei que solicitava autorização para o repasse ao cursinho em forma de ajuda de custo aos alunos carentes foi rejeitado nas comissões. Um recurso de Joel salvou 50% do repasse, pois ele alegou que as contratações dos professores já estavam feitas e os alunos matriculados, com materiais comprados. Todos acabaram aprovando o projeto, cuja modificação reduziu o valor pela metade.

Joel solicitou, através de Indicação ao prefeito, a iluminação na BR-262 no trecho entre o Alpes Hotel e a Vila São Miguel. Várias pessoas fizeram essa reivindicação e a Polícia também falava da dificuldade em fazer a segurança, considerando que as árvores nos canteiros poderiam servir de esconderijo.

Em 14 outubro de 2003, já atuando como suplente de Rivelino Guimarães, Joel anunciou mudança de partido e explicou que foi para o PL pelo motivo de 'estarmos juntos', disse se referindo ao grupo.

Após o mandato, ele continuou como oficial até a aposentadoria. Dentro da Maçonaria, Joel é grau 33 Dorito Escoses Antigo e Aceito (Grande Inspetor Geral, 33º). Ele atuou por quatro anos como secretário da diretoria do Hospital Padre Máximo, foi fundador do Grupo Escoteiro de Venda Nova (Deolindo Perim) com o os demais integrantes. Hoje é secretário do CTVNI. É pai de dois filhos: Marcus Vinícius (30 anos) e Marcus Alexandre (27).

Participou de 107 sessões ordinárias, 16 extraordinárias e uma Sessão Solene. Faltou apenas em seis. Presidiu a Comissão de Finanças e Orçamento e foi relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Fez 53 pronunciamentos: 22 no Expediente, 10 na Ordem do Dia e 21 na Explicação Pessoal. Participou da autoria de três projetos de lei, 11 indicações e cinco moções (todos aprovados). Autor do recurso ao parecer contrário recebido pelo Projeto de Lei Nº 014/2002. Um Requerimento e uma Moção. Participou do primeiro Prêmio de Qualidade de Café das Montanhas Capixabas, entre outros.





5^A LEGISLATURA 2005 A 2008

VENDA NOVA DO IMIGRANTE



5ª LEGISLATURA 2005 A 2008

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Vereadores

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| Alberto Falqueto (PDT) | 406 votos |
| Cloves Antonio de Souza (PSB) | 302 votos |
| Francisco Carlos Foletto (PSB) | 465 votos |
| Gervásio Ambrosim (PP) | 471 votos |
| Isael Bergamim (PPS) | 486 votos |
| Luiz Brambilla (PP) | 383 votos |
| Marco Antônio Grillo (PSDB) | 330 votos |
| Nicolau Falchetto (PV) | 328 votos |
| Valdir Dias (PP) | 766 votos |

Suplentes

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Eunice Maria Caliman (PV) | 245 votos |
| Antônio Ismael Faitanin (PPS) | 97 votos |

Número de eleitores: 12.295

| | |
|---------------------------------------|-------------|
| Prefeito: Braz Delpupo (DEM)..... | 6.020 votos |
| Vice-prefeito: Vicente Caliman (PP).. | |



4ª LEGISLATURA
**FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA
E DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Valdir Dias
Vice-presidente: Francisco C. Foletto
1º Secretário: Gervásio Ambrosim
2º Secretário: Isael Bergamin

**MESA DIRETORA
DO 2º BIÊNIO**

Presidente: Marco A. Grillo
Vice-presidente: Isael Bergamim
1º Secretário: Alberto Falqueto
2º Secretário: Francisco C. Foletto

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação Justiça
e Redação Final.**

Presidente: Marco Antônio Grillo
Relator: Gervásio Ambrosim
Secretário: Francisco Carlos Foletto

**Comissões
Permanentes**

**Comissão de Legislação Justiça
e Redação Final.**

Presidente: Valdir Dias
Relator: Gervásio Ambrosim
Sec.: Nicolau Falchetto/ Eunice C.

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Luiz Brambilla
Relator: Alberto Falqueto
Secretário: Nicolau Falchetto

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Luiz Brambilla
Relator: Valdir Dias
Secretário: Alberto Falqueto

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Gervásio Ambrosim
Relator: Francisco Carlos Foletto
Secretário: Isael Bergamin

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Cloves A. de Souza
Relator: Francisco Carlos Foletto
Secretário: Gervásio Ambrosim

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Isael Bergamin
Relator: Marco Antônio Grillo
Secretário: Cloves Antônio de Souza

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Francisco C. Foletto
Relator: Alberto Falqueto
Secretário: Antônio Ismael Faitanin



CÂMARA MUNICIPAL
DA NOVA DO IMI

BRASIL



**PREOCUPAÇÃO COM LOTEAMENTOS IRREGULARES,
MUDANÇAS NO TRÂNSITO, PROBLEMA NAS OBRAS
DA ETE E DA BARRAGEM DE ALTO BANANEIRAS
E COMEÇO DA CONSTRUÇÃO DO IFES**

**INÍCIO DA TRANSMISSÃO AO VIVO DAS
SESSÕES DA CÂMARA PELA RÁDIO
FMZ E PELA INTERNET**



Com o crescimento de Venda Nova, o município sofria com as consequências de loteamentos irregulares consolidados ou em curso dentro da formação urbana. Pontos de alagamento no bairro Providência, por exemplo, faziam parte dos problemas gerados. No início da legislatura, a Câmara até recebeu a visita da promotora de justiça Adriana Dias Paes Ristori Cotta para falar do assunto e se colocou à disposição para ajudar a resolver o problema. Na ocasião, frisou que era obrigação dos loteadores arcar com os custos de urbanização.

O concurso público dominou os debates no início da legislatura, em abril, de forma especial, quando o edital foi publicado. No dia 5 de abril, mesmo dia da sessão, é publicado no Diário Oficial e fixado na recepção da Prefeitura, e pegou de surpresa os vereadores (que se manifestaram), que a consideraram precipitada. Eles disseram que pensavam fazer parte do processo.

O ano foi de trava no projeto de construção na nova estrutura para transferência da Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, de Venda Nova. O problema estava na atuação da empreiteira que ganhou a concorrência, e não na Cesan. Os vereadores Alberto Falqueto e Marco Grillo acompanhavam de perto o desenrolar do projeto. Alberto chegou a sugerir (em agosto de 2005) que o prefeito desqualificasse a empreiteira e fizesse nova licitação.

Dois mil e cinco também foi um ano de muitas mudanças no trânsito e as inseguranças geradas repercutiam na Câmara, onde os vereadores comentavam a dificuldade dos moradores em se adequarem às novas normas, principalmente em pontos ainda não muito claros. Dentre as principais, as vias laterais à BR-262 terem passado a ser de mão única. As avenidas principais do Centro e de Vila Betânea também passaram por modificações, distribuindo o fluxo de veículos com as ruas adjacentes.

Para os vereadores, duas obras seriam fundamentais para adequar o trânsito de Venda Nova: a abertura total da avenida Beira Rio (Av. São Pedro) e o calçamento da paralela à avenida Lorenzo Zandonadi, na Vila Betânea. A maioria dos motoristas não estava compreendendo o fluxo.

No dia 10 de setembro daquele ano, os vereadores se reuniram com Joanísio Mareto, chefe da Ciretran de Venda Nova, para fazer sugestões de mudança no trânsito e alguns trechos voltaram a ter mão dupla.

No dia 25 de outubro, foi feita a primeira transmissão ao vivo da sessão da Câmara, na Rádio FMZ. A partir de então, os vereadores passaram a se pronunciar se dirigindo também aos ouvintes da emissora. A maioria dos vereadores se mostrou otimista com essa nova possibilidade de interação com os cidadãos.

No final de 2005, os vereadores se mobilizaram e ouviram as comunidades para dar mais legitimidade ao Orçamento Municipal de 2006, cujo Projeto de Lei enviado pelo Executivo estava em tramitação, com várias propostas de emendas. Após as sugestões dos vereadores e da comunidade, voltou para estudo na Comissão de Finanças e Orçamentos, tendo como relator Marco Grillo, para posterior volta ao plenário. As emendas foram votadas em separado antes da primeira e, nas segundas, incorporadas na votação do Orçamento. Foram necessárias duas sessões extraordinárias.

Venda Nova recebeu o título de Capital Nacional do Agroturismo pela Associação Brasileira de Turismo Rural- Abratur. O reconhecimento é motivo de orgulho e significa também muita responsabilidade, como observou Chico Foletto na última sessão de novembro de 2005. Ele reconheceu que não aconteceu por acaso, foi graças ao empenho dos produtores e do poder público.

O ano de 2006 começou com uma notícia boa: o início das obras do Lago de Alto Bananeiras, que começaram pela adutora, conforme noticiou Alberto Falqueto no dia 7 de fevereiro, na primeira sessão do ano. No entanto, no início de abril, diante da notícia de que as obras ficariam paradas durante 15 dias após o questionamento dos gastos na fase de construção da barragem por um dos engenheiros da Cesan, ele sugeriu a Marco Grillo (que acompanhou a primeira fase do projeto), que marcasse uma reunião com a empresa ganhadora da concorrência. Grillo salientou que, diante do cenário, eram necessárias importantes reflexões sobre projetos para o futuro de Venda Nova. Ele solicitou uma reunião de planejamento estratégico entre os vereadores e todos os secretários municipais.

No dia 8 de maio, aconteceu uma reunião com a empreiteira, que reclamou que até aquele momento não tinha recebido pelos serviços. Alberto informou que se deu pela necessidade de um projeto novo, que foi concluído na semana anterior. Chegou o momento de cobrar a liberação de recursos pelo Estado.

No final de maio, Grillo voltou a visitar a obra do lago, com Eliezer Batista, e na última sessão do mês ele declarou que corria o risco de as obras serem paralisadas, pois a Cesan não tinha passado os recursos para o pagamento da empreiteira. Ele sugeriu estudo propondo aumentar o nível da reserva de água em mais de 1,5 metro. Alberto concordou, pois dos 35 hectares desapropriados, somente pouco mais de 20 seriam ocupados. Grillo sugeriu uma reunião imediata da diretoria técnica da Cesan.

Em 12 de setembro, as obras são retomadas e continuavam a ser acompanhadas pelo vereador Alberto, que mantinha as informações atualizadas na tribuna da Câmara. Licitadas há muito tempo, as obras sempre precisavam de replanejamento e, por necessitar passar pela burocracia da Cesan e da Caixa Econômica, o processo atrasava e o custo aumentava. A expectativa era terminar naquele ano.

Na sessão de 19 de setembro, foi aprovada, em primeira discussão, a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal- LOM que colocava fim ao pagamento do 13º aos vereadores, prefeito e vice e ainda acabava com o recesso de julho. Ambos benefícios passaram a ser concedidos na legislatura anterior e a proposta de acabar foi de Marco Grillo que, na época da concessão estava licenciado e atuava como secretário de Turismo. Também por unanimidade, o projeto foi aprovado em segunda votação, no dia 3 de outubro.

Em 2007, nasceu uma oportunidade de discutir amplamente a segurança no município. Foi aprovado o Projeto de Lei que instituiu o Conselho Municipal de Segurança de Venda Nova, em primeira votação no dia 13 de março e em segunda, no dia 27 de março. A proposta da Câmara era dar posse entre o final daquele mês e o início de abril. Na sessão do dia 10 de abril, foi anunciado que Chico Foletto seria o membro titular, que representaria a Câmara, e Gervásio Ambrosim, o suplente.

Alberto volta à tribuna para falar da paralisação total das obras do Lago de Alto Bananeiras, na sessão de 17 de abril de 2007. Ele fez questão de esclarecer que a Prefeitura não tinha responsabilidade, pois a gestão da obra era do governo federal e da Cesan. Outro problema prolongado de Venda Nova, a nova ETE se encontrava novamente paralisada, pois a empreiteira deu baixa e tudo foi suspenso ao não conseguir cumprir compromisso. Seria preciso licitar novamente.

A pesquisa do Instituto Futura, entregue no dia 10 de maio, revelou que a Câmara de Venda Nova tinha o melhor índice de aceitação do Espírito Santo. No dia 10 de abril, a Câmara encomendou a pesquisa, dentro do plano de ação 2007/2008 para saber como os munícipes enxergavam os serviços públicos e a atuação da Casa junto à comunidade. A decisão foi amplamente debatida entre os vereadores.

Finalmente começa a funcionar a nova estrutura da ETE. A transferência ocorreu no dia 4 de setembro. Grillo, que testemunhou o fato, o anunciou na sessão do mesmo dia.

Partindo da Mesa e com adesão de todos os vereadores, foi proposta a emenda à LOM para acabar com a sessão e votos secretos. A intenção foi ampliar a transparência do Legislativo em Venda Nova e a matéria foi lida na sessão do dia 25 de setembro. Depois de passar pela Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final foram necessários dois turnos de votação em plenário.

Na sessão do dia 1º de abril de 2008, todos os vereadores concordaram em liberar em uma única votação o Projeto de Lei que autorizou a Prefeitura doar o terreno para a construção do Cefet (atual Ifes), comprado no final de 2007. A lei federal só permite que a União edifique em terreno de posse da nação e o regime de urgência foi para que o cronograma fosse cumprido a tempo de liberar o início das obras para aquele ano.

No dia 8 de maio de 2008, a Câmara promoveu uma Sessão Solene para marcar os 20 anos de emancipação política de Venda Nova. Pela primeira vez concedeu o título de cidadão vendanovense (Valeriano Cesário Bolzan) e, na história, a Comenda do Imigrante Padre Cleto Caliman (Voluntárias Pró-HPM, Apae, Jordelina Caliman Zandonadi- irmã que representou a família do religioso- e o juiz Valeriano Bolzan e Benjamim Falchetto). Também foi lançado o selo comemorativo em quatro modelos com fotos que homenageiam a paisagem urbana, a culinária, o agroturismo e o café, que fazem parte dos elementos culturais e econômicos de Venda Nova.

O caráter social do trabalho feito através do esporte pelo Instituto Caminhos da Razão- ICR foi um dos motivos que levaram os vereadores aprovarem por unanimidade o Projeto de Lei que autorizou a Prefeitura doar o terreno para a construção de sua sede. A votação em agosto possibilitou a construção de uma sede para o instituto que mantinha (e ainda mantém) uma escola de caratê em Venda Nova e em outras comunidades do interior.

No dia 21 outubro, diante da notícia de que a ETE seria paralisada para obras de ampliação, a Câmara propôs uma audiência pública com a diretora de operação da Cesan para esclarecer a situação para os setores interessados e a comunidade. Marcada para o dia 11 de novembro, teve baixa adesão da comunidade.

A Câmara promoveu concurso público no dia 26 de outubro. Vagas para cargo de servente, auxiliar de serviços, redator de atas, adjunto de secretaria, contador e advogado.



A complexa obra da barragem de Alto Bananeiras prosseguia entre altos e baixos. No final de maio, Eliezer Batista visitou o local e sugeriu o estudo propondo aumentar o nível da reserva de água em mais de 1,5 metro.





Em 14 de dezembro foi inaugurado o Fórum Desembargador José Vieira Coelho



Seminário de Agroturismo em Venda Nova



5^A GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
2005 /2008



BRAZ DELPUPO
PREFEITO



VICENTE CALIMAN
VICE-PREFEITO

ABERTURA TOTAL DA BEIRA RIO, CONQUISTA DO IFES E COMPRA DE TERRENOS PARA ERGUER O CAMPUS E OUTRO PARA O FÓRUM

Braz Delpupo, em seu terceiro mandato como prefeito de Venda nova, apoiado em medidas iniciadas nas gestões anteriores, deu andamento a importantes projetos, embora não tenha os inaugurado. O destaque é a barragem do Lago de Alto Bananeiras, considerada uma das obras mais importantes da história recente de Venda Nova, o lago funciona como um reservatório de água. A construção da barragem veio para ampliar o sistema de abastecimento de água do município, pois a captação via rio Viçosa já mostrava sinais de insuficiência em atender sozinha a demanda existente.

O projeto da barragem foi iniciado na sua gestão anterior e um de seus grandes desafios foi negociar durante meses com mais de dez proprietários. Para seguir em frente, foram necessárias várias licenças ambientais, além de enfrentar problemas com as empreiteiras na execução da obra.

Comprado no final de 2007, o terreno para a construção do Cefet (atual Ifes) foi doado em 2008, pois a lei federal só permite que a União edifique em terreno de posse da nação. Os vereadores votaram a autorização para doação em regime de urgência para que o cronograma fosse cumprido a tempo de liberar o início das obras para aquele ano.

O Ifes foi resultado de uma vitoriosa luta travada e com a conquista garantida. Braz contou com o apoio dos vereadores para comprar e preparar o terreno onde estão hoje as instalações da escola federal. O Ifes em Venda Nova fortalece o município como polo regional de educação para os jovens e, ao mesmo tempo, gera oportunidade de trabalho e atrai profissionais qualificados para morar na cidade.

Com o funcionamento do campus, vários setores passaram a se desenvolver para atender às demandas desse novo público formado por professores e alunos: construção civil (com oferta de imóveis para venda ou aluguel, restaurantes e outros prestadores de serviços).

Além de comprar terrenos para a construção da sede própria do Fórum (que foi inaugurado no dia 14 de dezembro de 2007), a Prefeitura viabilizou a instalação do Cartório Eleitoral (40ª Zona) com a aquisição de um terreno, onde foi erguida sua sede e hoje funciona. Braz Delpupo fez seu terceiro mandato com mais de 80% de aprovação popular, conforme pesquisa feita na época.

Outra obra importante da gestão 2005/2008 foi a abertura total da avenida Pedro Minete, a popular Beira Rio. No final de 2005, o prefeito colocou como meta para 2006 a abertura total da via, que precisava de redes de esgoto e pluvial para anteceder o calçamento. Em setembro de 2007, a última etapa do calçamento começou a ser feita, cobrindo a segunda metade da avenida, que ligava o bairro São Pedro à Vila Betânea. Com um prazo de 90 dias, não foram encontrados registros do término da obra. No entanto, em 2018, notícias davam conta do funcionamento completo da via.



5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



ALBERTO FALQUETO



Alberto Falqueto garante que nunca gostou de política. No entanto, o pai Benjamim Falchetto sempre gostou e insistiu até que ele se dispôs a disputar o pleito em 2004, quando foi eleito com 406 votos pelo PDT.

Eleito como oposição ao prefeito eleito, Alberto sempre deixou claro que só agiria de acordo com sua consciência. “Eu analisava e tirava minha própria conclusão e tomava minhas atitudes conforme minha consciência. Tive relacionamento tranquilo no meio político”, avalia.

Na sessão do dia 15 de fevereiro de 2005, com 31,24% do orçamento, Venda Nova era o segundo município do Estado que menos gastava com pessoal. A constituição permite o gasto com até 60% e a Lei Orgânica Municipal- LOM de Venda Nova, em 45%. O vereador chegou a sugerir uma reformulação que apertasse mais o cerco em 35%, um concurso público e valorização do funcionalismo com um plano de carreira. “Em contrapartida, o município engole 52% do orçamento com custeio. É o único acima da média do Estado”. Observou citando os alugueis e gastos com eventos dentro desta rubrica.

Alberto considerava os loteamentos irregulares um dos mais sérios problemas locais. De acordo com ele, um levantamento na Prefeitura dava conta de 33 loteamentos cadastrados. “Se houve distração, é momento de uma atitude mais severa”. Na sessão de 28 de março de 2005, ele apelava para a necessidade de um embargo judicial, pois o fiscal de obras não tinha respaldo suficiente.

Dos loteamentos, somente quatro reservaram área pública e, na avaliação do vereador, a Prefeitura quebraria se fosse resolver todos os problemas criados pelos loteadores. Ele ainda se mostrou preocupado com o aumento populacional, pois Venda Nova é cidade de cabeceira e tem limitações, numa referência à capacidade de abastecimento de água.

Em 19 de abril, manifestou sua preocupação com o crescimento da informalidade que competia no mercado. Ele pedia pela regularização, pois a arrecadação era importante. Ele comparou com Vitória, onde o ISS representava 20% do total da arrecadação, enquanto em Venda Nova, apenas 1,1% da receita. “É muito pouco para um município com um comércio tão pujante”.

Voltando ao tema dos loteamentos irregulares, na sessão de 26 de abril, depois de participar de uma reunião, ele levou o assunto para a tribuna. Alberto disse que a venda de lotes irregulares é crime e, se quisesse, a Prefeitura poderia desapropriar como terrenos rurais com os mesmos valores declarados no ITR.

O Plano Plurianual- PPA passou a tomar conta da pauta de trabalho dos vereadores por várias semanas e, no dia 4, ele falou que o ostracismo aparente (por ausência de votação em plenário) não significava que os vereadores estavam ociosos. Eles se dedicam ao estudo do PPA, que trata das diretrizes e metas da administração para os próximos quatro anos.

Membro da Comissão Permanente de Obras, Alberto optou pela postura de acompanhar mais de perto a execução das obras municipais feitas por em-preiteiras. Uma forma de fiscalizar era verificar se o material usado na obra era o mesmo especificado na planilha, pois acontecia de uma empresa ganhar a concorrência pelo preço e não cumprir as especificações, usando material inferior. Houve casos de estar descrita uma madeira de lei e outra ser colocada no lugar. Tratava-se de um material de isolamento na base, o que comprometeria a qualidade da obra, gerando problemas futuros. “Quando eu constatava irregularidades, avisava ao setor de Obras”, disse o vereador, que fazia essas visitas usando sua moto.

No dia 22 de agosto, Alberto propôs aos colegas ajudar a equipe da Prefeitura a fiscalizar algumas obras públicas do município. É que empreiteiras com histórico de serviços mal feitos ganharam concorrências. Em setembro, visitou a ampliação da Liberal Zandonadi, do Posto de Saúde de Vargem Grande e da escola do Alto Caxixe. Só em Vargem Grande, encontrou quatro irregularidades na parte estrutural, que já estavam corrigidas quando falou na tribuna, na sessão do dia 12.

Em 12 de setembro de 2006, diante da fala do colega Nicolau Falchetto sobre a distribuição injusta das receitas entre o Estado e os municípios, Alberto se manifestou. Apesar de todo discurso, ele disse que, ao se apegar aos números do PPA estadual, todos os investimentos propostos- cerca de 84%- estão no litoral de Linhares até Ubu, em Anchieta. “Ainda não temos forças e representatividade, apesar de o governo estar pensando no interior”.

Na sessão do dia 12 de dezembro, Alberto pontuou duas pendências de 2006: a transferência da fábrica de blocos e a elaboração de um plano viário para a cidade.

O vereador, que fez parte da comissão de pesquisa de oferta e de preço para compra de um terreno para a construção da nova sede da Câmara, comentou na sessão do dia 19 de dezembro que o município não perderia com a compra, pois o atual espaço do Legislativo ficaria para o Executivo, que poderia destiná-lo, por exemplo, para a Educação. É que naquela sessão foi aprovado o Projeto de Lei que autorizava a Prefeitura fazer a compra.

Alberto foi eleito o primeiro corregedor da Câmara de Venda Nova do Imigrante. A eleição foi na sessão do dia 10 de abril de 2007 e ele foi o único candidato, eleito por unanimidade. A resolução determinando a eleição existia desde 2001 e a função ganhou titular, o que na avaliação do presidente na época, era muito importante para disciplinar a atuação dos vereadores e funcionários.

Alberto começou 2008 acompanhando as obras públicas, a exemplo da ampliação da Escola Liberal Zandonadi, em Vila Betânea, que apresentava problemas no acabamento.

Todo final de mandato é regra votar os ajustes salariais para os vereadores da próxima legislatura e para o Executivo: prefeito, vice e secretários. Quando concluí o primeiro, Alberto foi contra um aumento que considerava razoável. A votação seria numa Sessão Extraordinária, longe dos holofotes. “Disse que colocaria o assunto para o conhecimento do público. Eu e Chico Foletto tomamos posição firme dizendo que a sessão deveria ser Ordinária. Temerosos com a reação da população, os vereadores voltaram atrás, só atualizaram de acordo com as perdas da inflação”.

Nesse mandato, mesmo como oposição, Alberto construiu uma relação de confiança com Braz. “Sempre que eu tinha uma questão para resolver, eu o procurava para um diálogo, esclarecia minhas dúvidas e me posicionava. Não era necessário levar o problema a público, sem tentar resolvê-lo antes. Com essa minha postura, Braz passou a confiar em mim. Ele chegou a me consultar para fazer a compra do terreno do Ifes. Quando estava para fechar negócio com Vicente Perim e Rafael Zandonadi, me chamou para checar se o valor proposto pelos proprietários era condizente com a realidade”.

Nascido no dia 17 de fevereiro de 1952, Alberto Falqueto, filho de Benjamim Falchetto e Edília Sossai, casou-se em 1993 com Doracy Ambrosim, com quem teve um casal de filhos. Ele estudou do 1º ao 3º ano na Escola Singular de Bananeiras e saiu de casa com 12 anos de idade para fazer o 4º ano no seminário em Santa Isabel. Depois foi para Barbacena, Minas Gerais, cursar o ginasial, retornando com 17 para casa.

Alberto ficou parado três anos, só trabalhando na propriedade, e voltou a estudar integrando a primeira turma do Colégio Salesiano. Era uma sala cheia de adultos, pessoas que não tiveram a oportunidade de sair para fazer o segundo grau. Quando o concluiu, ficou parado mais um ano, fez uma experiência de trabalho no Mato Grosso por meio ano e retornou para o Estado para fazer um curso intensivo no Salesiano, em Vitória. Ele conquistou uma vaga no curso de engenharia mecânica na Ufes, fazendo o curso de 1977 a 1982.

Alberto ficou mais um ano em Vitória, cumprindo estágio na CST até quase terminar a obra da companhia e voltou para ficar um tempo em Venda Nova. Ele passou a dar aula no Colégio Salesiano, quando conheceu e começou a namorar Doracy, que começava a lecionar naquela instituição educacional. Atualmente, ele cuida da sua propriedade, mantendo cultura de abacate e outros.

5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



CLOVES ANTONIO DE SOUZA



Em sua maioria, a comunidade estudantil elegeu o então professor Cloves Antonio de Souza ao seu primeiro mandato de vereador. “Mesmo que grande parte desta comunidade estudantil não tinha idade para votar, essa acabava influenciando seus pais, que diziam: ‘Eu não o conheço, mas meu filho sim’”, diz o ex-parlamentar, ao reproduzir as falas de parte de seus eleitores.

Cloves define seu mandato como uma oposição consciente, pois era baseada numa relação boa e de respeito. “Foi tranquilo, mas sem muitas aprovações de indicações, sem colocar algumas ideias em concreto”, diz sobre ter sido voto vencido.

No entanto, Cloves conta com orgulho do atendimento de uma Indicação sua que sugeria ao Executivo fazer o alargamento da ponte que liga o bairro São Rafael ao São Pedro. “Também pedi muito para dar atenção ao cemitério e as melhorias só foram feitas no mandato seguinte, assim como a ciclovia e a iluminação ao longo dos canteiros. Eu era muito presente nas comunidades, visitava e participava de todos os eventos. Também fiz e participei de diversas palestras sobre o Legislativo e outros assuntos relevantes nas escolas aproveitando meus conhecimentos como historiador”.

Filho de Airton de Souza Flôr (in memorian) e Teodora Senhorinha de Souza, Cloves nasceu no dia 4 de agosto de 1959, no município de Afonso Cláudio. A família toda é da região de Piracema e Rancho Dantas, de onde migraram para Conceição do Castelo e Venda Nova. Seu pai foi o primeiro açougueiro de Conceição do Castelo, antes de decidir levar a família para Campo Grande e depois para o Rio de Janeiro. Cloves tinha apenas sete anos e na capital carioca fez todos os estudos, graduando-se em estudos sociais em 1988; em licenciatura em história-1990; bacharel em história-1992 (Universidade Veiga de Almeida/UERJ).

Cloves retornou em janeiro de 1992 para o Espírito Santo para lecionar no Salesiano, em Venda Nova do Imigrante, e na Escola Aldy Soares, em Conceição do Castelo, quando foi acolhido por parentes e por padre Paschoal Andreioulou. Na época tinha poucos professores com curso superior nessas disciplinas. Em 1993, ele então fez pós-graduação em história do Brasil pela Universidade Severino Sombra-Vassouras/RJ, entre 2008/9 fez pós-graduação em gestão escolar- Ufes, em 2010 formou-se em bacharel em direito pela Facastelo.

Como já fazia no Rio de Janeiro (quando integrava os movimentos sociais ligados à Igreja Católica), Cloves retomou essa postura e chegou a ser vice-diretor social da Apae. De 1993 a 1994, vendo um grande número de pessoas de Conceição se deslocando para serem atendidas em Venda Nova, encabeçou, juntamente com um grupo de professores e amigos, um movimento para criar a Apae daquele município

Cloves foi lecionar na Grande Vitória em 1994, o que abriu o leque para conseguir um visto para os Estados Unidos, onde vive seu irmão e parentes. Em 1995, retornou para Venda Nova exercendo as mesmas atividades profissionais, assim como no voluntariado dos eventos de comunidades e, principalmente, na Festa da Polenta. “Eu auxiliava a professora Aldi Caliman (Dé) no treinamento físico com os atletas do vôlei e nas viagens de competições dentro e fora do Estado”, recorda-se.

Cloves foi ficando cada dia mais popular. Além de ajudar, ele ocupava a sua mente e construía sua rede de convivência social, numa estratégia de readaptação, pois morou durante 23 anos no Rio de Janeiro. “Eu retornei inspirado por uma reportagem, veiculada quando ainda fazia faculdade, que mostrava Venda Nova entre as dez cidades brasileiras melhores para se viver e sem problemas sociais graves. Eu larguei o emprego de oito anos de bancário e decidi mudar minha vida. Antes, passei pela construção civil, metrô e até vendi roupas e perfumes para custear a faculdade, pois queria ser historiador”, disse ao recordar da adolescência trabalhando como engraxate e vendedor de picolé.

Em 2001, Cloves ficou alguns meses no EUA precisando retornar antes do planejado devido à morte de sua única irmã. “Pensei que voltando poderia usar toda minha experiência adquirida na política. Então, como já era filiado ao PSB, me candidatei e consegui ser eleito”.

Dentre as ideias lançadas logo no início do seu mandato, foi a de negociar com os associados do Rio Branco Futebol Clube uma nova área para sua sede, pois já considerava que a cidade cresceu e não suportava mais o campo bem na área central. Ele sugeriu que ali fossem construídos vários prédios públicos, incluindo o da Câmara.

Na sessão do dia 17 de maio de 2005, ele mencionou os gastos com o terreno e o projeto arquitetônico do Fórum, enquanto muitos clamavam por melhorias. Ele também questionou a ausência de terreno para a construção da delegacia. A segunda observação teve o apoio do colega Chico Foletto, que comentou as mazelas do sistema carcerário no Estado e pensava que o município poderia encampar um projeto mais humanizado e de ressocialização.

Com a fala de Cloves na sessão do dia 14 de junho, o assunto subsídio para o transporte dos estudantes que iam diariamente para Cachoeiro de Itapemirim, voltou para a pauta. Enquanto Gervásio falou da impossibilidade de o recurso sair dos 25% da Educação, Chico não via impossibilidade. Já Marco sugeriu retomar a discussão do projeto de crédito educativo municipal, que chegou a incluí-lo no Orçamento.

Preocupado com o fluxo seguro no trânsito já tratado em várias ocasiões, na sessão do dia 2 de agosto de 2005, Cloves falou da urgência de medidas para conter a violência no tráfego da BR-262. A morte de David Cont Hupp foi o motivo da pauta e Marco Grillo falou das tentativas em vão da Câmara em sugerir e solicitar providências junto ao Dnit para reduzir o perigo na rodovia.

Em 27 de setembro de 2005, Cloves lembrou que desde 1996 foi dado o prazo de dez anos para as escolas regulares receberem os deficientes auditivos. Ele questionou sobre o que foi feito até o momento para preparar os professores e o que a Câmara, as empresas e outros órgãos estariam fazendo para inserir essas pessoas tanto nas escolas como no mercado de trabalho.

Ele começou 2006 (dia 7 de fevereiro) fazendo solicitações como recapeamento do trecho da sede de São João até o Camargo e depois que a Escelsa vistoriasse o poste prestes a cair entre a Ângelo Altoé e rua Elizabete Perim.

Aprovada por unanimidade em 22 de agosto 2006, a Indicação de sua autoria para fazer uma passarela ligando a praça Santa Marta à Rua João Paulo II, em Vila Betânea. Cloves justificou dizendo que o local concentra muitos moradores de um lado e do outro, uma igreja, uma escola e o hospital, o que fazia da travessia uma constante necessidade.

Em 5 de junho de 2007, a Indicação foi para o calçamento nas ruas do bairro Pedro Minete. Já no dia 11 de setembro, solicitava à Prefeitura providenciar iluminação no trecho que liga a BR-262 ao vale onde vive a família Sossai na Tapera.

Outra conquista em conjunto bastante relevante foram as diversas reuniões no antigo Cefetes, hoje Ifes, para implantação do Instituto Federal do Espírito Santo no município de Venda Nova do Imigrante, principalmente com a compra do terreno.

Ainda em 2006, Cloves voltou para a faculdade para se graduar como bacharel em direito, vendo a necessidade de maiores conhecimentos dentro da área jurídica. A conclusão do curso, em dezembro de 2010, lhe proporcionou a oportunidade de trabalhar na Ciretran/Detran, onde atuou até 2016. Depois, ele assumiu a direção de três escolas na zona rural de Conceição do Castelo (Monforte Frio, Mata Fria e Santo Antônio do Areão) e ficou assim até se aposentar. Em 2018, atuou em uma chefia na Secretaria Municipal de Agricultura no município de Conceição do Castelo até retornar para atuar novamente na Ciretran/Detran, onde permanece até hoje.



Cloves Antônio de Souza com o Juiz Valeriano Cesário Bolzan e Benjamin Falchetto, que foram homenageados com a Medalha Pe. Cleto Caliman, na Sessão Solene em comemoração aos 20 anos de Emancipação de Venda Nova do Imigrante.



5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



FRANCISCO CARLOS FOLETTTO



Francisco Carlos Foletto, mais conhecido como “Chico Foletto”, nascido no dia 4 de outubro de 1964, em Colatina, era filho do comerciante de secos e molhados, Jayme Luiz Foletto e de Iolanda Grassi Foletto. Ele e os quatro irmãos tiveram formação na Escola Marista e ele foi para Vitória estudar farmácia e bioquímica na Faculdade Fafabes, que foi extinta quando a Ufes criou o mesmo curso. Ele se formou em 1986, já casado com a colega de turma, a vendanovense Mônica Feitosa Altoé. Em 1990, os dois passaram a morar em Venda Nova para integrar um projeto de Anchieta Feitosa, de ampliar o número de profissionais dentro do único laboratório de análises clínicas local e crescer, como aconteceu. Hoje, o laboratório está presente em quatro cidades, com seis unidades.

Inicialmente convidado pelo próprio Anchieta, começou a militar no PMDB. A atuação dele na associação do bairro Vila da Mata trouxe essa expressão de liderança e o próprio pessoal do bairro sugeriu e apoiou a sua candidatura em 2004, pelo PSB.

Eleito por 465 votos, Foletto não fugiu do perfil de apoiar os projetos de interesse da comunidade, do não clientelismo, como gosta de destacar. Através da atuação do deputado estadual Paulo Foletto- PSB, seu irmão, que conseguiu emendas abrindo portas para Venda Nova dentro do Governo do Estado, trouxe inúmeros benefícios para Venda Nova, principalmente tendo o foco principal no Hospital Padre Máximo-HPM e na Associação das Voluntárias Pró-HPM, cuja a legislação era mais favorável.

Logo que assumiu, ficou de frente com os desafios enfrentados por Venda Nova. O ano de 2005 foi de trava no projeto de construção na nova estrutura para transferência da Estação de Tratamento de Esgoto- ETE e Chico fez parte das discussões no plenário da Câmara. O problema estava na atuação da empreiteira que ganhou a concorrência e Chico sugeriu que este processo não deveria ser recommençado pela empresa que até o momento não tinha cumprido o contrato. “Os 90 dias para concluir essa fase poderiam se tornar seis a oito meses. Melhor é desclassificar e contratar uma outra com capacidade para fazer a obra”, sugeriu na época.

Na sessão do dia 4 de outubro daquele ano, ele, que esteve em reunião com a Polícia Militar, falou que a comunidade de São João de Viçosa convivia com grandes problemas sociais e precisava de policiamento. Na ocasião, ele disse que o município perdeu homens e convivia com dificuldades de pessoal para fazer a segurança.

Venda Nova recebeu o título de Capital Nacional do Agroturismo. Ao anunciar o título na última sessão de novembro de 2005, Chico enfatizou que o reconhecimento era motivo de orgulho e que significava também muita responsabilidade. “Não aconteceu por acaso, foi graças ao empenho dos produtores e também do poder público”.

Dia 27 de dezembro, Chico Foletto chamou atenção para a necessidade de uma unidade do Corpo de Bombeiros atendendo nas proximidades de Venda Nova. A observação se deu pelo alto índice de acidentes e o que aconteceu dois dias antes, cujo o atendimento de oito vítimas mobilizou todos os médicos e bioquímicos da cidade. Ele disse que uma de suas primeiras ações de 2006 seria buscar apoio para implantar o serviço para a região.

Ele, ao reparar que as reclamações sobre o lago de Alto Bananeiras na Câmara eram recorrentes, reconheceu que o problema não era de responsabilidade da Prefeitura, que só servia de ponte dos recursos entre o Estado e a Cesan. No entanto, observou que todo eventual prejuízo seria de Venda Nova. “Caso nada seja feito será crime de responsabilidade nossa e do Executivo também”.

Na sessão do dia 12 de setembro 2006, diante da fala do colega Nicolau Falchetto sobre a distribuição injusta entre o Estado e os municípios, Chico Foletto ressaltou que o governo na época era o que mais investia no interior. No entanto, reconheceu que o investimento privado se concentrava na Grande Vitória, tanto que para 2007, 70% dos gastos públicos estavam programados para o interior. “O governo já fez isso quando abriu mão dos 30% dos royalties para os municípios não beneficiados pelo petróleo”.

Como representante da Câmara no Conselho Municipal de Segurança, na véspera de tomar posse (sessão 22 de maio), Foletto adiantou que proporia a criação de uma polícia interativa. A posse ocorreu no dia 23.

Chico apresentou, no dia 5 de junho, um Projeto de Lei pedindo tombamento de uma área coberta por remanescentes da Mata Atlântica do bairro Vila da Mata, onde é morador. Lá, um jequitibá plantado há mais de 30 anos pelo morador José Altoé Sobrinho, foi citado para ilustrar a riqueza da área e a sua importância em preservá-la.

Com uma atuação dinâmica, conectada com as necessidades ligadas à saúde pública, de segurança e ambientais, Chico Folleto se lançou novamente candidato ao próximo pleito, não se elegendo.



Os vereadores Marco Grillo e Francisco Carlos Foletto ao lado do homenageado com a Medalha Pe. Cleto Caliman, Renato Casagrande.



O vice-prefeito Vicente Caliman e o vereador Francisco Carlos Foletto homenageando com a Medalha Pe. Cleto Caliman a Associação das Voluntárias.

5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



GERVÁSIO AMBROSIM



No dia de sua posse, Gervásio Ambrosim- PP disse que ele e os colegas não poderiam se dar ao luxo de se perder em discussões vazias. “Haverá discussões calorosas, mas que sejam para aumentar a dignidade do povo”.

Ele, que é professor de profissão e foi secretário de Educação por muitos anos, disse em 1º de março de 2005 que o estatuto do magistério havia sido todo reformulado e protocolado na Prefeitura no início de 2004 e acreditava que ainda estava passando por vistorias.

Ambrosim estava perplexo com as mudanças que a Sedu promovia no campo pedagógico, cancelando projetos que, ao seu ver, estavam dando certo. Ele também citou o descaso da União com os projetos em implantação e que, no caso de Venda Nova, foi montada uma sala de computação conforme pedia um projeto do Ministério da Educação e Cultura- MEC e até aquele momento os professores estavam sem treinamento e somente metade dos computadores tinha chegado. No dia anterior, 20 dias antes de começar o ano letivo na Fioravante Caliman, os professores se mostravam indignados com as mudanças, para pior, promovidas pela Sedu.

Ele também se mostrou preocupado com a ocupação urbana de Venda Nova, principalmente em relação aos loteamentos irregulares. Na sessão de 28 de março, ele disse que nem a Prefeitura, nem o Legislativo e nem o Judiciário eram culpados sozinhos e que a escala ascendente não poderia continuar. Para ele, caberia ao Judiciário e à Promotoria iniciarem o processo para, posteriormente, a Prefeitura negociar para acertar a situação.

Na sessão do dia 12 de abril, como presidente da comissão organizadora do concurso público da Prefeitura, Gervásio explicou vários pontos, como quantidade de vagas e outras dúvidas apresentadas pelos vereadores. É que na semana anterior (5 de abril), seus pares questionaram a rapidez da publicação do edital naquele dia, a considerando precipitada.

Com a municipalização das escolas em Venda Nova, a criação do Conselho Municipal de Educação era fundamental, na avaliação de Gervásio, pois o número de alunos da rede municipal saltou para 2.000. Um Projeto de Lei tramitava na Câmara para dar respaldo e ele, explicou na sessão do dia 21 de junho que o conselho não havia sido feito até aquele momento devido às exigências do MEC e considerava que apenas 450 alunos da rede pública municipal não tornavam a sua criação necessária. A municipalização mudou tal realidade.

Na sessão do dia 1º de novembro, ele falou dos quatro anos de atuação do Cread em Venda Nova. Na época, com 614 alunos em graduação em pedagogia, mais 1.055 em formação continuada e mais 188 no laboratório de informática. Gervásio, que colabora com a implantação do núcleo, quando era secretário de Educação, falou da necessidade de ampliação do espaço físico em razão do crescimento da oferta de cursos.

Gervásio foi responsável pela elaboração das propostas junto aos professores do Projeto de Lei de organização profissional e plano de carreira do magistério público de Venda Nova, que foram entregues à assessoria jurídica da Pre-feitura. Este projeto causou revolução na Câmara ao retornar sem as alterações. Foi quando os vereadores se uniram e deram um novo prazo para reapresentá-lo, com as devidas mudanças exigidas pela legislação atual e as propostas dos professores que pudessem ser acolhidas. As votações de aprovação foram durante dezembro.

No seu retorno de Brasília (viagem na qual também foi o colega Valdir Dias), Gervásio prestou contas e disse que, dentre as conquistas, citou que em 2007 foi consolidado na cota parte do FPM, um aumento de 1% em favor dos municípios. Este aumento resultou num repasse de R\$ 740 milhões e, em 2008, de R\$ 2 bilhões.

No dia 27 de maio, ele apresentou Indicação solicitando a construção de ciclovias nas principais avenidas, incluindo as paralelas à rodovia. Todos os vereadores foram favoráveis. Gervásio reconheceu a demanda, pois Venda Nova é considerada a cidade das bicicletas e, no entanto, os ciclistas, careciam de uma via exclusiva pelo menos nos locais mais movimentados.



O vereador Gervásio Ambrosim ocupando a Tribuna na comemoração dos 20 anos de Emancipação.

5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



ISRAEL BERGAMIM



Com 486 votos, Isael Bergamim- PPS, do Alto Caxixe, se elegeu novamente representando aquela comunidade. Na sessão do dia 15 de fevereiro de 2005, a trágica chuva de granizo que atingiu Alto Caxixe no domingo anterior, o levou a pedir ajuda à Prefeitura na tribuna da Câmara. Ele e o colega Luiz Brambilla, também daquele distrito, pediram que a Prefeitura enviasse mais telhas para a comunidade, atendendo também os meeiros e pequenos proprietários de Alto Caxixe e de São José do Alto Viçosa.

Ele ficou satisfeito com as mudanças nas exigências de regularização das barragens e lagos. Uma reunião entre Idaf, produtores e secretário de Agricultura moldou novos parâmetros: somente as barragens novas precisariam de projetos e o prazo foi dilatado em um mês. Alberto, que levantou a discussão na sessão anterior, agradeceu o empenho de Evair em resolver e pediu divulgação das orientações aos produtores e a contratação temporária de um técnico pela Prefeitura para orientar os produtores.

Na sessão do dia 15 de março, ele considerou resolvido o problema do lixo em Venda Nova do Imigrante. Desde o dia 1º, operava um novo sistema de destinação. O armazenamento só durava 24 horas e reduziu o impacto ambiental, pois a área ocupada, antes de um hectare, ficou reduzida a um contêiner de 50 m³ estacionado provisoriamente na saibreira de Cachoeira Alegre, em São João de Viçosa. Ele explicou que cinco vezes por semana uma empresa transportava o lixo até uma usina de processamento de Vitória.

Com a aprovação da Indicação para que a Prefeitura disponibilizasse terreno para instalação do DPM e do posto dos Correios no Alto Caxixe, Isael se disse otimista na sessão de 2 de agosto de 2005. Ele falou que pelos menos os Correios funcionavam há dois anos e o comandante dizia que só faltavam uma sede do DPM e a casa para o policial.

Quando já estava quase finalizado o projeto do biossistema integrado de tratamento do esgoto da Vila Dordenoni, no Alto Caxixe (sessão 16 de agosto), Isael agradeceu aos colegas o apoio ao autorizar a Prefeitura comprar o terreno para tais instalações. Toda obra foi doada por uma empresa e, agora, ele sugeria a construção do mesmo modelo em outras comunidades do mesmo distrito. O gás produzido pelo sistema era para atender a creche e que a Prefeitura iria economizar, conforme avaliou. Ele explicou ainda que a tecnologia era chinesa, com impacto perto de zero na natureza, além de gerar energia (gás).

Na sessão de 27 de setembro, Isael cobrou da Prefeitura a manutenção da estrada que ligava Castelinho ao Alto Caxixe e do início do funcionamento do posto de saúde do distrito, que estava com as obras concluídas há quatro meses.

Na sessão de 13 de dezembro, exaltou a presença de mais de dez prefeitos na inauguração do biossistema do Alto Caxixe e se alegrou com a expectativa de um projeto para melhorar a paisagem da comunidade, conforme prometeu Paulo Hartung.

Um ano depois da inauguração do posto de saúde do Alto Caxixe, Isael foi à tribuna no dia 4 de abril de 2006 para reclamar da ausência do serviço e citou que, apesar de estar em um lugar inadequado e perigoso, a comunidade precisava do seu funcionamento.

Em 8 de maio, volta a fazer uma Indicação ao prefeito solicitando instalação de repetidor de TV (depois de três tentativas sem sucesso) para o Alto Caxixe. O motivo da reapresentação do pedido era a possibilidade de instalar o aparelho sem gastos com a torre, pois a Prefeitura de Domingos Martins iria montar uma na divisa e ofereceu a estrutura para uso sem custos.

Um fato inusitado marcou essa legislatura para Isael Bergamim que, ao mudar de partido, o vereador e vice-presidente da Câmara- conforme resolução do TRE, do dia 5 de março de 2008- perdeu o mandato no primeiro julgamento por infidelidade partidária no Estado. O parlamentar deixou o PPS depois de oito anos e migrou para o PMDB após a data estipulada pelo TSE, que era a de 27 de março para mudança de partido. Ele participou pela última vez na sessão do dia 11 de março daquele ano.

No dia 12 de agosto seu pedido de reconsideração foi acolhido pelo TRE e, no dia 25, a Câmara foi comunicada oficialmente. De acordo com o relator do processo, o PPS extrapolou o prazo para ajuizar a representação e o voto do relator foi acompanhado por mais quatro juízes. Ele retomou a sua vaga na Câmara na sessão do dia 9 de setembro, quando se disse bem representado pelo seu suplente e agradeceu a família, os amigos e os partidários.



Romualdo Falqueto recebe a homenagem ao Coral Santa Cecília, das mãos dos vereadores Isael Bergamim e Antônio Fernando Altoé.

5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



LUIZ BRAMBILLA



Eleito com 388 votos, Luiz Brambilla volta a ocupar uma cadeira na Câmara, desta vez como vereador titular. Logo depois de sua posse, na sessão do dia 15 de fevereiro de 2005, uma de suas primeiras missões foi pedir ajudar para as comunidades atingidas pela chuva de granizo que castigou a região do Alto Caxixe no domingo anterior. Ele e o colega Isael pediram que a doação de telhas feita pela Prefeitura se estendesse aos meeiros e aos pequenos proprietários da comunidade de São José do Alto Viçosa e de outras do distrito do Alto Caxixe. Ele ressaltou que se fazia urgente atender, pois a maioria vendeu tudo para investir no plantio de tomate, esperando retorno e não tinha como produzir nos próximos meses, e todos sem recursos para fazer qualquer outra atividade.

Na sessão do dia 15 de março, quando o colega Isael considerou resolvido o problema do lixo em Venda Nova, que desde o dia 1º operava um novo sistema de destinação, dando fim ao 'lixão' que ficava em São José do Alto Viçosa, ele se disse também satisfeito, pois o antigo aterro seria reflorestado.

Na época posterior à realização do concurso público promovido pela Prefeitura, a forma como foi feita continuava a repercutir na cidade. Na sessão do dia 14 de junho de 2005, ele salientou que a única interferência dos vereadores foi pedir pelo encurtamento do prazo de inscrição para beneficiar os moradores locais. “A prova de que não tivemos interferência é que nenhum parente meu passou”.

Na sessão do dia 1º de novembro, ele se disse indignado com a atitude de vândalos que estavam arrancando as placas de sinalização ao longo da Rodovia dos Produtores. “As placas têm a função de salvar vidas e a ausência delas colocava em risco os motoristas e transeuntes”. Ele pediu que a nota saísse na coluna do jornal local, o Folha da Terra, para sensibilizar os autores dos estragos.

No final de 2005, mais precisamente na sessão do dia 22 de novembro, quando Valdir Dias manifestou pela segunda vez interesse em instituir uma feira municipal em Venda Nova, Luiz Brambilla se mostrou muito interessado na pauta, querendo saber do colega a real disposição de estabelecer dia e local para comercialização direta entre os produtores e consumidores.

Os problemas de trânsito, sempre recorrentes na Câmara, voltaram para o debate com a manifestação do vereador na sessão do dia 28 de março de 2006. Pedestres e motoristas ainda não acostumados com a faixa de pedestre, dentre outros problemas com estacionamentos irregulares, representavam entrave no fluxo e até perigo. Ele falava disso numa época de muitas transformações no trânsito local.

Na sessão de 2 de maio de 2006, ele propôs a construção de um abrigo na estrada do antigo aterro sanitário no Alto Caxixe, onde mais de 20 crianças aguardavam o ônibus escolar ao relento.

Por iniciativa dele, foi promovida uma reunião entre um grupo de vereadores com um de moradores de Bela Aurora. Objetivo era ouvir reivindicações da comunidade e era importante não levantar expectativas, como ele explicou. Ainda em 2007, ele se filiou ao PMDB.

Luiz terminou o segundo mandato e voltou a se dedicar com exclusividade às suas atividades na propriedade da família. Ele explica que sua decisão foi por constatar ter muito pouco poder de decisão como vereador, pois as pessoas faziam muitas cobranças e ele não conseguia ser ouvido como deveria pelo Executivo.



Eunice Caliman e José Luiz Brambilla entregaram a Comenda do Imigrante Padre Cleto Caliman a Jordelina Caliman Zandonadi, irmã do religioso que representou a família Caliman. O ato foi na Sessão Solene em comemoração aos 20 anos de Emancipação de Venda Nova do Imigrante.

5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



MARCO ANTÔNIO GRILLO



Eleito pela quarta vez vereador com 330 votos, logo na primeira sessão do ano de 2005, Marco Grillo classificou o discurso do colega Alberto como um dos mais responsáveis e de interesse em Venda Nova. Ele se referia à preocupação com um possível avanço nos custos com a folha de pagamento da Prefeitura e com a necessidade de um plano de carreira. Grillo observou que existiam vários cargos em aberto na administração e que tão importante quanto diminuir o gasto com folha seria aumentar a arrecadação. Disse que foi feito um bom trabalho com o setor agrícola e que era preciso melhorar com o ISS.

Na sessão de 22 de fevereiro de 2005, Marco anunciou que no dia 9 de março, Hartung assinaria ordem de serviço para as obras do Lago de Alto Bananeiras e também informou que a construção do Fórum seria mesmo nas proximidades do Nutribem. Grillo ainda deu entrada com o Projeto de Lei que criava a Comenda do Imigrante Padre Cleto Caliman, que tinha falecido no domingo de Carnaval daquele ano.

Depois de participar do 2º Fórum Capixaba de Turismo em Vitória, no final de fevereiro de 2005, Grillo disse que Venda Nova precisaria cumprir algumas exigências para estar apto a receber recursos na área de turismo. Reativar o Conselho Municipal de Turismo- Comtur e criar o Fundo Municipal de Turismo. Na sessão do dia 21 de junho, foi anunciado que Marco Grillo foi reeleito membro do Conselho de Turismo do Estado do Espírito Santo- Contures.

Já demonstrada em várias ocasiões, na sessão do dia 2 de agosto de 2005, a preocupação veio em forma de pedido de medidas urgentes para conter a violência no trânsito da BR-262. A morte de David Cont Hupp dias antes foi o motivo da pauta e Marco citou as mais de cinco tentativas anteriores da Câmara em sugerir e solicitar providências junto ao Dnit para reduzir o perigo na rodovia. Desde 1997, a Câmara fazia apelos em vão com sugestões de rotatórias, lombadas eletrônicas e outras. Tudo ignorado. Ele sugeriu uma ação mais efetiva, como um ato de pressão.

Na sessão de 30 de agosto, Grillo anunciou o início das obras do Lago de Alto Bananeiras naquele mesmo dia. Ele voltou a ressaltar que o lago poderia ser uma nova fronteira de turismo no Estado. “A região é bonita e o lago vai torná-la um lugar ainda mais interessante”, previu.

Depois do diálogo com a Ciretran de Venda Nova para melhorar alguns pontos na mudança de trânsito de Venda Nova, Marco disse que seria preciso incluir obras de aberturas de ruas e melhorias de avenidas no Orçamento Municipal. A pavimentação da Alberto Zavarize (Vila Betânea) e a abertura da Beira Rio (da Vila Betânea até Bananeiras) seriam fundamentais na avaliação dele.

No final de 2005, ao descrever o engessamento do orçamento pelas exigências estabelecidas pelas leis federais e outros senões, Marco falou dos problemas viários que demandam a abertura de vias principais e adjacentes. Ele disse diante da cobrança do atendimento de várias indicações de obras pontuais pelo município. Ele ainda anunciou que o prefeito colocou como meta a abertura total da Beira Rio no próximo ano (2006). No entanto, obras de preparo, como redes de esgoto e pluvial, precisariam anteceder o calçamento.

No começo de 2006, Grillo protocolou ofício no Ministério Público e na Prefeitura solicitando que a lei que disciplina a fixação de cartazes fosse cumprida. Os postes estavam todos com cartazes de um vidente. “Nem a eleição passada, com mais de 60 candidatos, deixou tamanha sujeira”.

O ano começou em Venda Nova com o velho problema de transmissão de TV aberta. Na sessão do dia 14 de março, Grillo falou do corte da transmissão pela Anatel e pediu ao Executivo providências.

No dia 4 de abril, ele, que participou de uma reunião de criação do Convention & Visitors Bureau das Montanhas do Espírito Santo e como ex-secretário e membro do Contures, falou da importância do órgão para o fortalecimento do turismo da região.

Quando retornou de Brasília (representando o prefeito no Encontro de Turismo e Sustentabilidade no Meio Rural), Grillo trouxe, como uma das novidades propostas pelo Sebrae, a certificação de território, uma modalidade de certificação que aconteceu com o champanhe francês. O vereador sugeriu que o mesmo fosse feito com o socol e com o café de Venda Nova. Venda Nova estava consolidada como caso de sucesso no agroturismo e o vereador anunciou que foi liberado R\$ 1 milhão para a construção do Centro Cultural Máximo Zandonadi. Em junho, ele foi a Brasília com o prefeito Braz Delpupo e o bispo Dom Décio Zandonadi para liberação da verba no Ministério do Turismo.

Na sessão do dia 9 de maio, várias reclamações relacionadas à segurança (como roubos no dia a dia e durante eventos, como a Festa de Emancipação de Venda Nova) levaram a Câmara a promover uma reunião para discutir segurança. Ao ser anunciada para o dia 15 de maio com os representantes das polícias Civil e Militar, o Ministério Público, entre outras instituições, Grillo sugeriu incluir representantes da CDL, associação comercial e Polícia Federal.

Com uma nova revisão da Lei Orgânica Municipal- LOM, Marco foi autor de uma proposta de emenda que sugeriu o fim do pagamento das sessões extraordinárias, que passaram a ter remuneração depois da revisão de 2002. Tanto em primeira quanto em segunda votação foi aprovado o Projeto de Lei que colocava fim à remuneração e que contou com a assinatura de todos os vereadores. Ambas votações ocorreram em maio.

Foi aprovado em primeira discussão (16 de maio) o Projeto de Lei que criava a Comenda Imigrante Padre Cleto Caliman, de autoria de Marco, apresentado no ano anterior. A comprovação veio com a aprovação em segunda e última votação, na sessão do dia 23 do mesmo mês. A sugestão de acrescentar o nome Imigrante foi de Gervásio Ambrosim.

Grillo foi autor do Projeto de Lei que autorizou a Prefeitura a doar um terreno de 345 m² à União para uso do Tribunal Regional do Estado. O juiz procurou a municipalidade para viabilizar a transferência da 40ª Zona Eleitoral de Conceição para Venda Nova. O projeto foi aprovado em primeira votação no dia 15 de agosto e em segunda votação na primeira sessão de setembro.

No dia 5 de setembro, Grillo anunciou que Rafael Zandonadi e filhos, depois de negociação com o prefeito Braz, chegaram a um consenso sobre a desapropriação do terreno que possibilitaria a ligação dos bairros Santa Cruz e Vila Betânea pela abertura total da avenida Beira Rio. Um marco no desenvolvimento urbano de Venda Nova. Além de melhorar o fluxo do trânsito, ampliou a área comercial da sede.

No dia 20 de dezembro de 2006, Marco foi eleito presidente da Câmara para o biênio 2007/2008, sendo conduzido à função pela terceira vez. Estava definido que a posse seria automática no primeiro dia de 2007. A primeira sessão foi realizada dia 6 de fevereiro de 2007, quando foi anunciado que a Casa iria investir na política de comunicação com a comunidade.

Marco Grillo, Chico Foletto, Cloves de Souza e Gervásio Ambrosim participaram de uma reunião entre o diretor geral do então Cefet-ES (atual Ifes), Jadir José Pela, o senador Renato Casagrande e o prefeito Braz Delpupo. Venda Nova era colocada em vantagem pela sua localização estratégica na escolha para sediar o projeto regional de uma unidade do Cefet. Na sessão do dia 24 de abril, Grillo informou, decepcionado, que Venda Nova ficaria fora dos cinco municípios sede anunciados pelo presidente Lula e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. A concessão ficou com Ibatiba.

No entanto, parecia que os ventos tocaram favoráveis novamente. Na sessão do dia 15 de maio, Grillo anunciou que autoridades locais iriam a Brasília acertar detalhes da implantação do instituto de ensino em Venda Nova.

Dia 12 de junho de 2007. Depois de retornar de Brasília, Grillo falou das chances de Venda Nova ter uma escola de gastronomia e hotelaria, com foco regional. A contrapartida do município seria um terreno. Já na última sessão de julho, ele noticiou a visita de José Lino Sepulcri, presidente do Sistema Fecomercio/ES e também do Conselho Deliberativo do Sebrae/ES, acompanhado por Gutman Uchoa de Mendonça, diretor regional do Sesc, e por Dionísio Corteletti, presidente do Senac/Es, que rendeu indicativos positivos para a implantação da escola.

Na sessão do dia 4 de dezembro, a Câmara autorizou a Prefeitura a doar o terreno para a obra do Senac, onde funcionaria a escola citada.

Como um dos últimos trabalhos dele na legislatura, Marco Grillo apresentou o Projeto de Lei que passou a atrelar a concessão de alvará de localização e funcionamento em Venda Nova ser precedida de vistoria do Corpo de Bombeiros. O projeto foi aprovado nas últimas sessões do ano. Ele salientou que a municipalidade transferia a responsabilidade para o órgão em questão e, para começar, pediu a vistoria nas instalações da própria Câmara.

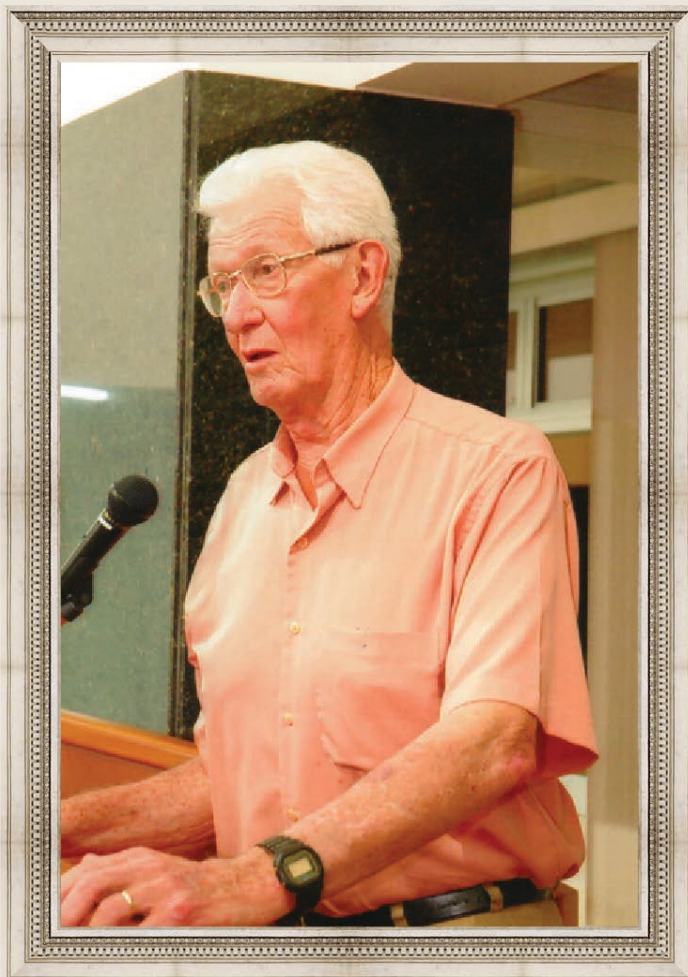


Lançamento do selo alusivo aos 20 anos de emancipação de Venda Nova do Imigrante. Na Sessão Solene de 2008, Marco Grillo, então presidente da Câmara, juntamente com o prefeito Braz Delpupo, descerrou a placa.





NICOLAU FALCHETTO



Logo na primeira sessão, em 1º de fevereiro de 2005, Nicolau Falchetto leu uma vasta lista de reivindicações, dentre elas, calçamento de ruas, melhora no tratamento dos cafezais e estímulo aos professores. Já na sessão do dia 15 do mesmo mês, diante dos enormes transtornos causados pela tempestade no Alto Caxixe, ele questionou como uma comunidade tão organizada como Venda Nova ainda não tinha uma defesa civil e disse que teriam que tomar providências.

Apesar de todos os vereadores defenderem a regularização dos loteamentos em Venda Nova, Nicolau achava injusto a Prefeitura negar alvará de construção às pessoas que adquiriam lotes irregulares. Para ele, o crime era dos loteadores.

Em 20 de setembro, cobrou dos colegas que seria importante uma escola de língua italiana, a exemplo de outros municípios que instituíram o estudo do idioma dos colonizadores. Era um sonho dele que as crianças aprendessem desde cedo, apesar de ter as aulas oferecidas pela Associação Festa da Polenta- Afepol em parceria com a Alcies.

Sempre reflexivo quanto ao seu papel e de todos os políticos, ele revelava constante insatisfação como legislador, “pois não tinha seus pedidos atendidos pelo Executivo”. Ele citou o exemplo da construção de um abrigo de ônibus na comunidade de Bananeiras, conforme uma indicação sua aprovada na Casa em março daquele ano, ainda não resolvida.

Em 12 de setembro de 2016, ele falou da evolução da participação de Venda Nova no Fundo de Participação Municipal- FPM, que na época era de 2,97%. Dentre os cinco municípios emancipados no Estado em 1988, Venda Nova foi o que mais cresceu nesse índice, calculado de acordo com o número de habitantes. Os dados apresentados por ele foram baseados no IBGE. Ele se mostrou preocupado com essa distribuição, pois a capital e toda a Grande Vitória recebiam cada vez mais moradores. Ele dizia sentir esperanças no Governo Paulo Hartung, que tinha um olhar atencioso para o interior.

Falchetto não se conformava com a distribuição dos tributos entre o Estado e os municípios. O primeiro fica com 75%. Para ele, só os municípios eram reais e os Estados e a União, abstratos. Mesmo achando injusta essa distribuição, reforçou sua confiança na administração de Paulo Hartung.

Nicolau Falchetto morreu no dia 16 de março de 2007, aos 82 anos. Ele estava na UTI do Hospital Evangélico de Vitória se recuperando das cirurgias de ponte de safena e outra válvula, feitas na semana anterior. Ele foi velado no saguão da Prefeitura, onde uma multidão se aglomerou para a última despedida e foi decretado luto oficial de três dias pela Prefeitura de Venda Nova.

5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



VALDIR DIAS



Eleito com 766 votos, Valdir Dias voltou a ser presidente da Câmara na eleição da Mesa Diretora, que sempre acontece no dia da posse, solenidade que também deu posse ao prefeito e vice-prefeito. Um dos primeiros pontos a ser tratado por ele foi a sugestão de sessões itinerantes: uma por ano no distrito do Alto Caxixe e outra no distrito de São João. Ele salientou que se tratavam de distritos populosos e que gostaria de levar o Legislativo para perto deles.

No final de 2005, mais precisamente na sessão do dia 22 de novembro, manifestou pela segunda vez interesse em instituir uma feira municipal em Venda Nova. Ele disse que, apesar da primeira experiência não ter dado certo no município (se referindo a uma feita ainda na primeira gestão de Venda Nova), acreditava que seria uma boa alternativa para os produtores e também para os consumidores, pois seriam comercializados produtos diretos da lavoura. Ele admitiu, porém, que seria preciso muita divulgação.

Os gastos do município com pagamento de aluguéis, pessoal, combustível e outras despesas com os escritórios dos órgãos estaduais em Venda Nova, também faziam parte das pautas de Valdir Dias. Na sessão do dia 16 de maio de 2006, ele informou que o montante na época chegava a mais de R\$ 250 mil anuais. Incaper, Idaf, Correios, Batalhão, Fórum, Ciretran, Coletoria, entre outros, foram citados.

Em 17 de abril daquele ano, juntamente com Marco Grillo, Valdir foi autor da Indicação que solicitava à Prefeitura a criação de uma feira livre. A proposta foi destinar este espaço para os produtores locais comercializarem seus produtos. Dias também sugeriu a criação do tíquete para os funcionários públicos municipais de salários mais baixos para que fosse usado somente na feira.

Na sessão de 26 de junho de 2007, foi à tribuna anunciar que o calçamento da Beira Rio estava praticamente todo licitado. Ele falou dos motivos de atraso e da expectativa da comunidade e do empenho pessoal junto ao prefeito para que esta obra acontecesse, considerando esta uma promessa de campanha. Em 2007, ele foi para o PMDB.

Em dezembro de 2007, foi inaugurado o prédio do Fórum de Venda Nova. Valdir Dias (principalmente na ocasião em que foi presidente da Câmara), juntamente com o prefeito Braz Delpupo, se empenhou para que o Fórum fosse construído, buscando formas legais e recursos para compra do terreno e a contratação do projeto de arquitetura para que a construção fosse feita dentro do modelo arquitetônico inspirado no fórum romano, conforme desejou Valeriano Cezário Bolzan, juiz de direito da Comarca de Venda Nova do Imigrante.



Antônio Ismael Faitanin e Valdir Dias entregaram a Comenda do Imigrante Padre Cleto Calimam ao juiz Valeriano Cezário Bolzan. O ato foi na Sessão Solene em comemoração aos 20 anos de emancipação de Venda Nova do Imigrante.



5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



SUPLENTE

ANTÔNIO ISMAEL FAITANIN



No dia 15 de abril de 2008, Antônio Ismael Faitanin, o “Telém”, assumiu a vaga deixada por Isael Bergamim. Em seu primeiro pronunciamento, falou da finalidade da festa em Vargem Grande, sua comunidade, que tinha acontecido no final de semana anterior. O ginásio de esportes estava pronto graças à comunidade, Prefeitura e Câmara, e que precisava equipar a cozinha e o bar.

Telém foi o autor do Projeto (aprovado nas votações de 10 e 17/06/2008) que nomeou a rodovia que liga a Pedro Cola à comunidade de Vargem Grande como Giovanne Andreon. Ele resumiu a história do imigrante que nasceu na Itália em 1849 e chegou ao Brasil em 1888, quando se fixou com sua esposa, Carolina Picoli, em Monte Alverne. Em 1897, vieram para Vargem Grande, onde compraram a primeira propriedade. Na época, eram 30 famílias descendentes do casal que moravam em Vargem Grande, Pindobas, Providência, São João de Viçosa, sede de Venda Nova e Monte Alverne (Castelo), entre outros municípios.

Telém, nascido em Castelo no dia 5 de junho de 1951, passou a morar em Venda Nova quando foi contratado por Osvaldo Perim para trabalhar como motorista de caminhão. Mais tarde, Osvaldo abriu novas frentes de negócios com as granjas Jaop e Telém, já casado, passou a ser gerente do empreendimento, que tinha José Andreão (sogro dos dois) como sócio.

Em 1979, ele se casou com Terezinha de Jesus Andreão, com quem teve dois filhos: Marcelo e Maicon. Depois de fincar suas raízes na comunidade, com o passar dos anos, assumiu a condição de sócio e, em 2014, separaram a sociedade. Quando veio a oportunidade para ser candidato, Telém se surpreendeu ao alcançar a suplência. Ele ocupou a função como titular durante cinco meses.



5ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2005 / 2008



SUPLENTE

EUNICE MARIA CALIMAN



Como presidente e fundadora do PV em Venda Nova, Eunice Caliman convidou seu tio e ex-prefeito de Venda Nova, Nicolau Falchetto, para retornar à vida pública como candidato à eleição no pleito de 2004. Ele foi o mais votado na coligação e ela ficou como suplente.

Com o falecimento dele, em 16 de março de 2007, ela então volta a ocupar uma cadeira na Câmara de Venda Nova. Foi uma forma que considerou muito triste, pois se tratava de uma pessoa importante para a história de Venda Nova, além de um familiar querido: Nicolau era irmão de sua mãe. “Ele queria muito que eu fosse eleita para trabalharmos juntos na Câmara e infelizmente ocupei a vaga com o seu falecimento”.

Eunice Caliman assumiu como vereadora na sessão do dia 27 de março e destacou o respeito à figura política de Nicolau e todo seu conflito para assumir a vaga.

Como parte de sua atuação no período, interessada pelo assunto da obra da ETE, Eunice se envolveu na luta pela finalização da obra. Ela visitou até a Cesan para conversar com o diretor de operação do interior, Carlos Saleme, que garantiu a ela que dentro de 15 dias o esgoto estaria sendo operado na nova estação. Ela prometeu empenho em acompanhar o resultado da promessa. Na mesma reunião, Saleme garantiu a ela que dentro de 60 dias seria feita nova licitação para as obras da barragem do Alto Bananeiras. A informação foi de que a Cesan passaria a tocar a obra.

Dentre várias ações, Eunice apresentou Indicação solicitando à Prefeitura restauração da estátua de Dom Bosco, que fica no centro da praça de mesmo nome no bairro Vila Betânea. A peça estava bastante danificada.

No dia 3 de junho de 2008, foi eleita vice-presidente da Câmara, posto que estava vago, pela perda de mandato de Isael Bergamim. Ela, que compunha o bloco de oposição, agradeceu os votos de confiança e as palavras acolhedoras do presidente e disse que se dedicaria, nos meses em que ocuparia a vaga, às mulheres de Venda Nova.

Eunice continuou acompanhando o funcionamento da ETE em Bananeiras e constatou que a estação planejada numa outra realidade já não comportava mais o esgoto de Venda Nova, e a Cesan já falava na elaboração de um novo projeto, conforme relatou na sessão do final do mês de setembro.



6^a LEGISLATURA

2009 a 2012

Venda Nova do Imigrante



6ª LEGISLATURA 2009 a 2012

Venda Nova do Imigrante

Vereadores

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| Alberto Falqueto (PDT) | 362 votos |
| Antônio Fernando Altoé (PSDB) | 800 votos |
| Davi Schettino Mineti (PV)..... | 320 votos |
| Isael Bergamim (PMDB) | 385votos |
| José Luiz Pimenta de Souza (PP) | 568 votos |
| José Marques Pacheco (PP) | 577 votos |
| Marco Antônio Grillo (PSDB) | 553 votos |
| Tarcisio Bottacin (DEM) | 510 votos |
| Valdir Dias (PMDB) | 475 votos |

Número de eleitores: 14.142

| | |
|---|-------------|
| Prefeito: Dalton Perim (PMDB)..... | 5.932 votos |
| Vice-prefeito: Orlando Filetti Filho (PV) | |







6ª Legislatura
**Formação da Mesa Diretora
e das Comissões Permanentes**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Marco Antônio Grillo
Vice-presidente: Alberto Falqueto
1º Secretário: Antônio F. Altoé
2º Secretário: Valdir Dias

**MESA DIRETORA
DO 2º BIÊNIO**

Presidente: Antônio Fernando Altoé
Vice-presidente: Alberto Falqueto
1º Secretário: Marco Antônio Grillo
2º Secretário: Davi Schettino Mineti

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Antônio Fernando Altoé
Relator: Tarcisio Bottacin
Secretário: Davi Schettino Mineti

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Valdir Dias
Relator: José Luiz Pimenta de Souza
Secretário: José Marques Pacheco

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Valdir Dias
Relator: Davi Schettino Mineti
Secretário: Isael Bergamim

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Tarcisio Bottacin
Relator: Alberto Falqueto
Secretário: Antônio Fernando Altoé

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Davi Mineti/ A. Falqueto
Relator: Tarcisio Bottacin
Secretário: Alberto F./Valdir Dias

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Valdir Dias
Relator: José Luiz Pimenta de Souza
Secretário: José Marques Pacheco

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Marco Antônio Grillo
Relator: Davi Schettino Mineti
Secretário: Isael Bergamim

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Tarcisio Bottacin
Relator: Alberto Falqueto
Secretário: Marco Antônio Grillo



REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, ORGANIZAÇÃO DA EXPEDIÇÃO TROPEIRA, AS INAUGURAÇÕES DO CENTRO CULTURAL E DO IFES E A INSTALAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

Aloísio Carnielli (que acabava de se desligar do campus do Ifes de Cachoeiro para assumir definitivamente o de Venda Nova) informou na tribuna (da sessão de 24 de março de 2009) que as obras do Ifes estavam indo bem e que a empreiteira entregaria a primeira etapa no final do ano. No início de 2010, começariam a funcionar dois cursos a serem definidos juntamente com a comunidade, totalizando 240 vagas só no primeiro semestre e mais 40 no segundo.

Os vereadores se viram diante da proposta do Código Municipal de Meio Ambiente elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente com mais 200 artigos (9 de junho de 2009). Alberto Falqueto falou da responsabilidade dos vereadores de acreditar na necessidade do rigor das regras para concessão de licenciamento. Diante de tantas expectativas, Grillo reconheceu que era preciso formar um corpo técnico especializado e ainda criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Na tarde de 16 de junho, os vereadores Alberto e Marco Grillo e o prefeito Dalton Perim e o secretário e o gerente de Meio Ambiente (Henrique Lorenção e Tiago Altoé) participam de uma reunião em Vitória com a diretora-presidente do Iema, Sueli Passoni.

O projeto do lago, apesar de estar no final, sofria com as exigências ambientais. Para facilitar o processo de liberação para encher, seria necessário criar uma unidade de conservação ambiental para o uso de seu entorno. Eles voltaram animados com a promessa de condicionar a liberação a um trabalho de recondução dos animais do trecho a ser alagado.

No dia 1º de julho de 2009, o prefeito apresentou à Câmara, o Projeto de Lei da implantação do vale feira, na ocasião, de R\$ 60,00 por mês.

Os vereadores Marco, Fernando Altoé e Tarcisio Bottacin participaram da audiência pública sobre a Rota Imperial em Santa Leopoldina, no dia 9 de julho. Estiveram presentes participantes dos dez municípios por onde passa a Rota e ainda os das proximidades. Enxergou-se muitas possibilidades, principalmente para o turismo com a implantação da rota. Encampado pela Findes, o projeto contemplava o selo de identificação dos produtos e serviços oferecidos ao longo da rota, devidamente mapeados.

No dia 8 de julho, a Câmara foi sede do evento que lançou oficialmente a instalação de um escritório da Findes em Venda Nova.

A Câmara promoveu audiência pública sobre o Código Municipal de Saúde, no dia 22 de julho. No dia 5 de agosto, foi a vez da discussão do Código Municipal de Meio Ambiente.

Na sessão de 25 de agosto de 2009, os nove vereadores assinaram homenagem às integrantes da Associação das Voluntárias Pró- Hospital Padre Máximo pelos seus 30 anos de existência e trabalho, completos no dia 22 de agosto. Em maio daquele ano, quando Venda Nova completou 20 anos de emancipação política, elas foram homenageadas com a Comenda do Imigrante Padre Cleto Caliman.

Anunciado no dia 22 de setembro, que segundo pesquisas do IBGE, Venda Nova foi o quarto município que mais cresceu em população no Estado. Em 2002, eram 16.165 habitantes para 20.028, em 2009. O que significava 2,4 % de crescimento populacional.

A primeira Feira Livre do Produtor Rural de Venda Nova, que aconteceu no dia 2 de outubro de 2009, foi muito comentada na Câmara. A maioria elogiou a iniciativa, embora reconhecendo falhas previsíveis em um projeto novo sendo implantado e que seriam corrigidas.

Em 27 de outubro, o então secretário de Meio Ambiente, Henrique Lorenção, vai à tribuna dizer que apenas aguardava liberação de operação do lema para começar a encher a barragem do Lago de Alto Bananeiras. No dia 8 de dezembro, ficou o registro de que as chuvas persistentes encheram o lago durante as 24 horas que caíram no final de semana. Seria então preciso esperar esvaziar para fazer a limpeza do fundo e remover as sujeiras para evitar o entupimento do vertedouro.

A sessão de 2 de fevereiro de 2010 foi transmitida ao vivo pela internet pela primeira vez, em caráter experimental.

Durante a aula inaugural do Ifes, no dia 1º de março de 2010, foram anunciados R\$ 3,3 milhões para as obras do segundo pavilhão do campus em Venda Nova. Grillo dividiu com os vereadores da legislatura em curso e com os ante-riores, a atuação proativa do Legislativo Municipal. Na ocasião, o Ministério da Educação definia os municípios capixabas que receberiam uma unidade e Grillo estava saindo de Brasília quando soube da exclusão de Venda Nova no projeto de expansão. Ele adiou o voo e voltou ao Ministério na tentativa de manter o Ifes no município. “Nesses 22 anos de emancipação, esta é a maior obra, pelo que representa. Essa é a estrada do conhecimento. Não tem volta”.

Um dos grandes marcos da Sessão Solene em comemoração ao 22º aniversário de emancipação (10 de maio de 2010) foi um vídeo de 15 minutos resumindo os principais fatos históricos do município, mostrando um pouco do lugar e das pessoas do final da década de 1950, passando pelos momentos decisivos da emancipação e do início de um município independente.

A Câmara aprova Projeto de Lei que regularizava os serviços de coleta de entulhos em Venda Nova. Com trâmite rápido nas comissões permanentes, também disciplinava a coleta e até como deveria ser a localização das caçambas.

A Expedição Tropeira do Imigrante contou com a participação dos ve-readores Fernando Altoé e Marco Grillo (que se envolveu na organização), em parte do percurso. O evento foi reconhecido como oportunidade de incrementar o turismo na região. Saiu de Anchieta no dia 23 de junho e chegou no dia seguinte, quando estava sendo promovida a Festa de São Pedro, refazendo o percurso feitos pelos imigrantes italianos que chegaram a Venda Nova há mais de um século.

Na sessão do dia 10 de agosto de 2010, foi anunciada a instalação da Comissão Revisora da Lei Orgânica Municipal, assim como o calendário dos trabalhos de revisão, incluindo o prazo para apresentação de propostas pelas entidades e cidadão comum. A previsão era de homologação em dezembro daquele ano.

A barragem do Lago de Alto Bananeiras foi oficialmente inaugurada no dia 28 de agosto de 2010, com a presença do governador Paulo Hartung. Foram construídos 1.518 metros cúbicos de adutora para atender os moradores de Venda Nova. Na ocasião, Hartung anunciou o asfaltamento do trecho que ligaria Alto Caxixe à rodovia estadual ES-166, o que facilitaria mais o transporte da produção agrícola para o Ceasa.

Em 26 de outubro, foram lidas as propostas de emendas da LOM. A matéria reunia as adequações às leis federais e estaduais, sugestão de populares e ajustes decorrentes de outras mudanças no cenário nacional.

No dia da promulgação da revisão da LOM, Grillo ressaltou que o trabalho do relator Fernando e do relator adjunto Alberto foi fundamental e disse que os vereadores da Comissão Revisora suprimiram e retornaram alguns pontos importantes: limitação de gastos com pessoal em 45% (que desde a reforma anterior estava atrelado à LRF com 60%), e do número de funcionários públicos a 3% da população do município.

A preocupação manifestada com recorrência pelos vereadores na Câmara em relação aos perigos representados pela BR-262 se justificava a cada acidente registrado. No dia 8 de maio, em plena noite de domingo da Festa de Emancipação Política de Venda Nova, um acidente que vitimou três pessoas da mesma família no principal trevo da cidade gerou uma revolta e uma manifestação nunca vista em Venda Nova. Houve queima de placas e pneus e quebra-quebra de semáforos após o acidente. A Polícia Rodoviária Federal desviou o trânsito e depois a polícia de choque interferiu para dispersar o movimento.

Foi aprovado o Projeto de Lei que homenageou o primeiro prefeito de Venda Nova emancipada, passando a se chamar avenida Prefeito Nicolau Falchetto o trecho da lateral da BR-262 da Fiat até encontrar a avenida Nona Vitória, no distrito de São João de Viçosa.

Na primeira quinzena de agosto, o tenente coronel Carlos Marcelo Costa, comandante do Corpo de Bombeiros de Marechal, esteve em Venda Nova para tratar da vinda de uma unidade para o município. Marco Grillo foi juntamente com o prefeito Dalton ver uma área para instalação da unidade em Bicuiba, que também abrigaria o Samu. A expectativa era que dentro de 30 dias estivesse instalada, atendendo com uma unidade desencarceradora. Estavam previstos no PPA do Estado mais R\$ 2 milhões para construir a sede definitiva.

Na sessão de 20 de setembro de 2011, Tarcisio Bottacin comentou que foi encerrada a agenda de reuniões para o Orçamento Participativo de Venda Nova. Apesar de considerar importante, achou que a participação poderia ter sido mais expressiva.

A formatura da primeira turma do curso de agroindústria do Ifes Venda Nova foi registrada na sessão do dia 2 de dezembro de 2011. Quase todos os vereadores enaltecem a existência da unidade de ensino federal em Venda Nova.

Inaugurado o Centro Cultural e Turístico da Fundação Máximo Zandonadi, em Vila Betânea, no dia 9 de março de 2012. O acontecimento repercutiu na Câmara, onde foram noticiadas suas várias fases de implantação. Grillo lembrou que o município participou com um terreno, mas que a maior parte da área foi doação da própria família.



14 de dezembro de 2010 - Promulgada a revisão da Lei Orgânica Municipal de Venda Nova do Imigrante. Na ocasião, o presidente da Casa, Marco Grillo, anunciou que depois de disponível online, o texto revisado seria impresso na íntegra e distribuído.

No final de abril e início de maio de 2012, a Câmara autorizou a Prefeitura a fazer uma suplementação orçamentária de R\$ 645 mil para a compra de um terreno para implantação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Venda Nova do Imigrante. Era uma negociação que já acontecia e o Estado ficou de investir R\$ 2,4 milhões em obras e R\$ 2 milhões em veículos e equipamentos, além de designar 60 militares para a unidade.

No dia 22 de junho de 2012, foram inauguradas as novas instalações da sede da 40ª Zona Eleitoral do Espírito Santo em Venda Nova.

Antes mesmo da inauguração das instalações próprias, o Corpo de Bombeiros de Venda Nova do Imigrante começou a funcionar no dia 23 de agosto num posto provisório em espaço cedido pela família Venturim no Posto Venturim, distrito de São João de Viçosa.



O Centro Cultural e Turístico Máximo Zandonadi foi inaugurado no dia 9 de março de 2012.



Prédio do Cartório Eleitoral, que foi inaugurado em 22 de junho de 2012.



No início de 2010 foram inauguradas as obras do Ifes Campus Venda Nova do Imigrante.



6ª GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

2009 / 2012



DALTON PERIM
PREFEITO



ORLANDO FILETTI FILHO
VICE-PREFEITO

CRIAÇÃO DA FEIRA LIVRE, ABERTURA DOS POSTOS DE SAÚDE MINETE E VILA DA MATA E A URBANIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS AVENIDAS

Durante 14 anos, Dalton Perim foi presidente do Hospital Padre Máximo e também passou pela diretoria do Rio Branco e, paralelamente, atuava no setor de compra e venda de café da empresa da família. “Sempre estive presente nos principais momentos da vida política de Venda Nova, desde a campanha pela emancipação, quando fui encarregado de conseguir votos favoráveis na Assembleia Legislativa. Consegui o voto do então deputado Jorge Anders”.

Empresário do ramo de café em Venda Nova, Dalton- nascido no dia 22 de fevereiro de 1959- tem tradição familiar, tanto no comércio, quanto na vida pública. Filho de Dalvina Pagoto e Deolindo Perim, que foi vereador na ocasião em que Venda Nova pertencia a Castelo. Antes dele, os tios Angelo e Olímpio Perim e o irmão Desidério foram vereadores na época em que pertencia a Castelo e a Conceição do Castelo, respectivamente.

Dalton foi presidente do PMDB durante vários mandatos e essa militância, segundo sua avaliação, o levou a conviver com a diversidade na composição das candidaturas. “Sempre fui participante mesmo sem ser candidato, apoiando algumas personalidades que foram eleitas. No primeiro mandato do Braz, eu era presidente do PMDB e participei para viabilizar a candidatura dele, com José Onofre Pereira como vice”.

“Nunca deixei de participar dessa reflexão e do debate da vida pública. Até que em 2004, o momento convergiu para uma candidatura para eleição, reunindo vários partidos. As reuniões para discutir a sucessão eram mensais, um ano antes de iniciar o processo eleitoral, e meu nome foi indicado. Aceitar foi uma aventura, pois Braz era um prefeito bem avaliado. No entanto, para o bem da democracia seria interessante ter mais de um candidato. Chegamos a sugerir compor com ele, mas Braz não quis”.

Dalton homologou sua candidatura com a pesquisa indicando 4% da preferência em torno do seu nome. “Cheguei a conquistar 47% dos votos. Não fui eleito, mas o bom desempenho me fez candidato natural no pleito seguinte”. Ele voltou em 2008 e venceu.

Na sua linha de atuação, Dalton enfatizou a importância do planejamento para ações a longo prazo e a representatividade da sociedade na formulação do Orçamento Municipal, que na sua avaliação, precisava representar o anseio da comunidade.

CRIAÇÃO DA FEIRA LIVRE, ABERTURA DOS POSTOS DE SAÚDE MINETE E VILA DA MATA E A URBANIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS AVENIDAS

Mesmo antes de assumir, Dalton começou a ir a Brasília atrás de recursos extraordinários ao perceber que outros municípios conseguiam recursos representativos. “Consegui que deputados destinassem mais verbas para adquirir máquinas, principalmente para atender as demandas do sistema viário do interior, e abrir todas as estradas, o que ajudou no desenvolvimento econômico, principalmente do turismo, motivando as famílias rurais a permanecerem nas propriedades”.

Pela sua experiência como presidente do hospital, Dalton Perim sentiu a necessidade de investir no sistema de saúde, com a abertura de dois postos de saúde: um na Vila da Mata e outro no bairro Minete. A sede só contava com o PS do bairro Vila Betânea. Também houve ampliação do PS dos distritos de São João de Viçosa e do Alto Caxixe.

“Contratualizamos com o HPM o atendimento para média e alta complexidade, ajudando, assim, o hospital a manter e a oferecer os serviços. Ampliamos os convênios, conforme exigia a saúde plena, o que antes era ajuda de custo”.

O trabalho de urbanização das principais avenidas e a criação de ciclovias foram as principais marcas do governo Dalton Perim, que recebeu um prêmio em São Paulo no ano de 2015, na gestão seguinte, como município que mais implantou ciclovias no Brasil.



O trabalho de urbanização das principais avenidas e a criação de ciclovias estiveram entre as principais marcas da administração de Dalton Perim.

Antes de ser eleito, durante 14 anos Dalton Perim foi presidente do HPM. Pela sua experiência, percebeu a necessidade de investir no sistema de saúde, com a abertura de dois postos: Vila da Mata e bairro Minete.



6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



ALBERTO FALQUETO



Eleito com 362 votos, Alberto Falqueto- PDT assume seu segundo mandato como vereador em Venda Nova. Ele classificou essa experiência como diferente da primeira, mais complicada, pois era aliado. Achou que sofria mais pressão, pois a expectativa era de que ele votasse os projetos do jeito que o Executivo enviava. Quando considerava que o seu apoio era a determinado projeto sem consequências importantes, ele apoiava, mas mantinha suas posições e não era flexível com suas ideias.

Tanto nos dois últimos anos do primeiro mandato, quanto nos quatro do segundo, atuou como relator da Comissão Permanente de Orçamento e relatou ter dificuldade com os próprios colegas vereadores. Primeiramente se dedicou ao Plano Plurianual-PPA (que é o orçamento dos quatro próximos anos), que, conforme ele explica, “não podia colocar valor, só a rubrica, com exceção de alguns casos de repasses fixos. Mas quando há previsão de uma verba (de emenda, por exemplo) que nem se sabe se vai chegar, não tem como fazer isso. Depois vinha o Orçamento anual, quando dava para prever os recursos. Aí era tentar as emendas dos parlamentares, só possíveis se dentro dos recursos previstos”.

Nesse segundo mandato, Alberto disse que tentou ajudar o prefeito, que veio da iniciativa privada. Ele era líder e toda semana se reunia com os secretários para ficar a par das obras licitadas, dos recursos que estavam para chegar, dentre outras informações para levar para a Câmara.

Desde o início da legislatura, ele mantivera postura da anterior, ao acompanhar as principais obras do município. Diante das reclamações dos atrasos das obras de calçamento dos bairros Vicente Zandonadi e Minete, por exemplo, ele esclareceu, na sessão do dia 7 de abril de 2009, que os recursos estavam empenhados no Ministério das Cidades, em Brasília. Ele descreveu todo processo de execução de uma obra, tanto na prática como na burocracia.

No mesmo ano, na sessão de 23 de junho, ele falou dos problemas gerados pela falta de planejamento de loteadores, que deveriam fazer um loteamento somente depois de estudos de viabilidade com as concessionárias de água/esgoto e energia, pois a conta ficava sempre para o município. Disse ainda, diante do assunto loteamentos irregulares, que não condenava quem comprava, mas reconhecia a conta de quem vendia. A fala dele se deu em função do dilema criado na tribuna quando Isael Bergamim sugeriu que a Prefeitura comprasse uma área na Vila Dordenoni, no Alto Caxixe, e José Marques Pacheco, o “Zezão”, disse que só assinaria autorização se fosse providenciada água tratada para os moradores da localidade em questão. O colega Grillo teria explicado que uma coisa não inviabilizava a outra, pois o projeto de urbanização já teria sido apresentado à Câmara e a Prefeitura precisava de uma área.

Alberto seguiu seus trabalhos, acompanhando o desenrolar das reuniões sobre a elaboração do Plano Diretor Municipal- PDM. Na sessão de 7 de julho, ele disse que Venda Nova do Imigrante estava atrasado em relação aos outros municípios.

No entanto, com a experiência dos que já tinham aprovado, Venda Nova estava tendo a oportunidade de observar os pontos falhos e aperfeiçoar as regras propostas. Na época, um dos pontos de debate era o aumento do gabarito para construções de edifícios, que na avaliação do vereador deveria considerar o impacto gerado, principalmente a capacidade de tratamento de esgoto. Enquanto o PDM não era aprovado, valiam as regras do PDU.

Em 28 de julho, ele atribui a ideia de criar o PDM ao governador Paulo Hartung, preocupado com o grande número de condomínios surgindo sem regras em áreas rurais. A proposta inicial de disciplinar a ocupação rural se estendeu para a urbana, pois são comuns em quase todos os municípios os loteamentos irregulares. Para ele, a maioria dos loteadores agiu sabendo estar fazendo de forma errada e também é responsabilidade dos gestores, em não agir pelo medo de não se elegerem mais. Ele defendia medida enérgica bem no início do problema e sugeriu que Venda Nova contratasse técnicos para ajudar na elaboração do PDM. O PDU, que também estava em fase de reavaliação, quando pronto, consolidaria grande parte da ocupação ao longo da rodovia e também nas adjacências dos rios.

O Iema liberou a Estação de Tratamento de Esgoto- ETE fazer o lançamento do esgoto in natura no rio Viçosa. A medida foi anunciada pelo vereador na sessão de 4 de agosto. A paralisação completa tinha prazo e era até que a Cesan providenciasse a readequação na capacidade de tratamento. As obras da elevatória já tinham começado.

Na sessão do dia 4 de agosto, Alberto se disse otimista com as obras do Lago de Alto Bananeiras, pois as obras de elevação das estradas ao entorno do lago andavam e o topógrafo estava fazendo todas as demarcações. O Iema também teria revisto algumas condicionantes para limpeza do terreno a ser inundado.

Diante das reclamações de Tarcisio com o alagamento na rua atrás do campo, no Centro de Venda Nova, que começava a incomodar os moradores, Alberto, na sessão seguinte (27 de outubro), explicou que os estudos apontaram uma situação muito complicada, pois uma galeria maior não seria suficiente para absorver, e somente comotas, com sistema de bombeamento.

Na sessão do dia 13 de julho 2010, ele anunciou a abertura da avenida Beira Rio até a delegacia. Alberto reconhecia o ponto como um gargalo importante para o trânsito de Venda Nova.

Na audiência da Cesan no dia 1º de junho de 2011, o vereador Alberto falou que houve pouco avanço. Ele, que participou da audiência pública do Plano Plurianual - PPA estadual, informou que o órgão ficou de fazer uma tubulação saindo de Pedra Azul para abastecer Alto Caxixe, cabendo à Prefeitura bancar a mão de obra. Ele disse que a Prefeitura estudava assumir a rede de esgoto da Tapera, pois pela Cesan demoraria pelo menos oito anos para sair.

As mudanças no trânsito continuavam e, como toda inovação, traziam alguns questionamentos e insatisfações. No dia 27 de março 2012, Alberto foi à tribuna comentar, de forma especial, a sinalização horizontal da Domingos Perim, explicando que um engenheiro de trânsito observou a movimentação local durante quatro dias e, como não mora na cidade, poderiam ter havido algumas falhas, passíveis de acertos e que existia um prazo para adaptação e correção. Já as ciclovias foram tratadas em audiência pública amplamente divulgada.

Alberto noticiou que numa reunião de Dom Décio com o prefeito ficou definida que a gestão do Centro Cultural e Turístico Máximo Zandonadi seria da Secretaria Municipal de Turismo, que passaria a funcionar em suas dependências. O primeiro compromisso seria criar um conservatório de música como atividade permanente.

Depois que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente passou a fazer licenciamento ambiental para algumas atividades, começou a receber muitas denúncias. Conforme o vereador explicou na sessão de 24 abril de 2012, nem todas eram de competência municipal. Ele salientou que o trabalho estava em fase de orientação e a Secretaria submetida às leis do Estado e da União.



Os vereadores Marco Grillo e Alberto Falqueto na Sessão de Posse dos eleitos para o mandato 2009/2012

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



ANTÔNIO FERNANDO ALTOÉ



Antônio Fernando Altoé veio de Jaciguá (Vargem Alta), sua terra, e chegou em Venda Nova em 1979, onde se estabeleceu profissionalmente e se casou. Sempre atuou com disposição nas mais diversas entidades do município, o que o levou para a vida pública.

Filho de Fernando Antônio Altoé e Zélia Balarine Altoé, ele nasceu em 23 de novembro 1957, em Colatina. Numa viagem de volta de Goiás, os pais tiveram que fazer uma parada na cidade, mais precisamente no Hospital Florentino Avidos, onde, por sorte, a irmã do patriarca era a freira responsável pela unidade. Fernando cresceu em Jaciguá, perto do Colégio Salesiano, que foi construído com a ajuda de seu pai no terreno doado (em parte) pela família do avô.

Fernando sempre teve amizades em Venda Nova, em razão dos jovens vendanovenses que estudavam na cidade. Começou a namorar Maria Helena Falchetto, apresentada pela prima dele que estudava com ela, e assim passou a frequentar mais o lugar. Desde 1976, já participava dos movimentos culturais locais, inclusive da Festa da Polenta e da Amena- Casa da Cultura, das reuniões em cima do atual Mercado Central e trabalhando na organização dos Bailes dos Universitários.

Ainda solteiro, Fernando se mudou definitivamente para Venda Nova em 1979 para trabalhar em um projeto de avicultura e pecuária. Mais tarde, empreendeu no comércio agropecuário. No dia 26 de outubro de 1985, ele e Maria Helena se casaram. Sempre ativo na comunidade, foi eleito vice-presidente da Associação Festa da Polenta em 1994 e presidente em 2000, período em que a construção da sede da Afepol e a montagem do painel cenográfico ficaram entre suas realizações.

Fernando passou por várias entidades e instituições: atuou no Clube Recreativo Venda Nova desde a sua fundação, foi membro do Conselho Deliberativo do Hospital Padre Máximo por quase 20 anos, foi ativo na Associação Comercial, um dos fundadores da extinta Associação em Defesa do Meio Ambiente- Adma, presidente da Casa da Cultura, participou dos movimentos da igreja e foi um dos fundadores da Aagrope e da Igreja Santa Terezinha. Também foi secretário Municipal de Saúde e Ação Social nos governos de José Onofre e Braz Delpupo, ocasião em que teve a oportunidade de ser presidente do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde- Cesemes. Várias vezes foi presidente do Conselho Municipal de Saúde e, em abril de 2008, saiu da Saúde para ser candidato a vereador e eleito o mais votado do pleito, com 800 votos.

No primeiro biênio, Fernando assumiu a função de secretário da Mesa Diretora. Logo na sessão do dia, foi autor da Indicação, aprovada por unanimidade, que pedia para a Prefeitura viabilizar o parcelamento do IPTU. Ele alegava um momento de crise, quando disse que a palavra era negociar ao ainda citar as despesas do final e do início do ano.

Diante da reclamação dos moradores das comunidades ao longo da BR- 262 (Bananeiras, Bicuíba e São João de Visoça), em sofrer com a poeira intensa (que afugentava os pedestres e ciclistas), Fernando sugeriu como providência, a construção de quebra-molas numa altura que só reduzisse a velocidade dos carros, sem significar prejuízos. Já na sessão de 9 de junho, propôs a construção de uma passarela do portão principal até o acesso da Escola Atílio Pizzol, no distrito de São João, onde à noite também funcionava a faculdade Univeneto.

Fernando, que já foi secretário de Saúde, acompanhou de perto a evolução das discussões em torno da lei de regulamentação da qualidade dos alimentos produzidos pelas agroindústrias de pequeno porte. Ele, que participou de uma reunião no dia 16 de junho, explicou na tribuna da sessão seguinte que os 12 municípios envolvidos tinham características em comum e que a tendência em todo Espírito Santo era se organizar em blocos para discutir ações de interesses afins. “Além da segurança alimentar, garantir a comercialização legalizada e a fonte de renda e sustento das famílias envolvidas”.

Ele propôs e teve aprovado no dia 23 de junho de 2009 o Projeto de Lei que instituiu a Semana do Meio Ambiente, de 1º a 7 de junho de cada ano. O objetivo era sensibilizar os estudantes a se envolverem em projetos ambientais em Venda Nova.

Fernando também acompanhou o processo de municipalização da saúde e, na sessão do dia 1º de julho de 2009, comentou que a inauguração da Farmácia Cidadã (que aconteceu no dia anterior) era muito importante, pois quem mais precisava eram pessoas com problemas de saúde e com dificuldade de se deslocar.

No dia 4 de agosto de 2009, ele cobrou um posicionamento mais eficaz da Cesan em relação ao tratamento de esgoto oferecido. Na tribuna da Câmara, pediu para a população não aceitar a situação.

Ele também foi autor da Indicação que solicitou iluminação no trevo da BR até as residências da família Sossai na Tapera. Na sessão de 18 de agosto, ele explicou as dificuldades em fazer o deslocamento a pé ou de bicicleta à noite, principalmente nos trechos de mata.

Depois que passou por amplo debate entre os vereadores e com sete emendas de Fernando, em setembro foi aprovado em duas votações o Projeto de Lei que instituiu o Código Municipal de Meio Ambiente. O próximo passo seria a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, seguido da formação da equipe local.

Ainda naquele mês e com emendas do vereador, foram aprovados o Código Municipal de Saúde e uma Indicação de sua autoria que sugeria à Prefeitura licitar uma empresa para exploração de linha de transporte coletivo.

Fernando sugeriu a criação de uma cooperativa para o desenvolvimento dos catadores dos recicláveis. Ele observou, na sessão do dia 20 de outubro, que os catadores, que ficavam na rua no dia a dia em busca do ganha pão, mereciam um local com estrutura mínima para desenvolver suas atividades com segurança

Também de sua autoria, foi aprovada na sessão de 27 de outubro uma Indicação sugerindo ao Executivo Municipal providenciar melhorias no prédio da Delegacia de Polícia, que se encontrava em estado precário. O órgão público mais antigo de Venda Nova, em sua opinião, nunca estivera em lugar tão ruim.

Em 20 de abril de 2010, ele foi autor da Indicação que solicitava ao pre-feito fazer uma campanha de educação ambiental para que os moradores ligassem os esgotos de suas casas à rede coletora. Fernando observou que, em vários pontos da cidade, a rede estava acima do nível de várias casas e, em algumas, a rede nem existia. Ao mesmo tempo, dizia-se insatisfeito com o serviço prestado pela Cesan, ao observar em vários pontos o esgoto sendo lançado no leito do rio.

Na sessão do dia 20 de dezembro, Fernando Altoé foi eleito presidente da Câmara para o biênio 2011/2012. Na primeira sessão como presidente, em 2 de fevereiro, lançou a 'Câmara Modelo', projeto que previa diagnosticar a realidade da época de Venda Nova do Imigrante a partir de indicadores econômicos e sociais obtidos pelo IBGE, IJSN e outras instituições, além de pesquisas. Também lançou o projeto “O que queremos para Venda Nova para as próximas décadas”.

Em 26 de junho de 2012, Fernando agradeceu ao governador Renato Casagrande pelo asfaltamento da estrada que liga o Alto Caxixe à rodovia ES-164, obra que estava entre as planejadas pelo governo anterior e que ele assumiu. Altoé também elogiou a iniciativa de asfaltar o trecho que liga o Caxixe ao Forno Grande, que iria valorizar a região, principalmente o turismo.

A Câmara fez a devolução de recurso de R\$ 200 mil para a Prefeitura. Na sessão do dia 26 de junho de 2012, Fernando explicou que a sugestão era para que o Executivo direcionasse os recursos para a compra de um equipamento para o Hospital Padre Máximo (R\$ 165 mil), patrocínio da Festa dos Universitários (R\$15 mil) e para a Copa da Juventude (R\$ 20 mil).

Em 17 de julho, Fernando Altoé, como presidente da Casa, desempatou a votação e possibilitou o aumento de 60% para 70% da taxa de ocupação dos lotes em áreas residenciais não consolidadas em Venda Nova. O Projeto de Lei, de autoria do Executivo, também propôs o aumento do gabarito de quatro para seis andares. As propostas foram discutidas com a empresa que assessorava a elaboração do Plano Diretor Municipal- PDM.

Já na sessão de 7 de agosto de 2012, Fernando propôs e teve aprovado, em primeira votação, o projeto que alterava a Lei Nº 557/2002, que só permitia que o Executivo e o Conselho Municipal pudessem sugerir alterações no PDU. Segundo ele, o Legislativo não poder opinar seria um contrassenso, tendo em vista o seu papel de criar e modificar as leis.

Como presidente, Fernando reformou e reorganizou toda a Câmara e criou mecanismos para controlar melhor as receitas e as despesas. “Otimizamos todas as práticas de gestão e passamos a gastar somente o necessário para cada um exercer seu mandato. No final de cada exercício, devolvemos dinheiro para doar para o hospital e deixamos recursos em caixa para fazer uma nova sede para a Câmara”.



Na Sessão Solene de Emancipação Dalton Perim, Cacilda Lorenção e o vereador Fernando Altoé prestam homenagem a Constâncio Xavier Gregório Lopes Fernandes.

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



DAVI SCHETTINO MINETI



Eleito por 320 votos, Davi Schettino Mineti- PV atuou como líder do prefeito na Câmara no primeiro biênio de seu mandato. Professor, ele se posicionou como um defensor da educação de qualidade e, de forma especial, se colocou como um aliado da sua comunidade: o bairro Minete, fundado por familiares.

Filho de Rainério Mineti e Almerinda Cecília Schettino Mineti, de Castelo, desde criança Davi circulou num ambiente familiar materno onde se respirava política. Seu tio Carlinhos Schettino fundou o PSB de Castelo e, na casa de seus avós, circulavam personalidades como Renato Casagrante e Paulo Hartung. “Meu avô, pai de minha mãe, que veio da Itália, era um homem culto, preocupado com as questões sociais e sempre foi à frente do seu tempo”, diz sobre a raiz politizada da família.

Davi nasceu no dia 30 de agosto de 1977, cresceu brincando pelos arredores de Venda Nova, fez o primário na Escola Domingos Perim e ginásial na Escola Fioravante Caliman. Depois foi à Escola Agrotécnica Federal de Alegre (hoje Ifes) cursar o técnico em agropecuária e, na sequência, graduou-se em língua portuguesa e ciências biológicas, fez especialização em língua portuguesa e em educação de jovens e adultos e mestrado em meio ambiente e sustentabilidade. Ele começou a lecionar em 1996 em Domingos Martins, época em que ainda fazia a primeira graduação. Em 1999, passou a atuar na Escola Fioravante Caliman, onde leciona até hoje.

Ele chegou a presidir o PSB local, função que ocupou por um curto prazo (2007), sendo substituído por Francisco Carlos Foletto. Depois de anos lecionando em Venda Nova, Davi resolveu se candidatar, para caso obtivesse sucesso, experimentaria um mandato como vereador. Em sua campanha, sempre enalteceu o mérito do povo na construção da qualidade de vida de Venda Nova.

Logo no início do mandato, ele levou para a tribuna o mal-estar vivido pelos moradores do bairro Minete, há meses amargando as obras intermináveis de calçamento das ruas: crateras abertas, barro ou poeira em excesso. Ele procurou o prefeito e solicitou providências junto à empreiteira responsável. O resultado foi uma reunião que classificou como proveitosa entre os moradores, prefeito, vice, o secretário de Obras e ele. Na sessão do dia 21 de abril, Davi registrou que, apesar de tantas chuvas, as obras estavam caminhando.

Já na sessão de 26 de maio, ele explicou a possibilidade de melhorar a merenda escolar das crianças, já que as secretarias municipais de Educação e de Agricultura estavam cadastrando os interessados em fazer doações para melhorar a qualidade do alimento oferecido nas escolas e nas creches.

Também em maio, durante a primeira votação do Projeto de Lei que autorizava a Prefeitura a custear o combustível para o transporte dos estudantes universitários, Davi comentou que essa foi uma luta dos estudantes para ter apoio, pois os gastos eram grandes.

Ele, que seguiu dando notícias das obras de pavimentação do bairro Minete, disse, na sessão do dia 9 de junho, que a Prefeitura teve que colocar a mão na massa, numa obra que era de responsabilidade da empreiteira ganhadora da concorrência. “Os moradores estão satisfeitos com a compactação e terraplenagem”. O colega Marco Grilo chegou a sugerir que a Prefeitura desqualificasse a empreiteira e abatesse os gastos no pagamento pela obra. Mais uma vez, Davi falou da necessidade de achar um dispositivo para proteger o município de empresários sem compromisso.

Ele anunciou, na sessão do dia 13 de junho de 2009, que a avenida Beira Rio passava por um levantamento técnico e que a Prefeitura faria um trabalho de recuperação definitiva. “Em alguns pontos da via houve desmoronamento, o calçamento cedeu, dentre outras avarias desde que caíram as primeiras chuvas do ano”.

Na sessão do dia 7 de julho, comentou sobre a importância da 1ª Conferência Municipal de Educação de Venda Nova, promovida na semana anterior, da qual participaram ele e o vereador Tarcisio Bottacin, ambos professores. O resultado de cada município capixaba passaria por um evento no Estado, que culminaria num evento nacional em 2010, em Brasília. “Precisamos planejar nossa educação, pois o Brasil amarga os últimos lugares em qualidade de ensino no mundo”.

Na sessão de 4 de agosto do mesmo ano, Davi destacou que várias ações da Secretaria Municipal de Agricultura juntamente com a Estadual eram favoráveis ao meio ambiente, como a feira livre, o curso de aplicação de defensivos e a municipalização do 'Renovar Arábica'. Destacou ainda a importância da segurança alimentar ao comentar a relevância do Alto Caxixe como polo produtor de hortaliças para Venda Nova do Imigrante e para o Brasil.

No final de setembro, Davi anunciou que as obras do calçamento das ruas do bairro Minete entrariam nos trilhos, pois o município havia recebido R\$ 293 mil para que fossem reiniciadas.

Juntamente com Alberto, foi autor da Indicação solicitando à Prefeitura pavimentação e ciclovia na avenida paralela à BR- 262, no trecho da Vila São Miguel até o distrito de São João de Viçosa.

Em 24 de agosto, Davi comentou que desde julho daquele ano foi instaurada no Brasil a política nacional de resíduos sólidos. A grande preocupação era com a regulamentação da coleta do lixo e com o saneamento. Falou da existência de recursos federais para possibilitar colocar em prática a primeira parte e, ao sair na frente com a coleta seletiva dos resíduos sólidos, Venda Nova se colocaria em posição de dianteira, resolvendo uma questão ambiental e social ao mesmo tempo. Ele falou dentro de um contexto com outras preocupações ambientais.

Ao longo de sua jornada como vereador, essas e outras ações fizeram parte da atuação de Davi, sempre preocupado com o meio ambiente, a educação e também com o andamento das obras de interesse da comunidade.

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



ISRAEL BERGAMIM



Eleito pelo PMDB com 385 votos, Isael Bergamim conquistou pela terceira vez uma vaga na Câmara de vereadores. Logo no início da legislatura, mais precisamente na sessão do dia 24 de março de 2009, foi autor da Indicação ao prefeito solicitando coleta de lixo e calçamento no Alto Caxixe. Aprovado por unanimidade, o pedido de calçamento foi para a rua que fica ao lado do posto de saúde e a escola de educação infantil.

Na última sessão de março, apresentou nova Indicação solicitando ao prefeito iluminação para o Alto Caxixe, mais precisamente nos trechos entre a propriedade de Nelson Gagno e Gelci Pazinato e entre a lanchonete do Elias até o lavador de cenoura da família Uliana. Ele disse que já tinha feito o pedido na administração passada.

Considerando que a disponibilização das máquinas para particulares nas propriedades rurais deveria ser sempre aos finais de semana e feriados, na sessão de 19 de maio, ele pediu à Prefeitura a aplicação integral da Lei Nº 74/91, que fixava condições de locação de máquinas da Prefeitura. Para ele, a normas eram necessárias para que não houvessem prejuízos aos serviços de interesse público.

Foi de autoria de Isael e Marco Grillo o Projeto de Lei que propunha um limite de prazo para atendimento ao cliente nas agências bancárias de 15 minutos em dias normais e 25 em dias de pagamentos de funcionários públicos e vésperas e pós-feriados. O prazo era de 120 dias (após aprovação e sansão do pre-feito) para instalar relógio de ponto em suas dependências.

Ele propôs, no dia 23 de junho de 2009, que a Prefeitura comprasse uma área de 14 mil m² numa região carente de área pública no Alto Caxixe. O terreno estava à venda e, na avaliação dele, seria uma oportunidade que a municipalidade deveria aproveitar, pela boa localização.

Em 27 julho de 2010, com os quebra-molas instalados – os tão solicitados- na estrada principal de Alto Caxixe, Isael comentou agradecido, mas os problemas que afligiam a área urbana, também assim eram no meio rural, um deles, a falta de segurança, conforme relatou na mesma sessão. Novamente alertou para a necessidade de segurança, citando os últimos roubos no interior de Venda Nova.

Final de novembro de 2010, ele lembrou da Indicação feita no ano anterior pedindo que a escola do Alto Caxixe oferecesse nas aulas noturnas de 1^a a 8^a série do ensino fundamental. Reconheceu que o pedido feito no ano anterior demandava prazo para incluir um novo turno de ensino. Os jovens e adultos trabalhadores na lavoura tinham dificuldade em se deslocar para poder estudar na sede, ele calculou 180 alunos prejudicados com a ausência da oferta. O colega Tarcisio Bottacin sugeriu ampliar a oferta de aulas para o ensino médio e lembrou que a possibilidade de continuidade aumentaria o interesse nos estudos e que o programa do EJA se encaixava bem no perfil da demanda.

Em 13 de março de 2011, ao comentar a inauguração do novo prédio da escola do Caxixe e o início da obra da nova quadra, Isael disse que a estrutura antiga não dispunha mais de salas vagas para as aulas. Ele agradeceu ao prefeito e aos colegas por terem aprovado a permuta que permitiu a obra.



Isael fazendo o juramento na Sessão de Posse dos eleitos para o mandato 2009/2012

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



JOSÉ LUIZ PIMENTA DE SOUZA



Para o seu primeiro mandato como vereador, José Luiz Pimenta de Souza- PP, morador do Alto Lavrinhas, foi eleito com 568 votos. Em sua atuação, revelou-se como um grande observador dos problemas urbanos e, principalmente rurais, considerando que sua atividade como produtor de café e produtor e comprador de abacate, levava-o a circular por todo o município.

Natural de Afonso Cláudio, Pimenta nasceu no dia 8 de setembro de 1962, no Córrego do Cristal, distrito de Piracema. Ele só estudou até a terceira série naquela comunidade, devido à grande distância da escola e também porque precisava ajudar os pais nos trabalhos da lavoura.

Aos 16 anos de idade, mudou-se para Venda Nova do Imigrante, e ele, com seus pais, Sebastião Fernandes de Souza Filho e Odília Pimenta de Souza, e seus sete irmãos, passaram a morar e trabalhar como colonos na propriedade de Anselmo João Caliman, em Alto Lavrinhas. Pimenta retornou aos estudos e terminou a quarta série na escola de Lavrinhas e depois fez da quinta série em diante no Instituto Salesiano Pedro Palácios. Mais tarde, a família conseguiu comprar a propriedade em que trabalhava.

Em 1987, Pimenta ajudou na alfabetização de vizinhos idosos e colonos (que não tiveram a oportunidade de estudar) em sua propriedade. Em 1992, casou-se com Lourdes Irinete Bozzi, com quem teve três filhos: José Luiz, Luiz Henrique e Luiz Ricardo.

Das atividades comunitárias, fez parte da Comissão da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, nos anos de 2005 e 2006. É sócio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Venda Nova do Imigrante desde 2000 e associado da Pronova (hoje Coopeavi).

Em diversas sessões, como a de 26 de maio de 2009, por exemplo, ele levou para a tribuna o problema das lâmpadas queimadas nos postes, uma reclamação recorrente de moradores em vários pontos da cidade. Explicou que as licitações aconteceram no início de abril e era preciso ficar atento ao trabalho das empresas ganhadoras.

Diante do aumento do movimento na estrada 'velha' ou antiga estrada de Lavrinhas, que liga a comunidade ao Centro, pelo bairro São Rafael, o vereador foi autor da Indicação à Prefeitura solicitando sua reabertura. Com os novos arranjos no trânsito da Vila Betânea, a via ganhou mais importância ao tornar mais curto o trajeto da comunidade ao Centro de Venda Nova. A estrada, frequentada por caminhantes e ciclistas e que também passou a ser o caminho preferido entre veículos de carga, era estreita e se tornou mais perigosa em alguns trechos, registrando alguns acidentes.

Na sessão de 1º de julho de 2009, ele aproveitou a presença do prefeito na Câmara e falou diretamente com ele sobre uma reivindicação dos moradores de São José do Alto Viçosa, que pagavam taxa de iluminação pública sem ter o serviço nos cinco postes existentes. Os moradores saíam cedo e voltavam tarde do trabalho, sofrendo com a insegurança pela ausência de iluminação. Citou que o mesmo problema acontecia na rua Barro Branco, na Vila São Miguel.

Na sessão do dia 19 de agosto, apoiado pelos colegas Grillo e Altoé, ele fez Indicação ao DER solicitando providenciar acostamento nos pontos de parada dos ônibus na estrada que liga Viçosinha a Cachoeira Alegre. Os ônibus paravam no meio da pista e os moradores, mesmo felizes com a obra de asfaltamento, queriam essa melhoria.

A situação perigosa de postes finos e velhos de madeira ainda sustentando a rede elétrica de Venda Nova do Imigrante em vários pontos da cidade, também esteve entre suas preocupações. Na sessão do dia 23 fevereiro 2010, ele levou o tema para a tribuna, dizendo que alguns postes instalados há 40 anos estavam representando perigo.

Na mesma sessão, ele voltou a falar sobre a 'Estrada Velha de Lavrinhas'. Desta vez, apresentou uma Indicação ao Governo do Estado solicitando que a via fosse incluída no projeto 'Caminhos do Campo'. “É uma comunidade agrícola e merece ser asfaltado o seu caminho mais curto até o Centro”. Ele voltou a mencionar alguns pontos perigosos, como os de curva fechada e estreitamento, e observou ainda que a melhora reduziria em 50% o movimento em Vila Betânea e que a inauguração do Ifes aumentaria a demanda pela via.

As pontes em mau estado do município foram outro assunto que gerava preocupação e que ele levou para a tribuna na sessão do dia 13 de abril. Pimenta lembrou que há sete meses tinha pedido à Secretaria de Obras vistoria em todas as pontes sobre o rio Viçosa, relatando que uma delas representava muito perigo.

Sempre rodando o município a trabalho, Pimenta sabia bem das estradas que necessitavam de mais assistência. Na sessão de 1º de junho de 2010, reclamou de forma específica do tratamento dado à estrada de Alto Vargem Grande e pediu à Prefeitura que olhasse de forma especial para esse setor, já que disponibilizava de mais máquinas.

No dia 20 de julho daquele ano, disse sentir falta dos orelhões ao longo da cidade, pois quando caía a bateria do celular e não tinha onde carregar, não podia contar com aquele serviço. O relato se baseou em sua experiência, quando procurou por um orelhão e constatou que apenas três estavam funcionando e muitos outros tinham aparência de sucata.

No dia 27 de julho, Pimenta registrou o final das obras de calçamento das ruas do bairro Vicente Zandonadi, mas ainda faltava um trecho da avenida que o ligava à Vila Betânea. De acordo com ele, os recursos, que eram federais, tinham acabado. Assim, antenado com as necessidades do meio rural e urbano, terminou esse mandato, colocando novamente seu nome à disposição para a próxima legislatura.



Os vereadores Tarcísio Botacin e Luis Pimenta, na Sessão Solene em comemoração aos 20 anos de Emancipação.

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



JOSÉ MARQUES PACHECO



José Marques Pacheco, o “Zeção Boiadeiro”, se elegeu pelo PP com 577 votos, representando a sua comunidade do Alto Caxixe, onde mora há mais de 30 anos. Zeção nasceu em São Sebastião do Óculo, no município de Raul Soares, Minas Gerais, e morou em várias cidades mineiras como operador de máquina, puxando madeira. Quando resolveu abandonar a atividade, foi convidado pelo seu então patrão, Diogo Bertone, para trabalhar sob seu comando, só que para Eliezer Baptista, na região das Montanhas do Espírito Santo.

Ele se mudou para Venda Nova do Imigrante já casado com Vera Lúcia da Silva Pacheco e com seus cinco filhos ainda crianças. Durante três anos, Zeção ficou trabalhando sob a coordenação de Diogo Bertone, quando resolveu comprar roupas e vender como ambulante, organizando melhor a vida financeira: fez a casa na entrada da Vila Dordenoni, na avenida principal do Alto Caxixe, onde mora até hoje.

Por ser uma pessoa muito conhecida, ele foi convidado a ingressar na política em 1996, mas preferiu não se candidatar. Ele entrou em 2000 e perdeu por 11 votos. Na campanha seguinte, ficou em 10º e, em 2008, foi o segundo mais votado. Com poucos recursos para investir nas campanhas, Zeção atribui sua vitória pela prática de sempre ajudar as pessoas, principalmente levando para atendimentos de saúde em Vitória, onde ele afirma conhecer todos os hospitais.

Ele diz que gastou grande parte de suas economias ajudando as pessoas, pois custeava tudo do bolso dele: carro, gasolina e passou muito aperto por conta disso. Zeção conta que de 2000 a 2012 ficou por conta desse trabalho assistencial, mas que mesmo assim perdeu as eleições em 2016, quando conquistou quase 370 votos, o que o fez não participar mais do processo, vindo a apoiar seu filho Amilton, que foi eleito para a 9ª legislatura. Hoje Zeção é aposentado e tem uma fábrica de gaiolas de passarinho.

Zeção foi um vereador que se mostrou ativo, usando com frequência a tribuna da Câmara para se manifestar e sempre acompanhava o andamento de suas indicações, cobrando respostas, principalmente as relacionadas à sua comunidade.

Logo no início do seu mandato, se disse animado com o projeto de reflorestamento na comunidade de Vai e Vem, no Alto Caxixe. Ele, que visitou a área com o então secretário Municipal de Meio Ambiente, Henrique Lorenção- que garantiu capricho no projeto-, aproveitou para pedir um lago grande, pois estava preocupado com a escassez de água em Alto Caxixe e em São José do Alto Viços, considerando que no ano anterior teve produtor que não conseguiu irrigar seus plantios.

Foi autor da Indicação ao prefeito, pedindo que a Prefeitura solicitasse parceria com a Cesan para instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto- ETE no distrito de Alto Caxixe. A Indicação foi aprovada por unanimidade na sessão do 17 de fevereiro de 2009.

Na outra semana, anunciou que, para agravar a situação da comunidade, a bomba do sistema de abastecimento estava quebrada, quando reafirmou seu sonho com uma barragem e que buscaria mobilizar o Idaf e o Iema em busca de uma medida para garantir água para a comunidade. A visita de técnicos da Funasa ao Alto Caxixe e a São José do Alto Viçosa, no dia 10 de março de 2009, encheu de esperança o vereador, que vinha batendo na tecla da urgência de resolver o problema de escassez de água na região. Na época, era preciso um carro-pipa todos os dias para abastecer o Alto Caxixe.

Na sessão do dia 24 de março, uma Indicação de sua autoria foi aprovada reivindicando acostamento e redutores de velocidade para a via principal do Alto Caxixe, citando cada ponto onde deveria ser colocado. Já na sessão de 7 de abril, sua Indicação solicitava ao DNER o recapeamento da Rodovia dos Produtores. Zezão queria que a Prefeitura adotasse no distrito os mesmos procedimentos que usou para regularizar o loteamento da Vila São Pedro, na sede. Na sessão do dia 19 de maio, falou que, na época, eram dez loteamentos irregulares no Alto Caxixe.

Diante da proposta do colega Isael de a municipalidade comprar uma área de 14 mil m² no Alto Caxixe (na sessão dia 23 de junho), Zezão falou que só assinaria se a Prefeitura desse conta de providenciar água tratada para os moradores. Ele questionou o fato de poder desembolsar recursos para compra de um terreno enquanto o povo bebia água suja. Grillo explicou que uma coisa não inviabilizava a outra, pois o projeto de urbanização já fora apresentado à Câmara e a Prefeitura precisaria de uma área.

Técnicos da Cesan estiveram no Alto Caxixe e em São José do Alto Viçosa no dia 14 de julho para iniciar um estudo de abastecimento de água para as comunidades. Zezão se disse otimista na sessão que aconteceu naquela data. Contava ainda com a promessa do prefeito em iniciar o alargamento da rua principal da vila do Alto Caxixe e a implantação de quatro quebra-molas nas proximidades da Vila Dordenoni.

Na sessão de 8 de setembro de 2009, foi aprovada a Indicação na qual o vereador pedia a construção de um posto de saúde em São José do Alto Viçosa. Voltou a fazer o mesmo pedido na sessão do dia 23 de fevereiro de 2010, alegando que os moradores precisavam se deslocar por longas distâncias e, muitos, a pé, em busca de atendimento médico.

Zezão anunciou na sessão de 23 de novembro de 2010 que as obras finalmente iniciaram em sua comunidade, como as do calçamento da Vila Dordenoni e a de início da rede de esgoto e de abastecimento de água na Vila Barbosa e do Portal do Lazer, que já contava com rede de esgoto.

Na sessão do dia 3 abril de 2012, registrou a preocupação com o calçamento da Vila Dordenoni. Ao afirmar que o atraso da firma ganhadora da concorrência era evidente, relatou que os moradores também estavam preocupados e descrentes com o cumprimento da execução da etapa de drenagem.

As reivindicações com obras de saneamento, abastecimento de água, calçamento e outras melhorias no Alto Caxixe, principalmente nas vilas mais carentes, foram presentes e repetidas durante todo o mandato de José Marques Pacheco na Câmara



José Marques Pacheco na eleição da Mesa Diretora.

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



MARCO ANTÔNIO GRILLO



Em seu quinto mandato, Marco Antônio Grillo- PSDB foi eleito com 553 votos. Na sessão de posse, no dia 1º de janeiro de 2009, foi realizada a eleição da Mesa Diretora que o conduziu pela quarta vez à presidência da Casa.

Marco, que acompanhou o superintendente da Funasa no Espírito Santo, Marcos Resende, na visita ao Alto Caxixe e a São José do Alto Viçosa (no dia 10 de março), destacou na tribuna da sessão seguinte que o problema de abastecimento era gravíssimo e que havia empenho da deputada federal Rose de Freitas e do pre-feito Dalton Perim em buscar solução.

Na sessão do dia 17 de março, comentou o crescente índice de violência em Venda Nova. Ele lembrou que, em 2007, a audiência pública organizada pela Câmara resultou na criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o que na avaliação dele fez surgir pouco resultado até aquele momento.

Grillo voltou a fazer um questionamento que o acompanhou por anos em seu mandato. Na sessão do dia 24 de março, disse não entender o montante de R\$ 2 milhões que o Estado estava gastando para informatizar o Hospital Padre Máximo-HPM. Calculou que, com os recursos, seria possível comprar pelo menos mil computadores e que, mais importante do que agilizar marcação de consultas e localizar vagas no sistema, seria contratar profissionais. Apesar de achar válido, questionava o grande valor. Ele disse que bastava observar o balanço publicado pelo HPM para perceber o aperto que a instituição passava e que por um valor muito menor (ao do investimento em questão) sairia do sufoco. Mais adiante, na sessão do dia 21 de abril, após a reunião que oficializou o repasse, questionou se haveria ajuda para manutenção posterior, pois a informatização aumentaria o custeio da instituição.

Aprovado o Projeto de Lei, de autoria de Grillo, que alterava a lei que limitava o perímetro urbano do distrito de São João. Na sessão de 7 de abril de 2009, o autor explicou que foram ajustes necessários, a exemplo do que aconteceu no Alto Caxixe. O Projeto de Lei foi feito em conjunto com o setor de Obras.

Diante das dificuldades dos proprietários rurais sobreviverem, na sessão de 21 de abril, Grillo manifestou o desejo de que o Estado, a exemplo de Santa Catarina, fizesse um Código Florestal próprio à realidade das localidades. “O que vale para o Mato Grosso do Sul não vale para o Espírito Santo, em especial para a região das Montanhas. O código de 1964 precisa ser revisto”.

A dificuldade em receber informações sobre o projeto de implantação da informatização do HPM levou Grillo a se manifestar novamente. Na sessão do dia 23 de junho, ele se disse disposto em tomar pé do assunto, pois vinha sendo questionado sobre o alto custo do projeto bancado pelo Estado, que não repassava verba direto para que a instituição fizesse as aquisições.

Em 23 de junho, anunciou que o Sebrae planejava instalar uma unidade em Venda Nova. Uma reunião com representantes da Findes, Sebrae e de instituições locais já estava marcada para dar andamento ao projeto.

Diante do comentário de Alberto Falqueto, que acompanhava o desenrolar das reuniões sobre o PDM, e de um dos debates ser o aumento do gabarito para construções de edifícios, na sessão de 7 de julho, Grillo disse que o PDU carecia de um reestudo, principalmente no quesito taxa de ocupação. Ele acreditava precisar considerar o custo do metro quadrado, assim como questões ambientais e de qualidade de vida. O município compõe uma região de cabeceira e tem limitações no abastecimento de água.

No quesito mobilidade urbana, Grillo lembrou (na sessão do dia 28 de julho de 2009) que, ao longo das administrações, alguns gargalos foram desfeitos ao desapropriar e abrir ruas aqui e ali. A de acesso ao clube, a Beira Rio, a rua que fica atrás do Supermercado Pagotto (no Centro) são exemplos das vias surgidas graças às interferências das administrações anteriores. Da década de 1980 para cá, Venda Nova está “numa ação inédita entre os municípios com menos de 20 mil habitantes no Brasil- passou a ter PDU e os problemas mais sérios aconteceram na área rural”.

Comentou sobre o pedido da promotora em uma reunião com ele e o prefeito, para que a Prefeitura evitasse investimento em loteamentos irregulares. Para ele, justamente esses eram os locais com mais carência. Na maioria dos casos, os donos de loteamentos eram pessoas de boas condições financeiras.

Ao comentar a solenidade de inauguração da ‘Farmácia Cidadã’ (no início de julho) Grillo observou que o que mais importante aconteceu foi o vice-governador, Ricardo Ferraço, determinar ao então secretário de Saúde, Anselmo Tosi, que disponibilizasse recursos para o custeio do HPM. Se isso acontecesse, um grande gargalo para o funcionamento do hospital seria resolvido, disse sobre a possibilidade de aumento da demanda devido à informatização que interligaria as informações das vagas de todos os hospitais do Estado. Ele também estava preocupado com o custo de manutenção do sistema que ficaria para o HPM.

Na sessão do dia 10 de novembro, Grillo sugeriu que a Prefeitura abrisse um acesso do outro lado do HPM, que seria na propriedade de Rafael Zandonadi.

Com o anúncio da vinda da pesquisa do IBGE para agosto, ainda em abril (sessão do dia 13 de 2010), salientou a necessidade de um levantamento juntamente com a Secretaria de Obras sobre a identificação das ruas para possibilitar o trabalho deles e outros no município.

Autor do Projeto de Lei lido no dia 9 de novembro de 2010, que propunha o ‘IPTU Verde’ em Venda Nova do Imigrante, Grillo relatou ter recebido de Olímpio Perim Júnior uma cópia do projeto da experiência em São Carlos/SP.

Achou interessante e socializou com amigos e, ao fazer pesquisas e descobrir várias experiências de cidades do Brasil que adotaram o sistema, preferiu concentrar sua atenção no modelo de Curitiba. Fez pesquisas locais, protocolou o projeto na Câmara ainda no dia 22 de outubro do ano anterior e ficou aguardando sugestões do secretário de Meio Ambiente, que disse já fazer o estudo há algum tempo e que aguardava a reforma tributária para apresentar. Duvidando de uma possível agilidade de uma reforma, Grillo resolveu colocar sua proposta em tramitação. A ideia era incentivar os moradores a adotar práticas como reaproveitamento de água da chuva e outras de sustentabilidade ambiental.

No final de agosto, Marco falou de novamente colocar em pauta a obrigatoriedade de atrelar a certidão de vistoria do Corpo de Bombeiros para concessão de alvará de funcionamento. Para ele, a medida era necessária para evitar que o município assumisse uma prerrogativa que era do Corpo de Bombeiros. No dia 20 de dezembro de 2011, Marco disse que finalmente conseguiu emplacar esse projeto, mas o ano de 2012 começou com a notícia do veto do prefeito, na sessão do dia 7 de fevereiro.

Em mais um desafio para elaboração do PDM de Venda Nova do Imigrante (que já enfrentava a baixa participação popular nas audiências), Grillo entregou a Alberto a cópia da Lei Federal Nº 12.587, aprovada no dia 3 de janeiro daquele ano, que fazia uma nova exigência: o Plano de Mobilidade Urbana deveria ser integrado ao PDM existente ou em elaboração no prazo máximo de três anos de vigência dessa lei.

Na sessão do dia 14 de fevereiro, Grillo anunciou que a ciclovía ia se estender para a avenida principal da Vila Betânea. Diante da curiosidade dos comerciantes, solicitou que a Câmara pedisse uma cópia do projeto à Secretaria de Obras para socializar as informações. Alberto adiantou saber que a avenida Domingos Perim, no Centro, também teria ciclovía.

Sem explicação desde 2010, estavam paradas as obras do asfaltamento da Rota da Ferradura- que começa no Posto Venturim, em São João, passa por Viçosinha e Cachoeira Alegre e termina novamente na BR-262, no mesmo distrito. Dos 14 km, dez estavam asfaltados e a obra entrava em depreciação em alguns pontos. Marco comentou a situação na sessão de 10 abril de 2012 e explicou que o projeto ficou fora do 'Caminhos do Campo', por precisar ser uma obra mais reforçada pelo intenso tráfego de carros. Ele pediu explicação do Estado já que o município não tinha condições de assumir o projeto.

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



TARCISIO BOTTACIN



Vereador eleito em 2008 com 510 votos pelo DEM, Tarcisio Bottacin buscou exercer a função com dedicação e serenidade, como gosta de descrever. Como agente político eleito, se propôs a acompanhar o dia a dia das comunidades e a conhecer de perto as suas necessidades. Atuando como professor da rede estadual e vereador ao mesmo tempo, ele levava para a sala de aula os debates mais relevantes que aconteciam na Câmara Municipal, despertando dessa forma em muitos alunos o interesse pela verdadeira política e seus benefícios para a sociedade.

O professor Tarcisio, como é conhecido, tem formação em filosofia (licenciatura) e pós-graduação em planejamento educacional. Filho de Anna Sivolani Bottacin e José Bottacin, nasceu no dia 16 de abril de 1961, na comunidade de Santa Luzia, quando Conceição do Castelo ainda pertencia a Castelo. Ainda naquela comunidade, estudou até parte da quarta série, quando em setembro de 1972 se mudou para Venda Nova e concluiu o ano na então Escola Idalino Monteiro, hoje Escola Estadual Domingos Perim.

Depois de passar pela prova de admissão, foi estudar a quinta série no Instituto Salesiano Pedro Palácios e depois, o magistério, na Escola Estadual João Bley, em Castelo, como seminarista agostiniano. Concluído o segundo grau foi para Franca, São Paulo, cursar licenciatura em filosofia no Instituto de Filosofia da Capelinha. Em Lorena, no mesmo Estado, completou sua formação fazendo licenciatura plena. Ainda seminarista, fez mais dois anos de teologia no Instituto Pio XI, no Alto da Lapa, também em São Paulo. Mais tarde fez pós em planejamento educacional pelas Faculdades Integradas de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Tarcisio deixou a vida religiosa no ano de 1986, quando retornou para Venda Nova. Ele estava com 25 anos na época e tinha a intenção de retornar para São Paulo para trabalhar. Enquanto aguardava o dia de retornar, foi convidado pelo então diretor Domingos Sávio Caliman, para atuar na sala de aula na Escola Fioravante Caliman, que carecia de professores para três disciplinas naquele momento. Passado algum tempo, foi se envolvendo e familiarizando com o trabalho, levando-o a permanecer definitivamente em Venda Nova.

Em 1996, ele se casou com Marizelma Carneiro Dias Bottacin, com quem teve dois filhos: Cícero Dias Bottacin e Otávio Dias Bottacin. Tarcisio completou 30 anos como professor na Escola Fioravante Caliman em 2017, onde se aposentou. Também é concursado da Prefeitura de Venda Nova. Nesse período fez pós em planejamento educacional pleno pelas Faculdades Integradas de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Sua formação em filosofia o leva a crer que está na política - no seu sentido verdadeiro - pela solução para os problemas que afligem a humanidade. Mesmo acreditando não ter veia política, aceitou o desafio de ser candidato três vezes, sendo eleito por dois mandatos como vereador e um como vice-prefeito.

Em seu currículo como atuação na comunidade, foi coordenador e professor do pré-vestibular durante o ano de 1992. O curso, que funcionava em uma das salas da área de lazer da praça Padre Emílio, foi criado para ajudar os alunos que não tinham condição de estudar fora para se preparar para concorrer a uma vaga no curso superior. Ele se recorda que duas leis municipais autorizaram os repasses para a manutenção do cursinho: a Lei Nº 111/1992 e a Lei Nº 132/1992



Vereadores fazendo o juramento no dia da posse.

6ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2009 / 2012



VALDIR DIAS



Eleito com 475 votos, Valdir Dias se reelegeu e exercia o cargo de vereador pela quinta vez. Na sessão do dia 3 de março de 2009, ele anunciou que o prefeito Dalton Perim determinou que a Secretaria Municipal de Agricultura fizesse um estudo para viabilizar a criação de uma feira da agricultura familiar local. Os produtores seriam cadastrados e a Prefeitura poderia conceder tíquetes para que os funcionários consumissem nesta feira.

Na sessão de 7 de abril, parabenizou o prefeito e sua equipe, assim como o presidente da Câmara, pela conquista. Os bairros Minete, São Pedro e Santa Cruz iriam ganhar um posto de saúde, era uma luta dele e do colega Davi Schettino Mineti.

Valdir propôs reunir o Conselho do Código de Postura para discutir a possibilidade de ampliar para dez andares o limite para as construções em Venda Nova. Na sessão do dia 19 de maio, ele comentou que, na época, os prédios sem elevador podiam ter no máximo quatro andares, e quando tinham, no máximo seis. Alegava que o alto custo dos imóveis afugentavam investimentos das construtoras e a ampliação seria um incentivo: tanto na criação de emprego quanto na movimentação do comércio de material de construção.

Ele propôs, na sessão do dia 16 de junho de 2009, a implantação do projeto 'Calçada Cidadã' em Venda Nova do Imigrante. A Indicação aprovada sugeriu as avenidas Evandi Américo Comarela, Ângelo Altoé e Domingos Perim para receber o passeio padrão de um lado e estacionamento do outro. O vereador já se antecipou e falou com o projetista da Prefeitura e que conversaria com o prefeito para colocar a obra no Orçamento, mesmo que a responsabilidade do calçamento seja do proprietário.

Ao comunicar que estavam em fase de licitação as obras de conclusão do ginásio do Camargo, na sessão de 4 de agosto, disse que a finalização facilitaria a vida da comunidade, que teria um local para se reunir e fazer eventos. Ele sempre cobrou a finalização da obra.

Sua Indicação apresentada no dia 23 de fevereiro de 2010 pediu ao pre-feito para comprar um terreno e construir uma creche na comunidade de São José do Alto Viçosa. Ele alegou que as lavradoras, principalmente as da Vila Barbosa, não tinham com quem deixar seus filhos pequenos e os levavam para o local de trabalho, pondo em risco a saúde das crianças.

Na sessão do dia 13 de abril, pediu à Mesa correspondência solicitando que o município estudasse a possibilidade de abertura de concessão de linhas para ônibus circulares na sede de Venda Nova. Antônio Fernando Altoé fez o pedido no ano anterior e Valdir disse acreditar que o número de passageiros não comportaria na época.

Dentro da realidade da época, parte do bairro São Pedro, um dos mais antigos de Venda Nova, figurava entre os loteamentos irregulares do município. Na sessão do dia 22 de fevereiro de 2011, Valdir Dias citou que lotes de uma determinada parte do bairro não tinham como ser escriturados e, por isso, sem acesso às linhas de crédito para construção. Solicitou que a Mesa fizesse correspondências para os órgãos competentes viabilizar a legalização.

No dia 22 fevereiro de 2011, Valdir solicitava que a Prefeitura garantisse uniforme e material escolar para as crianças de famílias carentes. Disse que nessa época era muito procurado e relatou o caso de uma colona que não tinha condições, pois seu marido se encontrava doente.

No dia 27 de maio de 2011, Venda Nova do Imigrante inaugurou a Unidade Saúde da Família. Financiada pela Secretaria de Estado da Saúde- Sesa, a USF recebeu recursos da ordem de R\$ 1,165 milhão e foi entregue pronta para funcionar. De acordo com Valdir, houve empenho especial dele e do vereador Davi, morador daquele bairro, para elaborar o projeto e conseguir os recursos do Estado.

Na sessão de 16 de agosto de 2011, comentou a previsão da inauguração em breve do posto de saúde de Vila da Mata, que logo em seguida entraria em funcionamento, mesmo com a existência do posto de saúde do bairro Minete, acrescentou que existia equipe para os dois.

A notícia dada por Alberto Falqueto na sessão do dia 10 de abril de 2012 de que o bairro São Pedro ainda aguardava licença ambiental para que os proprietários pudessem fazer escritura, e ter acesso às linhas de crédito disponíveis, foi um alento para Valdir Dias, que há tempos reivindicava atenção dos órgãos competentes.

Classificado como ousado por Valdir Dias, o projeto que previa abastecimento de água para o Alto Caxixe foi aprovado na sessão do dia 10 de abril. Na atual legislatura, através do deputado Cacau Lorenzoni, conseguiu recursos para o saneamento básico e também para a aquisição de um carro para a Secretaria Municipal de Agricultura.

Durante esse e os mandatos anteriores, Valdir sempre lutou por melhorias no repasse para o Hospital Padre Máximo e para a Apae. Como presidente da Casa, em especial, conseguiu substancial aumento nos repasses para o hospital. “Meu trabalho sempre esteve voltado para o ser humano, mesmo fora do mandato. Por isso, sempre lutei para melhorar as condições de atendimento das instituições que lidam com a saúde e com o bem-estar”.

Fora da vereança, Valdir voltou a trabalhar com Camilo Cola (seu antigo empregador), desta vez atuando durante dois anos como assessor. Depois voltou a atuar na iniciativa privada, reinvestindo nos negócios próprios.



7^a LEGISLATURA

2013 a 2016

Venda Nova do Imigrante



7ª LEGISLATURA 2013 a 2016

Venda Nova do Imigrante

Vereadores

| | |
|---|-------------|
| Acácio Côra (PMDB) | 627 votos |
| Everaldo Brunelli Avanci (PV) | 551 votos |
| Francisco Carlos Foletto (PSB) | 648 votos |
| Isael Bergamim (PMDB) | 616 votos |
| João Paulo Schettino Mineti (PPS) | 377 votos |
| José Luiz Pimenta de Souza (PP) | 962 votos |
| Tarcisio Bottacin (DEM) | 426 votos |
| Tiago Altoé (PMDB) | 1.335 votos |
| Vanderlei Abílio (PDT) | 514 votos |

Suplente

| | |
|--------------------------------|-----------|
| Benjamin Falchetto (PDT) | 434 votos |
|--------------------------------|-----------|

Número de eleitores: 16.098

| | |
|--|-------------|
| Prefeito: Dalton Perim (PMDB)..... | 6.580 votos |
| Vice-prefeito: Orlando Filetti Filho (PSD).. | |







7ª Legislatura

Formação da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes

MESA DIRETORA DO 1º BIÊNIO

Presidente: Marco Antônio Grillo
Vice-presidente: Alberto Falqueto
1º Secretário: Antônio F. Altoé
2º Secretário: Valdir Dias

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Presidente: Antônio Fernando Altoé
Relator: Tarcisio Bottacin
Secretário: Davi Schettino Mineti

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Presidente: Valdir Dias
Relator: José Luiz Pimenta de Souza
Secretário: José Marques Pacheco

Comissão de Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Turismo e Assistência Social

Presidente: Valdir Dias
Relator: Davi Schettino Mineti
Secretário: Isael Bergamim

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: Tarcisio Bottacin
Relator: Alberto Falqueto
Secretário: Antônio Fernando Altoé

MESA DIRETORA DO 2º BIÊNIO

Presidente: João Paulo S. Mineti
Vice-presidente: Tarcisio Bottacin
1º Secretário: Tiago Altoé
2º Secretário: José Luiz P. de Souza

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Presidente: Isael Bergamim
Relator: Everaldo Brunelli Avanci
Secretário: Vanderlei Abílio

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Presidente: José Luiz P. de Souza
Relator - Vanderlei Abílio
Secretário - Isael Bergamim

Comissão de Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Turismo e Assistência Social

Presidente: Francisco C. Foletto
Relator: Benjamim Falchetto
Secretário: Tarcisio Bottacin

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: Tiago Altoé
Relator: Benjamim Falchetto
Secretário: José Luiz P. de Souza



TERRENO PARA O CORPO DE BOMBEIROS, ÁREA PARA O HOSPITAL, HOMENAGENS E DESTAQUES NA MÍDIA COM CÂMARA TRANSPARENTE E COM OS MENORES SALÁRIOS DE VEREADOR

Com a ampliação e organização das vagas de estacionamento e ciclo-vias, a cidade estava mais urbanizada, mas nem por isso livre dos problemas viários, dado ao número de veículos que crescia ano a ano. Os estudos do PDM em curso buscavam a solução para os principais problemas relacionados à ocupação do solo, tanto urbanos quanto rurais, bem como promover qualidade de vida para a população e garantir desenvolvimento sustentável para o município.

Em março de 2013, a Câmara aprovou o Projeto de Lei que autorizava o Executivo a doar ao Estado um terreno para implantação do Corpo de Bombeiros em Venda Nova do Imigrante. O terreno, localizado às margens da BR-262, em São João de Viçosa, mede 3.527 m² e foi adquirido pelo município especificamente para este fim e a compra havia sido autorizada em abril de 2012.

Em maio de 2013, a Câmara autorizou o Executivo permutar uma área medindo 53,88m², do município, com outra particular, com 99,93m². A destinação da área recebida era para servir como novo acesso ao Hospital Padre Máximo, ligando a Rua Dom Bosco ao pátio do hospital.

No final de 2013, foi aprovado o Projeto de Resolução N° 09/2013, de autoria da Mesa Diretora, que instituiu o programa “Câmara nas Escolas”. Dentre os objetivos do programa de natureza pedagógica estavam a interação entre Câmara e a comunidade escolar, proporcionar ao estudante a compreensão do papel e a importância do Poder Público Municipal no contexto social da comunidade e contribuir para a formação da cidadania do estudante e para o entendimento dos aspectos da sociedade brasileira.

Em junho daquele ano, os vereadores realizaram a primeira edição, com visitas a todas as escolas do município, tanto da rede particular quanto da rede pública – municipais e estaduais – nos três turnos de funcionamento das unidades de ensino. Foram envolvidos cerca de 2.500 estudantes, do sexto ano do ensino fundamental à terceira série do ensino médio, além de alunos de turmas do EJA, professores e demais profissionais das escolas. Todos os alunos receberam uma cartilha didática, desenvolvida pela Câmara Municipal, contendo diversas informações sobre o Poder Legislativo Municipal.

Em novembro de 2013, a Câmara de Venda Nova do Imigrante foi destaque em reportagem do jornal A Gazeta, com o título "Aqui vereador não tem gabinete nem assessor". O jornalista destacava que os membros do Legislativo Municipal não possuíam gabinete, assessores próprios, nem cotas de gabinete ou telefone. O texto falava ainda da estrutura física, que possuía apenas 12 servidores e disponibilizava para os vereadores uma sala de reunião com dois computadores para uso coletivo. A reportagem salientava a transparência do Legislativo Municipal, com portal de internet atualizado e transmissão das sessões por rádio e pelo site da Câmara Municipal.

A Câmara autorizou a Prefeitura, a partir do final de agosto de 2014, a instituir o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Entre os objetivos do plano, o Projeto de Lei previa diagnosticar a situação dos resíduos sólidos gerados no município; identificar as possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros municípios; definir regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento; e elaborar programas e ações de educação ambiental que promovam a não-geração, a redução, a reutilização e a reciclagem.

Com a aprovação do Projeto de Lei N° 036/2014, a Câmara reconheceu (em setembro de 2014) o Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau como uma entidade de utilidade pública. A entidade sem fins lucrativos foi fundada em 25 de maio de 2006, a partir da união dos poderes público e privado, com o propósito de trabalhar pelo desenvolvimento turístico das Montanhas Capixabas.

O objetivo principal da Associação é a captação e geração de eventos e congressos de alcance regional, nacional ou internacional e o desenvolvimento do turismo, da defesa e da proteção do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico da região turística das Montanhas Capixabas. Entre os trabalhos desenvolvidos estão treinamentos e cursos de aperfeiçoamento para aprimorar a mão de obra do setor de turismo; apoio às entidades esportivas, culturais e artísticas; e projetos e programas que subsidiem o setor público.

Em setembro, foi aprovado o Projeto de Lei que autorizou a Prefeitura Municipal a firmar convênio com a instituição “Sou Feliz”, de Marechal Floriano, que atende idosos. A matéria ainda autorizou o repasse de até R\$ 18 mil à instituição, como forma de pagamento dos serviços prestados, já que o município não possuía um local de longa permanência para abrigar idosos.

Homenagens, histórias e muita emoção marcaram a Sessão Solene em comemoração ao centenário de nascimento do padre Cleto Caliman, realizada no dia 9 de outubro de 2014 (data de aniversário do religioso), no Centro Cultural e Turístico. O evento, organizado pela Câmara Municipal, foi uma oportunidade de conhecer a história desse vendanovense que tanto fez pelo município.

Os irmãos de padre Cleto que ainda estavam vivos foram convidados a compor a mesa com as autoridades. Um dos momentos da Sessão foi o descerramento do Memorial Alusivo ao Centenário de Nascimento do Padre Cleto Caliman. Criada pelo Decreto Legislativo Nº 101/2014, a homenagem foi fixada na Câmara Municipal e cada irmão do sacerdote recebeu uma réplica do Memorial. Outro acontecimento foi o lançamento do selo e do cartão postal em homenagem a padre Cleto.

Em dezembro de 2014, a Câmara homenageou 16 estudantes do município que se destacaram em eventos educacionais naquele ano. Pelo destaque na 10ª Olimpíada Brasileira de Matemática- OBMEP, foram homenageados Gabriel Cardoso Uliana (Ifes), Luciano Fábio Busatto Venturim (Ifes), Thalya Busato Beltrame (Ifes), José Antônio Guisso Rebuli (Ifes), Thiago Cardozo Uliana (Fioravante Caliman) e Daniel Ambrosim Falqueto (Liberal Zandonadi). Já Gustavo Falchetto de Oliveira (Fioravante Caliman) foi homenageado pela participação na 11ª Feira Estadual de Ciência e Tecnologia, com o trabalho "Lixo X Sustentabilidade: a destinação correta dos resíduos orgânicos", que ficou em primeiro lugar na categoria ensino médio.

A outra homenagem foi destinada aos integrantes do grupo VelozMente, do Projeto Altas Habilidades, da Escola Liberal Zandonadi. Os participantes do grupo (Daniel Ambrosim Falqueto, Heitor Alves Falqueto, Hiara Alves Falqueto, Edgar Zoboli Busato, João Pedro Antunes Siqueira, Lucas Gabriel Dias, Clodoaldo José Stein e Bernardo D'Angelo) foram orientados pela professora Ka-tiucha Orrico.

Em julho de 2016, a Câmara foi reconhecida como uma das mais transparentes do Espírito Santo, segundo levantamento do Tribunal de Contas do Estado- TCE-ES. A Corte fez auditoria nos portais das casas legislativas capixabas e a Câmara de Venda Nova alcançou percentual muito acima da média. O levantamento foi feito ao longo de 2015 e considerou o conteúdo e a forma como as informações estavam disponibilizadas aos cidadãos nos portais da transparência.

A Câmara recebeu, na tarde de 3 março, representantes da Prefeitura para tratar do novo Código de Obras e do Projeto de Lei (PL) para construção de capela mortuária no Cemitério Padre Emílio. Na reunião, os vereadores fizeram questionamentos e esclareceram dúvidas sobre as duas matérias. O novo Código chegaria à Casa nos próximos dias e o PL sobre a capela estava pronto para ser votado.

No encontro, os legisladores debateram o novo Código de Obras, que é uma lei com normas para construção de edificações em todo o município. A legislação sobre o assunto em vigor na época foi aprovada em 1990. Com a nova redação, o texto foi atualizado e melhorado.

A Sessão Ordinária do dia 8 de março de 2016 foi marcada por homenagens em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. As convidadas foram: Vânia Delpupo, presidente da Associação das Voluntárias Pró-Hospital Padre Máximo; Marlene Piazzarollo Zandonadi, superintendente executiva do Instituto Jutta Batista da Silva; Arcília Rébulo Betini, coordenadora da Pastoral da Saúde; e Vera Lúcia Faé, presidente da Associação das Voluntárias da Apae.

Elas usaram a Tribuna Livre da Câmara para falar sobre o trabalho que desenvolvem no município por meio das entidades em que atuam e mostraram a importância de suas atividades para toda a comunidade. Vânia, Marlene, Arcília e Vera representaram muitas outras vendanovenses que assumiram o compromisso de ajudar a fazer do nosso município um lugar melhor.

Em maio de 2016, a Câmara analisava o Projeto de Lei Complementar-PLC que estabelecia regras para pagamento do IPTU daquele ano. A matéria previa duas formas de quitação: à vista com desconto ou em três parcelas mensais, sem desconto. De acordo com o PLC, o contribuinte teria 10% de desconto no valor do imposto se optasse por pagar em cota única. Ainda segundo o Projeto, as regras também valiam para outras taxas.

A Câmara encaminhou correspondência ao gestor do Polo de Atendimento Serrano da Cesan, Stefferson Ferraz, solicitando à Companhia informações sobre os motivos da turbidez e do mau cheiro da água que saía da Estação de Tratamento- ETE. Além disso, o documento questionava se havia algum risco ao Meio Ambiente e qual era o tempo necessário para que a situação fosse normalizada.

A água aparentemente suja (turva e escura) estava sendo lançada no Rio Viçosa pela estação de tratamento, no bairro Bananeiras, em Venda Nova do Imigrante, e preocupava a população.

Em duas votações, em novembro de 2016, a Câmara aprovou o Projeto de Lei que autorizava a Prefeitura a conceder uso de imóvel do município à Diocese de Cachoeiro de Itapemirim/Paróquia São Pedro Apóstolo. O Projeto de Lei dava maior autonomia administrativa e funcional à entidade, que utiliza o espaço para atividades da Pastoral da Saúde. O espaço foi construído especificamente para a Pastoral da Saúde, que presta serviços de grande importância à população, e a aprovação permitia contrato de concessão gratuita de uso do imóvel localizado na Vila Betânea, com prazo de 20 anos e finalidade específica de fitoterapia de medicamentos.

No dia 1º de dezembro de 2016, foi destaque na imprensa regional (Jornal Aqui Notícias, de Cachoeiro de Itapemirim), a apuração de que a Casa tinha o menor salário de vereador dentre os cinco municípios pesquisados: Venda Nova, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano. O valor por sessão também era o menor dentre as casas legislativas pesquisadas.

Embora sejam nas sessões ordinárias, às terças-feiras, que os vereadores discutam e votem os projetos que passam pela Câmara, o Legislativo aproveitou a ocasião para esclarecer que os trabalhos vão além. Todos os vereadores de Venda Nova são membros de comissões permanentes, que se reúnem às quintas-feiras para analisar as proposições antes que possam ser votadas em plenário. Têm ainda os encontros com pessoas da comunidade, no dia-a-dia, e também as sessões extraordinárias, que não geram remuneração.

Em meados de dezembro de 2016, o diretor geral do Ifes, campus de Venda Nova do Imigrante, Aloísio Carnielli, esteve na Câmara para prestar contas das atividades e projetos desenvolvidos pela instituição naquele ano. O diretor geral usou a Tribuna Livre para falar sobre a importância do Ifes para a comunidade vendanovense, enumerando a quantidade de servidores (127, dentre professores, técnicos, estagiários e terceirizados) e os cursos oferecidos à população: superiores, técnicos de nível médio, licenciatura e bacharelado.

Para Carnielli, o impacto da instituição na comunidade vendanovense foi positivo desde o início do funcionamento, em 2010. "O Ifes transformou a cidade em vários aspectos. Não apenas na circulação de pessoas, mas com a movimentação de pessoas de fora que vieram para cá. Isso dá certa dinâmica diferente ao município", comentou o diretor geral, revelando que, na época, cerca de 40% dos estudantes eram moradores de municípios vizinhos.



7^A GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
2013 /2016



DALTON PERIM
PREFEITO



ORLANDO FILETTI FILHO
VICE-PREFEITO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, CONTROLADORIA INTERNA E AUMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS

Dentre as ações inéditas no governo de Dalton Perim, ele destaca o ‘Orçamento Participativo’, pois em sua avaliação, a população passou a participar das principais decisões acerca dos investimentos dos recursos do vendanovense. Perim adotou a prática na primeira gestão e a fortaleceu na segunda.

Faz parte de suas ações a implantação da Controladoria Interna. Uma vez por ano, Perim prestava contas de suas ações na Câmara, quando destacava como legado de sua gestão- além do ‘Orçamento Participativo’ e a implantação da Controladoria Interna- os planos municipais (Gerenciamento Resíduos Sólidos, Assistência Social, Educação, PPRA/PCMSO e, ainda em curso no final de suas gestões, o Saneamento Básico e PDM); o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores e do Magistério; os conselhos municipais; todas as prestações de contas aprovadas pelo Tribunal de Contas; e a nota 10 no ranking da Transparência do MP Federal.

Dalton deixou a Prefeitura em 2016 com uma frota de 147 veículos e equipamentos, sendo que 79 foram adquiridos ao longo dos seus dois mandatos. Em sua prestação de contas, foi detalhada a frota com: 62 veículos utilitários, 37 ônibus/micro-ônibus, quatro tratores agrícolas, dez retroescavadeiras, três pás carregadeiras, quatro motoniveladoras, 13 caminhões, sete motocicletas, uma escavadeira hidráulica e um rolo compactador.

Das obras feitas com recursos próprios, ele destaca a capela mortuária, a pavimentação asfáltica de várias ruas e a galeria para rede pluvial do bairro Vila da Mata. Esta última obra foi um alívio para os moradores e donos de comércio do bairro, principalmente localizados atrás do Rio Branco Futebol Clube, que sofriam com a falta de vasão de água na época das chuvas. “As ruas ficavam completamente alagadas, o que levou moradores a construir muros de proteção nas portas de suas casas ou estabelecimentos”.

Com os recursos de convênios federais foram construídas a quadra poliesportiva de Vila da Mata, feita a reforma e ampliação da quadra poliesportiva da comunidade de São José de Alto Viçosa, a revitalização do entorno (praça) do Centro Cultural e Turístico Máximo Zandonadi, a implantação de infraestrutura esportiva na praça Padre Emílio, a pavimentação entre o bairros Tapera e Sossai, a construção da escola pró-infância no bairro Tapera, a reforma e ampliação das unidades de saúde dos distritos de São João de Viçosa e do Alto Caxixe, bem como a construção do sistema de tratamento de água desse último distrito.

Dalton entregou as chaves do município com vários recursos oriundos dos convênios federais empenhados para aquisições de equipamentos para academias ao ar livre, ônibus escolar, conclusão da pavimentação entre os bairros Tapera/Sossai, equipamentos para o Centro de Eventos do Alto Caxixe, implantação de um campo de futebol society no bairro Santo Antônio da Serra e para pavimentação de ruas em geral. Dentro desse rol, ele também cita os recursos para aquisição de materiais permanentes da Saúde, aquisição de veículos para a Assistência Social e de equipamentos e veículos para a Apae.

Ao final dos oito anos de gestão, Dalton se orgulha das obras de urbanização (a maioria no primeiro mandato), que tornaram a circulação nas principais avenidas mais segura. As obras aumentaram e organizaram as vagas, melhorando o fluxo de veículos e a visibilidade dos comércios, assim como ampliaram a malha de ciclovias. “A melhoria na mobilidade urbana, tanto para motoristas, ciclistas e pedestres ajudou, juntamente com a jardinagem, a embelezar e a deixar nossa cidade mais humana”.



7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



ACÁCIO CÔRA



Nascido no dia 28 de março de 1965, Acácio Côra cresceu na comunidade de Alto Viçosinha, no distrito de São João de Viçosa. Seus pais, Agostinho Côra e Odete Andreão Côra, assim como toda a família, frequentavam a comunidade de Vargem Grande, que era o núcleo mais próximo. Acácio estudou na Escola Singular no Alto Viçosinha e depois foi para Castelo fazer o ginásial e o segundo grau, como interno do Seminário dos Agostinianos Recoletos.

Acácio desistiu da vida religiosa e, assim que se formou, retornou para casa. Tinha 17 anos completos quando foi trabalhar com a família na propriedade rural. Cresceu envolvido com a comunidade: foi coordenador do Conselho Pastoral Comunitário, Ministro da Eucaristia e participava do time de futebol. Foi em um dos jogos em Castelo que ele conheceu Marilza Selva Côra, com quem se casou em 1995 e teve duas filhas, Ana Júlia e Cássia.

Em 2008, ao aceitar o convite para trabalhar como gerente da Secretaria de Obras no mandato de Dalton Perim, Acácio acabou ficando próximo das decisões e atribuições dos poderes públicos e conhecendo melhor a realidade de todo o território vendanovense. Trabalhou três anos e meio e, em 2012, se afastou para ser candidato a vereador.

Eleito com 627 votos, pelo PMDB, assumiu em 2013 e foi vice-presidente da Mesa Diretora no primeiro biênio. Assim que eleito, fez curso em gestão pública pela Ulbra, à distância, para se qualificar para a função. Sua proposta de atuação era de diminuir o custo do Legislativo e, para isso, fez o Projeto de Lei reduzindo em 50% o valor das diárias pagas quando os vereadores estivessem fora do município e outro para reduzir o uso do veículo da Câmara, ambos foram reprovados.

Acácio foi autor de várias indicações para o Executivo, dentre elas a sugestão para a municipalidade fazer uma ciclovia na avenida Lorenzo Zandonadi, no bairro Vila Betânea. Fez outra sugerindo comprar um terreno na comunidade de Vargem Grande, onde foi construída a atual escola. Ele conseguiu recursos na Secretaria Estadual de Esportes para a academia ao ar livre da praça Santa Marta, na Vila Betânea, assim como para o alambrado para o campo de futebol da comunidade de Bela Aurora e para melhorias na praça de São João de Viçosa.

Pelos seus conhecimentos na área de Obras, Acácio foi participativo nos estudos e nas emendas ao PDM. Recordar-se, por exemplo, da normatização de áreas para loteamentos, em especial uma norma que passou a exigir áreas maiores na proporção da declividade, isto é, quanto mais inclinado o terreno, maior deve ser a extensão do lote.

Em julho de 2014, Acácio recebeu a proposta de assumir a Secretaria de Obras, e tendo Benjamim Falchetto como suplente, sentiu que se licenciar também seria uma oportunidade de homenagear a figura de uma das personalidades vivas mais importantes da história de Venda Nova do Imigrante.

No período em que ficou secretário, fez o calçamento de 105 ruas (entre a sede e os distritos), iniciou as obras da escola municipal de Vargem Grande e as da escola do jardim de infância da Tapera e a praça de São João de Viçosa. Também executou as obras da ciclovia da Vila Betânea, que era fruto de sua Indicação, dentre outras obras.

Acácio retornou à função de vereador no dia 1º de abril, como exigência de descompatibilização do cargo público para ser candidato novamente ao pleito daquele ano. Foi candidato e, na votação geral, ficou em sexto lugar, com 554 votos, mas não entrou pela legenda.

Ele decidiu sair da vida política, mas não da vida pública. Além de continuar cuidando dos negócios da família, abriu uma empresa do ramo de mármore e granitos e é ministro da Palavra da Igreja Santa Terezinha e delegado do Sicoob. Fez parte da coordenação da construção do Centro Catequético da comunidade de Santa Terezinha, que tem sete salas e atende mais de 200 crianças que passam por lá.



7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



EVERALDO BRUNELLI AVANCI



Nascido na comunidade de São Roque, em Venda Nova, no dia 24 de novembro de 1973, Everaldo Brunelli Avanci (filho de Maria Brunelli e Geraldo Avanci) cresceu vendo exemplos de lideranças comunitárias ativas.

Foi frequentando a faculdade de ciências sociais, no Centro Universitário São Camilo, em Cachoeiro de Itapemirim, de 1998 a 2001, que ele despertou interesse pela política. Everaldo, também fez pós-graduação em geografia do Brasil.

Nos anos 2003, 2004 e 2005, Everaldo lecionou na escola Fioravante Caliman com as matérias sociologia e filosofia. Em 2006, voltou para o Centro Universitário São Camilo para iniciar o curso de enfermagem, se formando em 2009, e depois fez pós-graduações em atenção primária à saúde, geriatria e gerontologia e em urgência e emergência.

Com todos esses conhecimentos, Everaldo teve várias oportunidades de trabalho, atuando nas prefeituras de Venda Nova do Imigrante, em várias épocas, e de Vargem Alta (de setembro de 2013 a agosto de 2014), bem como no hospital de Domingos Martins, Campinho, o HMAG (de abril de 2016 a fevereiro de 2017).

A primeira filiação de Everaldo foi no PSDB. Sempre foi envolvido com os movimentos e teve expressão na vida pública da comunidade. Seu primeiro trabalho foi no posto de saúde de São Roque, quando Nicolau era prefeito e construiu uma escola e posto anexo. Até 24 anos ele trabalhou na roça.

Antes de ser eleito, foi candidato duas vezes pelo PSDB e a terceira vez que se candidatou foi eleito pelo PV, na época presidido por Evair Vieira de Melo. “Atuei levando em consideração minha visão geral do que era bom para a população. O que era bom, eu sempre apoiava. Não personalizava minhas ações e apoios. Defendia a não verticalização da ocupação urbana, principalmente pelos problemas com a escassez hídrica. Somos um município de cabeceira e a única água que podemos contar é da chuva para formar nossas reservas e atender a população. O crescimento populacional de Venda Nova me preocupa”.

Para Everaldo, apesar das mídias digitais estarem democratizando as informações, a maioria da população não compreende o papel dos vereadores e nem da Câmara, por consequência. “Eu defendo que a Câmara tenha uma sede fora do prédio da Prefeitura para que cada poder consiga definir melhor sua imagem, sua função. Seria a casa do vereador, para que ele tenha uma identidade. Acho que deveria ter um programa de educação para a população entender o real papel de cada poder: Legislativo, Executivo e Judiciário”.

Atualmente, atua como enfermeiro no posto de saúde do bairro Minete, como funcionário contratado da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante. “Estou completando 12 anos como enfermeiro. Sou realizado com minha profissão, meu trabalho, minha casa, minha vida, e me dedico com gosto à minha função, que é cuidar de vidas”.

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



ISRAEL BERGAMIM



Com 616 votos, Isael Bergamim- PMDB foi eleito vereador pela quarta vez. Além das indicações que ele assinou em conjunto com os colegas no ano de 2013, destacam-se duas de sua autoria. A primeira, assinada no dia 3 de maio, solicitou ao prefeito a construção da capela mortuária no Cemitério Padre Emílio, na sede do município. Na ocasião, usou na justificativa o argumento de que os distritos de São João de Viçosa e do Alto Caxixe já contavam com tal serviço.

Em outra Indicação, assinada no dia 2 de setembro, o vereador solicitou ao prefeito a construção de abrigos de passageiros no distrito do Alto Caxixe. Ele indicou as seguintes referências: em frente à Peterfrut, Vila Dordenoni, Campo Verde, loteamento Cardoso, Vila Alberico Bergamim, Vila Isael Bergamim e na entrada da propriedade de Landir Cezatti, ao lado da casa de Gerson Cesconeto e na entrada da Cachoeira Cardoso.

Também de sua autoria, no ano de 2014 se destaca a Indicação, datada de 14 de fevereiro, que solicitou ao prefeito a inclusão do distrito de Alto Caxixe no itinerário dos ônibus da saúde que iam para Vitória, passando pelo trevo da Peterfrut e saindo na rodovia de Vargem Alta. A intenção foi proporcionar maior conforto e segurança aos moradores daquele distrito.

Já a Indicação que sugeriu o nome de Marco Antônio Grillo para ocupar a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, foi assinada no dia 16 de abril. Ele alegou o reconhecimento da importância da pasta, que se encontrava sem o titular, citando a experiência da pessoa indicada como secretário e também como vereador.

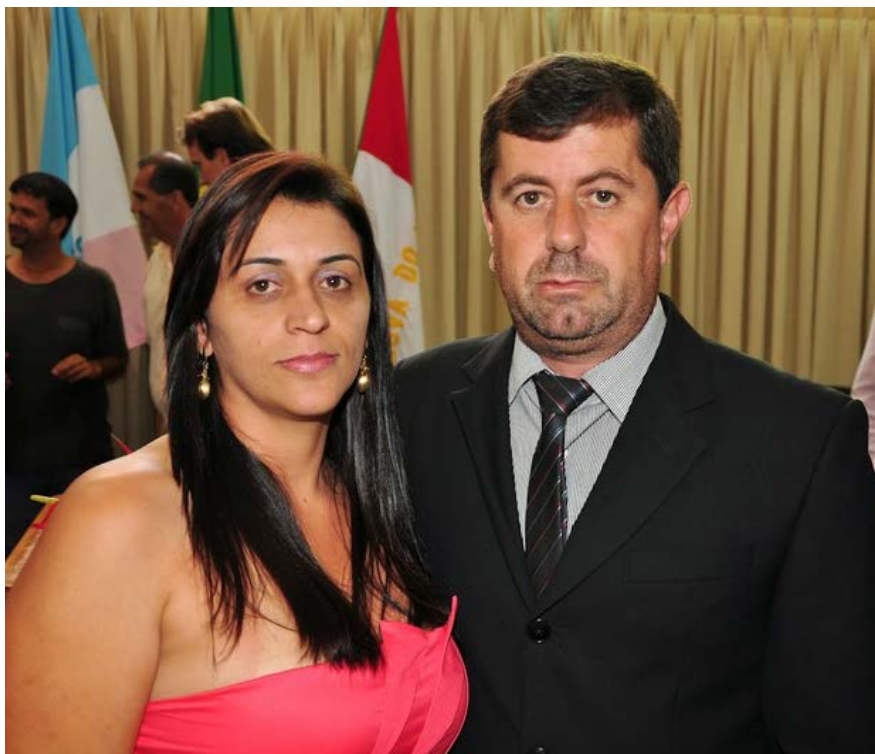
Na avaliação de Isael, um dos projetos mais importantes desse período foi o que alterou a Lei Nº 052/2014 que nominou os logradouros públicos do distrito do Alto Caxixe. Com a referida matéria ficaram denominados os seguintes bairros: Vila Dordenoni, Bela Vista, Campos Verdes, Bairro Caxixe, Paraíso e Bergamim. Também foram denominadas avenidas e ruas, importantes para o distrito: as avenidas Nelson Mieis, Nestor Canal, Francelino Péterle e Mário Bergamim e as ruas Jutta Batista da Silva, Claudemir Ferreira da Silva, Gilmar Canal, Welinton da Silva, Rosemir Dordenoni, Arlindo Dordenoni, Auzira Carneiro, Domingos Valle, Afonso Pizzol, Luiza Ana Hortelan Péterle, Onivaldo Péterle, Vitorio Machado, Maricéia Passinato, Oriente Gratieri, Arquelino Péterle, Nilson Péterle, Deomildo Péterle, Avelino José Péterle, Juvelino Uliana, Claudeir Ramos, Augusta Veronez Kuster, Vitorio Uliana, Darci Machado, Zelinda Dorzenoni, Joanim Dorzenoni, Eugênio Dorzenoni, Artur Cardoso Coelho e Dejanira Grecco.

Das indicações que assinou em conjunto com outros vereadores no ano de 2015, pode-se citar as que solicitaram ao poder executivo refazer e colocar placas indicativas nas ruas, avenidas e comunidades do município; a que pedia a construção de um abrigo de passageiros na comunidade de Mário Lorenção; a criação do 'Projeto Semear' na sede do município e no distrito do Alto Caxixe; a que pedia a construção de um abrigo para atender os alunos e professores da Escola Fioravante

Caliman e a que solicitava a construção de redutor de velocidade na comunidade de Vai e Vem, no distrito do Alto Caxixe.

Isael Bergamim assinou com o vereador José Luiz Pimenta a Indicação (25 de março de 2015) que solicitou ao prefeito providenciar abertura da Rodovia dos Produtores, no trecho entre a BR-262 até a comunidade de Brambila, bem como o serviço de iluminação pública no trevo da citada rodovia. Eles alegaram se tratar de uma via importante para o escoamento da produção e com intenso fluxo de veículos. Já a iluminação, era para favorecer a grande quantidade de alunos que usavam o local para ter acesso ao transporte escolar.

No último ano como vereador, 2016, Isael prosseguiu apresentando projetos de forma coletiva, sempre se posicionando na tribuna da Câmara, principalmente nos temas mais relevantes para o distrito do Alto Caxixe e para o município de forma geral.



Isael Bergamim com sua esposa Adriana Uliana (Pítica).

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



FRANCISCO CARLOS FOLETTTO



Francisco Carlos Foletto- PSB foi eleito pela segunda vez com 648 votos. Seu trabalho, sempre voltado de forma especial para a saúde, mesmo se envolvendo nas principais questões do município, tinha como aliado o deputado Paulo Foletto, irmão e companheiro de partido.

Com as suas ações junto ao deputado, Venda Nova do Imigrante conseguiu muitas verbas, em especial para o Hospital Padre Máximo. Foram R\$ 400 mil em 2013, R\$ 400 mil em 2014, R\$ 400 mil em 2015 e mais R\$ 350 mil em 2016. Sendo que neste último ano, foram destinados R\$ 100 mil para a Apae local. Em 2011, antes de Chico assumir, ele conseguiu o repasse de R\$ 300 mil para o setor de Turismo, via Prefeitura Municipal.



7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



JOÃO PAULO SCHETTINO MINETI



Nascido no dia 12 de julho de 1980, filho de Rainério Mineti e Almerinda Schettino Mineti, João Paulo Schettino Minetti é casado com Angélica Patrícia Correa Mineti e teve duas filhas: Laura (10 anos) e Elisa (5 anos). Popularmente conhecido como “Paulinho Mineti”, ele nasceu em Castelo/ES, cidade de origem da família materna que ainda reside no município.

Formado em técnico agrícola na antiga Escola Agrotécnica Federal de Alegre- Eafa (hoje Ifes) e graduado em história e geografia pelo Centro Universitário São Camilo, de Cachoeiro de Itapemirim, Paulinho também fez três cursos de pós-graduação: história do Brasil, geografia do Brasil e educação ambiental. Devido à sua formação, atuou durante 15 anos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fioravante Caliman, em Venda Nova do Imigrante, como professor de história e geografia na rede estadual de ensino. Na 'Capital Nacional do Agroturismo', Paulinho ainda atuou durante mais de 15 anos como voluntário na Festa da Polenta. Movido por seus ideais construídos como professor de história, Paulinho resolveu disputar a vereança no município. Em sua primeira tentativa, foi eleito com 337 votos pelo PPS, pela coligação “O Futuro que a gente quer”, a mesma que elegeu Dalton Perim como prefeito. No entanto, suas convicções logo o levaram a formar o bloco da oposição, e por afinidade, se ligou aos vereadores Tarcisio Bottacin e Everando Avanci, também professores, e José Luiz Pimenta de Souza e Isael Bergamim.

“Nós questionávamos bastante, buscávamos o diálogo e sempre supridos com muitas informações. Sou muito grato à então servidora Lúcia Zorzal, que nos auxiliava bastante, nos subsidiando com informações técnicas valiosas”. Movido a acreditar que podia fazer a diferença, Paulinho sempre acreditou que Venda Nova do Imigrante poderia ser mais e melhor. “Sempre acreditei no diálogo e participei do Legislativo numa época produtiva, quando conseguíamos sentar com o Executivo e dar nossas sugestões e contribuições, mesmo no bloco dos vereadores de oposição. Cobrávamos ações sempre com fundamentos e sempre com muito diálogo”.

A atuação proativa de Paulinho como vereador o levou a ser convidado a compor como vice na chapa do candidato a prefeito Braz Delpupo no pleito de 2016.

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



JOSÉ LUIZ PIMENTA DE SOUZA



Eleito com 962 votos, José Luiz Pimenta de Souza entra em seu segundo mandato como vereador. No primeiro biênio, ele participou das comissões permanentes de Finanças e Orçamento (como secretário) e de Obras e Serviços Público (como presidente).

Constam nos registros da Câmara que ele, em outubro de 2015, assinou com os então colegas Paulinho Mineti, Tarcisio Bottacin e Tiago Altoó o Projeto de Lei que autorizava o Legislativo Municipal a celebrar convênio com o CIEE, visando conceder oportunidades de estágio a estudantes de nível superior, de cursos profissionalizantes e de ensino médio.

Junto com os demais vereadores, Pimenta assinou a Indicação, datada de 5 de fevereiro, dirigida ao prefeito para refazer e colocar as placas indicativas nas ruas, avenidas e comunidades. O pedido foi sob a alegação de que várias vezes turistas e moradores ficavam com dificuldade de localizar algumas ruas ou de se localizar nas comunidades do interior. No dia 18 de fevereiro, assinou a de número 002, também dirigida ao prefeito, solicitando a construção de um abrigo de passageiros na comunidade de Mário Lorenção. A localização desejada ficava na BR- 262, na altura do quilômetro 99,5, bem na entrada da estrada que dá acesso à rampa de voo livre.

De sua autoria, uma Indicação foi dirigida à secretária Municipal de Meio Ambiente, Sabrina Zandonade, solicitando que, em parceria com o Idaf, fosse feita uma análise minuciosa de todas as árvores secas e sem vida localizadas às margens das estradas vicinais do município. Na justificativa, o vereador alegou que as árvores apresentavam risco para os transeuntes em razão das intempéries da natureza.

Em outra Indicação, assinada em conjunto com os demais vereadores, no dia 2 de março de 2015, Pimenta solicitou ao prefeito a criação do Projeto Semear, nos mesmos moldes do que já funcionava no distrito de São João de Viçosa, na sede do município e no distrito do Alto Caxixe. O programa social, voltado pra crianças e jovens, contemplava aulas de capoeira, judô, música, teatro e outras atividades.

Junto com o vereador Isael Bergamim, Pimenta assinou a Indicação dirigida ao prefeito solicitando a abertura da Rodovia dos Produtores, do trecho da BR- 262 até a comunidade Brambila, bem como iluminação do seu trevo de acesso. Assinada no dia 25 de março, a Indicação usou como justificativa a importância da rodovia para o escoamento da produção e o seu fluxo muito intenso. Já a iluminação visava segurança aos estudantes que passavam pelo local para acessar o transporte escolar.

Também dirigida ao prefeito, a Indicação, assinada no dia 25 de março por Pimenta e pelos demais vereadores, solicitava a construção de um abrigo de ônibus para atender aos alunos, professores e funcionários da Escola Estadual Fioravante Caliman. Os autores alegaram que a maioria dos alunos morava em outros bairros e comunidades, necessitando do uso de transporte escolar.

Juntamente com os colegas Everaldo Avanci, Tarcisio Bottacin e Paulinho Mineti, Pimenta assinou a Indicação que solicitou ao prefeito a construção de redutores de velocidade na comunidade Vai Vem, no Alto Caxixe. Um abaixo-assinado acompanhou a Indicação datada de 17 de abril de 2015.

No dia 27 de abril, ele e os demais vereadores assinaram a Indicação que solicitava ao prefeito um estudo de viabilidade para modernização do sistema de iluminação pública vigente para o sistema em Light Emitting Diode- LED, considerado mais moderno, eficiente e econômico.



Vereador eleito José Luiz Pimenta de Souza recebendo sua diplomação, das mãos do excelentíssimo juiz Valeriano Cezário Bolzan.

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



TARCISIO BOTTACIN



Reeleito no pleito de 2012 pelo DEM, com 426 votos, Tarcisio Bottacin deu continuidade ao seu trabalho, tendo como uma de suas principais preocupações, o despertar nos mais jovens da participação na atividade política.

Sobre sua participação na política, é justo afirmar que o vereador foi exemplo de dedicação à função. Não há registro durante os dois mandatos de vereador de uma falta sequer em sessões, reunião de comissões, entre outros. Foi taxativo: “Quando eu me elegi e, principalmente quando me reelei, eu sabia dos compromissos que estava assumindo”.

Tarcisio destaca que sempre desempenhou seus mandatos, como vereador, primando pela postura correta, preocupado sempre com as boas políticas públicas, pois colocava em suas manifestações aquilo que era de fato de interesse comum.

Entre os diversos trabalhos desenvolvidos como vereador, Tarcisio destaca como um dos momentos mais importantes, a elaboração do Projeto de Lei sobre bullying, hoje Lei Municipal Nº 953 de 2011. “Como professor sei o quanto é importante resguardar a saúde emocional/mental dos estudantes, que serão os cidadãos que estarão tomando decisões importantes na comunidade na vida adulta”. O Projeto de Lei, aprovado em junho de 2011, dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas instituições de ensino público e particular do município.

Em 2012, Tarcisio foi autor juntamente com Fernando Altoé do Projeto de Lei (hoje Lei Nº 1.025/2012) aprovado em setembro, que criou o momento escolar antidrogas, as diretrizes escolares para prevenção ao uso de drogas e que recomenda a toda as instituições de ensino de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, públicas ou particulares, de Venda Nova do Imigrante a aderirem ao Projeto.

Tarcisio compôs a Mesa Diretora da Câmara no biênio 2015/2016, sendo eleito vice-presidente na chapa encabeçada pelo vereador Paulinho Mineti. Desta união nasceu a parceria entre os partidos DEM e Cidadania, o que em 2020 se tornaria a composição majoritária para concorrer às eleições municipais como prefeito e vice-prefeito de Venda Nova do Imigrante.

Após sair vitorioso nas eleições Tarcisio afirma estar colocando em prática seu discurso durante a campanha, quando afirmou que “Vice-prefeito precisa justificar o salário que recebe. Trabalho tem muito, basta ir de encontro”. Atualmente, o vice-prefeito trabalha o Projeto de Lei que será encaminhado à Câmara Municipal, com proposta de definir outras atribuições do vice-prefeito, além das previstas na Constituição Federal. Seu lema é: “Nunca à frente do prefeito, mas sempre ao seu lado”.



O vereador Tarcisio Bottacin entrega a chave da Câmara Municipal ao Presidente eleito Tiago Altoé, janeiro de 2013.



Tarcisio Bottacin com o saudoso servidor, Jorge Afonso Nascimento uma homenagem da Câmara Municipal ao Dia do Servidor em 2015.

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



TIAGO ALTOÉ



Filho de Maria da Penha Alázia Altoé e Sérgio Altoé, Tiago Altoé nasceu no dia 8 de fevereiro de 1986, em Venda Nova. Tiago, o caçula dos irmãos, Josué e Isaac, se casou com Cinthya Falchetto Mauro e teve dois filhos, Benjamim e Benício. Como quase todos os meninos de sua geração que moravam na sede, ele estudou no Jardim de Infância Antônio Roberto Feitosa (pré e jardim) e, como morava no Centro, fez da 1ª a 4ª na Escola Estadual Domingos Perim.

Também seguindo o fluxo da juventude de sua época, se matriculou na Escola Estadual Fioravante Caliman, onde estudou da 5ª série até o 2º ano do ensino médio. Depois foi para Vitória fazer o terceiro ano e cursinho pré-vestibular.

Bacharel em ciências biológicas na Ufes, fez também licenciatura plena do mesmo curso e na mesma universidade. Sua vontade de retornar para Venda Nova era tamanha, que ele adiantou o máximo de matérias possíveis para concluir suas graduações.

De volta a Venda Nova, Tiago não parou de estudar. Fez MBA em gestão ambiental na São Camilo, em Cachoeiro de Itapemirim, e buscou especialização na área de educação no Ifes, fazendo uma pós-graduação em ensino interdisciplinar em saúde e meio ambiente na educação básica.

Em 2009, foi convidado para atuar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como gerente, e depois assumiu a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. Tiago disputou e ganhou no pleito de 2012 uma vaga na Câmara de Vereadores para o mandato de 2013 a 2016. Com 26 anos, foi o vereador mais jovem até aquela época, e também único a ultrapassar a marca dos 1.000 votos. Foram 1.335.

No dia em que tomou posse, foi eleito presidente da Câmara para o biênio 2013/14. Tiago resume sua atuação como um político com transparência em suas ações e participativo. “Sempre quis que a comunidade participasse, pois acredito na representatividade do vereador como líder comunitário e representante de movimentos sociais”.

Sempre presente nos assuntos que envolviam educação, visitava com frequência as creches e as escolas para conversar com professores e funcionários e, assim, conhecer as demandas para solicitar providências ao Executivo. Atuou como defensor incansável para a manutenção e ampliação do transporte universitário de estudantes do município que buscavam o ensino superior. Ele também teve um mandato próximo das políticas públicas de juventude, esporte e cultura e da causa animal.

Em 2013, foi autor do Projeto de Lei que deu origem a Lei N° 1087/2013 que declara o voluntariado como patrimônio histórico e cultural de Venda Nova do Imigrante e define 9 de outubro o Dia Municipal do Voluntariado. A data é a mesma do aniversário do saudoso padre Cleto Caliman. A lei inspirou o deputado estadual

Rodrigo Coelho a, em 2014, apresentar proposições na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo que culminaram em leis estaduais que definem 9 de outubro o Dia Estadual do Voluntariado e a que torna Venda Nova do Imigrante a Capital Estadual do Voluntariado.

Com um mandato participativo, Tiago sempre foi presente nas audiências públicas, reuniões de orçamento, do PPA e comunitárias. Ele diz que sua atitude é porque acredita na função representativa dos vereadores e por considerar as suas presenças muito importantes nos fóruns de debates. “Defendi muitas vezes e fui porta-voz das entidades do município”.

Tiago se dedicou à busca de recursos externos, através de emendas parlamentares e de diálogo com o governo para abastecer o caixa municipal com recursos não previstos. No rol de suas incursões exitosas, pode-se citar os recursos de R\$ 300 mil conseguidos com a então senadora Ana Rita Sgária para a pista de skate, R\$ 180 mil para aquisição do primeiro raio-X móvel com digitalizador do HPM e também a aquisição de um trator agrícola. Já com o deputado federal Lelo Coimbra, R\$ 200 mil para compra de cestas de basquete móvel, quatro kits de equipamentos de ginástica e playgrounds para as praças e R\$ 300 mil para o campo de grama sintética da comunidade de Santo Antônio da Serra.

Tiago foi autor da proposição para criação do monumento municipal do imigrante. No entanto, desde 2009 vinha tratando do assunto com a Prefeitura antes de ser vereador.

Dentro do seu perfil de trabalho e numa postura que manteve nos dois mandatos, sempre incentivou e defendeu a criação dos conselhos municipais. Participou, de forma mais efetiva, da criação do Conselho da Juventude, que virou lei mas não foi colocado em prática.

Em 2013, quando presidente da Mesa Diretora, com apoio dos demais vereadores, criou o ‘Câmara nas Escolas’. Dentro do projeto, os vereadores visitaram todas as escolas do município, entraram sala a sala para conversar com os alunos do ensino fundamental e médio sobre o município, a Câmara e a Prefeitura, bem como o papel do vereador e os assuntos ligados à cidadania. O Projeto foi premiado em Brasília na União dos Vereadores do Brasil - UVB.

Tiago sempre defendeu a criação do ‘Bolsa Atleta Municipal’, uma política pública existente em alguns municípios e com resultados reais. Ele a via como incentivando os adolescentes e os jovens à prática esportiva, socialização e profissionalização.

Foi um dos autores da emenda à Lei Orgânica que extinguiu o voto secreto no município para qualquer tipo de votação. O chamado escrutínio secreto era aplicado em votações para eleição da Mesa Diretora, aprovação ou rejeição de contas do Executivo, por exemplo.

Outra ação que virou lei é a de incentivar a implantação de grêmios estudantis nas escolas, despertando lideranças e dando autonomia aos jovens e adolescentes.

Uma das experiências que classifica como interessantes que teve nessa legislatura foi a de dividir o plenário com Benjamin Falchetto, que falava muito sobre a história e a cultura da comunidade, sempre revelando aspectos importantes da construção de Venda Nova. Recorda-se do parlamentar como uma figura sempre presente nos bastidores da Câmara, dialogando e fazendo papel de conciliador, num exemplo de como deve ser conduzido o relacionamento entre os pares e entre os vereadores com o Executivo.



O vereador Tiago Altoé e o vereador suplente Benjamin Falchetto, na Sessão Solene do Dia do Servidor em 2015

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



VANDERLEI ABÍLIO



Vanderlei Abílio nasceu no dia 5 de junho de 1967, em São Paulo do Aracê, Domingos Martins. O filho de Felício Abílio (in memória) e Odelia Dalfior Abílio, assim como outros moradores do lugar, é um cidadão regional.

Ele fez o ensino fundamental em São José de Fruteiras, no município vizinho de Vargem Alta, onde passou sua adolescência. Em 1981, toda sua família se mudou para a sede de Venda Nova e, em 1984, para a comunidade de São João de Viçosa. Vanderlei sempre trabalhou como autônomo na agricultura e na construção civil.

Em 1990, ele começou a se envolver com trabalhos voluntários na comunidade, principalmente nos movimentos da Igreja Católica. Vanderlei se envolvia nas festividades religiosas e culturais do distrito, cujo os moradores sempre foram muito acolhedores.

Em 1993, Vanderlei se casou com Gildete Soares de Souza e tiveram três filhos (Paulo Henrique, Luis Gustavo e Júlio César). Pelo seu perfil participativo e pela sua facilidade de comunicação, em 2007, foi convidado por Alberto Falqueto para se filiar ao PDT. Em 2008, foi candidato a vereador e obteve 217 votos, que não foram suficientes para elegê-lo na legenda.

Com a eleição de Dalton Perim para prefeito, em 2009 Vanderlei foi convidado para trabalhar na Secretaria de Obras e Infraestrutura. Foram feitas muitas obras no município e ele participou acompanhando o desenvolvimento da maioria delas. Convidado novamente p



Os vereadores Benjamim Falchetto e Vandelei Abílio ao lado do escultor e ecologista Pedro Giubbini.

7ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2013 / 2016



SUPLENTE

BENJAMIM FALCHETTO



Com 86 anos de idade, Benjamim Falchetto voltou ao cenário da política. Na eleição municipal de 2012, ele se candidatou pelo partido PDT e, com 434 votos, ficou com a suplência da vaga. Benjamim assumiu a cadeira na Câmara quando Acácio Côra tirou licença para assumir a Secretaria Municipal de Obras e, com seu bom senso, se colocou entre vereadores de gerações bem diferentes da sua.

Benjamim teve uma passagem pacífica pela Câmara, que se confirmou ser uma figura conciliadora, aberta ao diálogo e com suas boas e antigas práticas políticas de colocar os interesses da coletividade em primeiro lugar.

Em seu primeiro pronunciamento como vereador, Benjamim disse que exercer esse cargo numa Câmara como a de Venda Nova do Imigrante era uma grande honra, em razão do nível de cultura e de compromisso que o Poder Legislativo Municipal sempre apresentou e continuava apresentando. "Esta Câmara poderia ser posta como exemplo para todo o Brasil", declarou.

Quando assumiu, na sessão de 10 de julho de 2014, aos 87 anos, ele disse que ainda queria dar a sua ajuda para que o Poder Legislativo Municipal continuasse a ser exemplo. "Apesar de ser uma carcaça já velha, me proponho a me empenhar, com todas as minhas forças, e contribuir para que essa Câmara continue sendo o modelo que é".

Benjamim disse ainda que sua chegada à Câmara Municipal gerou muitas expectativas e que as saudações dos vereadores, tanto na Sessão Ordinária daquela semana quanto da semana anterior, o deixaram comprometido. "Esse cargo traz muitas responsabilidades e vou fazer o possível para carregá-las".

Benjamim manteve seu compromisso de estar sempre disponível para aprender e fazer o melhor para o município. "Como assumo o cargo de vereador, vamos esquecer a velha carcaça e dizer como o poeta italiano: vi regalerò quel che resta della mia gioventù (vou presentá-los com o que resta da minha juventude)".

Numa disputada eleição, Benjamim teve fôlego para concorrer à presidência da Câmara Municipal para o biênio 2015/16. A eleição foi na sessão de 22 de dezembro de 2014 e sua chapa não foi eleita apenas por um voto. Formavam a chapa 3 que concorria com ele à Mesa Diretora os vereadores Francisco Carlos Foletto, Isael Bergamim e Vanderlei Abílio.

Ainda vereador, em 2015, Benjamim colaborou com a organização do livro "Storia Cantata di Venda Nova do Imigrante: Venda Nova canta assim", fruto de longa e apurada pesquisa das cançonetas tradicionais da imigração italiana. Como músico e professor de italiano, nessa obra ele escreveu as letras e fez também as respectivas revisões para publicação.

Depois que concluiu sua última participação na Câmara, Benjamim prosseguiu acompanhando a administração de sua propriedade em Bananeiras, lendo e escrevendo muito, como gostava de fazer. No início de 2017, lançou o livro "O Tesouro Escondido", na comemoração de 90 anos de seu aniversário, e logo depois partiu em viagem para a parte mais oriental da Europa.

Em 2019, junto com os filhos, produziu e lançou o livro "Mattinata per Edflia: um retrato de Edflia Sossai Falchetto", em memória de sua esposa, que faleceu no dia 1º de junho de 2018. Benjamim partiu aos 94 anos na madrugada de 18 de novembro de 2021, em casa, sob os cuidados dos filhos. Seu falecimento provocou forte comoção na cidade e entre personalidades da vida pública de todo o Estado.



Benjamim Falchetto, recebendo a Comenda Pe. Cleto Caliman das não do seu filho e vereador Alberto Falqueto e o ex-vereador Dejair Vazzoler.





8^a LEGISLATURA

2017 a 2020

Venda Nova do Imigrante



8ª LEGISLATURA 2017 a 2020

Venda Nova do Imigrante

Vereadores

| | |
|--|-------------|
| Adriana Aparecida Uliana (PV) | 589 votos |
| Domingos Sávio Filete (PSD) | 744 votos |
| Francisco Carlos Foletto (PSB) | 560 votos |
| Gilberto Bravim Zanoli (PSDB) | 413 votos |
| José Luiz Pimenta de Souza (PP) | 1.353 votos |
| Marco Antônio Grillo (PSDB) | 509 votos |
| Marco Antônio Torres Nascimento (PP) | 842 votos |
| Neucimar Barbosa Silva (PSB) | 406 votos |
| Tiago Altoé (SD) | 630 votos |

Suplente

| | |
|-------------------------------|-----------|
| Gesimar de Almeida (DEM)..... | 301 votos |
|-------------------------------|-----------|

Número de eleitores: 17.611

| | |
|--|-------------|
| Prefeito: Braz Delpupo (DEM)..... | 8.877 votos |
| Vice-prefeito: João Paulo Schettino Mineti (PROS)... | |



8ª Legislatura

Formação da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes

MESA DIRETORA DO 1º BIÊNIO

Presidente: José L. P. de Souza
Vice-presidente: Marco A. Grillo
1º Secretário: Francisco C. Foletto
2º Secretária: Adriana A. Uliana

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Presidente: Adriana A. Uliana
Relator: Marco A. Grillo/ Gesimar
Secretário: Francisco C. Foletto

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Presidente: Gilberto B. Zanoli
Relator: Neucimar B. Silva
Secretário: Tiago Altoé

Comissão de Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Turismo e Assistência Social

Presidente: Francisco C. Foletto
Relator: Marco A. T. Nascimento
Secretário: Domingos S. Filete

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: Marco Grillo/ Gesimar
de Almeida
Relator: Gilberto B. Zanoli
Secretário: Neucimar B. Silva

MESA DIRETORA DO 2º BIÊNIO

Presidente: Francisco C. Foletto
Vice-presidente: Gilberto B. Zanoli
1ª Secretária: Adriana A. Uliana
2º Secretário: José Luiz P. de Souza

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Presidente: Adriana A. Uliana
Relator: Marco A. Grillo /Gesimar
Secretário: Neucimar B. Silva

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Presidente: Tiago Altoé
Relator - Marco A. T. Nascimento
Secretário - Gilberto B. Zanoli/
Domingos S. Filete

Comissão de Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Turismo e Assistência Social

Presidente: Marco A. Grillo / Gesimar
Relator: Domingos S. Filete
Secretário: José Luiz P. de Souza

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: José Luiz P. de Souza
Relator: Gilberto B. Zanoli
Secretário: Neucimar B. Silva







MORTE DO PREFEITO, PANDEMIA E APROVAÇÃO DO NOVO PDM

A oitava legislatura de Venda Nova contou com dois fatores marcantes que impactaram de forma mais expressiva o seu segundo biênio: a morte do prefeito Braz Delpupo e a crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus. Mesmo atuando como poder independente, a Câmara caminha acompanhando e participando de ações do Executivo.

O legado mais marcante, sem dúvida, foi a aprovação do Plano Diretor Municipal-PDM, que teve em sua elaboração a participação dos vereadores. O Projeto de Lei Nº 042/2018 para a criação do PDM foi encaminhado pela Prefeitura em dezembro de 2018. A proposta foi fruto de um longo debate e contou com o auxílio de técnicos da área, contribuições dos poderes Legislativo e Executivo e da própria população.

Partindo do ponto de vista que o PDM é um pacto da sociedade para, a partir de uma leitura coletiva da realidade, traçar as diretrizes, os instrumentos e os meios para alterar esta realidade e alcançar os objetivos acordados, a população foi convidada a participar. Desde 2012 foram realizadas audiências públicas com as comunidades para debater, tirar dúvidas e opinar sobre várias situações na área urbana e rural do município. A última dessas reuniões aconteceu no dia 24 de outubro de 2018, quando as alterações finais foram apresentadas.



Dentro da Câmara, depois que o Projeto de Lei passou pelas comissões permanentes, teve as emendas aprovadas na 27ª sessão realizada no dia 16 de junho de 2020. Na 28ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, do dia 23 de junho, foi aprovado, em segunda votação, o Projeto que institui o PDM e estabeleceu as normas, princípios básicos e objetivos gerais para a sua aplicação. O PDM abrange a totalidade do município, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal e o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano.

Fundamentado nos princípios da função social da cidade, da função social das propriedades rurais e urbanas, da gestão democrática e participativa, da proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental-ecológico e do princípio da universalização da prestação dos serviços públicos, o PDM dá o direcionamento do que vai acontecer no município ao longo dos próximos anos ou décadas.

Os objetivos do PDM são promover a qualidade de vida da população, ordenar o uso do solo urbano e rural, estabelecer parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo de acordo com as características ambientais, culturais e de infraestrutura, dentre outros. A principal função do Plano Diretor é assegurar o bem-estar geral, de modo a preservar o meio ambiente, promover qualidade de vida para a população e garantir desenvolvimento sustentável para o município.

Retrocedendo mais ao primeiro ano do mandato, podemos destacar iniciativas interessantes para a comunidade. Com a aprovação do Projeto de Lei de Nº 039/2017, foi alterada a ementa dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei Nº 1.098, instituindo a meia entrada para professores da Rede Pública Municipal, Estadual, Federal e Particular no município de Venda Nova do Imigrante.

De autoria dos vereadores Adriana Aparecida Uliana, Francisco Carlos Foletto e Gesimar de Almeida, o projeto visou democratizar o lazer e entretenimento para que os docentes pudessem aprimorar seus conhecimentos e, conseqüentemente, dos seus alunos.

Na segunda quinzena de 2017, foi aprovado o Projeto de Lei de Nº 029/2017 que instituiu o novo perímetro urbano do distrito de Alto Caxixe, e das ilhas urbanas Braço do Sul, Chácaras Califórnia e São José do Alto Viçosa através de novas coordenadas geográficas. Na justificativa, o prefeito Braz Delpupo esclareceu que surgiu a necessidade de se fazer a revisão, com pequenos acertos e algumas ampliações, atendendo à legislação em vigor. Das situações que foram corrigidas, destacaram-se as áreas já parceladas de forma clandestina.

Diante das constantes alterações em decorrência de novos loteamentos que surgiam na periferia, a ampliação do perímetro urbano é o primeiro caminho para a regularização de tais áreas de novos loteamentos. Existem ainda os casos nos quais se têm que incluir áreas verdes e/ou áreas cuja matrícula passa a ser inferior a 30.000 m², em face dos loteamentos.

Nessas adaptações, precisava-se dessas alterações para adequar as ruas às questões urbanas, onde se permite não só fazer obras, mas também impor tributos, como IPTU e taxas de coleta de lixo. Com esse projeto aprovado, Caxixe se tornaria mais organizado, o que transmite mais tranquilidade e planejamento urbano para o distrito.

A Câmara foi representada na 14^a RuralTur – Feira de Turismo Rural do Brasil, dia 28 de novembro 2018, que aconteceu no município de Areia/PB. O evento promove a competitividade entre os pequenos negócios que atuam no turismo rural e alguns vereadores de Venda Nova marcaram presença, tanto para aprender quanto para projetar o município nos cenários nacional e internacional. Os vereadores aproveitaram o momento para divulgar a 15^a RuralTur, marcada para acontecer no ano seguinte em Venda Nova, sendo promovida pela primeira vez fora do Nordeste.

Em agosto de 2019, os vereadores participaram, juntamente com secretários municipais e estaduais, superintendente do Sebrae e representantes dos empresários locais, da reunião da assinatura da Ordem de Serviço da obra de pavimentação da Rota dos Lagos, em São José do Alto Viçosa, conectando-a com a Rota do Lagarto. O secretário Estadual de Agricultura, Paulo Foletto, fez um pedido à empresa responsável pela execução do Projeto, para que ele fosse bem integrado e as pessoas ouvidas, assim ficando de acordo com as necessidades delas e enquadrado no perfil da comunidade.

A região é rica em agroindústrias, pousadas, restaurantes e ainda possui uma cervejaria. Investir em infraestrutura é essencial para que a comunidade cresça e tenha uma melhor qualidade de vida para todos os seus habitantes.

Dois mil e dezenove se revelou como um ano crucial para o turismo de Venda Nova do Imigrante e o ponto alto foi a realização da 15ª Ruraltur, em novembro, a maior Feira de Turismo Rural do país (fotos abaixo).





8ª GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
2017 /2020



BRAZ DELPUPO
PREFEITO



JOÃO PAULO SCHETTINO MINETI
VICE-PREFEITO

AÇÕES PARA APROVEITAR AS ESTRUTURAS EXISTENTES E SINALIZAÇÃO NAS ZONAS URBANA E RURAL

MORTE DE BRAZ DELPUPO MUDA O CENÁRIO DA POLÍTICA EM VENDA NOVA

Eleito com 8.877 votos no pleito de 2016, Braz Delpupo volta pela quarta vez a ter mandato na oitava gestão de Venda Nova do Imigrante. Na época em que assumiu, ele disse que aquela seria uma gestão de o município aproveitar sua estrutura já existente, criando programas e ações que dessem mais utilidade aos espaços já construídos anteriormente, como quadras, ginásios e o próprio Centro de Eventos Padre Cleto Caliman.

Dentro do seu quadro de secretários, ele nomeou Marco Grillo para o Turismo que, ao assumir a pasta, anunciou o desafio de criar uma marca coletiva dentro do modelo da Indicação Geográfica- IG e, para isso buscaria aproximação com instituições como o Sebrae, o Ifes, o Senac e outras. A homologação da IG foi apresentada no Ifes no dia 10 de agosto de 2018.

Na primeira quinzena de julho de 2017, a Prefeitura anunciou uma agenda de audiências públicas para ouvir as comunidades sobre suas demandas para a elaboração do Orçamento de 2018 e para o Plano Plurianual- PPA 2018/21. As audiências foram promovidas no Alto Caxixe, em Vargem Grande, em São João de Viçosa e na sede, sempre envolvendo as comunidades adjacentes.

No final do mesmo mês é concluída a instalação de placas de sinalização em todo o município, incluindo as vias principais da área urbana e as estradas vicinais, principalmente nos entrocamentos. O serviço melhorou as informações para os visitantes- e até para os locais-, que passaram a se orientar melhor em locais ainda pouco conhecidos. As placas indicam empreendimentos turísticos e quais as próximas comunidades, interligando uma às outras, e facilitando a formação de novos circuitos turísticos.

No início de agosto daquele ano, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente promoveu um mutirão de limpeza no distrito de São João de Viçosa e um trabalho de conscientização com os moradores locais sobre a importância de cuidar do rio. Foram três frentes de ação: uma atuou na remoção de lixo dentro do leito do rio, outra entregou panfletos de conscientização sobre destinação correta dos resíduos e a terceira preparou um jardim onde antes existia um depósito irregular de lixo.

Também naquele mês, a Prefeitura centralizou em seu próprio prédio o atendimento de emissão de vários documentos. A administração firmou convênio com a Polícia Civil e a carteira de identidade passou a ser emitida numa sala, onde já eram emitidos outros documentos: carteira de trabalho, acostamento militar e registros da Junta Comercial. O processo também passou a ser todo on-line.





*João Paulo Schettino Mineti
assume a vaga de prefeito com
o falecimento do titular*

Mais de 30 mil peixes foram soltos no Lago de Alto Bananeiras em fevereiro de 2018. Além de controlar o avanço das braquiárias, a intenção foi difundir a pesca local como forma de lazer entre os moradores e até de turismo. O prefeito disse na época que essa era uma forma de oferecer um lazer saudável para a população local, que já frequentava o local e não encontrava tantos peixes.

No dia 11 de janeiro de 2019, a Prefeitura firmou convênio com o Sicoob para que todas as taxas e impostos municipais passassem a ser pagos por meios dos serviços da cooperativa, o que não era possível até então. O movimento acontecia no Brasil inteiro e o ISS, o IPTU e o ITBI passaram a poder serem pagos diretamente nos caixas eletrônicos, via internet banking e aplicativos Sicoob.

Com a proposta de divulgar o potencial turístico vendanovense, durante a programação da Festa de Emancipação, em maio de 2019, a Prefeitura lança o site 'Descubra Venda Nova'. Além de disponibilizar um mapa turístico e um pouco da história do município e do agroturismo, a plataforma facilitou a pesquisa de opções de lazer, de entretenimento, de gastronomia e de hospedagem, em seções como "Onde comer", "Onde ficar", "Notícias", "Eventos" e "Pontos Turísticos". Nesse mesmo ano, a Prefeitura promoveu a reabertura da estrada de Alto Colina, uma obra que contou com um grande investimento da municipalidade.

No dia 18 de julho, Venda Nova do Imigrante inaugurou o segundo posto de recarga de veículo elétrico do Estado do Espírito Santo. A iniciativa da EDP contou com o apoio da Prefeitura. Na ocasião, Braz Delpupo disse que pensava nas pessoas que, no futuro, poderiam abastecer o carro elétrico naquele ponto e que era grato por um projeto como aquele, que possibilitava a diminuição da poluição. Na ocasião, um carro 100% elétrico foi recarregado no posto localizado nas proximidades do principal acesso à cidade.

Um infarto fulminante na tarde do dia 27 de julho de 2019 levou o prefeito Braz Delpupo à morte. Com 70 anos, foi encontrado sem vida e sozinho dentro do carro em uma estrada próxima ao Parque de Exposição de Alegre, município de origem de sua esposa e onde ele mantinha uma propriedade com sua família. A notícia de sua morte repercutiu rapidamente nas redes sociais e diversas personalidades da política do Estado manifestaram pesar e reconheceram seu trabalho em prol de Venda Nova do Imigrante.

Três características marcantes fizeram parte da vida pública de Braz Delpupo: seu perfil social, a implantação de projetos de transformação e a oportunidade que deu aos jovens. Sua gestão foi marcada pelo interesse em programas sociais e também por atitudes de solidariedade, pois segundo as pessoas mais próximas, ele se preocupava com os menos favorecidos e 'gostava de cuidar de gente'. Ele também tinha preferência pelos projetos de projeção regional e com capacidade de transformar a vida das pessoas e do lugar de forma contínua (como o Ifes e o Lago de Alto Bananeiras). Ele também deu oportunidade aos jovens que despontavam na vida pública, a exemplo de Evair Vieira de Melo, Paulinho Mineti e Marco Grillo.

Com a eleição de Braz Delpupo em 2016, João Paulo Schettino Mineti foi eleito vice-prefeito da administração municipal. Faltando um ano e cinco meses para o final do mandato, no dia 27 de julho de 2019, o município foi surpreendido pelo falecimento de Braz Delpupo. Paulinho confessa que jamais esperava passar por tal experiência: se tornar prefeito de um dia para o outro em uma situação tão delicada.

Como forma de atualizar o estilo da administração pública de Venda Nova do Imigrante, ao assumir a posse como prefeito, em menos de três meses a Prefeitura estava com toda a equipe renovada e afinada com os seus ideais de administração. O perfil da equipe de Paulinho foi desenhado pelas suas escolhas técnicas. “São pessoas melhores do que eu na área pela qual estão respondendo”, afirma.

No início de 2020, já em harmonia com a nova equipe e com a “casa arrumada”, surge a pandemia do novo coronavírus, que resultou em insegurança e medo em toda a população e paralisação de diversas atividades econômicas a partir de 17 de março de 2020.

Para melhor gerir durante a pandemia, com o objetivo de garantir estabilidade econômica e priorizar a saúde do munícipe, a Prefeitura de Venda Nova do Imigrante criou a Sala de Situação de Emergência com a participação de representantes de vários setores da sociedade civil. A função era, de acordo com o mapa de gestão de risco, divulgado pelo Governo do Estado, traçar e assumir medidas de prevenção e combate à disseminação do vírus no município, que incluíam desde a ampla divulgação das decisões prescritas nos decretos e portarias estaduais, campanhas de conscientização, controle e testagem para Covid-19 e até a manutenção nos horários de funcionamento de diversos setores do município.

Com a adoção das medidas determinadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo e devidamente fiscalizadas pelo Ministério Público, criou-se uma série de divergências com e entre diferentes setores produtivos do município. “A maioria das pessoas tinha muito medo: tanto da doença quanto de quebrar seus negócios, ter que demitir ou de ser demitido. A Secretaria de Saúde se mobilizou para proteger a população ao máximo, gerando o mínimo de impacto. A Prefeitura realizou campanhas sanitárias nos locais do município que concentravam o maior número de pessoas, informando e doando máscaras, além de várias medidas preventivas”.

Com as determinações impostas para evitar a disseminação do vírus, como o isolamento social, o setor turístico vendanovense sofreu impacto. A Prefeitura de Venda Nova do Imigrante, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato, abriu um canal de diálogo com os empreendimentos ligados ao agroturismo e à agroindústria para melhor entender a situação do setor durante a pandemia, bem como o preparar para o retorno das atividades. “Criamos uma série de protocolos que inspirou diversos outros municípios a adotarem também”. Mesmo durante a crise sanitária, a Prefeitura reformou, em 2020, praças, escolas e implantou a calçada cidadã em vários pontos da cidade.



ADRIANA ULIANA



Eleita com 589 votos (pela coligação PV, PSDB, DEM), Adriana Aparecida Uliana, mais conhecida como “Pítica”- PV, foi a única mulher com cadeira na Câmara neste mandato. Ela avalia que essa foi uma condição dificultadora da sua atuação, embora sempre tenha sido tratada com muito respeito pelos colegas do Legislativo e também do Executivo.

No primeiro biênio, participou da Mesa Diretora como primeira secretária e foi presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, no segundo biênio.

Para ela, um dos fatos mais marcantes do seu mandato foi a morte do prefeito Braz Delpulpo, o que causou o rompimento de um projeto político. “Foi uma grande perda para Venda Nova, sob vários pontos de vista. Tudo que havia sido planejado para desenvolver ao longo do mandato em parceria com ele se rompeu, pois cada gestor chega com o seu modo de conduzir a administração”, descreve.

A crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus foi outro fator que marcou o seu mandato, pois houve uma lentidão da condução de vários projetos, por muitas vezes uma paralisação. “Todo o cenário mudou e, conseqüentemente, foi assim para a Câmara também. Foi uma situação atípica, quando tentamos conduzir tudo da melhor forma, dentro do que era possível”.

Filha de Albino Ângelo Uliana e Irta Poletto Uliana, também moradores do distrito do Alto Caxixe, desse município, ela nasceu no dia 5 de julho de 1977. Pítica calcula que 80% do seu eleitorado são da comunidade e, por isso, concentrou sua atuação para melhorá-la. Ela cita as obras da calçada cidadã na sede do distrito, assim como a arborização da avenida Nelson Mieis, bem como o apoio da Polícia Militar.

Pítica tem convivência com a política pela experiência familiar, pois seu pai esteve entre os vereadores da primeira legislatura e também é casada com Isael Bergamim, vereador por cinco mandatos. Casou-se muito jovem, aos 17 anos, e foi mãe aos 18. O casal teve três filhos.

Ao final do mandato, Pítica decidiu sair do cenário da política e prosseguir cuidando da propriedade. Ela, que sempre foi lavradora e desenvolveu trabalho na agricultura juntamente com a família naquele distrito, atualmente cuida das culturas de milho e de morango. “Apesar de ter na família a inspiração para entrar na política, eu não pretendo mais participar. Não sabemos do dia de amanhã, mas essa é minha decisão do momento”.

Pítica reforça que exerceu o cargo de vereadora com intuito de contribuir com o município, pois sempre participou de trabalhos comunitários e se envolveu em ações para ajudar a desenvolver a cidade, em especial o seu distrito.



Os vereadores Neucimar Barbosa e Adriana Uliana entregam a homenagem da Comenda Pe. Cleto Caliman, Dra. Adriana Dias Paes Ristori Cotta.



8ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2017 / 2020



DOMINGOS SÁVIO FILETE



Filho de Ana Dalvi Filete e Almir Filete, Domingos Sávio Filete nasceu em 21 de janeiro de 1980. Sávio fez da primeira à quarta série na extinta Escola Pluridocente Santo Antônio da Providência e, da quinta série do primeiro grau ao terceiro ano do segundo grau, na Escola Estadual Fioravante Caliman. Ao concluir o ginásio, saiu para cursar a Escola Técnica de Rive, em Alegre, e depois fez outro curso técnico em cafeicultura na mesma escola. De volta a Venda Nova do Imigrante, viu a oportunidade de fazer faculdade sem precisar morar fora: na extinta Fase de Afonso Cláudio, onde cursou ciências contábeis.

Em 2001, Sávio recebeu um convite de Evair de Melo para trabalhar na sala de prova com ele. Em 2006, montou em sociedade a Líder Café. Mais adiante, em 2009, deixou a sociedade e assumiu a Secretaria Municipal de Agricultura, como secretário Municipal de Agricultura durante oito anos, nos dois mandatos de Dalton Perim. Nesse período, foram implantados os concursos municipais de café de qualidade e torres de celular pelo interior do município, disponibilizados patrulha mecanizada, insumos, defensivos, sementes e mudas para fortalecimento e diversificação agrícola, criada a Feira da Agricultura Familiar, entre outros. “Estabelecemos uma comunicação direta, ouvindo de perto os anseios dos produtores rurais e suas classes representativas como sindicatos e conselhos, quando em 2016 saí para ser candidato a vereador”.

Sávio assumiu o mandato no dia 1º de janeiro de 2017, pelo PSD (744 votos), no bloco de oposição ao então prefeito eleito.

Apesar de eleito pelo grupo de oposição, Sávio salienta nunca ter sido contra os projetos que beneficiavam o município. “Para justificar meus vencimentos, sempre me empenhei em executar o verdadeiro papel do vereador, que é fiscalizar o Executivo”.

O trabalho fiscalizador de Sávio se valia de requerimentos, ferramenta que o favorecia para ter todas as informações sobre as ações e projetos executados pelo Executivo. “Eu conseguia resultado, na maioria das vezes, ao solicitar prestações de conta de eventos realizados, documentação de aquisições de imóveis com valores considerados acima do mercado, dentre outros”.

Além de fiscalizar, Sávio buscava formas de conseguir recursos para automóveis para a área de saúde e para obras de infraestrutura urbana, como calçamentos de ruas, por exemplo. Como conhecia bem as necessidades da área rural, batalhou e conseguiu equipamentos agrícolas e patrulha mecanizada. “Eu rodava muito pelo interior, conversava com as famílias de agricultores sobre suas produções e sobre o agroturismo, com as pessoas envolvidas na atividade. Sempre lutei para viabilizar políticas públicas a favor das famílias rurais”.

Sávio destaca três projetos de sua iniciativa e que convidou colegas para participar: a Lei da Ficha Limpa Municipal, a da Proibição de Inauguração de Obras Públicas Inacabadas e a que criou as emendas individuais impositivas. A Lei da Ficha Limpa proíbe nomeação para cargo de confiança de pessoas com problema na Justiça- Lei Ordinária Nº 1356/2020.

Embora Venda Nova não tenha histórico de obras inacabadas sendo inauguradas, Sávio achou relevante criar um dispositivo que inibisse essa prática. Seu Projeto de Lei se tornou a Lei Nº 1357/2020.

Já o Projeto de Lei Nº 53/89 criou as emendas individuais impositivas, que dão ao vereador a oportunidade de destinar verbas do Orçamento Municipal à realização de ações em comunidades e entidades. Sávio se inspirou numa prática comum entre os deputados estaduais e federais, que têm a prerrogativa de 'carimbar' recursos para instituições e/ou projetos, podendo apoiar seus municípios e Estados.

Em 2020, não foi candidato à reeleição e ele passou a se dedicar exclusivamente aos negócios da família ligados à agricultura.





FRANCISCO CARLOS FOLETTTO



Eleito com 560 votos, Francisco Carlos Foletto-PSB entra em seu terceiro mandato como vereador.

Dentre as leis ordinárias de sua autoria, está o Projeto de Lei (também assinado pelo colega Gilberto Bravim Zanoli) aprovado em junho de 2017, que se tornou a Lei Ordinária N° 1.251/2017, que reconhece como entidade de utilidade pública o “Instituto Perspectiva de Pesquisa e Recuperação de Dependência Química”, instituição localizada e em funcionamento na comunidade da Tapera, em Venda Nova do Imigrante.

Já a Lei Ordinária N° 1.266/2017 é resultado da aprovação do Projeto de Lei (assinado por ele, Adriana Aparecida Uliana, José Luiz Pimenta de Souza e a Mesa Diretora), em outubro de 2017, que alterou a Lei N°140 de 24 de maio de 1993. A alteração regulamentou a concessão e exploração de transportes de passageiros em automóvel de aluguel.

Foletto foi autor do Projeto que instituiu o programa Horta Comunitária em Venda Nova, aprovado no dia 18 de maio de 2020.

Chico também foi autor de várias resoluções e decretos e sua atuação lhe rendeu a presidência da Casa no biênio 2019/20. Em 2020, em razão da crise sanitária da pandemia do novo coronavírus, o ano foi de edições de atos para regulamentar o funcionamento da Câmara como medidas de prevenção da contaminação dos funcionários e do público. Os atos regulamentavam o trabalho de acordo com o momento, que ora exigia mais ou menos rigor, incluindo remanejamento no horário de funcionamento e uma escala de funcionários presenciais e em home office.

Ele avalia sua atuação à frente da Mesa Diretora como rigorosa com os gastos, pois quanto mais economizava, mais recursos poderiam ser devolvidos ao Executivo para revertê-los em benfeitorias para a população. “Foi uma economia que manteve o essencial para que os vereadores pudessem cumprir as suas funções, e tudo era feito com transparência”.

Em 2019, Chico Foletto, junto com Cleto Venturim e Esla Lessa Borba, presidente e diretora do Hospital Padre Máximo, participou de uma reunião com o governador Renato Casagrande e de lá saíram com a autorização dele (via Secretaria de Estado de Saúde) para os dez leitos da UTI da unidade começarem a funcionar.

Foletto explica que a UTI estava pronta e equipada e precisava começar a funcionar sob pena de o hospital ter que devolver os mais de R\$ 3 milhões à União. Os equipamentos foram comprados via emendas conseguidas com o então deputado federal Paulo Foletto- PSB. Para que a UTI começasse a funcionar, se fez necessário que os leitos disponibilizados para o SUS fossem contratados pelo Estado, que assim o fez com exclusividade até que seu funcionamento fosse avaliado e passasse a contar com repasses da União.

Como fruto de seu relacionamento com o deputado federal Paulo Foletto, irmão e companheiro de partido, ele trouxe para Venda Nova do Imigrante mais R\$ 400 mil para o Hospital Padre Máximo, em 2017, e mais R\$ 200 mil, em 2019. Além de R\$ 250 mil para a saúde básica (via Prefeitura), em 2018, e mais R\$ 200 mil para o Ifes em 2019. No total de verbas da sua atuação junto ao deputado, de 2013 a 2019, Venda Nova do Imigrante já se beneficiou com R\$ 3,2 milhões em repasses.



8ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2017 / 2020



GILBERTO BRAVIM ZANOLI



De sua trajetória como vereador, Gilberto Bravim Zanoli tem orgulho de ter participado da elaboração do Plano Diretor Municipal- PDM de Venda Nova. “Venda Nova tem o metro quadrado mais caro do Brasil se comparada às outras cidades do mesmo porte. Quando a ocupação do solo vai acontecendo sem critérios, com obras erguidas sem seguir um padrão, ou aglomerações urbanas formadas com ruas fora das medidas, o lugar se desvaloriza, pois inúmeros problemas vão se acumulando”.

Preocupado com a falta de água para atender o crescimento urbano em Venda Nova do Imigrante, nesse seu processo de participação de elaboração do PDM, Gilberto questionou a viabilidade da verticalização das obras. “Nossa região é de cabeceira e praticamente só contamos com a água da chuva para alimentar nossas nascentes”.

O PDM estabelece as diretrizes para o uso e ocupação do solo. “Nessa legislação cabe revisão no período máximo de dez anos, podendo ser feita a qualquer momento quando for detectada a necessidade. Cabe ressaltar que qualquer alteração deve ser precedida por audiência pública”, explica Zanoli.

Assim como a taxa de ocupação dos lotes e o afastamento para as construções, Zanoli vê a necessidade de fazer vias que conectem núcleos urbanos e que privilegiem o pedestre, valorize as pessoas e não somente os veículos. “Fiz indicações para abertura de vias e, como funcionário concursado lotado na Secretaria de Obras, pude acompanhar a execução de várias delas. São vias importantes e projetadas para serem eficientes por mais 30 anos.

Zanoli também fez indicações solicitando sistema de tratamento de esgoto em pequenas comunidades, como a de Vargem Grande e da Vila Dordenoni. “São obras que fazem a diferença na vida dos moradores e foram as primeiras executadas no interior. Hoje, foram ampliadas para outras comunidades”.

Vencido o contrato de prestação de serviço com a Prefeitura, os vereadores aproveitaram a oportunidade para participar dos estudos, junto ao Meio Ambiente, para traçar um plano sanitário com a Cesan. Zanoli foi ativo nas reuniões, reivindicando a implantação dos serviços de água e esgoto em todas as ilhas urbanas no entorno da sede e nas comunidades rurais.

Sem sucesso, lutou pela castração e por um lar temporário para os cães de rua. “Fiz reuniões com as associações de moradores e os membros do ‘SOS Animais’, mas não vi vontade do Executivo em resolver essas questões”.

Nos debates sobre as atualizações do Código Tributário, Zanoli conseguiu ser um conciliador na resolução de controvérsias. De acordo com ele, as regras estavam defasadas e o município estava perdendo receita. Um exemplo era a ausência de pagamento de IPTU por algumas comunidades que estavam usufruindo do serviço de recolhimento de lixo. “Está muito caro pagar ao aterro.

São mais ou menos R\$ 115,00 por tonelada de lixo e ainda tem o custo do transporte e a arrecadação estava insuficiente para manter esses e outros serviços urbanos”.

Ele salienta que a prática de disponibilizar contêineres em alguns lugares fixos para os moradores descartarem entulhos ajudou a reduzir estes custos, bem como a coleta seletiva que leva os recicláveis para a usina da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Venda Nova do Imigrante- Ascaveni.

Ainda dentro da pauta de serviços urbanos, o vereador solicitou da EDP Escelsa a extensão de rede do Ifes até Lavrinhas, passando pela Estrada Velha. Do túnel até São João de Viçosa, os postes estavam fora dos padrões e ele conseguiu que o serviço, ao custo de R\$ 600 mil, fosse assumido pela concessionária. “Também batalhei pela troca das lâmpadas convencionais pelas de LED na iluminação pública. Esse projeto está sendo concretizado agora”.

Gilberto Bravim Zanoli, filho de Cerli Santana Zanoli e Sebastião Bravim Zanoli, nasceu na comunidade rural de Santo Antônio do Oriente, no dia 17 de setembro de 1977. Servidor público há 21 anos, é formado em técnico em agropecuária, pela Escola Agrotécnica de Alegre, e em administração pública pelo Ifes e fez pós em gestão pública. Em 2005, passou no concurso para a função de agente fiscal, mas já atuava na Prefeitura como auxiliar administrativo desde o dia 21 de dezembro de 2001. Aprovado, assumiu a função de agente fiscal de obras e já foi secretário Municipal de Interior e Transportes. Antes de retornar como suplente, era coordenador de atividades técnicas e licenciamento. .



8ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2017 / 2020



JOSÉ LUIZ PIMENTA DE SOUZA



Eleito com 1.353 votos, José Luiz Pimenta de Souza passa a ocupar a vaga de vereador pela terceira vez. No primeiro biênio, ele foi eleito presidente da Mesa Diretora. Sua participação na oitava legislatura foi marcada pela apresentação de várias indicações, sendo algumas por iniciativa própria e outras em conjunto com alguns ou com todos os demais vereadores. Alguns projetos, a maioria de estruturação interna da Câmara, não serão citados nessa seleção de trabalhos dos quais o vereador participou.

Em dia 26 de setembro de 2017, ele assinou com mais seis vereadores, a Indicação dirigida ao prefeito solicitando a demarcação de estacionamento para idosos e deficientes nas áreas da cidade, onde ainda esse direito não estava preservado. Já com todos os vereadores, ele foi coautor do Projeto de Lei (28 de agosto de 2017) que denominou o prédio onde funcionava o Conviver como “Centro de Convivência do Idoso Polônia Normelina Lorenzoni Falchetto”.

Juntamente com os vereadores Francisco Carlos Foletto e Adriana Aparecida Uliana, Pimenta assinou (também na condição de presidente da Câmara), o Projeto de Lei (26 de setembro de 2017) que alterou a lei que regulamenta a concessão e exploração de transporte de passageiro em automóvel de aluguel. Com a alteração, nos dias de grandes eventos, os táxis de Venda Nova do Imigrante passaram a ter exclusividade de estacionamento na avenida Pedro Minete, nas proximidades do Centro de Eventos, organizados em fila, por ordem de chegada.

Com mais cinco vereadores, Pimenta foi autor da Indicação (21 de março de 2019) dirigida ao prefeito solicitando as sinalizações vertical e horizontal da Rodovia dos Produtores, que liga a BR-262 ao Alto Caxixe e a São José do Alto Viçosa.

Em conjunto com todos os edis, ele assinou a Indicação (7 de maio de 2019) dirigida ao governador Renato Casagrande, pedindo conclusão da pavimentação da ES- 473, que liga a comunidade de Viçosinha e Cachoeira Alegre à BR-262. Da mesma forma, Pimenta participou da Indicação (29 de maio de 2019) que solicitava ao prefeito entrar em entendimento com a Prefeitura de Afonso Cláudio para buscar alternativa para o transporte escolar para as crianças e jovens da comunidade de Alto do Rio da Cobra, que usufruíam do transporte de Venda Nova para estudar nas escolas do município.

No dia 10 de março de 2020, Pimenta assinou, em conjunto com todos os vereadores, a Indicação que solicitava ao prefeito a instalação de um bebedouro de água, forro, sonorização e ventilador, assim como disponibilizasse um fogão e uma geladeira (com os devidos componentes necessários) na capela mortuária do Cemitério Padre Emílio.

Diante da crise sanitária em razão da pandemia do coronavírus, todos os vereadores assinaram a Indicação (22 de abril de 2020) solicitando ao prefeito fazer o repasse previsto no Orçamento anual, em forma de subvenção social, no valor de R\$ 600 mil, para o Hospital Padre Máximo. Na justificativa, o reconhecimento do momento crítico que também impactava na falta de recursos para arcar com o funcionamento da instituição.

Em razão do mesmo cenário, assim como todos os outros vereadores, Pimenta assinou a Indicação (15 de junho de 2020) que solicitava ao prefeito que procedesse o pagamento do adicional de insalubridade a todos os agentes comunitários de saúde do município.

Ao participar da assinatura do Projeto de Lei Nº 036, aprovado no final de novembro de 2020, Pimenta participou da alteração de uma lei municipal que dispôs sobre o Plano Diretor Municipal- PDM. Com a nova redação, o Artigo Nº 84, da Lei Nº 1.382/2020, passou a não permitir o parcelamento do solo sobre diversas condições, dentre essas a de serem alagadiços e sujeitos a inundações, sem que antes fossem tomadas providências para assegurar o escoamento das águas, além de outras condições geológicas adversas ou que desrespeitem o meio ambiente ou o seu uso digno e salubre.

José Luiz Pimenta de Souza deixou de se candidatar a vereador para a nona legislatura e se colocou como candidato a prefeito pelo partido PP. Ele não venceu as eleições e voltou a se dedicar às suas atividades de agricultor (cultivando café e abacate em suas propriedades em Lavrinhas e São Roque) e ao comércio de abacate. No entanto, apoia seu filho Luiz Ricardo Bozzi Pimenta de Souza, que foi eleito vereador.



8ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2017 / 2020



MARCO ANTÔNIO GRILLO



Eleito com 509 votos, Marco Antônio Grillo entra em seu sexto mandato como vereador. Com pouco tempo na legislatura, pediu licença para assumir o posto de secretário Municipal de Turismo. Em 2017, no começo de sua atuação, montou a estrutura da candidatura juntamente com o Sebrae (Rodrigo Belcavello Barbosa) para Venda Nova do Imigrante ser sede da Ruraltur. A proposta era voltar com os grandes eventos para o município.

Sob sua gestão, revitalizou o ponto de informações turísticas, o remodelando para que ficasse com características arquitetônicas semelhantes às antigas construções dos imigrantes italianos em Venda Nova.

Nesse mesmo ano, organizou, juntamente com a Afepol, o emplantamento dos 'Polentas Móveis' para a Serenata Italiana. Providenciou banheiros químicos, lixeiras (sinalizados ao longo do percurso) e limpeza depois da Serenata. A estratégia funcionou: ao final do evento, não tinha lixo no chão.

Ele, que fez o projeto de captação de recursos (quando ainda era secretário de Dalton Perim, no mandato anterior, e viabilizou as verbas quando trabalhou no Estado na legislatura anterior), colocou em prática o projeto de sinalização turística rural. Todo entroncamento no interior do município recebeu placas indicando os empreendimentos e comunidades próximas, orientando os turistas e até mesmos os moradores a chegarem e retornarem do local.

No final de 2017, Marco teve que dar uma desacelerada em seus trabalhos para se preparar para uma cirurgia no coração, que fez em fevereiro de 2018. Quinze dias depois, ele retornou às suas atividades como secretário e ficou na função até o final de março, quando voltou a atuar como vereador.

Com a Indicação N° 5/2019, solicitou (com Tiago Altoé, Domingos Sávio Filete e Marco Antônio Torres Nascimento) ao prefeito Braz providenciar sinalização vertical e horizontal da Rodovia dos Produtores, que liga a BR-262 ao Alto Caxixe e a São José do Alto Viçosa.

Em julho de 2019, Braz faleceu e, com Paulinho Mineti já no cargo, assinou a Indicação N° 24/2020 solicitando ao prefeito providenciar pavimentação (50 metros) da rua que inicia na rodovia Pedro Cola (entre a empresa Lona Flex Capotaria e os galpões de café do bairro Providência).

Juntamente com os colegas Adriana Aparecida Uliana, Francisco Carlos Foletto, Gilberto Bravim Zanoli, José Luiz Pimenta de Souza, Neucimar Barbosa Silva, Grillo assinou a Indicação N° 25/2019, que sugeriu ao prefeito Paulinho Mineti providenciar a implantação de um posto de informação turística e novos materiais para divulgação do turismo no município.

Devido à Ruraltur estar programada para novembro e os recursos estarem captados junto ao Sebrae, Paulinho convidou Marco Grillo para voltar a ser secretário para poder executar o projeto. Ele ficou até abril do outro ano, 2020, quando reassumiu a vereança.

Também foi de sua autoria o Projeto de Lei N° 40/2020, relacionado à reestruturação do Conselho Municipal de Turismo de Venda Nova. Com a nova nomenclatura da Secretaria (que era também de Esporte e Lazer e se tornou de Turismo, Cultura e Artesanato), o Conselho passou a representar também a Cultura.

Marco Grillo conviveu e transitou em meio ao ambiente de tomada de decisões com todos os prefeitos, com os quais teve boa relação. Desde o Nicolau, com quem se relacionou como presidente da Casa da Cultura e, depois, dividindo o Plenário quando foi vereador junto com ele. Na ocasião, Nicolau votou nele para presidente da Câmara. Grillo também foi presidente de Câmara com José Onofre na Prefeitura e secretário com Braz, Dalton e Paulinho Mineti. Com seis mandatos, Grillo tem o recorde de atuação no poder público municipal de Venda Nova emancipada.



8ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2017 / 2020



MARCO ANTÔNIO TORRES NASCIMENTO



Marco Antônio Torres Nascimento nasceu em Presidente Kennedy, no dia 1º de abril de 1972. O filho de Joventino do Nascimento e de Maria da Penha Torres mudou-se para Castelo no ano de 1989, trabalhando por seis anos como pedreiro. Em 1996, tornou-se motorista e, em 2000, veio para Venda Nova do Imigrante para atuar como instrutor de trânsito.

Em 2005, foi aprovado no concurso como motorista da Prefeitura. Ele passou a se interessar pela política quando conheceu Egídio Altoé, um dos primeiros vereadores de Venda Nova, com quem fez amizade e por quem foi convidado para ingressar na vida pública. Em 2012, Marco foi candidato pelo PP e os 292 votos lhe renderam a condição de segundo suplente. Mesmo que não tenha surgido uma chance de assumir como titular, ele considerou o resultado uma vitória.

Em 2016, voltou a ser candidato e foi o segundo mais votado, com 842 votos, pelo mesmo partido. Integrou a Comissão de Obras como primeiro secretário. Nesta sua primeira experiência como vereador, Marco considera importante a aprovação da proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal Nº 004/2019, que possibilita as emendas impositivas no Orçamento. A proposta, pioneira no Estado, foi formulada em conversa com os colegas Tiago Altoé e Sávio Filete e depois foi assinada por todos os legisladores, com apoio da procuradora da Casa, na época Larissa Freitas Ladeia Caliman.

A proposta de emenda feita em 2019, que incluiu o Art. Nº 131 à LOM, dispôs sobre a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo em Lei Orçamentária Anual (LOA). Conforme instituído, as emendas dos vereadores ao projeto de LOA são aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do projeto encaminhado pelo Executivo Municipal, devendo a metade desse percentual ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Torres explica que, a partir de então, tornou-se obrigatoriedade do Executivo destinar essa porcentagem e cumprir o que é indicado pelos vereadores. Na avaliação dele, aumentou o poder de diálogo dos vereadores, que atuam para proporcionar benefícios para a população através de suas atuações.

Outro Projeto de Lei importante foi o da horta comunitária, que dá utilidade aos terrenos públicos municipais que se encontram ociosos. Os moradores ou instituições podem requerer o uso do espaço para plantar alimentos. A lei está aprovada e ele acredita que, com sua divulgação, os municípios podem tirar mais proveito dessa possibilidade de gerar alimentos.

Segundo Marco Torres, também atuou para trazer recursos importantes como para calçamento de rua, veículo para transporte de pacientes para Vitória (área da saúde) e para equipamentos na agricultura. Em sua prerrogativa como fiscalizador, juntamente com os colegas, descobriu irregularidades na desapropriação de um terreno em São João de Viçosa, do qual o Ministério Público obrigou a devolver todo o dinheiro da negociação.

Marco Torres se reelegeu vereador e continua atuando como motorista na Secretaria de Obras e sua rotina, muitas vezes, começa por volta das 3 horas e termina só no final da tarde.



8ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2017 / 2020



NEUCIMAR BARBOSA SILVA



Neucimar Barbosa Silva, filho de Norival Costa da Silva e Cenira de Fátima Barbosa Silva, nasceu no dia 28 de novembro de 1985, na comunidade do Caxixe Quente, interior de Castelo. Aos 11 anos de idade, sua família mudou-se para o Forno Grande, no mesmo município, de onde saía diariamente para estudar na escola do Alto Caxixe, em Venda Nova do Imigrante.

Aos 18 anos, começou a trabalhar em uma empresa de transporte de passageiros, no distrito do Alto Caxixe. Ele também trabalhou na loja de material de construção daquela comunidade e, a convite da comissão organizadora, trabalhou como voluntário em algumas edições da Festa do Tomate, promovida sempre no final de janeiro/início de fevereiro naquele distrito.

Observando a vida das pessoas que conhecia em seu trabalho e no seu dia a dia, despertou nele um desejo de se envolver em algum trabalho social. “Sempre tive vontade de poder fazer algo pelas pessoas e pensei que seria possível através da administração pública”.

Neucimar conta que começou a observar com curiosidade alguns agentes políticos com mandato de postura mais coerente e justa. “Então resolvi me aproximar de Francisco Carlos Foletto e pedi para me filiar ao partido que ele também fazia parte, o PSB. Minha proposta seria representar o anseio da população junto ao Executivo”. Ele concorreu no pleito de 2016 e foi eleito com 406 votos, pelo partido PSB.

Durante sua passagem pela Câmara de Venda Nova do Imigrante, Neucimar foi secretário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças e Orçamento, ambas no período de secretário de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020. Ele fez várias indicações e diz que teve várias conquistas.

No balanço geral de sua atuação, Neucimar afirma que o que mais o deixa tranquilo é ter a certeza de que votou sempre, em sua avaliação, no mais justo para o município e para o povo.

Neucimar saiu da vida pública para trabalhar na agricultura (milho, café e feijão) e se dedicar à família. Ele mora no distrito de Alto Caxixe e é casado com Viviane Bruno Andrade Barbosa, com quem teve uma filha, a Sofia.



Os vereadores Neucimar Barbosa e Adriana Uliana entregam a homenagem de Mérito Municipal a Geovana Cesconeto Dorzenoni.



TIAGO ALTOÉ



Eleito para a 8ª legislatura com 630 votos, Tiago Altoé continuou sua empreitada em busca de recursos para a municipalidade. Juntamente com os vereadores Marco Torres e Sávio Filete e diretamente com o governador Paulo Hartung, ele conseguiu alocar recursos de aproximadamente R\$ 700 mil para calçamento de diversas ruas do município. Também foram viabilizados dois secadores de café, através do secretário de Estado da Agricultura, Octaciano Neto, e dois veículos para a Saúde, com o deputado Carlos Manato, no valor de R\$ 100 mil.

Tiago, juntamente com os colegas Sávio Filete e Marcos Torres, sempre se reuniam para elaborar projetos. Apresentaram o Projeto de Lei da horta comunitária, que virou lei e que disponibilizou áreas públicas ociosas do município para os moradores ou instituições interessadas em cultivar frutas, verduras e hortaliças.

Os três foram autores da Lei da Ficha Limpa Municipal e do Projeto de Lei para melhorar a identificação dos veículos e frota da municipalidade, uma alteração em lei já existente. Eles puxaram e todos os vereadores apoiaram a emenda à Lei Orgânica Municipal - LOM que cria as emendas impositivas. Neste assunto, tiveram muito apoio jurídico da procuradora da Câmara Larissa Freitas Ladeia Caliman. Uma porcentagem dos recursos é dividida igualmente para que os nove vereadores indiquem onde serão aplicados, esse mecanismo obriga o prefeito a executá-las no Orçamento seguinte.

Tiago atuou na fiscalização para melhorar as condições e manutenção das praças e espaços públicos municipais. Fez indicações e levou o assunto para a tribuna, demonstrando sua preocupação e o seu desejo de que estes espaços estivessem sempre limpos e oferecendo mais segurança para os usuários.

Também se dedicou a defender melhorias na acessibilidade, ampliação de ciclovias e calçadas cidadãs. Nesta legislatura, atuou ativamente para a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo eleito membro titular no conselho como representante da Câmara Municipal.

Dentre outras ações, como um vereador preocupado com a educação desde seu primeiro mandato, participou da comissão e de discussões da revisão do plano do magistério, onde algumas melhorias foram incorporadas aos direitos dos professores.

Ao final do mandato, Tiago foi convidado para disputar as eleições como candidato a vice-prefeito e compor a chapa com José Luiz Pimenta. Para Tiago, ter participado ativamente deste momento foi muito importante e gratificante, pois lhe deu mais maturidade e visão sobre o município.

Ele, que é professor, continua lecionando nas escolas Coopeducar e Fundação Deolindo Perim, nas disciplinas de biologia e meio ambiente. Se entregou também a um novo projeto profissional, trabalhando com consultoria ambiental, cafés especiais e com um ateliê de artes em madeira. Segue sempre conectado aos principais acontecimentos do município e fazendo o que sempre gostou de fazer: escutar e se relacionar com a comunidade.





GESIMAR DE ALMEIDA



Nascido em Alegre, dia 14 de janeiro de 1977, Gesimar (filho de Genário de Almeida Cunha e Gilda Maria Bolzan Cunha) passou a morar em Venda Nova quando tinha sete anos e seu pai teve uma proposta para trabalhar numa padaria da cidade. Com a família instalada na sede, ele passou a estudar na Escola Liberal Zandonadi e depois fez o ginasial e o ensino médio na Escola Estadual Fioravante Caliman.

Gesimar decidiu ir para o Rio de Janeiro fazer faculdade de ciências biológicas. Lá, ele se casou com a vendanovense Márcia Falqueto Minete (que estava fazendo faculdade de fonoaudiologia na mesma cidade), com quem teve dois filhos: Beatriz e Rafael. O casal decidiu retornar para Venda Nova do Imigrante logo depois que teve a primeira filha e Gesimar passou a lecionar na Escola Fioravante Caliman, e concluiu a segunda graduação em física.

A política entrou na vida de Gesimar pelo convite do colega de profissão, o professor Tarcisio Bottacin, que já tinha experiência como vereador. Ele então concorreu no pleito de 2 de outubro de 2016, pelo Democratas, da Coligação Venda Nova, e os 301 votos lhe renderam a suplência de Marco Grillo.

No dia 25 de abril de 2017, Gesimar assumiu a vereança pela primeira vez, quando Grillo se afastou para assumir a Secretaria de Turismo, deixando a função em 25/04/2017 até 10/04/2018. Voltou a ocupar a vaga no período de 22/10/2019 a 10/03/2020.

Na Câmara, Gesimar se deparou com a realidade do funcionamento do legislativo e conheceu, de fato, as possibilidades e limitações da atuação de um vereador, cujo papel real é o de fiscalizar. “Todos deveriam ter a oportunidade de ser vereador pelo menos um dia”. Reforça que não é papel do vereador fazer obras e que há muita confusão da visão popular do que é legislar. Ele fez várias indicações e assinou juntamente com os colegas vários projetos de lei.





9^a LEGISLATURA 2021 a 2024

Venda Nova do Imigrante



9ª LEGISLATURA 2021 a 2024

Venda Nova do Imigrante

Vereadores

| | |
|--|-----------|
| Aldi Maria Caliman (CIDADANIA) | 548 votos |
| Amilton José Marques Pacheco (PSDB) | 415 votos |
| Erivelto Uliana (PRE) | 568 votos |
| Francisco Carlos Foletto (PSB) | 435 votos |
| Ivanildo de Almeida Silva (CIDADANIA)..... | 433 votos |
| Luiz Ricardo Bozzi Pimenta de Souza (PP) | 231 votos |
| Márcio Antônio Lopes (CIDADANIA)..... | 396 votos |
| Marco Antônio Torres Nascimento (SL) | 485 votos |
| Wallace Rodrigues de Souza (PL) | 241 votos |

Suplente

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Gilberto Bravim Zanoli (PSDB) | 284 votos |
| Marco Antonio Grillo (PSDB)..... | 232 votos |

Número de eleitores: 18.597

| | |
|--|-------------|
| Prefeito: João Paulo S. Mineti (CIDADANIA) | 4.235 votos |
| Vice-prefeito: Tarcisio Bottacin (DEM)... | |



9ª Legislatura
**Formação da Mesa Diretora
e das Comissões Permanentes**

**MESA DIRETORA
DO 1º BIÊNIO**

Presidente: Márcio Antônio Lopes

Vice-presidente: Amilton J. M. Pacheco / Ivanildo de Almeida Silva

1ª Secretária: Aldi Maria Caliman

2º Secretário: Wallace Rodrigues de Souza

**COMISSÕES
PERMANENTES**

**Comissão de Legislação, Justiça
e Redação Final**

Presidente: Ivanildo de Almeida Silva

Relator: Erivelto Uliana

Secretário: Amilton José Marques Pacheco / Marco A. Grillo

**Comissão de Obras e
Serviços Públicos**

Presidente: Marco Antônio Torres

Relator: Wallace Rodrigues de Souza

Secretário: Luiz Ricardo Bozzi Pimenta de Souza

**Comissão de Educação, Saúde,
Agricultura, Meio Ambiente,
Turismo e Assistência Social**

Presidente: Erivelto Uliana

Relator: Luiz Ricardo Bozzi Pimenta de Souza

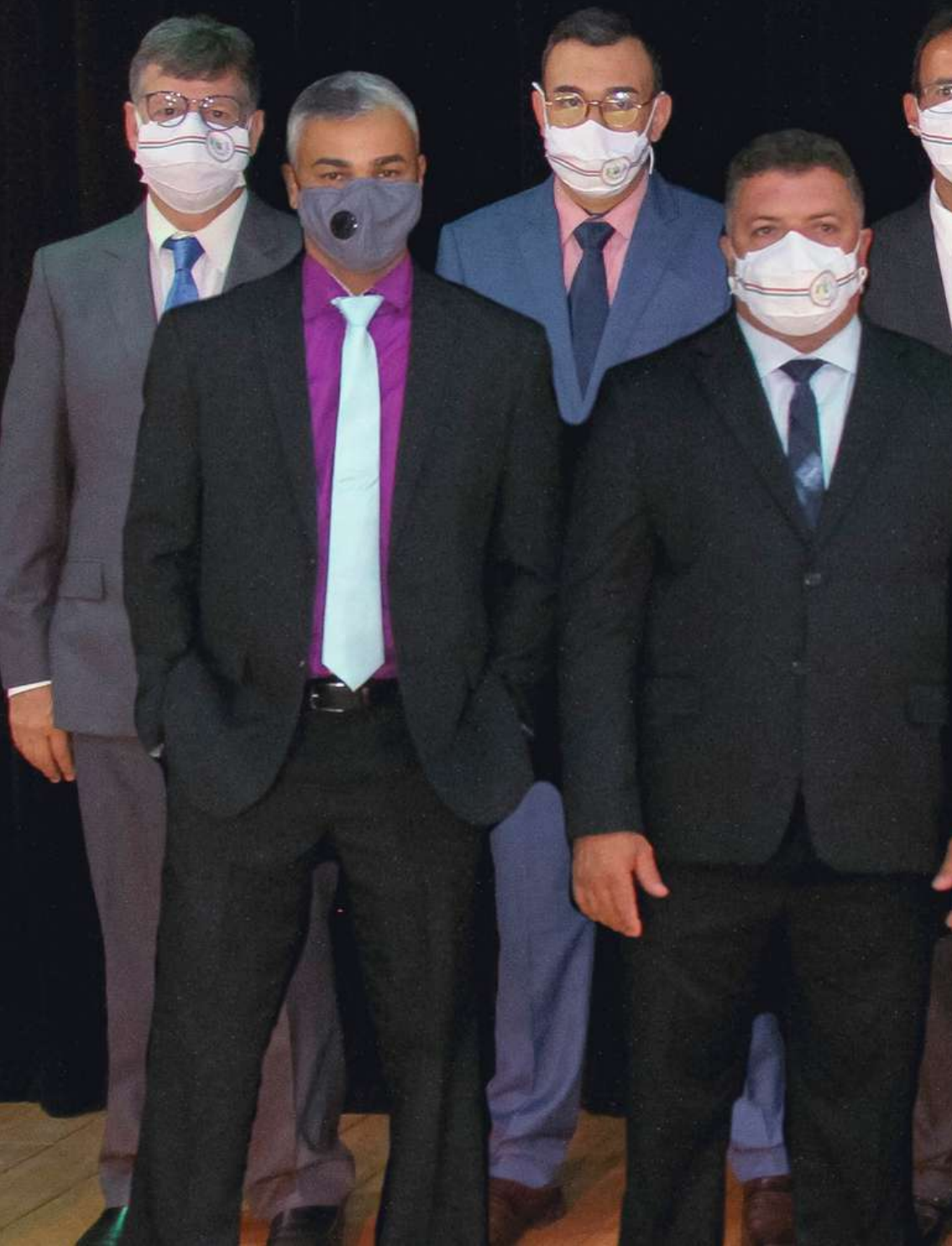
Secretário: Aldi Maria Caliman

**Comissão de Finanças
e Orçamento**

Presidente: Amilton José M. Pacheco / Gilberto B. Zanoli / Marco A. Grillo

Relator: Ivanildo de Almeida Silva

Secretário: Francisco Carlos Foletto







23 de fevereiro de 2022 - Primeira reunião de trabalho, promovida no Centro Cultural Máximo Zandonadi, para revisão das leis municipais. A ação, em parceria com o Sebrae, visa deixar as leis mais enxutas para facilitar a vida do empreendedor e faz parte do projeto 'Câmara Empreendedora'.

REVISÃO DAS LEIS MUNICIPAIS, CÂMARA SEM PAPEL E RESGATE DA HISTÓRIA POLÍTICA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Dentre as preocupações que marcam a atual Câmara estão os problemas com mobilidade urbana e a expansão de loteamentos irregulares pelo interior do município, que continua apesar da aprovação do PDM na legislatura anterior. Mais vagas na educação e nas creches, estradas conservadas e bem sinalizadas e outras demandas estão na pauta das lideranças empresariais, comunitárias e políticas.

Venda Nova do Imigrante continua expandindo e, mesmo com tantas conquistas ao longo das últimas três décadas, precisa se antecipar para solucionar os desafios que surgem junto com o crescimento populacional. O crescimento ordenado, a ocupação responsável do solo, o estímulo ao empreendedorismo e a busca por obras e projetos que venham impactar de forma positiva o futuro estão entre as preocupações dos atuais vereadores.

Pela sua posição geográfica e organização, o município atraiu investimentos públicos e privados na área da saúde e na educação, dois setores que se revelam como polo regional. Clínicas, laboratórios, consultórios e escolas dos níveis municipal, estadual, federal e particulares geram conforto, segurança e postos de trabalhos.

Pensando em facilitar a vida de quem quer continuar ou começar a empreender no município, a Câmara de Venda Nova do Imigrante fez uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- Sebrae/ES ao implantar o programa “Câmara Empreendedora” num ato solene na primeira Sessão Ordinária de 2022. Com o programa, a Câmara passou a fazer uma revisão geral das leis municipais, visando a melhoria no ambiente de negócios para o empreendedorismo. Para cumprir a agenda de trabalho, a Câmara formou uma Comissão Revisora entre os vereadores para atuar junto com a assessoria do escritório especializado contratado pelo Sebrae. A nova legislação municipal vai servir de suporte para que Venda Nova do Imigrante se torne uma “Cidade Empreendedora”.

Dentro das iniciativas da Câmara para o ano de 2022 está o programa “Câmara sem Papel”. Em fase de implantação, todos os vereadores estão usando um tablet e a adoção da tecnologia já está impactando na economia considerável de papel. O programa pretende fazer com que a Casa Legislativa se aproxime do zero no uso de papel.

A economia tem sido a marca desta legislatura, que vê a crise do Brasil e a dificuldade de manter frentes de assistência importantes aos cidadãos. No ano passado, a Câmara conseguiu economizar mais de R\$ 1,7 milhão e devolver aos cofres da Prefeitura o total de R\$ 4,2 milhões. Apesar de não caber ao Legislativo direcionar o uso dos recursos, foi sugerido que R\$ 1 milhão fosse destinado ao Hospital Padre Máximo.

Faltam ainda mais de dois anos (isto é, mais da metade do tempo) para finalizar esta Legislatura, que já está deixando sua marca ao revisar as leis municipais, reduzir a quase zero o uso de papel, economizar e lançar a presente publicação.



Christina Haddad (coordenadora da regional Serrana do Sebrae agência Venda Nova) e o presidente da Câmara Márcio Lopes entre Alfredo Alcure Neto e Edmar Lorencini dos Anjos, do escritório contratado pelo Sebrae/ES para prestar consultoria na revisão das leis municipais.

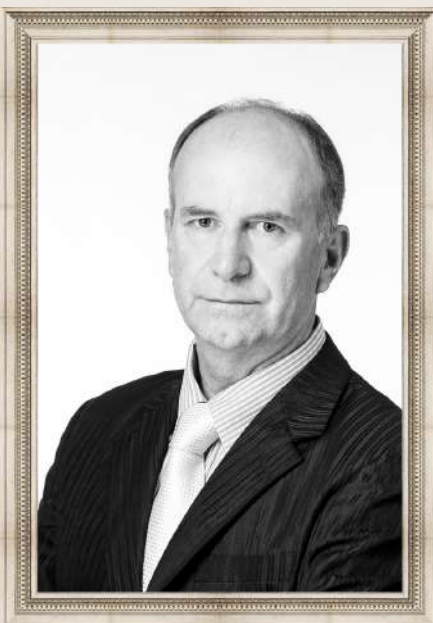


9ª GESTÃO

VENDA NOVA DO IMIGRANTE
2021 / 2024



JOÃO PAULO
SCHETTINO MINETI
PREFEITO



TARCÍSIO BOTTACIN
VICE-PREFEITO

O ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA EM VENDA NOVA E OS PROJETOS PARA O FUTURO

No segundo semestre de 2020, Paulinho Mineti disputou a reeleição em um dos pleitos mais atípicos da história de Venda Nova: a campanha foi feita em pleno afastamento social gerado pela crise sanitária e a disputa foi entre cinco candidatos. Até então na história de Venda nova, os pleitos tiveram no máximo três candidatos ao cargo majoritário.

Em novembro de 2020, com 4.235 votos, João Paulo Schettino Mineti foi reeleito prefeito de Venda Nova. A nova gestão começa marcada por pressões. Editadas para o enfrentamento da pandemia, as leis complementares Nº 173/2020 e Nº 178/2021 também modificaram a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, sobretudo no que toca à despesa com pessoal. A Lei Nº 173/2020 proibia, até 31 de dezembro de 2021, a elevação daquele gasto, mesmo a corriqueira recomposição inflacionária (revisão geral anual); vedando ainda, desde 28 de maio de 2020, a contagem de tempo para vantagens funcionais (anuênios, quinquênios etc.). De acordo com Paulinho, “as limitações e vedações da Lei Nº 173/2020 foram um entrave muito grande aos trabalhos e projetos planejados pela gestão. Entretanto, estamos trabalhando intensamente para concluir os projetos para o nosso município!”.

Logo no início de janeiro de 2021, assim como no restante do Brasil, Venda Nova do Imigrante vê o número de contágios aumentar. No decorrer do ano, com a eficiência e melhoria dos serviços de saúde do município, com campanhas de conscientização, testagem e vacinação, foi mitigado o número de vítimas em estado grave e, conseqüentemente, o número de casos fatais.

O setor de obras foi um dos que mais sentiu e continua sentindo o impacto gerado pela pandemia e por outras razões econômicas, a exemplo da inflação no setor de material de construção. O aumento acelerado dos preços fez com que as empresas contratadas não conseguissem terminar as obras e cumprir as entregas nos prazos, conforme determinadas nas licitações ganhas. Algumas obras precisaram ser licitadas três vezes. “Deflagrou-se um crescimento no setor de construção civil, o que inflacionou os materiais. Mesmo assim, com todos os desafios, conseguimos materializar algumas obras”, afirma o prefeito.

Apesar da falta de materiais básicos - como alumínio, telhas e cimento-, a Prefeitura de Venda Nova do Imigrante conseguiu entregar o calçamento de ruas na comunidade do Camargo, no distrito de São João de Viçosa, e a da Vila Barbosa, no distrito do Alto Caxixe. Algumas escolas passaram pelo processo de reforma, a exemplo do Jardim de Infância Vovó Helena Sossai (na Tapera), a Creche Flor do Ipê (perto do Centro de Eventos) e todas as unidades de saúde passam por melhorias e ampliações.

Na prestação do serviço em saúde, em 2022, Venda Nova do Imigrante alcançou a primeira posição no ranking estadual do programa 'Previne Brasil', do Governo Federal, que mede os indicadores relativos ao serviço da Atenção Básica de Saúde nos municípios. É a primeira vez que um município do Estado alcançou nota 10 desde o início da avaliação por desempenho. A classificação é feita de acordo com o monitoramento de ações estratégicas dos serviços de saúde realizados no município, são eles: pré-natal (proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação); proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV; proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado; saúde da mulher (cobertura de exame citopatológico - preventivo), saúde da criança (cobertura vacinal de poliomielite inativada e de pentavalente) e doenças crônicas (percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre; percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada). “A nossa nota 10 se deve, além dos investimentos ininterruptos em saúde, ao trabalho árduo do servidor. Saímos dos muros das unidades de saúde e realizamos campanha itinerante para hipertensos e diabéticos, aferindo pressão e medindo glicose dos nossos munícipes que, devido ao isolamento social proposto, por serem grupo de risco, evitavam comparecer às unidades de saúde”.

Para fazer com que a máquina administrativa continue a evoluir, a Prefeitura está promovendo uma reforma administrativa, tendo em vista que funciona com uma estrutura criada há mais de 15 anos.

Dentro dos projetos em curso, Paulinho quer deixar como legado a criação da 'Rua do Imigrante', uma via exclusiva para pedestres, que terá um apelo de lazer e de turismo ao abrigar um monumento em homenagem ao imigrante italiano (a ser feito pela artista plástica Rosana Paste) e outros atrativos.



A construção de uma unidade de saúde no bairro Marmim, para atender aos moradores de Vila Betânea e de Bananeiras, e a construção de um Mercado Municipal. Este último espaço deverá ser um local fixo para a Feira Livre do Produtor Rural, que contará com uma 'praça central' como ponto de encontro regado à música, culinária típica e as nossas cervejas artesanais. “A ideia é ter um espaço cultural, onde poderíamos promover um 'mini tombo da polenta' e oferecer atrativos musicais e de danças típicas, fomentando assim ainda mais nossa cultura e arte”, explica o prefeito.

No próximo pleito, Paulinho não poderá ser candidato a prefeito, pois, ao assumir a vaga na gestão passada pela morte do titular, a atual gestão é considerada sua segunda. Ele avalia sua trajetória na política como de sorte, pois, em menos de seis anos, passou pelas condições de vereador, presidente da Câmara, vice-prefeito e de prefeito. “Passei por todas estas etapas num curto período. Fechando esse ciclo ao final de 2024, terei completado 12 anos como agente político. Eu me sinto muito feliz, pois sou a prova de que nem sempre o dinheiro compra tudo. Não foi fácil lutar contra o poder econômico e contra grupos políticos consolidados e, de professor, me transformar num prefeito.



Aprendi com o Braz que placas, adesivos e cartazes não votam, pessoas votam. O povo acreditou que eu poderia fazer a diferença e venci num pleito com cinco candidatos, me transformando numa terceira via num cenário político que sempre foi polarizado por dois fortes grupos”.

9ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2021 / 2024



ALDI MARIA CALIMAM



Eleita pelo partido Cidadania com 548 votos, a segunda mais votada do último pleito, Aldi Maria Caliman (a popular “Dé”) acredita que colheu o reconhecimento de sua longa trajetória de trabalho voluntário e de incentivo aos potenciais esportistas de Venda Nova do Imigrante. Depois de vários anos longe do cenário político, o resultado a surpreendeu pela adesão à sua campanha e consequente expressivo resultado nas urnas.

Dé sempre foi uma mulher de questionamento, tanto no seu ambiente como no seu papel e por isso vive se perguntando o porquê de estar ali na Câmara. Para ela, a base da sociedade é a educação e Venda Nova do Imigrante tem muito potencial. Por isso, trabalha junto ao Executivo para que profissionais de peso sejam agregados ao projeto educacional que o município precisa abraçar.

Numa leitura de cenário, ela reconhece que Venda Nova do Imigrante é município que não vai ter indústria pela natureza de sua posição geográfica e por estar numa região de cabeceira. No entanto, seu crescimento populacional é evidente e está em torno de 27 mil habitantes. Os mesmos fatores limitantes para o crescimento industrial se revelam como problema para a qualidade de vida: o fornecimento de água e o serviço de esgoto, desafios com os quais acha que todos os vereadores e lideranças em geral devem ter uma preocupação muito grande.

Na avaliação dela, a mobilidade urbana trata-se de uma outra grande questão. A cidade tem vários gargalos e um deles está relacionado ao trânsito na avenida Domingos Perim, a principal do Centro, que precisa logo ser de mão única até o final. O tráfego de veículos pesados estrangula o fluxo e representa perigo para os veículos de passeio, ciclistas e pedestres, o que seria amenizado com a mão única e o redimensionamento das vagas de estacionamento ao longo da via.

Dé continua militando pelos esportes. Observa que existem muitas escolinhas e projetos de várias modalidades esportivas funcionando. No entanto, o município carece de um centro esportivo e vê, numa possível parceria com o Rio Branco Futebol Clube, uma possibilidade de aglutinar um trabalho com todas as escolinhas, em todas as comunidades, envolvendo diferentes modalidades. O Rio Branco já é uma entidade organizada, o que na opinião dela facilitaria muito este processo, pois Venda Nova do Imigrante tem muitos talentos a serem trabalhados no presente. “Venda Nova do Imigrante não tem indústria e o que vende é o turismo e essa estrutura física específica para os esportes vai atrair eventos e trazer movimento para os setores de comércio e de serviços”, preconiza a vereadora.

Para Dé, Venda Nova do Imigrante é um oásis em todos os aspectos: educacional, esportivo, saúde, turístico... E que o fortalecimento de um significa também o do outro setor, pois todos juntos constroem a força motriz que faz o lugar evoluir e sempre ser exemplo para os outros municípios. “No entanto, as mudanças do mundo exigem novas atitudes, diferentes investimentos e ações. Tudo isso pode e deve acontecer tendo como base os valores arraigados, como a cultura do voluntariado, da organização comunitária e a filantropia, fatores que ajudaram o lugar a superar grandes adversidades no passado”, finaliza.

9ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2021 / 2024



AMILTON JOSÉ MARQUES PACHECO



Nascido em Minas Gerais, distrito de Raul Soares, no 25 de fevereiro de 1977, Amilton José Marques Pacheco mudou-se para Venda Nova do Imigrante, mais precisamente para o distrito do Alto Caxixe, quando tinha apenas nove anos de idade. Ele cresceu naquela comunidade, onde na escola local concluiu o ensino primário. Depois, passou a se deslocar para a Sede do município para estudar, frequentando primeiro a Escola Domingos Perim e depois, a Fioravante Caliman.

Desde muito jovem, Amilton passou a compor a força de trabalho familiar, trabalhando na roça, nos galpões de verduras e frutas e, já adulto, também atuou como motorista de caminhão. Tanto no trabalho quanto na vida pública, ele acompanhou seu pai, José Marques Pacheco, o “Zezão Boiadeiro”, que foi vereador na sexta legislatura de Venda Nova do Imigrante.

Amilton cresceu fazendo parte da vida comunitária, a exemplo da organização da Festa do Tomate. Atualmente ele é vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, que organiza o evento que reverencia o produto mais importante da economia do Alto Caxixe.

Esportista, Amilton, que pratica Karatê há 20 anos e há 13 é faixa preta primeiro dan, atuou como professor voluntário durante sete anos. Atualmente, só é praticante, fazendo treino individual para dar continuidade ao seu próprio desenvolvimento.

Ele afirma que seu ingresso na vida pública se deu ao ser convidado para se filiar ao PSDB. O convite partiu do próprio presidente local do partido, Gilberto Bravim Zanoli. “Eu não vislumbrava entrar na política e minha candidatura aconteceu sem eu planejar. Não tinha outro nome de dentro do partido representando o Alto Caxixe”. Amilton disputou com mais 12 candidatos de sua comunidade e foi eleito com 415 votos.

No período de um ano como vereador, Amilton foi o responsável por sancionar a lei que voltou a tornar o dia 29 de junho como feriado municipal. O Projeto de Lei apresentado pela colega Aldi Maria Caliman e aprovado pela Câmara foi para sanção do prefeito e voltou para o Legislativo sem a sua assinatura. Como o presidente da Câmara também não o fez, coube a ele sancionar a lei como então vice-presidente da Mesa Diretora. Dois mil e vinte e dois será o primeiro ano que Venda Nova do Imigrante retoma com o Dia de São Pedro, padroeiro da cidade, como feriado municipal.

Com o convite para atuar no Executivo Municipal, no dia 31 de dezembro de 2021 ele assumiu o posto de secretário de Interior e Transporte de Venda Nova do Imigrante. Amilton afirma que se identifica com a função que abre as portas para ele atuar no que gosta: infraestrutura. “Quero fazer o melhor trabalho em todo o território vendanovense. Serviços de conservação e melhorias nas estradas, obras de drenagem, de rede de esgoto, saneamento em geral e muitas outras relacionadas à infraestrutura pelo interior do município fazem parte da minha rotina de trabalho”.



ERIVELTO ULIANA



Advogado de formação, Erivelto Uliana foi eleito com 568 votos pelo partido Republicanos, sendo o mais votado da atual legislatura. O filho de Pedro Uliana e Delza de Fátima Bernabé Uliana nasceu no dia 20 de abril de 1972, no distrito de Alto Caxixe, mas quando ele ainda tinha dois anos, a família passou a morar na sede de Venda Nova.

Erivelto fez o ensino fundamental na Escola Domingos Perim e, na sequência, foi estudar na Escola Fioravante Caliman. Terminado o ensino médio, passou a estudar na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim- FDCI, para onde ia todos os finais de tarde e só retornava depois da meia noite.

Quando tinha 14 anos, Erivelto foi trabalhar na Casa Perim, seu primeiro emprego. A época era do movimento pela emancipação e o Comitê da Comissão Pró-Emancipação de Venda Nova funcionava nas proximidades da loja. Luiz Carlos Feitosa Perim, filho de Olímpio Perim, dono do comércio, fazia parte do grupo à frente do movimento. Quase todos os dias, Erivelto ia ao comitê e a sua proximidade com Luiz o fez se interessar mais por política. No dia da votação na Assembleia, ele estava lá juntamente com os moradores que se manifestavam na rua. Ele, Demian Caliman e Roger Pagoto participaram de uma carreata até Afonso Cláudio de carona com o saudoso Américo Comarela. Depois, ele trabalhou para o Luiz Carlos Feitosa Perim fazendo campanha com o objetivo de que ele se elegeisse o primeiro prefeito da agora Venda Nova do Imigrante.

Depois de formado e já com seu escritório montado no município, Erivelto foi procurador da Prefeitura entre os anos 2010 e 2011 e, no biênio do Tiago Altoé como presidente da Câmara, procurador do Legislativo Municipal. Em 2016 foi candidato a vereador, conquistando o posto do nono mais votado, com 442 votos, mas ficou fora por causa da coligação.

Desde 1º de janeiro de 2018 é presidente do Rio Branco Futebol Clube, onde atua- a exemplo dos demais membros da diretoria- como voluntário. Ele, que morou durante 17 anos no bairro Vila da Mata, teve o campo como quintal de sua casa e essa sempre foi sua ligação afetiva. Cresceu sendo um torcedor fiel, dentro do campo ou (literalmente) em cima do muro, em frente à sua casa.

Embora se reconheça como um membro pouco atuante, foi um dos fundadores do Circulo Trentino Di Venda Nova e fez parte da diretoria da Associação Festa da Polenta- Afepol nas gestões do Camilo Meneguetti, como diretor cultural, no primeiro biênio, e como um dos membros do Conselho Fiscal, no segundo biênio.

Como profissional, mantém o escritório no centro de Venda Nova do Imigrante, que atua com advocacia empresarial. Ele é casado com Christiane Furlan Biancardi Uliana, com quem teve três filhos (Gabriela, Bianca e Breno Manoel).

Com um perfil mais técnico pela sua profissão e pelas experiências como procurador do Executivo e do Legislativo, ele conhece bem a estrutura administrativa dos dois poderes, assim como os códigos e toda legislação municipal. Ele diz que se adequa mais dentro das funções constitucionais de um vereador, que é a de legislar e fiscalizar. “No entanto, é legislar proativamente no sentido de contribuir para melhor forma de desenvolver técnica legislativa, fazer as leis e adequar todas as iniciativas dentro delas”.

No momento de fazer a anunciada revisão da LOM, Erivelto fará parte da Comissão Especial para Revisão. Ele é relator da Comissão de Justiça e Redação Final, por onde passam 99% dos projetos de lei que entram na Câmara. É presidente da Comissão de Saúde, Agricultura, Educação e Meio Ambiente. Praticamente projetos de todas as naturezas passam pelas suas mãos e ele faz muitas emendas e até mesmo projetos substitutivos.

Um dos poucos projetos que fez foi uma emenda à LOM excluindo a obrigatoriedade dos secretários municipais em prestarem contas semestralmente na Câmara. “Seguindo o alinhamento com as constituições Federal e Estadual, os secretários devem prestar contas ao chefe do Executivo. Este, sim, deve prestar contas semestralmente ao Legislativo. No entanto, isso não exclui o direito de os vereadores convocarem os secretários para prestarem esclarecimentos, tanto via comissões ou ao plenário”, explica.

Recentemente, para subsidiar o Projeto de Lei com vistas a alterações no Plano Diretor Municipal- PDM, foram feitas audiências públicas para apresentar as propostas e ouvir as reivindicações das pessoas diretamente afetadas. Com base nesse movimento, foi restabelecido o zoneamento urbano original da época do Plano Diretor Urbano- PDU (loteamentos Olímpio Perim e Samaúna) e foi estabelecido o número de gabarito para o loteamento Marmim, a pedido dos próprios proprietários.

Erivelto se dispõe a levar o seu mandato dentro dessas prerrogativas, pois acredita que assim desejam seus eleitores, cujo perfil é formado por pessoas que justamente tenham essa compreensão. “Assim, serei fiel às minhas propostas e ao que acreditamos: eu e meu eleitores”.



FRANCISCO CARLOS FOLETTTO



Eleito vereador pela quarta vez, Chico Foletto- PSB conquistou sua vaga para a nona legislatura com 435 votos. Ele reforça que continua seu trabalho que se caracteriza pelo apoio ao Executivo, tendo em vista que projetos importantes para a comunidade passam por lá e é preciso unir forças para que o município continue sua linha ascendente de progresso.

Nesta última legislatura, de modo especial, Chico conta com sua relação estreita com o governador Renato Casagrande- PSB e com o seu irmão e secretário de Estado de Agricultura, Paulo Foletto. O vereador viabilizou calçamentos rurais e urbanos e pontes de estradas vicinais, como as instaladas na Saúde e no Alto Caxixe, em 2021.

No primeiro ano da atual legislatura, Chico foi autor do Projeto de Lei que obriga o município a conceder a preferência de até 20% de todos os serviços, principalmente os relacionados à saúde, para as pessoas portadoras de câncer. Ele exemplifica o transporte de pessoas para atendimento em saúde para Vitória, que deve destinar 20% das vagas para estes tipos de pacientes.





IVANILDO DE ALMEIDA SILVA



Eleito com 433 votos, pelo partido Cidadania, do qual é presidente, Ivanildo de Almeida Silva se propõe a representar os agricultores, os comerciantes e o funcionalismo público. Agricultor de profissão, Ivanildo nasceu no dia 23 de janeiro de 1995, em Alto Lavrinhas, mais precisamente no Sítio de Ludovico Caliman, em Venda Nova do Imigrante, onde moravam seus pais Valteir Cordeiro da Silva e Anely da Conceição Cristo Almeida.

Ivanildo passou por várias escolas no município, mas se encontrou na escola de Pindobas, onde passou mais tempo estudando. Naquele ambiente, fez amizades importantes com pessoas com quem mantém até hoje fortes vínculos. Ele soma ao seu currículo a formação de técnico em transações imobiliárias e atualmente cursa direito na Faveni.

Depois de trabalhar no Hotel Canal como recepcionista e na gráfica de Ângelo Betine, Ivanildo ocupou diversos cargos na Prefeitura, entre eles, foi coordenador de receita e tributação e atuou no Núcleo de Atendimento ao Contribuinte- NAC, na gestão do Braz Delpupo como prefeito. Nessa época, ele conta que conseguiu, juntamente com Braz, Rogério Della Costa Garcia, então secretário de Finanças, e os servidores Júlio, Marina e Josete fazer o Conselho dos Taxistas, com o objetivo de buscar melhorias para a categoria, promovendo reuniões sempre que os profissionais tinham reivindicações.

Ivanildo também esteve à frente da campanha para o incentivo de emissão de nota fiscal (o que melhorou a arrecadação e estimulou o consumo), participou da implantação do ISS bancário e da derrubada do segundo alvará (o noturno, que era cobrado de forma adicional). Ele ainda integrou a equipe que trouxe para Venda Nova do Imigrante o Refiz, um programa de refinanciamento com menos juros para quitar dívidas fiscais junto à Prefeitura. De acordo com ele, foi recuperada uma receita de quase R\$ 300 mil na época.

Juntamente com Daniel Caliman, no NAC, ele participou ativamente da campanha para estimular o produtor a vender seus produtos com nota fiscal. “A medida ajudou aumentar o volume na composição da cota do Índice de Participação dos Municípios- IPM e, conseqüentemente, o volume do Valor Adicional Fiscal do Município- VAF. Já com os comerciantes, foram trabalhadas as Declarações de Operação Tributária- DOTs, que também ajudam a compor o VAF”.

Na primeira gestão de Paulinho Mineti, foi coordenador de Cultura e Artesanato e gerente de administração. Neste mesmo período, atuou como diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Venda Nova do Imigrante, na gestão de Osmar Xavier.

Desde os 14 anos, Ivanildo trabalha como agricultor, atividade que muitas vezes tocou em paralelo com algum emprego na sede. Atualmente, ele cultiva café na comunidade rural de São Roque, onde mora.

Por se identificar com os agricultores- que ele acredita formar grande parte de seu eleitorado- Ivanildo quer e busca melhorias junto ao Executivo para o interior do município. Ele trabalha com foco nos interesses dos comerciantes (por ter conhecimento junto ao setor tributário) e no funcionalismo público, em razão de ter trabalhado na Prefeitura e pertencido ao sindicato.

Antes de ter empregos formais, Ivanildo andava a cidade toda vendendo picolé, engraxando sapatos e distribuindo panfletos, atividades que fizeram com que ele conhecesse muitas pessoas e também se tornasse muito popular. Ele fez muitas amizades com os comerciantes, que o apoiaram muito nas duas campanhas. Na primeira vez, quando disputou uma vaga para a oitava legislatura, ficou como suplente, tendo 332 votos.

Ele se aproximou de Braz Delpupo ao ajudá-lo na campanha política, pois gostava do movimento gerado. Nesse ambiente, ele conheceu pessoas como Vicente Caliman e Dejour Vazzoler, que se tornaram muito próximas, lhe deram conselhos e se esforçaram para ele se filiar ao PP, com apenas 16 anos. Ivanildo foi o primeiro presidente do PP Jovem e, depois, vice do diretório municipal do PP, quando Vicente Caliman presidia o partido.

Por questões políticas, para a última eleição, Ivanildo fez o movimento de resgate do diretório do PPS, que se tornou o Cidadania. Ele chamou Dejour para ser tesoureiro, Aldi Caliman (Dé), para secretário geral, José Fiorese, para diretor de assuntos sociais, e Magno de Verneq Lustosa para diretor de assuntos jurídicos e estatutários. Com essa composição, ele fez abordagens à procura de angariar filiados e, finalmente, filiou Paulinho Mineti, que se elegeu prefeito pela sigla. O grupo elegeu três vereadores. Na Câmara, Ivanildo foi decisivo para Márcio Lopes ser o presidente do primeiro biênio. “Eu fui o voto de minerva, pois não estava em nenhuma das duas chapas”.

Atualmente, é presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, na qual tem como prerrogativa a decisão sobre a realização das reuniões conjuntas das salas das comissões. É relator da Comissão de Finanças e Orçamento, por onde passa a dotação orçamentária, a transferência de recursos, a criação de crédito especial e as proposições de emendas à Lei Orçamentária Anual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ivanildo também é corregedor da Câmara, função que lhe dá a prerrogativa de acolher todas as denúncias contra os vereadores, secretários, vice e pre-feito e de dar o devido despacho. Caso acolha, encaminha as denúncias para o plenário decidir se acata ou não, instalando ou não a Comissão de Inquérito.

Dos projetos que apresentou, um dos mais importante, em sua avaliação, é o que dá nome ao prédio da Prefeitura: “Paço Municipal Prefeito Braz Delpupo”, já aprovado em primeira votação.

A Câmara Municipal, apesar de estar no mesmo prédio, através de outro projeto de sua autoria vai ganhar o nome “Vereador Benjamim Falchetto”, uma personalidade importante na história política e cultural de Venda Nova.

Autor do projeto que reconhece atividades essenciais, Ivanildo chamou os colegas para assinarem juntos. Ele reconhece todas atividades econômicas como essenciais, pois alega que quem as executa depende delas para sobreviver. “Fiz isso em razão da pandemia, para dar garantias para as pessoas trabalharem. Foi essa a intenção”.

No seu primeiro ano de mandato, como relator da Comissão de Orçamento, Ivanildo também fez várias emendas ao Orçamento Municipal de 2022. Ao todo foram nove, com oito aprovadas.

O objetivo de Ivanildo é conseguir terminar o mandato em harmonia e realizar, juntamente com o Executivo, sonhos que Venda Nova do Imigrante tem. “Eu cito como exemplo a construção de um ginásio municipal, a aquisição de terreno em São João para que seja construído lá um Centro de Eventos, pois é um sonho há 15 anos, a aplicação do Revsol na estradas vicinais e os asfaltamentos de Bela Aurora, de Cachoeira Alegre (Cancão até Vargem Grande) e do Alto Bananeiras”.





LUIZ RICARDO BOZZI PIMENTA DE SOUZA



Eleito pelo PP com 231 votos, Luiz Ricardo Bozzi Pimenta de Souza é o vereador mais jovem da história de Venda Nova do Imigrante até o nono pleito. Nasceu em 21 de setembro de 2000, filho de Lourdes Irinete Bozzi e Luiz Pimenta de Souza, mora no Alto Lavrinhas com a família, com quem compartilha as responsabilidades de tocar a produção agrícola das propriedades.

Luiz Ricardo, como quase todos de sua geração que moravam no entorno da sede, começou sua vida escolar no Jardim de Infância Antônio Roberto Feitosa e depois fez da 1ª à 4ª série na Escola Estadual Liberal Zandonadi, localizada no bairro Vila Betânea, sendo a mais próxima de sua casa. Depois, ele foi para a Escola Família Agrícola de Castelo e passou a estudar no sistema de alternância (uma semana na escola e outra em casa), o que foi importante para ele continuar a ajudar no trabalho na propriedade, onde aplicava os conhecimentos técnicos aprendidos, enquanto convivia com a família e reforçava a sua identificação com a atividade agrícola.

O café e o abacate foram os cultivos mais importantes economicamente para a família, que no ano de 2020, conquistou o título do melhor café do Brasil no 'Cup Off Excellence' com o lote inscrito no nome de Luiz. A vitória se deu graças ao trabalho de união dos três irmãos (um deles egresso do Ifes Venda Nova do Imigrante), que associaram novas tecnologias nos tratamentos culturais e no pós-colheita à bagagem familiar trazida de pelo menos duas gerações anteriores.

No pleito de 2019, Luiz Ricardo resolveu ingressar na campanha eleitoral municipal como candidato a vereador. Ele disse que foi inspirado pela experiência do pai, que fora vereador por três mandatos e na ocasião era candidato a prefeito. Rodou o município 'de ponta a ponta' fazendo campanha e passou a conhecer ainda mais o território e a população de diversos cantos de Venda Nova do Imigrante.

Ao assumir, Luiz Ricardo confessa que se deparou com uma experiência completamente nova e, para melhor se desenvolver e para balizar tecnicamente sua atuação, passou a estudar os códigos e regimentos da Lei Orgânica Municipal-LOM. Outro aprendizado vem do relacionamento com os colegas, com o Executivo e com a comunidade. No dia a dia, várias experiências vêm enriquecendo o seu repertório.

Conforme define seu perfil, Luiz Ricardo sempre procura fazer leituras do que acontece na comunidade em geral, das consequências a médio e longo prazo de algum problema- aparentemente pequeno ou não- para prevenir tribulações futuras mais extensas. Ao rodar o município com um olhar crítico, ele identifica estorvos como pontes em situação de risco e problemas de trânsito, por exemplo. Em cima dessas constatações, ele faz indicações, que funcionam como avisos ao Executivo. Cita, como exemplo, a necessidade de melhoria nas estradas para que estejam em condições de receber o revestimento Revsol, material já previsto para chegar em Venda Nova do Imigrante.

Para ele, os vereadores são também os olhos do Executivo, ao observar problemas que podem ser resolvidos para prevenir outros mais graves. “Às vezes, soluções simples e baratas previnem gastos maiores no futuro. Meu sonho é resolver o problema de esgoto dos moradores da Tapera e da Lavrinhas, que pagam a taxa todo mês há mais de cinco anos mesmo com a ausência do serviço”.



9ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2021 / 2024



MARCIO ANTONIO LOPES



Eleito pelo partido Cidadania, com 396 votos, Márcio Antônio Lopes é o presidente da Mesa Diretora no primeiro biênio da nona legislatura. Nascido no dia 21 de janeiro de 1979, o filho de Lairdo Antônio Lopes e Escolástica Tereza Mareto Lopes teve experiência na iniciativa privada e no serviço público antes de se colocar como candidato a vereador e conquistar uma vaga na Câmara.

Márcio Lopes foi dono de autoescola, atuou como vendedor de uma marca famosa de refrigerante e depois foi motorista de carreta. Foi convidado pelo último governo de Dalton Perim e por Sávio Filete (que era secretário de Agricultura) para ser o coordenador de Interior e Transporte, cargo que ocupou durante todo o mandato. Apenas dividiu esse tempo de atuação com a 'função' de secretário de Obras durante um período. Quando terminou o mandato, foi trabalhar com Camilo Cola, como encarregado da serraria, em Pindobas.

Quando Paulinho Mineti, que era vice-prefeito, assumiu a Prefeitura (no final de julho de 2019, devido ao falecimento de Braz Delpupo), Márcio voltou para a administração pública municipal como secretário de Obras. Em 2020, participou da campanha para eleição do prefeito e, na última hora, atendendo a um pedido de Paulinho, colocou o seu nome à disposição e foi eleito vereador. Passado o período eleitoral, ele ficou aquele final de ano atuando como secretário de Interior e Transporte para ajudar a finalizar a administração.

Márcio avalia o início de sua experiência legislativa como uma dupla surpresa: primeiro por vencer as eleições e, segundo, por ser eleito presidente da Câmara. Doze chapas foram inscritas no começo do processo para escolha da Mesa Diretora para o primeiro biênio e, no dia 1º de janeiro, as chapas 2 e 12 concorreram, vencendo a que ele era titular por cinco votos a quatro. “Sou pela paz. Não quero um relacionamento de oposição, mas de posições e pensamentos diferentes, sempre respeitados e com voz”.

Sua experiência anterior como integrante do primeiro escalão do Executivo Municipal lhe deu a visão de que é preciso sintonia entre os poderes para fazer o município evoluir. Ele atua em proximidade com o prefeito Paulinho, para ajudar também na parte administrativa, que ele reconhece como função fora das suas atribuições do Legislativo. “Sempre vou lá, acompanho a parte de obras, pela minha experiência anterior sempre posso colaborar”.

Como legislador, apresentou o Projeto de Lei que nomeou a garagem municipal como Jorge Patroleiro. É uma homenagem ao servidor que foi respeitado por todos os administradores que passaram pela Prefeitura, assim como pelos funcionários que atuaram ao lado dele. Também nomeou o bairro Vale Sossai, que integra a região da Tapera, mas não tinha identidade própria até então.

O atual presidente da Câmara trabalha para deixar como legado, além desse livro, a revisão geral das leis municipais, num trabalho feito com assessoria especializada do Sebrae. Márcio, que é diretor das microrregiões Sudeste do Espírito Santo da Associação das Câmaras Municipais e dos Vereadores do Espírito Santo- Ascamves, explica que a associação atua nesse projeto juntamente com o Sebrae. “Venda Nova do Imigrante é o primeiro município no Estado que está revisando todas as leis municipais e a proposta é enxugar, retirando leis repetitivas ou que já expiraram, para facilitar o empreendedorismo no município. Esse projeto é denominado “Câmara Empreendedora”.

O programa “Câmara sem Papel” é outra inovação que, como o próprio nome propõe, está sendo implantado para diminuir ao máximo o uso de papel. Cada vereador passou a ter um tablet, uma ferramenta que o possibilita acompanhar online e em tempo real todos os processos burocráticos que tramitam na Câmara. Tudo que é protocolado entra no sistema e fica disponível em todas as fases de tramitação, bem como os prazos das comissões e também quais estão entrando para serem votados em plenário em cada sessão. Com uma economia já perceptível, a Câmara de Venda Nova do Imigrante é a segunda do Estado e a primeira do interior a adotar o programa. Só a capital Vitória já implantou.

Englobando todas as iniciativas e práticas na gestão dos recursos, Márcio explica que só em 2021 foram R\$ 1.757.114,36 de economia, e foram devolvidos R\$ 4,2 milhões dos acumulados anteriores. Trata-se do valor mais alto até agora devolvido ao Executivo. Várias sugestões foram feitas ao Executivo, incluindo o repasse de R\$ 1 milhão para o Hospital Padre Máximo.

Márcio ressalta que tem um olhar especial para o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Saúde e pretende deslocar a maior parte das emendas impositivas para apoiar o trabalho ali desenvolvido. Ele já atua para inscrever a Pastoral nos programas desenvolvidos em prol da população de Venda Nova do Imigrante pela Secretaria Municipal de Saúde.

Esclarece que, pouco adianta fazer indicações se o vereador não associar sua atuação a atitudes mais proativas. “Além de fiscalizar e apresentar sugestões, é preciso se dispor a correr atrás de verbas”, diz o vereador, que fez projetos grandes e viajou para Brasília para conseguir emendas.

Um deles foi para construção do posto de saúde da vila Marmim, que já está certo (através de emendas de um senador) e está na ordem de R\$ 2 milhões (sendo R\$ 1,31 milhão para a obra e o restante para compra de equipamentos). O PS será em nível 3, o mais avançado, como o do modelo da Vila da Mata. A Prefeitura já comprou o terreno, que fica ao lado da Justiça Eleitoral. Já a realização do outro projeto foi ancorado em outra emenda (de um deputado estadual), que conseguiu R\$ 210 mil para aquisição de uma máquina retroescavadeira. O equipamento, entregue em junho de 2021, está atendendo a Secretaria Municipal de Agricultura.

Márcio quer uma base do Samu em Venda Nova do Imigrante e já viabilizou o recurso para fazer a sede (via emenda de um deputado federal). Ele explica que devido a unidade atuar com três ambulâncias, uma ficaria disponível auxiliando o município com exclusividade, em ocasiões de grandes festas. Ele disse que a sede será em Bananeiras. “Através de nossa atuação devemos mostrar um pouco do papel do político na condução do município, como ele atua para ajudar Venda Nova do Imigrante a evoluir”, finaliza.

O prefeito sancionou o projeto que vem atender a uma demanda que chegava com frequência aos ouvidos do vereador. “Antes era uma fila única e, muitas vezes, o paciente perdia um atendimento de quimioterapia, por exemplo, por falta de condições de transporte. Já recebi manifestações positivas, tanto de pacientes, quanto de familiares”.





MARCO ANTÔNIO TORRES NASCIMENTO



Eleito com 485 votos, pelo Solidariedade, Marco Antônio Torres Nascimento participa da Comissão de Obras como presidente. Além de suas atribuições como legislador e fiscalizador do Executivo Municipal, ele coloca em sua pauta de trabalho sua preocupação com a mobilidade urbana.

Além de alguns pontos de gargalo no trânsito, ele observa uma falta enorme de vagas de estacionamento na cidade, por exemplo. Como a tendência é que este problema se potencialize, devido ao crescimento rápido da população e a grande e benéfica transformação econômica (pelos novos investimentos das iniciativas privada e pública), que gera mais circulação de pessoas e, conseqüentemente, de veículos, acredita que será preciso grande empenho para que soluções sejam encontradas.

“Como vereador, gostaria de ver melhorias em Venda Nova do Imigrante. Sempre faço indicações, embora não cumpridas, pois nem todas o Executivo tem condições de atender. Fazemos indicações como um sinalizador do que estamos enxergando como necessidade”.

Um dos problemas percebidos pelo vereador é a dificuldade de os doentes se deslocarem para atendimentos só feitos em grandes centros. Para Marco, se o município não dispõe de vários recursos terapêuticos e os pacientes precisam se deslocar, saindo de madrugada e retornando muito tarde, pelo menos que haja mais investimentos em transporte, com compra de mais vans. “É muito sofrimento, pois geralmente são pessoas mais debilitadas pelas quimioterapias, radioterapias ou hemodiálise, dentre outros tratamentos mais invasivos”.

O grande sonho de Marco Torres na política é que um dia a população no geral entenda qual a diferença entre os poderes, atribuições e contribuições de cada um. Para ele, não há compreensão de qual é o papel do vereador, do prefeito, do vice e dos secretários, e esse entendimento seria uma grande conquista.

De acordo com ele, muitas pessoas boas abandonaram a política por não darem conta de conviver com cobranças impossíveis de serem atendidas. “Eu procuro fazer exatamente o papel que me cabe: legislar e, principalmente, fiscalizar. A parte legislar é muito limitada, não se pode fazer Projeto de Lei que infrinja as leis municipais, estaduais e federais. Um dos meus sonhos, por exemplo, seria fazer um Projeto de Lei que limitasse a participação nos processos seletivos para vagas municipais aos filhos do lugar. Teria mais chances desse concursado se envolver mais com a causa pública local e teríamos mais pessoas empregadas também. Também queria que o escolhido pelos prefeitos para ocupar um cargo comissionado fosse por sua capacidade e não por critérios políticos”.

Já na fiscalização, ele faz o papel que considera mais importante. “Quando fiscalizo, fiscalizo o dinheiro público, os impostos pagos pelos munícipes. Atuo para que não se façam coisas erradas ou para impedir os atos que, mesmo que sejam 'legais', não tragam benefícios para o lugar. Isso que sempre farei enquanto tiver mandato”, diz sobre atuar na terra de imigrantes que, conforme confessa, ‘escolheu para viver e aprendeu a amar’.





WALACE RODRIGUES DE SOUZA



Walace Rodrigues de Souza, morador do distrito de São João de Viçosa, sob a legenda do PL e com 241 votos conquistou uma vaga como vereador na nona legislatura. Acostumado a ser chamado de “Lacraia” desde a infância, o apelido voltou com força na idade adulta com o refrão de uma música de sucesso e, por assim ser mais conhecido, se candidatou com esse nome.

Nascido em 28 de fevereiro de 1978, em Vila Velha, ele foi deixado com apenas dois meses de idade, juntamente com o irmão de um ano e três meses, no orfanato Educandário Alzira Blay, em Cariacica, de onde fugiu aos 12 anos e acabou sendo acolhido por uma família. Já adulto, conheceu uma outra família oriunda de Afonso Cláudio que o levou para o município e lá foi trabalhar na co-lheita de café e conheceu a família de sua futura esposa. Ela foi mandada para Venda Nova do Imigrante e o trouxe em 2003. Eles se casaram em 2007 e tiveram dois filhos: Wilian e Sara, e moram na comunidade do Camargo desde 2014.

Quando chegou em Venda Nova, Walace começou a trabalhar na roçada com a família de José Correia, que já era moradora local. Na sequência, trabalhou com a família Zandonade na colheita de café e na serraria de pedra com os irmãos Zavarize. Atualmente, trabalha na borracharia de Luciano Batista Mauro, atrás do Posto Esmig, na sede.

Walace entrou na vida política devido à sua popularidade. Foi convidado para ser candidato por vários partidos e se identificou mais com a proposta do PL.

Assim que assumiu a função de vereador, depois do expediente de seu trabalho ou nos dias de folga, sua rotina passou a ser de fazer visitas às comunidades, acompanhado pelo prefeito, para poder viabilizar as obras que precisam ser feitas. Desta forma, já conquistou o calçamento de uma rua projetada no Camargo e o bueiro na avenida Ângelo Altoó, em frente à loja Itazul.

Para documentar sua atuação, ele o faz através de Indicação que, embora seja uma sugestão, deixa o registro de suas reivindicações. Pretende continuar com esse jeito de trabalhar o seu mandato. Walace enxerga sua trajetória como a de superação, pois lidou com muitas adversidades desde que nasceu. “Sou vitorioso porque tenho uma família e quero ser um bom pai e esposo, criar e manter um ambiente que eu não conheci na infância e nem na adolescência. Também quero ser um cidadão que ajude, faça parte e a diferença na história da comunidade onde vivo”.





SUPLENTE

GILBERTO BRAVIM ZANOLI



Gilberto Bravim Zanoli, que ficou na suplência com 284 votos, assumiu no dia 10 de janeiro de 2022 a vaga de vereador ocasionada pela licença do titular, Amilton Pacheco, que passou a ser o titular da Secretaria Municipal de Interior e Transportes.

Ao classificar a legislatura anterior como atípica e turbulenta, em função do falecimento do prefeito Braz Delpupo e da crise sanitária da pandemia do novo coronavírus, Zanoli volta à vereança com expectativa de participar de uma Câmara com menos conflitos. Disse que já estava dialogando com o prefeito Paulinho Mineti na expectativa de trabalharem juntos, como deve ser a relação entre o Legislativo e o Executivo.

Uma das preocupações de Zanoli é resolver o problema dos loteamentos irregulares pelo interior de Venda Nova do Imigrante, alegando que o Executivo não tem 'pernas para olhar tudo'. No mesmo embalo, reconhece ser necessário rever regras do PDM, do qual participou na elaboração e reconhece alguns pontos importantes a serem acertados e cita como exemplo a baixa taxa de ocupação de lotes de algumas zonas urbanas. Também quer apoiar a reformulação das leis municipais, que precisam ficar mais enxutas, e a atualização do Regimento Interno da Câmara.

Zanoli pretende acompanhar o trabalho da Secretaria da Agricultura e se empenhar em viabilizar recursos para tentar refazer as principais pontes das estradas vicinais de Venda Nova do Imigrante. Dentro do seu plano de atuação, quer lutar por emendas impositivas para continuar a construção de calçadas cidadãs pela municipalidade. Para ele, também deve caber ao município um programa de controle de animais soltos pela cidade, via castração, num trabalho em parceria com “SOS Animais”, entidade de apoio à causa, e com clínicas ou profissionais.

Na avaliação de Zanoli, um dos grandes desafios do vereador- além de lutar para trazer recursos, fazer leis e fiscalizar as ações do Executivo- é promover a conscientização sobre o papel e os limites de atuação de um legislador e do ritmo mais lento imposto (pelas exigências burocráticas e legais) aos poderes públicos para apresentar uma resposta/ação aos pedidos da população. Ele cita o esgoto no km 01 da rodovia Pedro Cola, obra pela qual lutou anos e começou a se tornar realidade recentemente.

9ª LEGISLATURA VENDA NOVA
DO IMIGRANTE 2021 / 2024



SUPLENTE

MARCO ANTÔNIO GRILLO



Marco Antônio Grillo volta a ocupar uma cadeira na Câmara no dia 14 de junho de 2022. Ele, que era o segundo suplente com 232 votos, atuava como diretor do Legislativo Municipal, quando o pri-meiro suplente deixou a vaga para assumir a Secretaria Municipal de Obras. Como diretor, encampou ao lado do presidente da Casa projetos como o da revisão geral das leis municipais e da publicação do presente livro.

Mesmo fora da vereança, Marco Grillo continuou sendo o cidadão ativo (que já era antes de entrar na política) e apoiou a realização da RuralturES (novembro de 2011), o Polenta Off Road e 1ª Feira de Aventura (maio 2022).

Neste mandato, o foco do seu trabalho é para elaborar um projeto de uso e ocupação do entorno do Lago de Alto Bananeiras. “O objetivo é fortalecer a comunidade como rota turística, envolvendo os empreendimentos relacionados das famílias rurais. O lago é um grande atrativo e precisa ser melhor aproveitado como fator agregador. Outro ponto é colaborar com a Prefeitura para desapropriar parte do Colégio Salesiano, com objetivo de preservar a história e abrigar a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, e um memorial do Padre Cleto Caliman”.

As interferências no paisagismo é uma preocupação do vereador que quer um posicionamento da EDP, que construiu uma torre de alta tensão e cortaram as sete curvas ao meio com os fios de alta tensão. “Não houve audiência pública. A empresa comprou os terrenos e conseguiu o alvará, mas não respeitou nossa história. A sete curvas é uma referência turística de Venda Nova”.

Grillo ressalta que o resumo da sua atuação pode ser definido pela geração de trabalho e renda, através da cultura da gastronomia, da promoção de eventos e do turismo de aventura. Entre outras pautas, nesses meses de mandato, ele busca calçamento rural junto ao governo do estado para fortalecimento do interior.



**VEREADORES, SUPLENTE E
LICENCIADOS DA 9ª LEGISLATURA**





CÂMARA MUNICIPAL
VENDA NOVA DO IPIRANGA
Espírito Santo

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Venda Nova do Imigrante
camaravm



FUNCIONÁRIOS PIONEIROS E ATUAIS



FÁTIMA LÚCIA ZORZAL,
A SERVIDORA PIONEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

De uma família de oito irmãos, Fátima Lúcia Zorzal é a terceira filha de Altin Zorzal e Maria da Penha Gonçalves Zorzal. Ela nasceu na propriedade do senhor Vitorino Caliman, em Lavrinhas, neste município, em 1956.

No final dos anos 1960, quando o senhor Egídio Zandonadi era vereador em Conceição do Castelo, em algumas oportunidades, ela e o pai pegavam carona com ele para ir até a então Sede para visitar os parentes. Enquanto esperava a carona para voltar, Lúcia aproveitava para assistir à sessão da Câmara. Já naquela época, ela apreciava os discursos inflamados do Tio João Vicente. Lúcia casou-se em 1983 e teve um filho que hoje é engenheiro e mora em Porto Alegre. Formou-se em licenciatura em desenho pela Ufes, em 1986.

Com a emancipação de Venda Nova do Imigrante, Lúcia retornou à sua terra natal. Logo, ela foi convidada a trabalhar na Câmara Municipal por Vitor Malini Targa, primeiro presidente da Casa, que a escolheu entre três candidatas. Ela conta que o seu primeiro dia de trabalho, no dia 24 de janeiro de 1989, foi em uma salinha no prédio do Senhor Alberico Bergamim. O ambiente só contava com uma mesa pequena, 50 x 70 cm, e uma máquina de escrever marca Olivetti que, de tão antiga, parecia ser da época do "Pasquin".

A ela foi entregue um pacote contendo cartas, telegramas, mensagens e ofícios, para que providenciasse as respostas. Logo depois, a Câmara passou a funcionar no andar superior do prédio da família Comarela, sobre o Bar do Visconde, na avenida Domingos Perim. No local, funcionava uma churrascaria e as paredes do imóvel estavam impregnadas de fumaça e tinha outras marcas deixadas pelo uso.

No dia 25 de janeiro de 1989, Lúcia secretariou a primeira sessão da Câmara. Recorda-se que, com apenas uma mesa e uma roda de cadeiras, realizou-se a sessão, sob as orientações do secretário da Câmara Municipal de Conceição do Castelo, Eclésio Moreira, que prestou serviços de assessoria por mais de dois meses.

No início, para trabalhar na Câmara, ela comprou os próprios materiais, tais como: lápis, borracha, caneta, papel, água, papel higiênico, material de limpeza, café, entre outros. No cargo de contínua, Lúcia conduziu sozinha os trabalhos do Poder Legislativo por um ano e meio. Neste cargo, ela recebia um salário igual ao do braçal e era responsável por todo o trabalho do Legislativo, desde a faxina até a folha de pagamento dos 13 vereadores, além de secretariar duas câmaras paralelas: a Ordinária (para as matérias comuns) e a Constituinte (para elaboração da Lei Orgânica Municipal). Foi efetivada no dia 11 de junho de 1990, após ser aprovada no concurso público, no cargo de auxiliar administrativo. Posteriormente, o cargo teve nova denominação, passando para assistente legislativo.

Nessa época em que trabalhava sozinha na secretaria da Câmara, aconteceu um fato que a deixou assustada. Foi na véspera de uma sessão, quando estava concentrada datilografando um parecer sentada de costas para a entrada do plenário. De repente, uma mão por cima de sua cabeça puxou a folha de papel da máquina. Quando se virou, percebeu que não se tratava de vereador fazendo alguma brincadeira. Tratava-se de um homem estranho (que estava passando por Venda Nova do Imigrante) e ela sentiu muito medo. Lúcia conta que usou toda a sua psicologia por uma meia hora conversando sobre diversos assuntos, até que ele se cansou e foi embora.

No mesmo mês de junho de 1990, foi efetivado o servidor Fernando Pizzol, melhorando substancialmente o trabalho. Este colega foi parceiro e “pau para toda obra”. Nas sessões, por mais de 12 anos, os dois tinham que fazer o café, ler a ata, gravar a sessão e assessorar os vereadores. “Quando um faltava, o outro tinha que dar conta de tudo sozinho. Era como bater, correr e cabecear ao mesmo tempo. Nunca reclamamos de nada por mais apertado que fosse. Sempre trabalhamos unidos, com muito diálogo, alegria e amor”.

Em 1993, junto com um grupo de servidores, Lúcia ajudou a fundar o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Venda Nova do Imigrante- Sindservenova, atuando na diretoria por muitos anos, com lutas constantes em busca de melhores salários.

Sentindo necessidade de melhorar seus conhecimentos na área jurídica, Lúcia fez um cursinho preparatório em uma das salas da antiga estrutura da Área de Lazer, coordenado pelo professor Tarcisio Bottacin, numa parceria entre Prefeitura e iniciativa privada. Em 1993, passou no vestibular para direito na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. Um fato curioso é que, naquela ocasião, encontrou com o prefeito Braz Delpupo e comunicou o seu desejo de fazer o curso para melhorar os seus conhecimentos. Ele respondeu com uma frase que ela só entendeu no decorrer dos anos: "O Poder Legislativo é a melhor escola para se aprender. Não existe nada igual no mercado".

Lúcia formou-se em direito em 1997, passando em seguida no Exame de Ordem da OAB. Recebeu vários convites para advogar no setor privado, mas por amor e paixão ao Poder Legislativo sempre recusou. Em 2011, fez uma pós-graduação pela Universidade Aberta do Brasil- UAB-, sobre gestão pública municipal. Em janeiro de 2019, completou 30 anos como servidora pública na Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, com dedicação exclusiva.

Nesses 30 anos, foi presidente da Comissão Permanente de Licitação por vários períodos. Participou da elaboração de projetos importantes para o município, tais como: Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Plano Diretor Municipal, Estrutura Administrativa e Plano de Carreira, Códigos de Postura, Obras, Parcelamento de Solo e tantos outros.

De todos os projetos, o que mais gostava de trabalhar era o do Orçamento Municipal. Todos os anos, esmiuçava as dotações para elaborar as emendas dos vereadores. Ela conta que a contadora da Prefeitura, Maria Casagrande, fazia o acompanhamento. "Tudo era feito em harmonia e muito bem planejado para não prejudicar o andamento da administração pública. Sempre que alguém me pergunta o que eu fazia na Câmara, respondo sem rodeios: 'Melhor você perguntar o que eu não fazia', porque, na verdade, eu fiz quase todas as atividades do Legislativo Municipal. As únicas que eu não fiz foram as específicas da área contábil, tais como: empenho, balancete e balanço".

De todas as atividades do Legislativo, a que mais gostava de fazer era "assessorar o plenário" nas sessões. Ela conta que trabalhava com tanto amor e dedicação que conseguiu desenvolver, ao longo desses 30 anos, uma grande psicologia. "De qualquer ponto que eu me encontrar, dentro ou fora da Câmara, só de ouvir a sessão sei detectar, na hora, os erros e acertos dos vereadores em plenário. Cada vereador tinha as suas peculiaridades, cada servidor, o seu jeito de ser. Mesmo com tantas diferenças, valeu cada minuto trabalhado naquela Casa".

Durante todos esses anos aprendeu algumas lições que hoje são verdadeiras filosofias de vida:

1 - O salário que recebe vem da contribuição do povo de alguma forma. Por isso, o servidor tem que retribuir com o seu trabalho na mesma proporção;

2 - Todo servidor tem que gostar do que faz. Deve colocar amor e paixão nas suas atividades para que ele possa se realizar e deixarem satisfeitos os seus colegas e superiores;

3 - Ser sempre polivalente, com visão de trabalho, seja qual for a sua atividade. Nunca enxergar só em linha reta;

4 - Seja em qualquer situação, para cada crítica que fizer deve oferecer uma sugestão de melhoria;

5 - Discutir com colegas de trabalho é normal. Tudo é aprendizado e amadurecimento e fazer do seu ambiente de trabalho um lugar prazeroso de realização profissional.

Lúcia finaliza citando um pensamento do filósofo grego Aristóteles:
"A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las".



2ª Legislatura 1993 - Lúcia Zorzal e Fernando Pizzol atuando na primeira estrutura da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante.



FERNANDO PIZZOL,
O FUNCIONÁRIO MAIS ANTIGO EM ATIVIDADE

Após ser aprovado no primeiro concurso público municipal de Venda Nova do Imigrante, Fernando Pizzol foi cedido através de Lei pelo prefeito Nicolau Falchetto para se tornar funcionário efetivo da Câmara. O Legislativo Municipal ainda não tinha recursos próprios e nem autonomia administrativa.

Em junho de 1990, Fernando começa então a atuar no Legislativo Municipal ao lado da veterana Lúcia Zorzal. A partir de então, os dois passaram a cuidar de todos os serviços burocráticos e até da limpeza da Câmara, que funcionava em cima do Bar do Visconde, que sempre mandava um cafezinho para a dupla de funcionários.

Com o passar dos meses, foi organizada uma cozinha na Câmara e a Prefeitura cedeu os serviços de uma servente duas vezes por semana. Quando a Câmara ganhou autonomia e promoveu o primeiro concurso, foram admitidos o contador Danilo Falqueto, uma servente e mais um auxiliar administrativo.

Enquanto o Legislativo Municipal não compunha sua equipe de apoio, Fernando e Lúcia iam se virando como podiam para deixar os serviços da Casa de Leis em dia. Teve uma época em que ela fez curso de direito em Cachoeiro de Itapemirim e Fernando ficava sozinho nas sessões (sempre terça-feira à noite), tendo que ler a ata, gravar as sessões, fazer cafezinho e o que mais aparecesse para ele resolver.

No princípio, as sessões eram gravadas por um pequeno aparelho de propriedade de Lúcia. O gravador ficava em cima da Mesa Diretora, captando as falas na tribuna e na Mesa. “Os vereadores falavam sem microfone e, quando algum falava direto de sua mesa, sem se dirigir à Tribuna, ficava muito difícil entender pela precariedade da captação do som”.

Mais adiante foi comprado um gravador maior e mais potente, melhorando a situação. No entanto, era necessário escutar as fitas cassetes, sempre rebobinando quando era preciso entender melhor o que foi dito. O sistema de microfones só entrou em 2002, com a Câmara nova.

Fernando se lembra que, quando foi admitido, a Câmara já contava com uma relativa estrutura, embora ainda bem precária. “Tínhamos três máquinas de escrever. As atas eram todas manuscritas e, diante da dificuldade, criamos um sistema de folhas soltas que iam montando um livro. Assim era possível datilografar as atas e, ao final, as folhas eram presas por um parafuso, formando um livro. Nós mesmos criamos o sistema junto com uma gráfica”.

A revolução seguinte nos trabalhos foi a compra de máquinas elétricas, que aceleraram o processo de registros das atas. “Só mais tarde vieram os computadores e, atualmente, o sistema é de reconhecimento de voz. Um programa escreve todas as falas dos vereadores e resta ao responsável pela produção das atas fazer os acertos”, diz sobre o serviço que agora fica a cargo de outro servidor.

Fernando passou por todas as fases da tecnologia dentro da produção de atas e outros documentos. Ele agora aguarda o fim da impressão de muitos documentos, um processo que já está em andamento dentro do programa “Câmara sem Papel”, que está sendo colocado em prática pela atual Mesa Diretora.

Mas essas não são as únicas transformações que Fernando viu a Câmara passar. Além da adoção de novas tecnologias nas gravações e transmissão das sessões, o próprio perfil dos vereadores foi mudando ao longo das legislaturas.

Fernando se lembra que, na segunda legislatura, a Câmara contratou os serviços do advogado Moacir Rosado, de Vitória, que ensinou, organizou e ajudou a colocar em prática todas as técnicas legislativas. “Ele entendia muito de lei e, além de organizar todo processo de tramitação dentro da Câmara, fez a primeira revisão na Lei Orgânica Municipal. Eu e Lúcia assistimos uma palestra dele em Vitória e sugerimos ao então presidente Marco Grillo que o contratasse”.

Para Fernando, não há período na história da Câmara mais marcante do que o da primeira legislatura. “Acredito que havia um grande medo de o município não dar certo, ficar inviável, e eles se dedicavam muito. Eram pessoas muito preparadas, sob o ponto de vista de diferentes conhecimentos acadêmicos e de experiências pessoais. Eles eram muito estudiosos”.

De forma especial, Fernando destaca a atuação de Juscelino Nunes da Silva, que estudava muito para atuar na Câmara. “Ele fazia seus próprios pareceres e, para se dedicar à vereança, chegou a diminuir a carga horária de seu emprego. Cleto e Dejair eram muito bem informados também e Alcides era extremamente detalhista. Outro fato que me marcou era a constante presença do prefeito Nicolau Falchetto, que dialogava com os vereadores. Quando o projeto era relevante e poderia gerar dúvidas, ele ia explicar e tirar dúvidas”.

Enquanto presidente da Câmara, Francisco Hosken Pires foi um grande incentivador do crescimento profissional dele (Fernando) e de Lúcia, proporcionando a participação deles em cursos e congressos dentro e fora do Estado. “Ele ia junto na maioria dos congressos e nas visitas de consulta a outras Câmaras, principalmente na de Domingos Martins, onde recebemos muitas orientações da assessora Elma. Na época, tinha a Associação de Servidores de Câmaras, que fazia muitos encontros em diferentes partes do Brasil”, recorda-se.

A mudança para a nova Câmara (onde funciona hoje) ocorreu no ano de 2002. “A ideia era que esse espaço fosse suficiente durante 50 anos. Passaram-se cerca de 20 anos e o espaço está se tornando insuficiente. As novas exigências legais e burocráticas fizeram o quadro de funcionários crescer, embora seja ainda enxuto, e departamentos serem criados”.

Faltam poucos anos para Fernando Pizzol se aposentar. Ele não imagina o que o futuro prepara em termos de evolução no sistema de funcionamento da Câmara. O que espera é que o interesse pelo município continue sendo a principal motivação dos vereadores eleitos.

Fernando é contemporâneo dos principais fatos históricos ligados à emancipação de Venda Nova. Filho de Izilda Simmer e Alcides Pizzol, ele nasceu no distrito de São João de Viçosa, no dia 26 de outubro de 1962. Fez o primário na Escola Singular de São João de Viçosa e prosseguiu seus estudos no Instituto Salesiano Pedro Palácios, onde concluiu o ensino médio. Depois foi para Vitória e fez o técnico em mecânica industrial na Escola Técnica, atual Ifes.

Seu desejo de voltar o trouxe novamente para Venda Nova e, antes de fazer o concurso público municipal de 1989, atuou como professor e em um escritório de compra e venda de café da família Vazzoler. No dia 22 de setembro de 1990, Fernando se casou com Orgilene Guisso, a “Gigi”, com quem teve dois filhos: Fernanda (nascida em 20 de abril de 1995) e Guilherme (dia 23 de março de 1999).

Com os filhos mais crescidos, Fernando voltou aos estudos. Em agosto de 2006, iniciou o curso de administração no polo UAB/Ufes e em fevereiro de 2011, apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, se graduando em agosto de 2011. Na reta final de sua vida como servidor público (faltam apenas dois anos para ele se aposentar), Fernando tem como filosofia de trabalho sempre dar as indicações técnicas corretas para os vereadores atuarem. Ao longo de seu trabalho, conquistou o respeito dos colegas e dos vereadores de diferentes linhas filosóficas e políticas.



Na nova sede, na 4ª Legislatura os funcionários Fátima Lúcia Zorzal, Raphael Vieira Viana, Fernando Pizzol, o saudoso Danilo Falqueto (contador), Elessandra Dordenoni e Elvira Mistura de Lima, a “Nina”.

SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL EM 2022

ALEXTIVANE COGO
VENTURIM
Auxiliar de Serviços
Legislativos (efetivo) Recepção
– Protocolo

MIGUEL ZANDONADE
FEITOZA
Diretor Geral (comissionado)

FABÍOLA CAMPOS GARONE
Assessora Parlamentar
(comissionado)

FERNANDO PIZZOL
Assistente Legislativo (efetivo)

GABRIEL VILASTRE
MINTO DE SOUZA
Redator de Atas (efetivo)

JÉSSICA LINO BRANDÃO
Assessora Parlamentar
(comissionado)

DINAHYR GOMES DE
OLIVEIRA JÚNIOR
Procurador Geral
(comissionado)

CHRISTIANE GIORI FIORIO
Assessora de Comunicação
(comissionado)

VERENA GONÇALVES DO
NASCIMENTO
Agente de Compras e
Patrimônio (efetivo)

PAULO PORTO
Assessor Parlamentar
(comissionado)

JOEL GOMES DE AGUIAR
Controlador (comissionado)

JOSELY SOARES DA SILVA
Gerente de Finanças
(comissionado)

MARCUS SAVIO LACERDA
SENNA
Assessor Parlamentar
(comissionado)

CLÁUDIA CAMPOS
MOREIRA CARNIELLE
Servente (Cedida pelo
Executivo)

PRESTADORES DE SERVIÇO E
ESTAGIÁRIOS

BRAZ BOZZI

Filmagem

JOAQUIM LORENÇÃO

Sonoplastia

DIOGO GUIMARÃES

Operador de áudio / rádio

EDUARDO B. DAMASCENA

E SIDNEY S. LOPES

Técnicos da TI

LARISSA A. GUISSO ABREU

Estagiária

ANNE ELISE L. ROMANEL

Estagiária



PERSONALIDADES LOCAIS
QUE OBTIVERAM
PROJEÇÃO POLÍTICA /
SOCIAL ESTADUAL E
MUNICIPAL



BRICE BRAGATO



Terceira dos seis filhos de Antonieta Furlaneto Bragato e Nilo Bragato, Brice Bragato nasceu no dia 13 de novembro de 1953, em São João de Viçosa, Venda Nova. Ela estudou na Escola Singular de São João de Viçosa, passou pelo Instituto Salesiano Pedro Palácus e concluiu o ginásio (8ª série) no Colégio Elisa Paiva, em Conceição do Castelo.

Brice se recorda dos tempos difíceis em que ela e sua irmã Alice catavam café no armazém da Cooperativa dos Cafeicultores de Venda Nova. “Almoçávamos na beira dos montes de café, numa panelinha de esmalte que minha irmã Teodora trazia, e dali íamos direto estudar na parte da tarde”. Junto com Sérgio Falqueto e o Fardim, no ano de 1971, ela trabalhou no balcão da Cooperativa, que era administrada à época por Venâncio Figueiredo e sua esposa Marta.

Em 1972, Brice foi para Vitória cursar o científico (atual ensino médio) no Colégio Estadual do Espírito Santo e em 1975, passou em 7º lugar no vestibular da Ufes. Ela se formou em serviço social em 1978 e posteriormente, na mesma universidade, estudou direito, se formando em 2003, aos 50 anos de idade.

A partir do ingresso no curso de serviço social, Brice encontrou três horizontes de atuação que a levaram à vida pública. O primeiro foi formado por pessoas que a levaram para a pastoral universitária (estudantes com engajamento social e com ligação com a Arquidiocese de Vitória). O segundo se abriu com o convite para compor a equipe de agentes pastorais da Serra que atuavam nas comunidades eclesiais de base. Isso se deu no momento em que foi estagiar pelo Inocoopes/Ufes no conjunto habitacional de Chácara Parreiral, Serra, e lá conheceu o trabalho das comunidades eclesiais. O terceiro horizonte se fez ao se engajar, junto com outras estudantes, nos debates curriculares e nas demandas estudantis do seu curso. Ela foi a primeira representante estudantil no Departamento de Serviço Social, quando este foi criado, provavelmente em 1977. Do contato com as equipes de leigos que atuavam nas pastorais da Arquidiocese de Vitória, surgiu a filiação ao PT em 1981.

Brice se elegeu vereadora da Serra, município que integra a Grande Vitória, pelo PT, e ficou na função de 1989 a 1990. Depois foi deputada estadual pelo Espírito Santo por três mandatos: 1990-1994, 1995-1998 e 2003-2006.

Durante quase todos os 14 anos que exerceu mandato, Brice foi uma parlamentar de oposição. Ela conhecia muito a fundo o Regimento Interno e não deixava passar qualquer pauta sem debate, sem questionamento e sem se posicionar. “Sempre fui contundente nas minhas intervenções em plenário e nas comissões legislativas”.

Entre as suas experiências mais marcantes, ela destaca a CPI do Fisco, que funcionou entre 1993 e 1994, da qual foi presidente e conseguiu desvendar os esquemas de sonegação montados durante o governo Albuíno Azeredo. “Produzi um voto em separado cujas propostas serviram de referência para a Secretaria da Fazenda no governo posterior, de Vitor Buaziz”.

Ela também cita a CPI da Criança e do Adolescente, entre 2005 e 2006, que investigou o abuso e a exploração sexual, o trabalho infantil e o sistema de atendimento sócio-educativo. Foram levantados dados nas delegacias, promotorias de justiça, conselhos tutelares e fóruns de Cachoeiro, Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória, Colatina, São Mateus e Linhares, gerando um relatório final com 400 páginas. Em 2004, Brice também foi presidente da CPI da Rodosol, estudando questões técnicas e políticas que envolveram a concessão da Rodosol e o eterno pedágio da terceira ponte. Foram encontradas inúmeras irregularidades que foram encaminhadas ao Ministério Público Estadual e ao governador Paulo Hartung, indicando os responsáveis e as penalidades que lhes deveriam ser impostas.

Brice atuou anos seguidos como presidente de Comissão de Direitos Humanos, com audiências públicas e visitas de fiscalização junto a presídios, na defesa da autonomia da Polícia Técnica, acompanhamento da autodemarcação das terras indígenas em Aracruz, fiscalização do IML, defesa do povo negro, lutas das mulheres, crianças e adolescentes e todas as pautas de combate às opressões. Foi defensora permanente dos servidores públicos e defendeu o Banestes como banco público, contra sua privatização.

Em outubro de 1996, foi votado na Ales o chamado projeto de desestatização do estado. Tudo, segundo ela explica, poderia ser vendido: Cesan, Banestes, rodovias estaduais concedidas e privatizadas, etc. “A Assembleia estava lotada e após a votação, os servidores, sindicalistas, a juventude, todos estavam muito frustrados e tristes. Para levantar a moral da tropa, eu usei o tempo regimental de declaração de voto e cantei o Hino da Internacional Comunista da tribuna da Assembleia e o público me acompanhou da galeria”.

Em 2005, Brice deixou o PT e se filiou ao PSOL. Em 2010, candidatou-se ao governo do Espírito Santo e obteve 38 177 (2,09% dos votos válidos). Esta experiência, segundo ela, foi um momento fundamental em que defendeu propostas diferenciadas dos outros candidatos (Casagrande e Luiz Paulo), até mesmo com forte intervenção nos debates de TV e rádio.

Aposentou-se como servidora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra, após 39 anos de atuação no serviço público (10 anos na antiga Fesbem, hoje Iases); seis anos no IESP (Hospital Dório Silva e Centro de Saúde Carapina); 18 anos no Incra, intercalados pelos mandatos parlamentares. Com exceção da Fesbem, ingressou nos demais por concurso público.

Brice continua na militância política como dirigente do PSOL estadual, articulando e organizando as atividades partidárias, sem perspectivas de novas candidaturas. “Estou finalizando diversos processos judiciais em Venda Nova e Conceição do Castelo em que atuo como advogada dativa nomeada pelos juízes. Após estas finalizações pretendo encerrar minhas atividades profissionais, afinal são 68 anos de muitas histórias”.



CAMILO COLA



O vendanovense Camilo Cola foi empresário e político de destaque no cenário nacional. Filho de Pedro Cola e Hermínea Piovezan, Camilo nasceu no dia 26 de julho de 1923, na comunidade de Pindobas (que pertencia a vila de Venda Nova como parte do município de Castelo), e cursou as quatro primeiras séries do ensino fundamental na Escola Pindobas Singular. Ele foi lavrador e lavador de carros na juventude.

Camilo Cola se alistou no Exército Brasileiro aos 18 anos. Formou-se pela Associação dos Diplomados na Escola superior de Guerra- Adesg e fez os cursos Programa especial de regularização tributária- PERT e de direção de empresas. Ele falava inglês e italiano fluentemente. Aos 21 anos de idade, era tenente do Exército Brasileiro e participou da Força Expedicionária Brasileira- FEB que atuou na Itália na Segunda Guerra Mundial.

Quando retornou ao Brasil, utilizou uma linha especial de créditos para ex-combatentes para comprar um caminhão. Em seguida, comprou um ônibus para transportar passageiros entre Conceição do Castelo e Cachoeiro de Itapemirim. Em 1953, passou a operar rotas dentro do estado do Espírito Santo, nascendo assim a Viação Itapemirim, com 16 veículos e 70 funcionários.

Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional -Arena em 1965. Em 1980, após a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Democrático Social- PDS e em 1986 transferiu-se para o Movimento Democrático Brasileiro -MDB.

Conhecido no ramo empresarial por ter sido o fundador da Viação Itapemirim, nos anos 1980, Camilo Cola inaugurou a Tecnobus, destinado a fabricar as próprias carrocerias dos ônibus de sua empresa.

Foi sócio fundador da Associação Comunitária do Espírito Santo- ACES, sendo presidente do conselho diretor da entidade no período 1984-1985, e vice-presidente, de 1984 a 2006. Entre 1987 e 1990, foi presidente da Confederação Nacional do Transporte -CNT. Nos anos 1990, criou a Itapemirim Cargo, empresa aérea cargueira do grupo.

Com o passar das décadas, a Itapemirim tornou-se um grupo de empreendimentos mantenedora de várias empresas como a Imobiliária Bianca, Cola Comercial e Distribuidora, Fazenda Pindobas, Flecha Turismo Comércio e Indústria, Viação Kaissara, Massad Cola Marketing, Itapemirim Informática LTDA, Marbrasa Mármore e Granitos do Brasil LTDA, entre muitas outras.

Tantos anos de experiências bem sucedidas levaram Camilo Cola a publicar sua autobiografia "A Estrada da Vida" pela Editora Jose Olympio, em 1998.

Afastado da presidência do grupo empresarial, mas pertencente ao conselho de acionistas, em meados da década de 2000, resolveu investir numa ca-deira na Câmara dos Deputados. Nas eleições de 2006, foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo e pelo PMDB, mantendo-se no cargo, como titular (2007-2011). Assumiu, como suplente a deputado federal, na Legislatura 2011-2015, de 8 de fevereiro de 2011 a 24 de fevereiro de 2012, e de 6 de julho de 2012 a 3 de novembro de 2012. Foi efetivado no mandato de deputado federal em 2 de janeiro de 2013.

Em 2017, Camilo e sua família venderam a principal empresa do grupo, a Viação Itapemirim.

Camilo Cola morreu em 29 de maio de 2021 de causas naturais, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, aos 97 anos. Ele foi casado com Ignez Massad Cola (óbito em 15 de Março 2008) e com quem teve dois filhos (Camilo Cola Filho e Ana Maria Cola) e nove netos (Andréa Corrêa Cola, Bianca Corrêa Cola, Piero Salles de Freitas Cola, Camilo Cola Neto, Zahira Santos Massad Cola, Vincenzo Santos Massad Cola, Filipo Cola Pim , Rodrigo Cola Pim e Ana Carolina Cola Pim).

Honras e homenagens

Em abril de 2002, Camilo Cola foi admitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à Ordem do Mérito Militar no grau de Cavaleiro especial. No dia 11 de novembro de 2020, recebeu a Medalha do Mérito Mauá pelas contribuições dadas ao desenvolvimento do setor de transportes no Brasil. A condecoração foi feita pelo então ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

Além das homenagens já citadas, durante sua vida, recebeu vários títulos: Cidadão Vitoriense/ES (1964), Cidadão Campinense/PB (1971), Cidadão Muquiense/Es (1972), Cidadão do Estado do Rio (1976), Cidadão Vilhavelhense/ES (1978), Cidadão Duqui Caxixense/RJ e Honorário de Minas Gerais (1979), Cidadão de Pernambuco (1980), Cidadão Meritiense/RJ (1981), Cidadão de Timbaúba/PE (1984), Cidadão Vianense/ES (1986), Cidadão Honorário de Pedro Canário (1993), Cidadão Honorário de Curitiba/PR e de Brasília/DF(1997), Cidadão Colatinense (1998), Cidadão Paulistano e a Medalha Anchieta/SP (2007), Cidadão João Neivense/ES (2008) e Cidadão Cariaciense/ES (2010).

Camilo Cola recebeu mais de três dezenas de medalhas e vários diplomas e certificados, dentre eles o diploma na 38ª B. I. Batalha Tibúrcio e Exército Brasileiro como reconhecimento pelo aniversário de 60 anos da FEB, entregue na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em 2005.



EVAIR VIEIRA DE MELO



De raízes rurais e membro de uma família de pequenos agricultores, Evair Vieira de Melo nasceu no dia 2 de abril de 1972, na comunidade de Santa Luzia, em Conceição do Castelo. Filho de Jair Vieira de Melo e Adelaide Maria Bottacin de Melo, Evair é neto de Francisco Vieira de Melo e Lindolfa Cândida da Penha, por parte de pai, e José Bottacin (Cané) e Ana Andreão Cevolani Bottacin (Nita), por parte de mãe. Ele é casado com Lícia Nascimento Caliman, teve dois filhos: Arthur Caliman de Melo e Sarah Caliman de Melo.

Evair sempre estudou em escolas públicas e chegou até a lecionar, obtendo assim aprendizado que o habilitou para atuar de forma proativa na vida pessoal e profissional. Técnico agrícola pelo Ifes-Campus Alegre, é graduado no curso superior de Administração de Empresas, com MBA em Gestão de Projetos na FGV. Atou no Programa Estadual de Melhoria da Qualidade do Café, referendado como uma inovação que tornou o café capixaba em uma marca de alta qualidade.

Como técnico agrícola, ele começou sua vida pública em Venda Nova do Imigrante ao ser, na condição de provador, responsável pelo Centro de Classificação e Degustação de Café. O CCDC foi montado pela Prefeitura em parceria com a Cooperativa dos Cafeicultores das Montanhas do Espírito Santo- Pronova. Paralelo aos seus trabalhos na administração pública, Evair sempre atuou como voluntário na Festa da Polenta e nos eventos de apoio à Apae, atuações que lhe deram visão da importância de apoiar (como deputado federal) instituições como o Hospital Padre Máximo, de relevante importância para a comunidade regional.

Evair foi nomeado secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente pelo então prefeito Braz Delpupo, função que ocupou de 2000 até meados de 2008. Nessa época, começou um amplo programa de melhoria e reconhecimento da qualidade do café produzido em Venda Nova do Imigrante. O projeto reverberou e atraiu interesse do mercado internacional pelos cafés produzidos pelo município e pela Região das Montanhas do Estado do Espírito Santo.

Neste período, trouxe o programa de qualidade de tomate, a criação da Festa do Café, programa de terreiros, feira de máquinas e equipamentos, concurso municipais e regionais de café. Evair transformou a pasta em referência nacional em gestão de recursos públicos e em meados de 2008 se afastou da função para se candidatar a prefeito do município. O seu adversário Dalton Perim foi eleito com 5.932 votos e Evair em segundo com 5.607 votos, apenas 325 votos de diferença.

Como presidente do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural- Incaper, entre 2009 e 2014, ele atuou no Programa Estadual de Melhoria da Qualidade do Café, referendado como uma inovação e que elevou o padrão da cafeicultura capixaba, tornando-se uma marca de qualidade.

Nesse período, Evair elaborou o Planejamento Estratégico do Incaper, estruturou o quadro de pessoal, os escritórios regionais e propôs uma reforma administrativa e organizacional. Em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura, entregou programas como Caminhos do Campo, Infraestrutura Produtiva, Telefonia Rural, entre outros. Na fase em que presidiu o órgão, foi estruturado o mais moderno serviço de meteorologia do Brasil, importante aliado dos produtores rurais, além de ser ferramenta fundamental para a prevenção de desastres naturais provocados pelas chuvas.

Evair presidiu também o Conselho Nacional das Entidades de Pesquisa Agropecuária- Consep e, a partir de importantes parcerias, foi feita uma ampla reformulação da pesquisa agropecuária brasileira, fortalecendo a ciência e a inovação.

Em 2014, Evair de Melo foi eleito deputado federal pelo PV com 48.829 votos. Ao iniciar o mandato, ele já se posiciona como deputado defensor da agricultura apresentando uma Indicação para que o tema sucessão familiar possa fazer parte do currículo básico das escolas de campo. Passou a integrar importantes frentes parlamentares e é vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, coordenador institucional da Frente Parlamentar da Agropecuária- FPA e membro do Centro de Estudos e Debates Estratégicos- Cedes.

Eleito Secretário-Geral da Frente Parlamentar do Café, atua para impedir a importação de café em grãos verdes, que já havia sido liberado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evair apresentou dois projetos para a proteção e fortalecimento da cafeicultura brasileira: PL nº 1712/15 (que restringe a importação do café de países que não possuem normas ou legislações ambientais de rigor semelhante em relação à lei brasileira) e PL nº1713/15 (que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade).

Na área da saúde, ele viabilizou vários recursos importantes para o Hospital Padre Máximo, de Venda Nova do Imigrante, que viabilizaram a instalação de 20 leitos de UTI.

Na Câmara dos Deputados, ele conseguiu transformar três projetos em lei, sendo um dos recordistas em aprovações em sua legislatura. Sendo uma delas, a Lei nº 13.680/18, que retira a burocracia para a produção e a venda de queijos artesanais e embutidos em todo o território nacional, trazendo um selo único com a inscrição ARTE, passando pela fiscalização de órgãos de saúde pública dos Estados.

Em seu segundo mandato, Evair ainda é presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo- Frencoop, vice-presidente das Frentes da Agropecuária, do Café e do Turismo. Também está nas Comissões Permanentes da Agricultura- CAPADR, Finanças e Tributação-CFT, Turismo- CTUR, Viação e Transportes- CVT e Trabalho, Administração e Serviço Público- CTASP.

Evair de Melo, que é vice-líder do Governo na Câmara desde maio de 2020, também ocupou cargos de líder do Partido Verde (PV), algumas vezes entre os anos de 2016-2018; de vice-líder do Bloco PP, MDB e PTB em 2019; de vice-líder do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, Solidariedade, PTB, PROS, Avante em 2021; e de vice-líder do PP em 2021.





GERSON CAMATA



Gerson Camata nasceu no dia 29 de junho de 1941, na vila de Venda Nova quando pertencia a Castelo, por isso esse município aparece em seu registro de nascimento.

Ele estudou no Seminário Arquidiocesano de Mariana/ MG, no Colégio Salesiano de Vitória/ES, passou pelo Colégio Conde Linhares de Colatina/ES e se formou bacharel em ciências econômicas, pela Ufes, em 1969. Seu reconhecimento como jornalista se deu pela prática profissional, tendo em vista que a formação acadêmica para tal atividade veio só mais tarde. Ele se casou com Rita Paste Camata em 1981 e o casal teve dois filhos: Enza Rafaela Camata Abelha e Bruno David Paste Camata.

Ele se tornou conhecido como radialista de algumas emissoras em Vitória, principalmente a partir de 1964 quando apresentou o noticioso policial "Ronda da Cidade" e posteriormente na TV Vitória, onde chegou a diretor de jornalismo dos Diários Associados no Espírito Santo.

Sua vida pública começou quando ingressou na legenda da Arena ao se eleger vereador em Vitória em 1966, depois foi deputado estadual pelo mesmo partido, de 1971 a 1975. Com o retorno ao pluripartidarismo em 1980, Gerson Camata optou pelo PMDB e foi eleito governador do Espírito Santo em 1982, com o apoio de uma dissidência do PDS comandada pelo ex-governador Élcio Álvares. A atitude era reflexo de uma série de deserções que aconteceram entre as forças políticas situacionistas no estado ao longo dos anos.

Após a vitória, sofreu uma ameaça de processo com base na Lei de Segurança Nacional ao ser acusado de ter chamado o presidente João Figueiredo de "general mentiroso" durante a campanha eleitoral, fato rechaçado. Gerson Camata deixou seu governo com alto índice de aprovação, considerada uma das maiores ao longo da história neste posto.

Gerson Camata foi senador pelo Espírito Santo por três mandatos entre 1987 e 2010 (1987 a 1995; 1995 a 2003 e no período de 2003 a 2010). Ao se despedir da vida política, em seu último pronunciamento no Senado, ele lembrou os 44 anos de vida política, 24 deles dedicados ao Senado. Camata disse que deixava a vida pública com a consciência tranquila e ressaltou jamais ter perdido a fé na grandeza do Espírito Santo e do Brasil. “Mesmo fora da vida pública, nunca abandonarei esta crença, a de que tudo é possível quando existe empenho, vontade de progredir e de mudar, para proporcionar uma vida melhor a todos. Estarei sempre à disposição para trabalhar voluntariamente pelo desenvolvimento do Espírito Santo”.

Em 1995, foi admitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à Ordem do Mérito Militar no grau de Comendador especial, sendo promovido em 2005 por Luiz Inácio Lula da Silva ao grau de Grande-Oficial.

Gerson Camata foi assassinado no dia 26 de dezembro de 2018 com um tiro na Praia do Canto, em Vitória. O autor dos disparos, um ex-assessor que foi condenado pelo crime, declarou que a motivação foi uma ação judicial movida contra ele pelo ex-senador.



RITA DE CÁSSIA PASTE CAMATA



Filha de Antônio Paste e de Anidis Venturim Paste, Rita de Cássia Paste Camata nasceu no dia 1º de janeiro de 1961, na comunidade de São João de Viçosa, em Venda Nova, localidade que ainda fazia parte de Castelo. Filha de lavradores descendentes de imigrantes italianos, Rita passou a infância ao lado dos nove irmãos colhendo café na propriedade da família. Ela ganhou esse nome devido à uma promessa da mãe que durante o parto viu nascer a primeira gêmea, Mônica, e sofreu com a segunda, que não aparecia. Na dor, rezou e pediu ajuda a Santa Rita de Cássia.

Rita ingressou no curso de comunicação social da Universidade Federal do Espírito Santo- Ufes em 1981 e graduou-se em 1985. Ainda no primeiro ano de faculdade, casou-se com o então deputado estadual Gerson Camata, com quem teve dois filhos (Enza Rafaela Camata Abelha e Bruno David Paste Camata).

No ano seguinte, Gerson Camata foi eleito governador do Espírito Santo e, como primeira-dama, Rita presidiu de 1983 a 1986 a Unidade Comunitária de Integração Social, em Vitória. Era o mais importante organismo assistencial do estado, realizando tradicional trabalho de assistência aos bairros carentes e, com isso, ela granjeou a simpatia popular e conquistou suas primeiras bases eleitorais.

Filiada ao PMDB desde 1982, foi eleita presidente do diretório municipal da legenda em Vitória em 1985 e nesse mesmo ano, apoiou a candidatura vitoriosa de Hermes Laranja a prefeito da capital capixaba. Eleita deputada federal em 1986, 1990, 1994 e 1998, participou da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988.

Em 2002, foi candidata a vice-presidente da República pela coligação Grande Aliança (PSDB-PMDB) sob a liderança do senador José Serra, foram derrotados em segundo turno pela chapa Lula-José Alencar (PT-PL-PCdoB-PCB-PMN). Para ela, foi uma vitória um estado considerado com uma representação pequena ter essa projeção nacional que significou um reconhecimento do seu projeto político.

Depois de atuar na Secretaria de Desenvolvimento, Infraestrutura e Transportes do governo Paulo Hartung, foi eleita para o quinto mandato de deputada federal em 2006. Ela filiou-se ao PSDB em 2009 e disputou, sem sucesso, um mandato de senadora pelo Espírito Santo em 2010.

Quando chegou ao Congresso Nacional em 1987, Rita Camata causou frisson no cenário político do País. Estava no auge de seus 25 anos, olhos verdes e cabelos claros, atributos que lhe garantiram o título de musa do parlamento brasileiro, recusado pela jovem parlamentar.

Rita Camata também foi a parlamentar mais jovem da Constituinte de 1988. Ficou famosa no Brasil pela atuação proativa, se revelando uma figura que melhor projetou a mulher na política no âmbito nacional. Ela queria ser vista pelo seu trabalho e não pela beleza, como sempre dizia, e conseguiu, caiu nas graças do deputado Ulysses Guimarães, mestre que lhe ensinou outras mazelas da política, e ela provou a todos, com muita luta e trabalho, que tinha um propósito.

Na Constituinte, apresentou 200 emendas, dos quais 68 foram aprovados. Os números lhe deram o quinto lugar no ranking dos deputados que mais aprovaram projetos e o segundo na apresentação de emendas à Constituição Brasileira, ficando José Serra em primeiro neste segundo quesito.

Ela presidiu a frente parlamentar da infância, quando elaborou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi sancionado pelo presidente Fernando Collor de Melo. Foi, por isso, a única parlamentar brasileira a ganhar o prêmio Criança e Paz do Unicef. Também está entre os seus feitos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de sua autoria e nominada 'Lei Camata', que ao ser sancionada por Fernando Henrique Cardoso, teve seu nome mudado pelo presidente.

Ainda se faz justiça ao colocar nos créditos de Rita Camata a licença maternidade de 120 dias, o direito ao voto a partir dos 16 anos de idade e o direito de o trabalhador rural em ter o título da terra, fazendo valer sua origem familiar de trabalhadores do campo. “A Constituinte de 1988 é resultado de uma luta muito grande. Foi uma imensa conquista e eu tive o privilégio de fazer parte deste cenário”, reflete.

A inclusão do Norte e do Noroeste do Espírito Santo na Sudene está no rol das conquistas que Rita Camata trouxe para o Estado devido aos benefícios fiscais. Ela explica que, apesar de que esta ação não esteja ligada diretamente à região onde nasceu, incluir o Norte e o Noroeste do Estado na Sudene deixou o caminho livre para que os recursos do Geres (atual Bandes) ficassem mais liberados para o Sul capixaba, possibilitando um crescimento geral do Espírito Santo.

Rita já estava afastada da vida pública quando Gerson Camata faleceu. Atualmente ela mora em Vitória e se dedica aos filhos e netos.



SIGNIFICADO DAS SIGLAS

PARTIDOS POLÍTICOS

AIB - Ação Integralista Brasileira
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
DEM - Democratas
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
PDC - Partido Democrata Cristão
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPS - Partido Popular Socialista
PRE - Partido Republicanos
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRP - Partido da Representação Popular
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PV - Partido Verde
SD - Solidariedade

OUTRAS SIGLAS

Adma - Associação de Defesa do Meio Ambiente
Agrotur - Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo
Ales - Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
APA - Área de Proteção Ambiental
Ascamves - Associação das Câmaras Municipais e dos Vereadores do Espírito Santo
Ascaveni - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Venda Nova do Imigrante
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
Ceasa - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo
Cesam - Companhia Espírito Santense de Saneamento
Cesemes - Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito
Comtur - Conselho Municipal de Turismo
Contures - Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo
CST - Código de Situação Tributária
CTVNI - Clube de Tiro de Venda Nova do Imigrante
Deares - Departamento de Esporte Amador e Recreação do Espírito Santo
DER - Departamento de Estrada de Rodagens

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Dnit - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPM - Departamento de Polícia Militar
EDP - Distribuição de Energia Elétrica
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ETE - Estação de Tratamento de Esgoto
FPM - Fundo de Participação Municipal
Funasa - Fundação Nacional de Saúde
Fundec - Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infraestruturas Rurais
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idaf - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
Iema - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Ifes - Instituto Federal do Espírito Santo
IG - Identificação Geográfica
IJBS - Instituto Jutta Batista da Silva
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves
Incaper - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IPM - Índice de Participação dos Municípios
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS - Imposto Sobre Serviços
ITBI - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LOM - Lei Orgânica Municipal
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC - Ministério da Educação e Cultura.
MPES - Ministério Público do Espírito Santo
OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
ONG - Organização Não Governamental
PDM - Plano Diretor Municipal
PDU - Plano Diretor Urbano
PLP - Projeto de Lei Complementar
PPA - Plano Plurianual
Seama - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Sesa - Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo
Sindservenova - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Venda Nova do Imigrante
SUS - Sistema Único de Saúde
TCE - Tribunal de Contas do Estado
UAB - Universidade Aberta do Brasil
Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo
VAF - Valor Adicionado

A NOSSA HISTÓRIA CONTINUARÁ
SENDO ESCRITA PELOS FUTUROS
LEGISLADORES



SOBRE A AUTORA

Maria Auxiliadora Gonçalves, mais conhecida como Lilia Gonçalves, é jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo- Ufes e com MBA em Marketing pelo Centro Universitário São Camilo, de Cachoeiro de Itapemirim. Nasceu em Afonso Cláudio, graduou-se em Vitória e passou a morar em Venda Nova em março de 1989.

Foi jornalista responsável pela produção do informativo da Câmara Constituinte e escreveu durante um ano (entre 1990 e 1991) o informativo da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante.

Em agosto de 1991, fundou o Jornal Folha da Terra, que circulou durante 29 anos, e durante cerca de 16 anos escreveu uma coluna sobre política (Voz da Tribuna), tendo como principal fonte de informação o pronunciamento dos vereadores em plenário.

Desde 1991, faz reportagens especiais sobre a Festa da Polenta, numa publicação que evoluiu para a Revista da Polenta, com conteúdo cultural e histórico. Atualmente, está na direção da Revista Folha Nova, que circula mensalmente desde maio de 2011.





VENDA NOVA DO IMIGRANTE

